

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 22/2023
24 de novembro a 06 de dezembro de 2023



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

13 - Paz - direitos humanos – desenvolvimento - justiça: o fio condutor complexo que sempre faltou à ONU - *Santiago Alcázar*

18 - A framework for peace in Israel and Palestine - *Jeffrey D. Sachs*

21 - Reconfiguração mundial - *Adhemar Bahadian*

23 - Geopolítica da agressão - *Adhemar Bahadian*

25 - Gênese e evolução da cooperação humanitária brasileira - *Luiza Lopes da Silva*

41 - Destaques da COP28: Interconexões entre Clima, Saúde e Desafios na Transição Energética - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

53 - Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de abertura da Presidência da COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos

55 - Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos

57 - Saúde no G20: contagem regressiva e expectativas crescentes - *João Miguel Estephano, Pedro Burger, Paulo M. Buss e Mário Moreira*

65 - Retrospectiva pela Índia e inauguração da presidência brasileira do G20. G7 sem efetividade: COP28 e extensão do cessar-fogo no Oriente Médio. Entre preocupações e esperança, o futuro para a OCDE - *Nina Bouqvar, Thaiany Medeiros Cury, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami, Pedro Burger, Paulo Esteves*

76 - OMS: um novo ano, mesmas questões urgentes - *Guto Galvão, Paula Reges, Luana Bermudez*

81 - O término do 17º Ciclo do Conselho de Direitos Humanos da ONU: entre as sombras das guerras, o aumento do confronto em torno a uma nova ordem mundial e a satisfação pela afirmação do Direito ao Desenvolvimento. Que 2024 alcance ser o ano em que todos os Direitos sejam Humanos! - *Armando De Negri Filho*

86 - Grandes desafios globais e o papel do PNUD como promotor do desenvolvimento em 2023: um breve balanço - *Erica Kastrup e Rômulo Paes de Sousa*

89 - Presença e protagonismo da OIT na COP28 é em defesa de uma “transição justa para todos” - *René Mendes*

101 - Migrações, refúgio e saúde global: uma mirada sobre 2023 - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

104 - Mulheres e crianças na COP28 (e em 2023) - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

113 - O Estado da Alimentação e da Agricultura 2023, os sistemas agroalimentares na COP 28 e a retrospectiva da agenda de segurança alimentar e nutricional em 2023 - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

125 - Destaques da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

129 - Instituições Financeiras Multilaterais na COP 28 - *Isis Pillar Cazumbá*

133 - Declaração do Brasil no CDIP da OMPI e Participação da OMC e UNCTAD na COP28 - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

139 - Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: organizações da sociedade civil - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

162 - As organizações da sociedade civil em 2023: lutando para salvar os cacos do mundo - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

165 - O que deveríamos ter aprendido com 2023 - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

176 - Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*

187 - Milei: sinais de moderação e clareza para não ingressar no BRICS - *Claudia Hoirisch*

191 - O ano de 2023 na América Latina: saúde, política e integração regional - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*

205 - 3ª Conferência Internacional de Saúde Pública em África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

226 - A Europa em retrospectiva e perspectiva - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

237 - A agressiva e desumana guerra Israel-Hamas não fazia parte das listas de riscos para 2023 – nem para a próxima década! - *Lúcia Marques*

246 - Kissinger está morto - *André Costa Lobato*

248 - O engajamento dos EUA na COP28: equilibrando a retórica com as realidades na liderança climática - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 251

****Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 254**

*****Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 255**

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 22/2023 – 24 de novembro a 06 de dezembro de 2023

Apresentação

O ano de 2023 marcou a volta do Brasil ao cenário internacional, depois de 4 anos de ostracismo e isolamento. O fecho do ano está sendo feito com chave de ouro: uma presença rutilante do Brasil na **COP28**, em Dubai, e a assunção à presidência do **G20** até o final de 2024.

O retrospecto não poderia ser mais favorável. Lula, na sua política de ‘diplomacia presidencial’, visitou nada menos do que 25 países, participou de dezenas de cúpulas presidenciais do mais alto nível e de enorme interesse para o Brasil (Assembleia Geral das Nações Unidas, COP27 e COP28, G20, G77+China, CELAC, Mercosul, CPLP, entre outros), foi recebido por dezenas de chefes de Estado e de Governo nos cinco continentes, distribuiu carisma e solidariedade, e captou bilhões em investimentos e a simpatia do mundo pelo Brasil. Nos dois primeiros mandatos (2003-2010) foram 139 viagens internacionais para 80 países, além de Antártida, Guiana Francesa e Palestina. Pelo ritmo, o terceiro mandato vai superar aquelas marcas.

Nesta semana, ainda na vigência da PPT do Brasil, realiza-se no Rio de Janeiro a **Cúpula de Presidentes** e a **Cúpula Social do Mercosul**, respectivamente em 4-5 e 7-8 de dezembro, que serão examinadas no próximo fascículo dos Cadernos. Da mesma forma, a posse de **Milei** na presidência da **Argentina** que ocorre a 10 de dezembro próxima, destacando suas ideias sobre saúde.

Entretanto, o mundo não vai bem. Este fascículo dos Cadernos é o último de 2023. Nossos analistas fazem um esforço de reunir nos respectivos informes, de um lado uma síntese do ano e, de outro, as novidades da quinzena finda.

Alcázar, analista do CRIS para **Nações Unidas**, faz importantíssima revisão do ano de 2023, abordando o complexo fio condutor da Organização que, no seu entendimento sempre faltou à ONU: *Paz - direitos humanos – desenvolvimento – justiça*. Para quem deseja ter uma visão ao mesmo tempo panorâmica e profunda das principais questões globais.

A COP28: decepções e esperanças

A **COP28** é abordada pelos especialistas do CRIS em meio ambiente e saúde, **Danielly Magalhães e Guto Galvão**, em um artigo que analisam amplamente as decepções e esperanças da cúpula mundial do clima.

Pela primeira vez, a **COP28** teve dias temáticos, incluindo um **Dia da Saúde**, destacando as interconexões entre mudanças climáticas e saúde global. O *relatório do IPCC* destaca os impactos crescentes na saúde devido às mudanças climáticas, incluindo eventos climáticos extremos, disseminação de doenças infecciosas, poluição do ar e impactos na saúde mental. A Conferência visa abordar questões críticas relacionadas à saúde e buscar soluções para construir resiliência nos sistemas de saúde. Os primeiros dias da COP28 refletiram desafios significativos, especialmente em relação à discussão sobre a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. O presidente da COP28, Sultan Al Jaber, questionou a exigência, afirmando que não há "ciência"

que respalde tal eliminação. Isso gerou críticas e destaca as tensões em torno da transição para fontes de energia limpa. A nomeação de Al Jaber, CEO da Abu Dhabi National Oil Company, como presidente da COP28, também levanta preocupações sobre conflitos de interesse. Além disso, foram lançadas iniciativas sobre clima, socorro, recuperação e paz, gestão de desastres e saúde, demonstrando esforços para fortalecer a resiliência global. O presidente Lula e a Presidência da COP28 anunciaram uma parceria para mobilizar recursos e apoio político para a natureza rumo à COP30 em Belém. Iniciativas de financiamento para projetos de natureza-clima foram anunciadas por vários países e organizações, contribuindo para compromissos globais de conservação e biodiversidade. A **saúde** teve sua **primeira reunião ministerial na COP**, culminando como uma **declaração** assinada por mais de 120 países.

Para que o leitor avalie por si mesmo as mensagens do Brasil, reproduzimos na íntegra os **discursos do presidente Lula** na **sessão de abertura** da Presidência da COP28 e na primeira *sessão do Segmento de Alto Nível* para Chefes de Estado e Governo da Cúpula.

Chamamos a atenção do leitor que praticamente todos os artigos dos nossos analistas tratam da COP28 nas respectivas abordagens temáticas ou territoriais de que se encarregam no **Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS** e, conseqüentemente, nestes **Cadernos**.

Em 14 de dezembro, o CRIS realiza **Seminário Avançado sobre Saúde na COP28**, reunindo especialistas como a dra. Maria Neira, diretora de saúde e ambiente da OMS, e uma mensagem do Papa Francisco sobre sua Exortação Apostólica *Laudatum Deum* que trata da questão ambiental.

O G20: expectativas e esperanças

Estephano, Burger, Buss e Moreira tratam da **saúde no G20** logo na sequência do início efetivo da *presidência brasileira do G20*, a partir de 01/12. Tendo como base o artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* e a republicação no sítio eletrônico do *Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE)*, os autores acrescentam diversas notas conceituais divulgadas pelo governo brasileiro, da própria presidência do G20 e dos grupos de trabalhos e forças tarefas que compõem o grupo. O artigo faz uma caracterização do G20 e de como a saúde é discutida no grupo, tanto nas trilhas de *Sherpas* e de Finanças, quanto nos grupos de engajamento, trazendo ao leitor informações como prioridades, cronograma estimado do grupo para reuniões sobre saúde em 2024 e resultados esperados.

Os autores propõem o estabelecimento de uma *força-tarefa* e a realização de um *amplo debate* sobre a iniciativa **Saúde como Ponte para Paz**, que visaria *coordenar ações e mobilizar recursos entre os membros do G20* – segundo seus próprios membros o grupo mais rico e poderoso do mundo – para fomentar o alcance da paz nos inúmeros conflitos militares em curso no planeta, inclusive no Oriente Médio. Demonstramos o poder do G20 em favor da paz.

Muito se espera desta presidência brasileira do G20 e muitas instituições, como a **Fundação Oswaldo Cruz**, estão se preparando para atuar de modo a permitir que estas expectativas sejam alcançadas. Por essa razão, em 13 de dezembro, os Seminários Avançados do CRIS abordarão **'A Saúde no G20'**, com a participação da Ministra da Saúde Nísia Trindade, do Diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, das coordenações do T20 e do S20, assim como diplomatas envolvidos no G20 pelo MRE.

O **embaixador Bahadian** comenta os propósitos da **presidência brasileira do G20**, indicando que os eixos centrais de sua gestão serão o combate à pobreza e aos fenômenos climáticos adversos, e anunciando a importância de uma revisão profunda dos organismos políticos surgidos após a II Guerra Mundial, em especial as Nações Unidas, e os dos organismos internacionais financeiros e econômicos, como a OMC.

No **G7**, os destaques da quinzena vão para os discursos pouco eficazes do grupo, seja na COP28, como nas declarações a favor de um alargamento do cessar-fogo entre Israel e Hamas, sem sucesso. Vemos um grupo cada vez mais esvaziado de capacidade de influenciar ações climáticas e pela paz no cenário internacional. Na **OCDE**, os destaques se dividem entre o lançamento de dois estudos sobre dados econômicos relativos à transição e ação climática internacional e um outro sobre perspectivas da economia global. Ademais, são ressaltadas também brevemente algumas iniciativas sobre saúde promovidas pela organização ao longo do ano de 2023, além do (não) desenrolar do processo de adesão do Brasil ao grupo.

Gaza e o genocídio do povo palestino

Jornais e TVs de todas as latitudes, assim como declarações em fóruns internacionais e protestos nas ruas do planeta, denunciam com detalhes dolorosos, e condenam veementemente, os bárbaros e sanguinários ataques de Israel sobre Gaza.

O norte da Faixa está deserta e transformada em escombros, produzidos por toneladas de explosivos jogados na área, que tem custado centenas de milhões de dólares ao dia. Os ataques letais estão concentrados agora na parte Sul da faixa de Gaza, onde se amontoam 1,8 dos seus 2,1 milhões de habitantes, deslocamento forçado imposto pelo sádico governo de Netanyahu. Como se fosse para facilitar o morticínio.

Corpos despedaçados de crianças, mulheres e idosos se espalham insepultos. Milhares ainda estão sob escombros deixados pelas bombas. Adolescentes palestinos enviam mensagens de despedida da vida nas redes sociais ainda funcionantes, certos de que a morte os espera, inevitável. As crianças choram seus pais, irmãos e avós assassinados; pais, irmãos e avós choram cada criança aniquilada.

Se não chamamos de genocídio, que nome dar a esta barbárie? Uma geração inteira de seres humanos jamais esquecerá este genocídio, e a história o registrará para sempre, tal como registrou para sempre o Holocausto do povo judeu.

Impossível viver este tempo sem lágrimas no olhos e o coração em pedaços. Bilhões gastos em armas e mortes dilacerantes. Migalhas para impedir o holocausto climático e a extinção da vida na Terra. Milhares de dirigentes globais do nosso tempo passarão à história como lixo político. Nós, humanos sofredores e indignados, jamais esqueceremos esta página da história banhada de sangue inocente e saberemos claramente a quem responsabilizar.

É urgente libertar os reféns em Gaza; parar o derramamento de sangue em Israel e na Palestina; estabelecer uma segurança duradoura para os povos israelense e palestino; concretizar a aspiração do povo palestino a um Estado soberano; e estabelecer um processo de verdadeiro desenvolvimento sustentável na região do Mediterrâneo Oriental – Médio Oriente (EMRO). Isto pode ser posto em prática acolhendo imediatamente a Palestina como Estado membro da ONU. São as proposições do economista da saúde da Universidade de Colúmbia, **Jeffrey Sachs**, no artigo **A framework for peace in Israel and Palestine**, cuja versão original, em inglês, o autor autorizou para republicação neste Caderno 22.

No seu artigo sobre **geopolítica da agressão**, o **embaixador Bahadian** sinaliza que talvez seja a hora de promover encontros políticos do G-7, do G-20, juntamente com os BRICS, com o objetivo de coligar um decálogo de cláusulas pétreas do Direito Internacional para encaminhamento a todos os povos amantes da paz, por intermédio, se possível, de um manifesto do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A **embaixadora Luiza Lopes da Silva** participou do **seminário avançado do CRIS** de 29/11/2023 sobre **saúde ponte para a paz**, no qual apresentou a experiência do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) neste tema crítico, e brinda os leitores deste fascículo com um artigo de alto nível, no qual veicula uma análise seminal da **cooperação humanitária brasileira**.

Outras dimensões da saúde global e diplomacia da saúde

Em um 2023 de crises humanitárias, urgências climáticas e ansiedade pela resolução e preparo de campo para próximas pandemias, o mês de dezembro ainda recebe importantes ciclos de discussão política, no âmbito da **OMS**, como reportam **Reges, Galvão e Bermudez**. A COP28 acontece em Dubai, com o histórico primeiro dia dedicado à **saúde**. Em Genebra, o fim do ano traz ainda espaço para novo ciclo de discussões do *Órgão Intergovernamental de Negociações* para o tratado pandêmico e para o *Grupo de Trabalho de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional*. A extrema preocupação com Gaza levou 15 Estados-membros do **Comitê Executivo da OMS** a pedir a convocação de uma reunião deste importante organismo de governança da OMS – entre os quais o Brasil, mas não os EUA, por exemplo – para discutir a situação do ponto de vista sanitário e humanitário. A reunião se realizará dia 10 de dezembro, domingo, de 14:30h às 17:30h, horário de Genebra. O documento a ser discutido é o EBSS/7/1, que estará oportunamente disponível em: https://apps.who.int/gb/e/e_ebss7.html O ano está encerrando, mas definitivamente os problemas globais não.

De Negri Filho revisa os momentos, temas e resoluções mais importantes do ano no **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**. Leitura incontornável para o leitor interessado em entender o ‘particular’ no ‘geral’ do sistema mundo.

O artigo de **Kastrup e Paes Souza** aborda a atuação do **PNUD** ao longo de 2023, a partir de suas linhas e agendas orientadoras. Nesse sentido, observam que a saúde não compõe o rol de preocupações gerais do Programa e sugerem uma visão que aponte a centralidade da saúde para o desenvolvimento econômico e inclusivo.

Assim como ocorreu nas conferências anteriores, a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** faz-se presente, ativa e visível na 28ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (**COP28**), em Dubai (União dos Emirados Árabes). O propósito da presença e protagonismo da OIT na COP28 está associado à necessidade vital de *promover o avanço da dimensão social das mudanças climáticas*, por meio de uma ambiciosa agenda que promova uma **transição justa para todos**. Cerca de 54 atividades/eventos estão sendo e serão realizados no *“Pavilhão da Transição Justa”* na COP 28, com amplo espectro temático e de grande alcance e potencial impacto. Uma *transição justa*, alerta **Mendes**, na direção de uma economia descarbonizada, verde e azul, sustentável, jamais poderá ser feita em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, isto é, gerando desemprego, ou precarizando o trabalho, ou excluindo pessoas vulnerabilizadas ou já impactadas pelas mazelas da (des)ordem econômica atual. Portanto a presença destas mensagens na COP28 deve ser saudada e valorizada – ainda

que anti-hegemônica e contracorrente -, assim como o protagonismo da OIT, enquanto agência das Nações Unidas, de base tripartite.

Neste informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** faz uma **retrospectiva do ano de 2023**, no qual acompanhou a movimentação global ocasionada pelo deslocamento forçado, o trabalho das organizações internacionais que se dedicam ao tema e os esforços dos governos nacionais para o enfrentamento da situação.

As alterações climáticas têm um impacto desproporcional na vida de mulheres e meninas, e a desigualdade de gênero está no cerne dessa questão. Da mesma forma, a crise climática não está apenas mudando o planeta. Está mudando também as crianças. **Massari e Gomes** apresentam o cenário e demandas feitas pelo **UNFPA** e **UNICEF** na **COP28**. Fechando o informe apresenta uma breve revisão e análise sobre temas sobre mulheres e crianças abordados pelas autoras nos Cadernos CRIS em 2023.

Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana trazem a publicação '*O Estado da Alimentação e da Agricultura 2023: Revelando o custo real da transformação dos sistemas agroalimentares*', produzido pela **FAO**, que inova ao propor e aplicar novas metodologias para avaliar os custos reais dos sistemas agroalimentares (*true cost accounting* - TCA), com vistas a melhor estimar os custos da produção dos alimentos e seus impactos sobre o ambiente, sobre a saúde e os modos de vida, que chegam a US\$11 trilhões anualmente. Além disso, analisam as perspectivas na agenda dos sistemas alimentares na **COP 28** e fazem uma retrospectiva geral dos informes produzidos no decorrer de 2023, reforçando as evidências sobre a prioridade que deve ser dada à transformação dos sistemas agroalimentares globais para a saúde humana e planetária, reduzindo as desigualdades no mundo e 'não deixando ninguém para trás'.

Gaspar, Sanglard e Rodrigues destacam temas prioritários abordados na 42ª sessão da Conferência Geral da **UNESCO**, (Paris, 7-22 de novembro de 2023): a adoção da Recomendação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável e o aumento histórico no orçamento global da UNESCO. Uma lista dos eventos paralelos à Conferência com seus respectivos links mostra a diversidade e importância dos assuntos tratados sob o mandato da UNESCO. Ao final apresentam breves notas sobre a participação da organização na COP28.

Segundo **Chamas e Cesário**, durante a última reunião do *Comitê para o Desenvolvimento e a Propriedade Intelectual* da **OMPI**, em 27 de novembro, o *Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota* destacou que a agenda do desenvolvimento é oportunidade para a OMPI ajustar o seu mandato de propriedade intelectual para ajudar eficazmente os Estados-membros, em especial os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a atingir objetivos de desenvolvimento. A **OMC**, em sua participação na **COP 28**, buscou reforçar o papel do comércio internacional na luta contra as mudanças climáticas. A **UNCTAD** sublinhou a importância crítica do comércio Sul-Sul no desenvolvimento e resiliência por meio da expansão de tecnologias de baixo carbono.

A participação das **instituições financeiras multilaterais – BID, Banco Mundial e FMI** – nos primeiros dias na **COP 28** é apresentada por **Cazumbá** em seu artigo quinzenal para os Cadernos.

Ao longo do ano de 2023, o **grupo** que analisa as manifestações da **sociedade civil global**, liderado por **Luis Eugenio Souza**, acompanhou 60 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** com atuação na arena da saúde global, sendo 52 de interesse público e oito de interesse privado. O acompanhamento dos posicionamentos das OSC foi realizado por meio da consulta e leitura

das postagens em seus sítios eletrônicos oficiais e perfis oficiais no Twitter, relativos a temas relevantes da saúde global. Os autores trazem um riquíssimo balanço da atuação das mesmas em 2023.

Já na quinzena encerrada em 06 de dezembro, o **grupo** se refere a dois temas que tiveram maior destaque nas manifestações das **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**: o conflito Israel-Hamas, em que clamaram por um cessar-fogo permanente; e a crise climática, que foi o objeto da COP28. As OSC reivindicaram acordos mais efetivos e menos retóricos, a eliminação progressiva e justa dos combustíveis fósseis e a reparação dos desastres climáticos nos países pobres, com a disponibilização de recursos para cobrir perdas e danos. O tema da crise climática foi tratado pelas **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado** não sob a perspectiva de interromper o aquecimento global, mas na busca de alternativas, diante do fato consumado de que o mundo está aquecendo. Vale destacar que apenas uma das oito OSC de interesse privado se manifestou sobre o conflito Israel-Hamas. Outros temas presentes se referiram a dias especiais (HIV/AIDS, criança, diabetes), a vacina de malária, a insegurança alimentar e a saúde infantil. Enfim, as organizações da sociedade civil, em geral, seguem apontando caminhos de mudanças para um rumo em que ninguém seja deixado para trás, evidenciando uma agenda comum de temas de interesse.

Neste último informe de 2023, **De Negri e De Negri Filho** revisam os documentos publicados ao longo do último ano, buscando construir um mapa das iniciativas expostas, através dos três principais campos citados: *saúde pública, clima e justiça econômica*. Trazem eventos para ilustrar os campos escolhidos e mostrar suas conexões. “*O que deveríamos ter aprendido com 2023*” é um último lembrete dos objetivos e mecanismos que deveríamos levar conosco para o novo ano.

Neste último informe de 2023, **Ungerer** faz um histórico e um sumário das principais atividades das **Organizações do Sul-Global**. No Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (**UNOSSC**), destaca a nomeação da nova diretora, que vem identificando ações e parcerias de alto nível, incluindo reuniões com Chefes de Estado e de Governo e Chefes de missões. Participou de diversas reuniões, eventos e encontros e esteve presente em todas as conferências relevantes da ONU. O **G-77**, sob a presidência de Cuba, tem apontado as desigualdades do mundo, a desaceleração econômica acentuada pela pandemia do Covid-19 e as mudanças climáticas como fatores importantes das crises atuais. Destacou a importância da *Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento*, promovendo uma Cúpula sobre o tema que reuniu mais de 130 líderes em Havana, que abordou o *Pacto Digital Global* e a *Cúpula do Futuro de 2024*, além de impulsionar os ODS. O G-77 termina o ano reiterando a necessidade de mudanças na ordem econômica e na arquitetura financeira global, decididos de que os países do Sul atuem de forma criativa, com seus próprios programas e troca de experiências.

O **Comitê de Coordenação do G-77** e do **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** volta à cena, com a presidência de Uganda de ambas instâncias plurilaterais em 2024. O **MNA** tem reiterado seu total compromisso com o multilateralismo, solidariedade, transferência de tecnologia, capacitação e financiamento para os países em desenvolvimento e segue empenhado em defender a paz. Uma das iniciativas mais importantes do ano foi o estabelecimento da *Rede Jovem dos Não Alinhados*, bastante ativa e empenhada em criar capítulos nacionais e redes de jovens para atuar no cenário internacional. O **Centro Sul**, na qualidade de grupo independente de reflexão política e pesquisa, esteve em 2023 à frente das discussões sobre propriedade intelectual, processo de patentes e o acordo TRIPS. Foi bastante ativo nas discussões sobre a prevenção, preparação e resposta a pandemias, publicou diversos

artigos de pesquisa e resumos de políticas e discutiu temas de interesse para os países em desenvolvimento em fóruns multilaterais.

Tobar, Minayo e Brito trazem uma retrospectiva sobre os principais assuntos relacionados a política, saúde e economia na **América Latina**. Discutem o papel da **CEPAL** e da **SEGIB** na **COP28**. Destacam o lançamento do relatório *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023: a inclusão laboral como eixo central para o desenvolvimento social inclusivo*, pela CEPAL. Descrevem ações realizadas pela **ORAS-CONHU** na temática de *saúde mental na região andina*; pela **SECOMISCA** no lançamento da *Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030*; e pela **OTCA** que realizou *XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica*. Por fim, buscam elementos para explicar o aumento de tensões entre *Venezuela e Guiana na região de Esequibo*.

A **Cúpula de Presidentes** e a **Cúpula Social do Mercosul**, ambas realizadas no Rio de Janeiro, respectivamente em 4-5 e 7-8 de dezembro, ainda na vigência da PPT do Brasil, serão examinadas no próximo fascículo dos Cadernos. Da mesma forma, a posse de Milei na presidência da Argentina, a 10 de dezembro próximos.

Hoirisch analisa a política exterior da Argentina sob Milei, afirmando a não adesão ao **BRICS** é uma tolice. Mas torce para que isso não aconteça, porque Milei só iria atrapalhar o funcionamento do grupo. Ele está abandonando o discurso de campanha como promessas de fechar o BC, dolarizar a economia, romper com o Brasil e China. Brasil e Argentina são parceiros históricos desde os anos 80 e fundamentais no Mercosul. Com seus poucos deputados e senadores será difícil aprovar lei que retire a Argentina do Mercosul. Com a China, está amaciando o tom, após receber carta de Xi Jinping.

Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg repercutem a *3ª Conferência sobre Saúde Pública em África*, que este ano foi organizada pela **União Africana** e o **CDC África**, em colaboração com o Ministério da Saúde da *Zâmbia* e seu Instituto Nacional de Saúde Pública (Lusaca, 27-30 de novembro), sob o lema *“Vencer barreiras e reposicionar a África na Saúde Global”*, com nove temas distribuídos pelas sessões plenárias, diversas sessões paralelas, resumos (abstracts) e dezenas de eventos paralelos oficiais. Igualmente, traz ações de cooperação entre a **SADC** e a União Europeia no domínio da paz e segurança na região; do IKS na promoção do desenvolvimento industrial na SADC, tendo essa organização regional lançado um novo marco de avaliação para saúde e direitos sexuais e reprodutivos e constituído o Consórcio BESS para acelerar a transição energética em África. Por fim, a **AGIA** recebeu mais de US\$ 175 milhões para impulsionar infraestruturas verdes na região.

Na avaliação de **Freire**, o **ano europeu** de 2023 teve seu cenário político dominado pela guerra na Ucrânia, que pautou a agenda, mudando prioridades e configurações geopolíticas no continente. Os exemplos mais concretos são a ampliação da **OTAN**, que recebeu a Finlândia e está prestes a receber a Suécia; e o processo de alargamento da **União Europeia**. Com menor concretude, a guerra aprofundou crises europeias já em curso, como a energética, de segurança e alimentar, que, aliadas à expansão chinesa, levaram a Europa a redescobrir suas ex-colônias para buscar se abastecer de energia e matérias-primas. Neste bojo, e apoiadas pela eleição de Lula e pela presidência rotativa da Espanha, as relações entre **UE e CELAC** foram resgatadas após 8 anos de silêncio. A reaproximação e o contexto aparentemente favorável, no entanto, não foram suficientes para garantir o sucesso do **Acordo UE-Mercosul**. Outro problema que se tornou um grande desafio e tema frequente na Europa foi o crescimento dos movimentos migratórios, que afeta mais diretamente a Itália, apesar de ser um problema europeu. A crise

climática se manifesta intensamente no continente, com ondas de calor, incêndios, enchentes, enquanto a área da saúde vive os desafios de uma grave crise na força de trabalho e escassez de medicamentos, apesar do fim da emergência sanitária da Covid-19.

Tomando como ponto de partida a **guerra Israel-Hamas**, **Marques** analisa o aprofundamento do fosso entre o Norte e o Sul Global e a evolução das interferências geopolíticas nos debates globais. A analista resgata e traz para o debate os relatórios de riscos para 2023, que não viam perigo nas consequências das ações de permanente ocupação e desrespeito aos direitos humanos de Israel sobre a população palestina. Que não viam os riscos rupturas socioeconômicas, de saúde - e de vida - nos Territórios Palestinos Ocupados, por um Israel cada vez mais agressivo. A cegueira e surdez do mundo para a ocupação dos Territórios Palestinos por Israel, que dura mais de 70 anos, deu no que deu. Finalizamos 2023 com uma guerra cruel – que podia ter sido evitada, pois não eclodiu da noite para o dia – e que já envolve números superlativos de mortos e feridos, mas que, por enquanto, não envolve outros Estados regionais nem grandes potência. Mas até quando? Essa guerra reflete o crescimento de conflitos e de violência no mundo, envolvendo, principalmente, extremismos, radicalismos, fobias e limpezas étnicas.

Morreu Henry Kissinger (1923-2023). Segundo **Lobato**, o raro caso de um amigo da **China** e inimigo do Sul global. Sua morte ocorre no que parece ser a inflexão da política de aproximação com a China que ele personificou.

Guto Galvão aborda engajamento dos **EUA** na **COP28**, onde tratou de equilibrar a retórica com a realidade e buscou manter a liderança na crise climática.

Com muito pesar, registramos o falecimento da **dra. Carissa Etienne**, diretora emérita da Organização Pan-americana da Saúde, onde exerceu seus dois mandatos como diretora de fevereiro de 2013 a janeiro de 2023. Natural de Dominica foi uma grade amiga do Brasil e da Fiocruz, que visitou por mais de uma vez.

Sob a sua liderança, as Américas eliminaram a transmissão endêmica do sarampo, da rubéola e da síndrome da rubéola congênita e realizaram progressos consideráveis na prevenção e controle de doenças não transmissíveis. Foram feitos avanços no fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde e no progresso rumo à saúde universal, assim como na rotulagem dos produtos alimentares e introdução de impostos sobre as bebidas adoçadas com açúcar.



Uma nota de muita satisfação é registrar a cerimônia de outorga do título de *Honoris Causa* da Fundação Oswaldo Cruz, atual diretor da OPAS, ao brasileiro **dr. Jarbas Barbosa**, na manhã de 8 de dezembro, na Tenda da Ciência da Fiocruz, para a qual convidamos todos os leitores.



Feliz Natal, queridos leitores! Apesar de ser com esta imagem triste que está circulando nas redes, mas que, recordando-nos o sofrimento de milhares de crianças inocentes, faz-nos renovar o compromisso com a luta pela paz e contra a omissão e o silêncio diante das injustiças que testemunhamos todos os dias, aqui e no mundo.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 07 de dezembro de 2023

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz – Editores dos Cadernos

**Paz - direitos humanos – desenvolvimento - justiça:
o fio condutor complexo que sempre faltou à ONU**

Santiago Alcázar

À medida que se aproxima o final do ano, é sempre tentador lançar um olhar para trás, para o caminho que nos trouxe até aí. Onze meses e alguns dias se desfizeram em instantes, separados um do outro, sem o fio condutor do tempo. As coisas e os eventos soltos, parecem sem nexos, incompreensíveis mesmo. Afinar os olhos, perscrutar distâncias imensas, procurar juntar pontos improváveis para reencontrar sentidos perdidos é algo que fazemos desde tempos imemoriais.

Às vezes a revista resulta em narrativas míticas, outras em histórias oficiais e outras, ainda, em poesia pura, que nada mais é senão esse esforço colossal de reconstrução do cosmos a partir de fragmentos de sentimentos. Infelizmente, na maioria das vezes, o exercício acaba em almanaques que, segundo a sua etimologia, discutível, seria o lugar em que o camelo se ajoelha.

2023 poderia ter sido um ano qualquer, a ser registrado em rituais *camelianos*, como muitos outros. Para o universo da Organização das Nações Unidas, 2023 é o meio do caminho para alcançar as metas acordadas em 2015.

Naquela ocasião, como se recordará, a AGNU adotou a resolução 70/1 que apresentou a Agenda 2030 como o mapa de caminho de consenso para transformar o mundo, e os 17 ODS, como o motor para alcançar essa meta.

A resolução 70/1 é quase um olhar poético sobre o estado do mundo e a vontade de mudança. *Nós, todos nós*, reza o preâmbulo, *estamos determinados a livrar a humanidade da tirania da pobreza e da miséria, bem como a curar e cuidar do planeta. Estamos firmemente decididos em tomar as necessárias medidas transformadoras para tanto. Nesta jornada coletiva que iniciamos, fazemos a promessa solene de não deixar ninguém para trás*¹. A resolução retoma e dá um novo sentido às ideias fundamentais das Nações Unidas.

A Carta, como se recordará, repousa sobre quatro pilares: i) velar pela paz; ii) aderir ao reconhecimento da dignidade e valor de cada ser humano; iii) investir no desenvolvimento; iv) estabelecer e manter as condições necessárias para a realização da justiça e o respeito ao Direito Internacional. Esses quatro pilares são a própria razão de ser da Organização. Porque são intimamente interligadas e não podem ser consideradas em separado, sob pena de perda de sentido, constituem uma unidade indissociável, essencialmente imbricada.

Desde o início, o principal desafio da Organização foi enfrentar forças de fissão, que destruiriam aquela unidade imbricada, como as da recém produzida bomba atômica. No momento em que se aprovava, em Nova York, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizava-se, na Palestina, a Nakba. Dos 193 Estados membros que hoje conformam as Nações Unidas, apenas 50 assinaram a Carta em São Francisco, os demais 143 eram ainda colônias. O

1

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

regime de apartheid inaugurava-se na África do Sul. A paz vinha ameaçada por uma Guerra Fria, que produzia guerras quentes em todos os quadrantes e o anseio de desenvolvimento não encontrava tração e era travado pelas urgências do momento. Desde o início, rompeu-se a unidade essencial dos propósitos e princípios da Carta. Como numa tragédia, a ONU foi amaldiçoada e impedida de avançar na ideia de um mundo melhor.

A circunstância hoje não é muito diferente daquela que testemunhou o começo da ONU. Em 25 de abril do corrente, por ocasião da edição especial do relatório de progresso dos ODS, o Secretário-Geral, Antônio Guterres apresentou um quadro desolador do estado de situação:

“Na metade do caminho para 2030 estamos deixando para trás mais da metade do mundo.

Apenas 12% das metas estão em fase. O progresso em 50% delas é fraco ou insuficiente. Em mais de 30% dos ODS houve retrocesso.

A menos que façamos algo urgente, a Agenda 2030 será um epitáfio de um mundo que poderia ter sido”².

Estávamos assim na metade do caminho, ainda sob os efeitos tardios da Covid-19 e hoje sofrendo com as consequências da guerra na Ucrânia – subida de preços de alimentos e combustíveis, favorecendo a inflação e o aumento das taxas de juros – que tornam improvável os investimentos nos ODS.

Em setembro, a AGNU considerou o projeto de declaração ministerial sobre desenvolvimento sustentável, do Foro Político de Alto Nível (HLPF nas siglas em inglês)³. Deficiente e obsceno, o projeto é um exemplo acabado de fracasso. Deficiente, porque nada propõe para reverter o parecer sombrio do Secretário-Geral. Obsceno, porque, graças ao trabalho de formiga de integrantes do comitê de redação, conseguiu-se apresentar um texto enfadonho, cujo mérito consiste em retirar dos países desenvolvidos a responsabilidade pelo aumento das inequidades, pela falta de acesso a medicamentos e insumos de saúde, pelo aumento da emissão de gases de efeito estufa, e pelo peso da dívida pública nos países em desenvolvimento⁴. A ideia, como se vê, é livrar de qualquer culpa aos responsáveis do desastre.

O projeto de declaração ministerial seguiu para a Cúpula da Assembleia Geral sobre os ODS⁵ e foi aprovado, sem emendas ou críticas, como se fosse alguma fatalidade à qual é inútil opor resistência. Com isso, evidentemente, não se avança sequer um milímetro em direção à consecução dos ODS ou à promessa de transformar o mundo feita, em 2015, pelos Chefes de Estado e de Governo por meio da resolução poética 70/1. Parece claro que a Agenda 2030 e os seus ODS estão agônicos à espera de uma milagrosa *Cúpula do Futuro*, em 2024 ou das aspirações de uma *Nossa Agenda Comum*, que em seu pronome, infelizmente, não reúne mais que sonhadores da estirpe de Antônio Guterres.

Sem a paz, carcomida por sucessivas guerras, sem a adesão ao reconhecimento dos direitos humanos, traspassados por pregos, estilhaços ou projéteis, sem as condições para a realização da justiça e o respeito ao Direito Internacional – esperava-se, não se sabe por quê,

² <https://press.un.org/en/2023/sgsm21776.doc.htm>

³ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N23/261/94/PDF/N2326194.pdf?OpenElement>

⁴ Ver no Caderno CRIS-Fiocruz 16, o artigo *É possível ir mais longe?* Acesso:

<https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-16-2023>

⁵ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N23/261/94/PDF/N2326194.pdf?OpenElement>

que houvesse suficiente tração para avançar no direito ao desenvolvimento. O próprio SG, no entanto, reconhecia que:

“A inequidade e injustiça que se observa nas relações internacionais perpassa todo o sistema, inclusive as Nações Unidas, a arquitetura financeira internacional, os bancos privados e as agências de avaliação de crédito”⁶.

Não se trata de uma afirmação menor, sem importância. Em julho do corrente, o SG apresentou o relatório *Um mundo de dívida. O peso crescente para a prosperidade global*⁷. Segundo o relatório, o total da dívida pública alcançou em 2022 a soma assombrosa de US\$ 92 trilhões, praticamente igual ao valor do PIB mundial. Desde o ano 2000, a dívida pública teria aumentado 5 vezes. O SG destacou, na apresentação, que os países africanos pagam em média 4 vezes mais juros que os EUA e até 8 vezes mais que os países europeus mais ricos. Obrigações com o pagamento de juros estaria impedindo grande número de países em desenvolvimento a investir nos ODS. Como avançar nos ODS quando a lógica do sistema financeiro internacional difere das necessidades dos países em desenvolvimento? O tamanho da dívida pública obriga a escolhas de Sofia que não favorecem os ODS. Injustiça que produz inequidade, perpassa todo o sistema e nega a possibilidade de levar adiante o anseio de desenvolvimento inscrito na Carta.

Em 20 de setembro, o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Direito ao Desenvolvimento apresentou ao Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, o projeto de tratado sobre o direito ao desenvolvimento.

O projeto de tratado fez um longo caminho iniciado em 1966 com o Pacto sobre direitos econômicos, sociais e culturais, adotado pela AGNU, em 1966⁸. Passou pela Declaração sobre direito ao desenvolvimento⁹, adotada pela AGNU, em 1986, com 146 votos a favor, 1 em contra (EUA) e 8 abstenções (Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Israel, Japão, Suécia e Reino Unido). E chegou finalmente ao GT ad hoc no Conselho de Direitos Humanos.

Em Genebra, em setembro, a maioria dos representantes manifestou-se a favor do projeto de tratado. Alguns Estados, no entanto, que têm enorme poder em paralisar questões e em enterrar iniciativas que podem incomodar, argumentaram que instrumento vinculante sobre a matéria não é a melhor forma de abordar a questão do desenvolvimento. Expressaram opinião que dever-se-ia, ao invés, envidar esforços para a implementação – pasmem! – da Agenda 2030, a mesma que parece moribunda com os seus ODS embalsamados como múmias¹⁰.

Sem alarde, em surdina, sem que ninguém notasse, 2023 enterrou o direito ao desenvolvimento. Alguém sugeriu ir à morgue para identificar um cadáver, que talvez seja a 2030, com os seus 17 filhos, como alguma mãe em Gaza, para quem os números já não contam, nem cantam.

Como disse o SG em sua alocução perante a 76ª sessão da AGNU:

⁶ Ver 2 acima

⁷ <https://unctad.org/publication/world-of-debt>

⁸ <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights>

⁹ <https://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Declaração-sobre-o-Direito-ao-Desenvolvimento.pdf>

¹⁰ Ver o artigo de Armando de Negri *Tackling the planned lack of care: could a right to development treaty promote universal social protection systems?* em <https://link.springer.com/article/10.1057/s41301-022-00347-y>

“Nosso mundo nunca esteve tão ameaçado ou mais dividido. Vivemos crises em profusão. A crise do clima está triturando o planeta. Os direitos humanos estão sob ataque. A solidariedade foi dada como desaparecida em combate. A maioria da população dos países ricos está vacinada. Enquanto 90% da população da África ainda aguarda a primeira dose. Estamos sendo reprovados em ética.”

A fala do SG em 2021, em plena pandemia nada perdeu em atualidade. Nosso mundo continua ameaçado e dividido. As crises pululam, o descaso com a mudança climática alcança paroxismo de loucura, os direitos humanos continuam sob ataque, agora de maneira gritante em Gaza, a solidariedade foi morta a facadas em alguma rua, em plena luz do dia, e a ética, bem, a ética... O que dizer? Fomos todos reprovados, de novo. Nada a acrescentar.

Fracassou o ECOSOC e o seu adjunto menor, o HLPF, ao não produzirem um projeto de declaração ministerial indignado com o estado de situação dos ODS.

Fracassou a Cúpula dos ODS ao tomar aquela amolação indolente, modificá-la para livrar os irresponsáveis do fogo do inferno.

Em 2023, realizaram-se três reuniões de alto nível na área da saúde ao abrigo da AGNU: i) sobre prevenção, preparação e resposta frente a pandemias; ii) sobre cobertura universal em saúde; iii) sobre a luta contra a tuberculose. Algum observador poderia dizer que a crescente importância da saúde a fez sair do círculo restrito da OMS, em Genebra, atravessar o Atlântico, espalhar-se na rudeza das margens do East River e aboletar-se no plenário da AGNU, em Nova York. Seria, no entanto, a constatação de um fato burocrático e nada mais. As três reuniões sofreram de baixa representatividade e não foram capazes de produzir resultados fundamentais, no espírito da 70/1¹¹. Essa parece ser a característica dos documentos que emanam da AGNU. Ficam todos aquém do esperado, que é muito, de acordo, mas essencial e necessário para a efetiva transformação do mundo. São, portanto, fracassos que se somam ao fracasso da AGNU, que nada consegue, a julgar pelas repetidas e dramáticas asserções do SG, como o grito do profeta no deserto.

O maior fracasso, entretanto, deu-se no Conselho de Segurança e em sua incrível incapacidade de condenar e parar o assassinato em massa, não há outra forma honesta de dizê-lo, de mulheres, crianças e homens inocentes em Gaza. É inacreditável e incompreensível que o CS, neste século XXI carregado de esperanças, não tenha sido capaz de evitar e, depois, de parar o genocídio de palestinos, que continua nesta segunda-feira, dia 4 de dezembro, de 2023. O Representante Permanente de Israel disse diversas vezes que a guerra – eufemismo para a matança generalizada e sem quartel – pode terminar no mesmo instante em que forem libertados todos os reféns e os integrantes do Hamas se renderem. Não há, como se pode observar, qualquer intenção de parar o que começou sob o comando de um Governo que age e atua fora da lei, com o beneplácito de potências que têm sentimento de culpa histórica pelos crimes que cometeram. O inferno não pode ficar vazio. Alguém tem que expiar os crimes cometidos. Que recaia agora, então, a culpa sobre os malditos palestinos! Antes, outros pagaram a conta.

Tecnicidades de linguagem freiam qualquer obrigação moral ou manifestação de indignação e dão passagem livre para a defesa de um obscuro e indefensável direito de

¹¹ Ver *Uma AGNU sem precedente para a saúde*, de Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão, em <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-17-2023>

autodefesa. Que direito é esse, pode-se perguntar, que legitima a matança de mais de 20 mil pessoas, segundo as mais recentes estimativas, e impede o socorro humanitário às vítimas?

O quê resta do projeto de unir as nações em torno ao compromisso com a paz, com reconhecimento da dignidade e valor de cada ser humano, com o direito ao desenvolvimento e com a criação e a manutenção das condições necessárias para a realização da justiça e o respeito do Direito Internacional? O quê resta do compromisso em entender esses anseios de maneira indissociável uns dos outros, como se fossem uma unidade essencialmente intrincada?

2024 pode marcar o início para reformas na Organização das Nações Unidas há muito solicitadas pelos mais variados atores da cena internacional. De pouco servirão, no entanto, se as mesmas não operacionalizarem o princípio indissociável da Carta *paz-direitos humanos-desenvolvimento-justiça*. É improvável tendo em conta a história.

A framework for peace in Israel and Palestine¹²

Jeffrey D. Sachs

It is urgent to free the hostages in Gaza; stop the bloodshed in Israel and Palestine; establish lasting security for both the Israeli and Palestinian peoples; achieve the aspiration of the Palestinian people for a sovereign state; and establish a process of true sustainable development in the Eastern Mediterranean – Middle East (EMME) region. This can be set in motion by immediately welcoming Palestine as a UN member state.

Palestine already has broad recognition as a sovereign state, recognized (as of June 2023) by 139 of the 193 UN member states, though not by the US or most of the European Union (Sweden recognized Palestine in 2014, and Spain has recently signaled a possible move to recognition). Yet crucially for its diplomacy and participation in global affairs that decide its fate, it is not yet a member of the UN. On September 23, 2011, the Palestinian Authority applied for UN membership in line with decades of UN Security Council resolutions calling for a two-state solution, based on the pre-1967 borders. The letter was duly forwarded to the Security Council's Committee on the Admission of New Members.

As the President of Palestine Mahmoud Abbas noted in the application letter:

“The right of the Palestinian people to self-determination and independence and the vision of a two-State solution to the Israeli-Palestinian conflict have been firmly established by General Assembly in numerous resolutions, including, inter alia, resolutions 181 (II) (1947), 3236 (XXIX) (1974), 2649 (XXV) (1970), 2672 (XXV) (1970), 65/16 (2010) and 65/202 (2010) as well as by United Nations Security Council resolutions 242 (1967), 338 (1973) and 1397 (2002) and by the International Court of Justice Advisory Opinion of 9 July 2004 (on the Legal Consequences of the Construction of a Wall in the Occupied Palestinian Territory). Furthermore, the vast majority of the international community has stood in support of our inalienable rights as a people, including to statehood, by according bilateral recognition to the State of Palestine on the basis of the 4 June 1967 borders, with East Jerusalem as its capital, and the number of such recognitions continues to rise with each passing day.”

After the submission to the UN Security Council the US worked behind the scenes in the membership committee to stop the application, even though there was overwhelming support for it in the committee, the UN Security Council itself, and across the UN General Assembly. The UN Security Council never even voted on Palestine's application because of the US opposition, and Palestine settled at the time for observer (non-voting) status. The UN Security Council should approve Palestine's application now, a dozen years later, but this time with the US publicly recognizing what it has claimed all along, but never really supported: full statehood and UN membership for Palestine.

¹² Publicado originalmente em 30 de novembro, no blog *2023 Antiwar.com*, republicado no Caderno CRIS com autorização do Autor. Acesso: https://original.antiwar.com/Jeffrey_Sachs/2023/11/29/a-framework-for-peace-in-israel-and-palestine/

Netanyahu's war is obviously not in pursuit of a just peace. Netanyahu and his cabinet explicitly reject the two-state solution, aim to subdue the Palestinians in Gaza and the West Bank, and propose more Israeli settlements in occupied Palestine and permanent Israeli sovereignty over East Jerusalem. Their policies amount to apartheid and ethnic cleansing. Precisely because of these injustices, the war is likely to escalate into a regional war, drawing in Hezbollah, Iran, and others, unless a just political solution is established.

Before October 7, Netanyahu sought to "normalize" relations with Arab states without also addressing the need for a Palestinian state, yet this cynical approach was doomed to fail. A real and lasting peace can only be achieved together with political rights for the people of Palestine.

True leaders for peace on both sides have repeatedly been martyred, including the great Egyptian leader Anwar Sadat and the brave Israeli Prime Minister Yitzhak Rabin, both of whom were killed because they preached peaceful co-existence. Countless more Palestinians and Israelis, whose names we don't even know, have also died in the quest for peace between Israelis and Palestinians, victims of terrorism often by extremists within their own communities.

Despite these serious obstacles, there is a clear way forward to peace through the UN because the Arab and Islamic nations have long called for peace with Israel based on the two-state solution, as called for by the Palestinian Authority. In the Extraordinary Joint Arab-Islamic Summit in Riyadh on November 11, the Arab and Islamic leaders made the following declaration in favor of a two-state solution:

"As soon as possible, a credible peace process should be launched on the basis of international law, legitimate international resolutions and the principle of land for peace. It says this should be within a specific time frame and based on the implementation of the two-state solution with international guarantees, leading to an end to the Israeli occupation of the Palestinian territory, including East Jerusalem, the occupied Syrian Golan, the Shebaa Farms, the Kafr Hills, Shoba and the outskirts of the Lebanese town of Al-Mari." (English translation of Arabic original)

Importantly, the Arab and Islamic leaders drew specific attention to the 2002 Arab Peace Initiative, that already twenty-one years ago affirmed that:

"a just and comprehensive peace in the Middle East is the strategic option of the Arab countries, to be achieved in accordance with international legality, and which would require a comparable commitment on the part of the Israeli government... [and] Further calls upon Israel to affirm (inter alia) [t]he acceptance of the establishment of a sovereign independent Palestinian state on the Palestinian territories occupied since June 4, 1967 in the West Bank and Gaza Strip, with East Jerusalem as its capital."

The Arab countries stated clearly already back in 2002 that such an outcome would lead to peace between the Arab nations and Israel, specifically that the Arab nations would "Consider the Arab-Israeli conflict ended, and enter into a peace agreement with Israel, and provide security for all the states of the region." Alas, Netanyahu has been in power most of the period since 2009 and has done what he could to ignore the Arab Peace Initiative and keep it out of the view of the Israeli public.

The UN Security Council, including all permanent (P5) members, should immediately admit Palestine to the UN and commit to provide operational and financial support to the implementation of the two-state solution, including peacekeepers welcomed by Palestine. In particular, the UN SC resolution should commit the UN and neighboring states to support both Israel and the new UN member state of Palestine to establish mutual security, and the demilitarization of militia forces.

The UN Security Council resolution would usefully include the following points:

- The immediate establishment of Palestine as the 194th UN member state, with the 4 June 1967 borders, with the capital in East Jerusalem and control over the Islamic Holy Sites;
- An immediate release of all hostages, permanent ceasefire by all parties, and flow of humanitarian aid under UN supervision;
- A peace-keeping force in Palestine, drawn largely from Arab nations and operating under the mandate of the UN Security Council;
- The immediate disarmament and demobilization of Hamas and other militias by the peacekeeping forces as part of the peace;
- Diplomatic relations established between Israel and all Arab league states in conjunction with UN membership of State of Palestine;

A new UN Peace and Development Fund, as I recently advocated in the UN Security Council, to help finance, among other goals, a long-term sustainable development program in the Eastern Mediterranean region, including Palestine, Israel, Syria, Lebanon, Jordan, Egypt, and other neighbours.

Of course, there would remain much to negotiate, including mutually agreed border adjustments, but these negotiations would take place in peace, between two sovereign UN member states, and under the auspices of the UN Security Council, the UN General Assembly, and crucially, the UN Charter and the Universal Declaration of Human Rights.

Reconfiguração mundial

Adhemar Bahadian

Com a presidência do G20, o Brasil, pela voz de seu chefe de Estado, anuncia um ano de 2024 de revisão e reconfiguração da ordem internacional.

Ao indicar que os eixos centrais de sua gestão serão o combate à pobreza e aos fenômenos climáticos adversos, Lula anuncia a importância de uma revisão profunda dos organismos políticos surgidos após a Segunda Guerra Mundial, em especial as Nações Unidas, e os dos organismos internacionais financeiros e econômicos, como a OMC.

Não é tarefa menor, mas igualmente não há tarefa mais premente a fim de que se interrompa a marcha acelerada para um mundo profundamente desigual e sujeito a fenômenos de represália da natureza pela inconsequência do comportamento humano.

De certa forma, Lula oferece o esforço brasileiro para estimular uma reconfiguração do cenário internacional em óbvio processo de esgarçamento. Temos uma burocracia internacional competente para fazê-lo e Lula é hoje uma voz ouvida e apreciada por sua lucidez e mais do que evidente liderança.

O esgotamento da ideologia dos últimos quarenta anos, quando se assistiu a uma proliferação de tensões muito mais disjuntivas do que agregadoras, impõe uma análise fria do que se necessita fazer de imediato para retomarmos uma atividade internacional efetivamente cooperativa.

A começar pelo sistema das Nações Unidas, coluna vertebral da chamada diplomacia parlamentar ou multilateral. E nada se fará aqui sem uma revisão pelo menos do abuso do direito de veto dos cinco grandes membros permanentes do Conselho de Segurança. As recentes deliberações sobre o conflito Israel-Hamas e o morticínio da população civil jogada numa armadilha sinistra, demonstram, aos olhos mais impérvios ao Direito Humanitário, a escarpa abissal de nossa indiferença à vida. Alheia.

Não deixa de ser simbólico o falecimento de Henry Kissinger, estadegista singular de uma *realpolitik* que marcou uma época de intervenções militares ou golpes de Estado em nome de uma prepotência ideológica. Não significa que, sobretudo na aproximação dos Estados Unidos da América com a China, Kissinger não mereça nossa admiração por sua visão estratégica.

De qualquer modo, a solução militar para as dissonâncias políticas se mostra cada vez mais inviável pelas consequências humanitárias e para o meio ambiente.

Resulta daí a inescapável tarefa de uma revisão dos trabalhos e mandatos dos organismos econômicos internacionais após os últimos traumatismos internacionais, dentre os quais avultam o neoliberalismo predatório, a globalização desequilibrada e a pandemia de COVID-19.

Daí que muito antes de nos engajarmos em projetos ambiciosos de reordenação internacional, com denominações poéticas ou irrealistas, deveríamos nos concentrar em identificar erros históricos que nos tenham levado a falsas crenças e atividades claramente prejudiciais ao desenvolvimento social da comunidade internacional.

Antes que me acusem de propor generalidades, gostaria de recordar o número indecente de mortos no Brasil por ocasião da pandemia. Não há como negar que, a par de desencontros em nossa saúde pública, o regime de propriedade intelectual inserido no Acordo TRIPS da OMC teve impacto decisivo no acesso a vacinas universalmente. Será que o acordo TRIPS tem suporte efetivo no direito internacional para constituir-se num óbice ao direito à vida? Como chegamos a esta anomalia, senão por pressão de lobbies poderosos favoráveis ao monopólio ou ao oligopólio?

Como justificar o constrangimento de os países não serem livres para privilegiar suas indústrias nas compras governamentais? Hoje, esta diatribe se apresenta como se fosse direito internacional.

A tarefa do G20 em 2024 será hercúlea, talvez só comparável ao início dos anos 60, quando se introduziu o conceito de desenvolvimento nos debates econômicos. O simples fato de que hoje a temática seja a pobreza e a desigualdade social ilustra o medieval retrocesso que sofremos em nossas economias nacionais, hipnotizadas por slogans marqueteiros travestidos de suma teológica em relações internacionais.

Ou será que não perdemos parcela importante de nossa indústria na formação de nosso Produto Nacional? Voltamos candidamente a nos contentar como exportadores de produtos primários e minerais nobres para o desenvolvimento tecnológico das grandes matrizes internacionais?

Geopolítica da agressão

Adhemar Bahadian

A troca de reféns entre Israel e o Hamas é um sopro de fada nos gestores diabólicos da geopolítica da agressão.

Geopolítica que se desnuda a cada dia e, por maiores sejam seus esforços para se alinhar com as esperanças de tranquilidade, criatividade e harmonia, tão necessárias neste século 21, mais evidencia seu real compromisso com a desigualdade social, com o capitalismo neoliberal canibalístico e com a regressividade civilizacional, às vezes em diferentes tons cinzas de espiritualidade e religiosidades propensas mais ao ódio do que ao amor.

Não mais. O horror exposto nas televisões mundo afora há de ter deflagrado em todos nós a vergonha de sermos humanos, destruidores de vidas de bebês inocentes, a nos lembrar Herodes em sua fúria de matar o filho de Deus. Não só. A última sessão de cinema do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando a resolução proposta pelo Brasil foi vetada pelo país-líder do mundo ocidental, terá suscitado em nós a convicção de que caminhávamos em marcha batida para a aniquilação não só do planeta, mas de nossa vida nele e tudo que em milênios expusemos como civilização em nossos museus e em nossos livros de História. Nos apequenamos como pigmeus incultos, bárbaros dotados de uma inteligência tão monetizada quanto estúpida. Inteligência artificial?

Mas, talvez, a retórica grandiloquente e totalitária, igualmente retomada por candidato à reeleição nos Estados Unidos da América, tenha sido o arranhar do giz no quadro-negro. Nela se evidencia a proposta de aprofundamento da geopolítica da agressão, do desrespeito aos direitos fundamentais, o ressurgimento do neoliberalismo predatório, o ódio aos imigrantes, o racismo de pele e de alma, a marcha da barbárie com trompas e cornetas em uníssono a tocar os si bemóis maiores da violência.

E finalmente, o gigante, no que nele ainda existe de civilizatório e democrata, se moveu. Um passo silencioso, mas que terá deixado marcas profundas nos solos em que pisou. A trégua humanitária se deve ao gigante, finalmente tocado pelo grito apertado de todos os cantos da terra em clara condenação à barbárie.

Em particular, de especial significado é o aparecimento nos Estados Unidos da América de grupos de juristas conservadores, muito deles ex-membros de governos republicanos a remontar a Reagan, decididos a alertar os seus co-cidadãos e, em especial, os conservadores racionais, a acordarem para a luz vermelha que se acende em direção à humanidade caso o candidato da extrema direita, seu principal boneco de ventríloquo, seja eleito. Será um mandato de regressão histórica que não podemos permitir a nossos filhos e netos, que jamais nos perdoarão pela irracionalidade ou pelo desespero.

E aqui, mais uma vez, a política externa de Lula, tão amesquinhada pelos ventríloquos locais - que temos, infelizmente - é particular destino. Lula, que nesta semana irá se encontrar com chefes de Estado, talvez possa regar a semente de bom senso que começa a vicejar.

Talvez seja a hora de promover encontros políticos do G-7, do G-20, juntamente com os BRICS, com o objetivo de coligar um decálogo de cláusulas pétreas do Direito Internacional para

encaminhamento a todos os povos amantes da paz, por intermédio, se possível, de um manifesto do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

E, em consequência, convidar Israel e os Palestinos a retomarem as negociações de paz hoje definitivamente sabotadas pelo governo de turno em Israel.

Biden certamente relutará a princípio, mas tenho certeza que a lucidez que sua idade cronológica propicia fará com que mova sua imensa máquina do State Department.

É hora de botar os gaviões em suas jaulas. Douradas.

Gênese e evolução da cooperação humanitária brasileira

Luiza Lopes da Silva

1. Introdução – O surgimento da Assistência Humanitária Internacional

Entende-se como humanitarismo um conjunto de princípios, originalmente preconizado por religiões e sistemas filosóficos, surgidos espontaneamente a partir da empatia e da solidariedade. Ao longo do tempo, essa herança milenar materializou-se no filantropismo, na caridade, na solidariedade e no entendimento de que contribuir para o bem-estar do próximo constitui dever moral do ser humano. Tardariam séculos, contudo, para que essas convicções de indivíduos, igrejas e associações filantrópicas comesçassem a ser incorporadas pelos Estados em sua atuação internacional.

A gênese da pauta humanitária internacional pode ser remontada a meados do século XIX. Em 1859, durante uma viagem de negócios na Itália, o jovem empresário suíço Henry Dunant chegou à pequena cidade italiana na Lombardia, por casualidade, no exato dia em que terminara uma batalha (Solferino), deixando mais de 40 mil vítimas. Vendo a cidade abarrotada de feridos, dependentes de serviços médicos insuficientes e inadequados, Dunant juntou-se a um grupo de voluntários formado para ajudar a recolher e cuidar dos feridos. A experiência foi tão marcante que, a partir daquele momento, Dunant passou a dedicar-se à causa do alívio do sofrimento das vítimas de guerras, começando pela publicação de um livro de memórias relatando as atrocidades testemunhadas durante o embate e fazendo algumas propostas básicas. O livro de Dunant teve enorme sucesso em toda a Europa e, graças a seu ativismo, sensibilidade e dedicação, suas três propostas iniciais tiveram consequências profundas e duradouras nos anos seguintes:

- A primeira – estabelecimento de sociedades voluntárias em todos os países que, em tempos de paz, se preparassem para servir como auxiliares dos serviços médicos militares – resultou na fundação em 1863, por ele próprio e outros quatro parceiros, de um comitê socorrista privado, renomeado em 1880 Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com sede em Genebra. Em pouco tempo, seria estabelecido o sistema de Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, das quais existem hoje quase 200 em todo o globo.

- A segunda – adoção de um sinal internacional de identificação e proteção da equipe e das instalações médicas – concretizou-se na adoção do emblema protetor da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho/ Cristal Vermelho).

- A terceira – adoção pelos Estados de um tratado internacional que garantisse proteção jurídica a feridos e doentes das Forças Armadas, hospitais militares e equipe médica – resultou em conferência internacional, na qual se adotou a Primeira Convenção de Genebra “para a Melhoria da Condição dos Feridos nos Exércitos no Campo” (1864) e a todos os tratados subsequentes do Direito Internacional Humanitário. Pela primeira vez, os conflitos armados foram regulamentados por uma legislação geral escrita, concordando os Estados em limitar voluntariamente seu próprio poder em favor do indivíduo. Esta foi a primeira convenção de direito humanitário e a primeira convenção multilateral da história do direito internacional, dando origem ao amplo arcabouço normativo internacional hoje existente. A assistência/cooperação humanitária teve em sua gênese, portanto, o foco na proteção de pessoas, especialmente civis, dos efeitos colaterais dos conflitos bélicos.

Menciona-se aqui a trajetória deste homem extraordinário porque seu esforço teria impacto mundial. O conjunto de regras e normas formado nas décadas seguintes permitiria o surgimento do Direito Internacional Humanitário (DIH). Na construção deste arcabouço normativo, abraçado no século XX pela ONU e pela quase totalidade dos países do globo, teria destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Na esteira do arcabouço normativo, viria a criação de agências da ONU especializadas nos temas humanitários, sociais e econômicos – logo replicada no âmbito das organizações regionais e sub-regionais – OCDE, UE, OEA, CEPAL, Mercosul, OTCA, NEPAD e tantas outras. À luz da nova filosofia centrada na responsabilidade de proteger, os Estados começaram a ser instados a cooperar na solução de problemas internacionais de caráter humanitário.

Progressivamente, com a evolução normativa e jurídica decorrente do reconhecimento de um leque crescente de direitos humanos, o escopo da “ajuda/assistência (e posteriormente cooperação) humanitária” seria transformado, passando a incluir não apenas as ações imediatas em situações de emergência, mas também a vertente estruturante de preparação, resiliência e capacidade de resposta.

2. Os atores da cooperação internacional na atualidade

Já não se restringindo a cooperação humanitária ao alívio imediato do sofrimento em situações de guerra, ela se estende no século XXI, de modo mais amplo, à prevenção, reconstrução e criação de resiliência em setores diversos, interligando-se à cooperação para o desenvolvimento. Este é o caso de diversas agências da ONU, que trabalham com conceito ampliado de assistência humanitária, englobando assistência emergencial e criação de capacidades. Lista não exaustiva das agências da ONU que lidam com a assistência humanitária (tanto na fase emergencial quanto na de construção de capacidades) dá uma ideia da magnitude de atores multilaterais disponíveis:

- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
- Programa Mundial de Alimentos (PMA)
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)
- Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)
- Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNRWA)
- Organização Internacional para as Migrações (OIM)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV)

Na área específica de resposta a desastres humanitários, destaca-se o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), criado em dezembro de 1991 com o mandato de aumentar a capacidade de resposta da ONU a emergências diversas e desastres naturais e garantir que as pessoas afetadas pelas crises recebam a assistência e a

proteção necessários. Conforme seu discurso, “os Estados têm a responsabilidade primária de proteger as pessoas sob seu controle”. Para implementar esse mandato o OCHA, em articulação com outros órgãos da ONU, busca expandir o alcance da ação humanitária, aperfeiçoar a priorização de ações e reduzir a duplicação de esforços, garantindo que a assistência e a proteção sejam otimizados e cheguem às pessoas que mais precisam.

Entre os atores envolvidos na cooperação humanitária, destacam-se, naturalmente, os próprios Estados. A maior parte é hoje – de forma regular ou ocasional – doadora no sistema multilateral: levantamentos recentes identificaram menos de dez países que jamais fizeram uma doação humanitária. Com a ampliação do rol dos Estados que oferecem recursos, em maior ou menor volume/regularidade, tornou menos clara - até certa medida - a linha divisória entre doadores e recebedores, ainda que os países desenvolvidos (a maioria dos quais integrantes do grupo de doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) façam aportes de magnitude diferenciada.

Além dos Estados e organismos multilaterais, participam do esforço de cooperação humanitária internacionais, entes subnacionais, organizações regionais e sub-regionais, empresas, bancos de desenvolvimento, instituições filantrópicas e outros atores da sociedade civil. O Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE-IBICT/MCTI) indica haver atualmente cerca de 500 instituições diretamente envolvidas na cooperação internacional para o desenvolvimento, sendo 83 Organizações Internacionais, 93 Agências Governamentais de Cooperação, 160 Órgãos/Mecanismos de Financiamento, 76 Think-tanks e 49 outras instituições. Pela complexidade do tema, é prática comum a atuação em parcerias de formatos diversos, seja entre dois ou mais países; entre países e organismos internacionais; entre países e entidades da sociedade civil, entre outros. É neste cenário que o Brasil atua, selecionando as configurações de parceria mais adaptadas a cada situação.

3. A Cooperação Humanitária brasileira

3.1 Origens

Em 1864, quando finalizavam as negociações da primeira convenção internacional sobre questões humanitárias referidas acima, o Brasil se encontrava às portas da Guerra do Paraguai e, ao mesmo tempo, envolvido com a grave questão humanitária interna que ainda persistia – o sistema escravocrata. Superados esses desafios, aos quais se somou a substituição do governo monárquico pelo republicano, o país veio a ratificar em 1906 a Convenção de Genebra de 1864. Pouco depois, graças a iniciativa do médico brasileiro Joaquim de Oliveira Botelho e com apoio da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a Sociedade da Cruz Vermelha do Brasil foi fundada, oficialmente reconhecida pelo Governo brasileiro, aceita como membro do Movimento Internacional da CV e autorizada a estender sua ação por todo o país. A eclosão da I Guerra Mundial deu forte impulso à estruturação da CV brasileira, que veio a se tornar instituição modelar na formação de enfermeiras e outros profissionais, entre diversas outras iniciativas de ajuda humanitária. Em tempos de paz, começaria a socorrer vítimas de secas, enchentes, deslizamentos de terra e outras catástrofes/desastres naturais, apoiar a formação de profissionais de saúde e realizar outras ações afins, no Brasil e em outros países.

A assistência humanitária internacional brasileira começou, portanto, com uma organização não estatal. Tardaria um século até que o próprio governo brasileiro montasse uma estrutura e iniciasse seu engajamento direto nesta ação.

Os primeiros passos na esfera da cooperação internacional começaram a ser dados pelo governo brasileiro (Governo Vargas) nos anos 1940-50. Tratava-se da cooperação técnica recebida, atrelada a uma estratégia desenvolvimentista clara. Este esforço foi coordenado pela recém-criada Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), composta por membros da Secretaria de Planejamento/PR, do MRE e de Ministérios Setoriais. O país passou então a receber assistência técnica dos parceiros desenvolvidos, especialmente Alemanha, EUA, França e Japão. Segundo registros, entre 1960 e 1990, o Brasil foi receptor de cerca de mil e trezentos projetos de cooperação técnica internacional. Não havia ainda qualquer componente humanitário nessas políticas, mas o caminho começava a ser aberto para a cooperação em outras esferas.

3.2 Antecedentes imediatos da cooperação prestada pelo Brasil

Até os anos 1960, o Brasil era um receptor de cooperação externa. As iniciativas de aproximação com os demais países em desenvolvimento – inicialmente os latino-americanos – concentravam-se sobretudo na integração comercial/econômica (data desse ano a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC , posterior ALADI) e física (registra-se, em 1969, a assinatura do Tratado da Bacia do Prata por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, visando a promover o desenvolvimento e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência).

A partir daquela década, contudo, o tema da cooperação internacional com países em desenvolvimento entrou no discurso político brasileiro com a Política Externa Independente do governo Jânio Quadros (1961) e, na sequência, com João Goulart (1961-64). O discurso brasileiro se inspirava, em grande medida, nos princípios surgidos dos debates dos Países Não Alinhados e da então recente Conferência de Bandung (1955) , bem como das mudanças políticas surgidas com os movimentos de independência na África e na Ásia. Refletia a emergência do eixo Norte-Sul e a percepção crescente das assimetrias de desenvolvimento entre as nações. Em ambos os casos, tratavam-se de declarações de interesse na situação dos demais países em desenvolvimento, seguidas pela busca de aproximação política. Somente em período posterior começariam a ser colocadas em prática.

O objetivo de cooperação com países em desenvolvimento foi retomado durante o regime militar, com o Pragmatismo Responsável da Política Externa de Ernesto Geisel (1974-79). Em seu discurso de posse, o novo Chanceler reconheceu “os deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial”. Manifestava-se a favor de uma ordem internacional mais equânime, privilegiando os países em desenvolvimento, que considerava as principais vítimas da ordem econômica constituída no pós-guerra. Com esse espírito, foi assinado em 1978 o Tratado de Cooperação Amazônica (entre os oito países da região), visando à promoção do desenvolvimento integrado sustentável da bacia; estava implícita aqui a intenção de cooperar. No mesmo ano de 1978, foi adotado por 138 Estados-membros da ONU o Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA). A atual denominação “Cooperação Sul-Sul” derivaria desse esforço.

Na gestão José Sarney (1985-90), foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (1987) , com o mandato de administrar a cooperação técnica brasileira. Estavam fora de seu escopo de atuação a cooperação financeira (que ficou com o Ministério da Fazenda/Planejamento), educacional-cultural (atribuída ao MEC) e humanitária (não mencionada). A Constituição Federal de 1988 deu a base para a cooperação em todas as suas formas, ao estabelecer (art. 4)

que o Brasil se regeria, nas suas relações internacionais, pelo princípio da cooperação para o progresso da humanidade. Nesse período, começou a se concretizar a aproximação com países em desenvolvimento, incluindo os parceiros do MERCOSUL, criado em 1991.

Nos anos 1990, importantes avanços conceituais na esfera multilateral lançaram as bases para ações concretas. O período ficou conhecido como a “década das conferências sociais”, em razão do ciclo de conferências mundiais convocadas pelas Nações Unidas: criança (1990, Nova York); meio ambiente (1992, Rio de Janeiro); direitos humanos (1993, Viena); população (1994, Cairo); desenvolvimento social (1995, Copenhague); mulher (1995, Beijing); habitat (1996, Istambul); e alimentação (1996, Roma). Essas conferências formaram uma série coerente de eventos dedicados ao exame de temas interrelacionados e contribuíram para estabelecer articulações entre desemprego e crime, pressão demográfica e degradação do meio ambiente entre outros, com a pobreza entremeando todas essas questões. Como resultado desse esforço, registraram-se importantes avanços normativos e conceituais na maior parte dos temas tratados.

No Brasil, como consequência da intensa atuação nos referidos foros, foram sendo gradualmente internalizadas – ou reforçadas – as temáticas de combate à pobreza, desenvolvimento e inclusão social dos grupos tradicionalmente marginalizados; em poucos anos, esses temas passariam a integrar a agenda internacional do país, ao lado dos temas tradicionais de integração regional, comércio internacional e multilateralismo.

Note-se que a década das conferências fora precedida pela campanha mundial “We are the World – United Support of Artists (USA) for Africa”. Lançada no ano de 1985 e conhecida mundialmente sobretudo pela música cantada por artistas célebres, a campanha logrou levantar mais de US\$ 75 milhões para seu projeto de aliviar a pobreza naquele continente. Mais de 500 organizações africanas em 21 países receberam recursos do projeto. A iniciativa teve, naturalmente, um impacto sobre as agências multilaterais, conforme demonstra o esforço normativo que permeou as conferências sociais da década seguinte e seus desdobramentos.

Retornando-se ao caso brasileiro, verificou-se após hiato de alguns anos novo esforço de aproximação com países em desenvolvimento no final do governo Fernando Henrique (1995-2000), passando a política externa a ser conduzida por um modelo de “interdependência real” – e não apenas teórica ou discursiva. Embora se afirmasse em discurso ser prioridade básica da diplomacia brasileira servir ao objetivo do desenvolvimento econômico e social, as ações práticas concentraram-se sobretudo na esfera econômica e comercial. Os avanços verificados nos anos 1990 foram sobretudo conceituais e concentrados na normatização internacional; entre as ações concretas de caráter doméstico, destacou-se o Programa Comunidade Solidária de 1995, presidido pela Primeira Dama Ruth Cardoso.

A partir dos anos 1990, a recém-criada Agência Brasileira de Cooperação começou a expandir sensivelmente seu escopo de atuação na cooperação técnica, iniciando para isso o estabelecimento de parcerias com órgãos multilaterais temáticos, ampliação das áreas abertas à cooperação com outros países e estruturação da forma de compartilhamento das boas práticas adotadas pelo país. Nas décadas seguintes, esse esforço seria gradativamente expandido em termos orçamentários, geográficos – e temáticos.

3.3 Início da cooperação humanitária brasileira (2003)

3.3.1 A cooperação internacional no combate à fome

Apenas no novo milênio a cooperação humanitária seria formalmente incorporada às atribuições do governo brasileiro. No governo do Partido dos Trabalhadores inaugurado em 2003, temas ligados à agenda social – já então solidamente incorporados à pauta multilateral da ONU – receberam prioridade na agenda doméstica. Logo se percebeu, contudo, que o terreno internacional se mostrava igualmente propício para a cooperação em áreas sociais, com ênfase inicial no combate à fome, estando ainda frescos na memória os compromissos assumidos nas conferências sociais da década anterior, bem como a constatação quanto à semelhança entre os desafios sociais enfrentados pelo Brasil e outros países em desenvolvimento.

Os discursos políticos seriam rapidamente transformados em programas concretos. Já no primeiro ano de governo, foi criado o Programa Fome Zero, substituindo e ampliando o Programa Comunidade Solidária de 1995. O objetivo era combater a fome e suas causas estruturais e garantir a segurança alimentar dos brasileiros, por meio de um conjunto de políticas públicas, da construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de um grande mutirão contra a fome, envolvendo todos os ministérios as três esferas de governo - federal, estadual e municipal. Embora desenhado para ser conduzido apenas internamente na fase inicial, decidiu-se antecipar sua internacionalização por meio do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação.

O Brasil inseriu-se pela primeira vez como país doador internacional regular (e não mais esporádico) de assistência humanitária estruturante, por meio do apoio à promoção da segurança alimentar em outros países. Pela primeira vez, um tema da agenda doméstica social brasileira viu-se diretamente espelhado na política externa, por meio da cooperação internacional (via compartilhamento da experiência brasileira e doações de alimentos). Essa nova agenda externa teve o efeito de estreitar as relações com os países em desenvolvimento contemplados e fortalecer a imagem internacional do país como provedor regular de cooperação. Já no terceiro mês de governo, o então chanceler Celso Amorim elencou os eixos estratégicos da política externa brasileira, enfatizando o compromisso continuado com o multilateralismo e as parcerias com países em desenvolvimento. Esse compromisso seria concretizado por meio da atribuição de protagonismo na política externa brasileira à rebatizada Cooperação Sul-Sul (CSS).

Na busca de uma “nova geografia mundial”, o Brasil iniciou uma aproximação/reaproximação com a África, Ásia e, principalmente, América Latina, por meio de ações concretas. Com a ampla agenda de cooperação internacional aberta a partir de então, ampliou-se o interesse internacional nas políticas sociais brasileiras, levando o país a ocupar lugar de destaque na discussão dessa temática no âmbito global.

Cumprido destacar, neste contexto, a participação protagônica do agrônomo, professor e escritor ítalo-brasileiro José Graziano da Silva. Na capacidade de ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-2004), ocupou-se da implementação do Programa Fome Zero e de sua interface na cooperação internacional. Em março de 2006, Graziano tornou-se representante da FAO no Escritório Regional para a América Latina e o Caribe (Santiago), logrando que os países da região fossem os primeiros a assumir o compromisso de erradicar a fome até 2025. Foi, a seguir, diretor-geral da FAO por dois mandatos (2012 a 2019), quando então estreitou a interação do Brasil com aquela organização para internacionalização do Fome Zero e consecução de outros projetos.

A cooperação humanitária internacional brasileira nesse setor foi concebida como parte integrante dos objetivos de combate à fome e erradicação da extrema pobreza. Como tal,

buscaria contribuir para a prevenção, resposta, mitigação e recuperação socioeconômica e ambiental das comunidades atingidas.

As iniciativas brasileiras implementadas nos anos seguintes seriam divididas em ações emergenciais (cooperação humanitária lato sensu) e projetos estruturantes (desenvolvimento rural, agricultura familiar, direito à água para irrigação, alimentação escolar), à luz da estratégia brasileira dupla para a garantia da segurança alimentar e nutricional, a saber,

- eixo emergencial: doação de gêneros alimentícios para países em situação de insegurança alimentar. O Brasil, que até os anos 1990 havia recebido doações de alimentos do PNA, passou a ser doador em 2006, chegando a ser o 7º no mundo em 2012 (por intermédio do CONAB/MDA).

- eixo estruturante: programas de compartilhamento de experiências nos programas de alimentação escolar (PNAE), Agricultura Familiar e aumento da produtividade e eficiência na produção agrícola (em cooperação com a EMBRAPA e universidades de ponta).

Com relação ao eixo emergencial indicado acima, estipulou-se que as doações seriam feitas, sempre que possível, em coordenação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA). Os critérios e procedimentos seguidos nas doações internacionais brasileiras de alimentos constaram da Lei nº 12.429, de 20/06/2011 (atualizada pelo artigo 27 da Lei nº 12.688, de 18/07/2012), que autorizou o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional. Caberia ao MRE definir os quantitativos e respectivos destinatários dos alimentos, em cooperação com o Programa Mundial de Alimentos e com a FAO. A política de doação emergencial de alimentos recebeu base legal, por meio de instrumentos sucessivos.

Quanto ao eixo estruturante, seria desenvolvido por meio do compartilhamento de políticas brasileiras bem-sucedidas. Para isso, os dois órgãos temáticos da ONU (Programa Mundial de Alimentos (PMA) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) estabeleceram parceria com o Governo brasileiro com vistas a levarem a outros países em desenvolvimento / do Sul Global a experiência brasileira com o combate à fome, incluindo os programas de alimentação escolar e agricultura familiar. Para isso, o MRE seria incumbido, entre outras atribuições, de intermediar a relação entre os órgãos do governo brasileiro protagonistas das políticas do Programa de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, aproximando os diversos países que demonstravam interesse nos projetos (sendo os primeiros Níger, Senegal, Moçambique e Cabo Verde, na África, e Honduras, El Salvador e Colômbia, na América Latina). Este esforço segue até os dias de hoje (2023), com extensa lista de países parceiros.

Além de remessas pontuais em resposta a crises específicas, o Brasil passaria a fazer contribuições por meio da Estratégia Internacional das Nações Unidas para Redução de Desastres (UNISDR) para apoiar o estabelecimento do Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastre (CERRD) e suas atividades.

Para o Brasil se tornar prestador regular – e não mais apenas esporádico – de cooperação humanitária internacional no combate à fome (e, subsidiariamente, no enfrentamento a crises diversas), decidiu-se criar uma estrutura com essa atribuição específica. Recorde-se que a Agência Brasileira de Cooperação, criada em 1987, previa sua atuação internacional apenas nas esferas de cooperação técnica (a cargo da ABC/MRE); a cooperação em ciência e tecnologia ficara primordialmente a cargo do MCT, a financeira, do MF e

educacional/cultural do MEC – sempre com apoio e interface com o MRE. Pela extrema visibilidade interna do tema do combate à fome e necessidade de interação com vários parceiros domésticos para montar um programa inédito de cooperação internacional, optou-se por um formato simplificado – uma coordenação dentro da estrutura do MRE, diretamente ligada à Secretaria-Geral. Foi assim criada, em janeiro de 2004, a Coordenação-Geral de Ações Internacionais e Combate à Fome (CGFOME/MRE), com a incumbência prioritária de promover cooperação externa em soberania e segurança alimentar e nutricional (sendo a interface externa do Programa Fome Zero).

Cabe aqui reproduzir a lista de temas atribuídos formalmente à CGFOME para tratamento do tema no âmbito da política externa brasileira:

- a) Segurança Alimentar (inclusive Direito Humano à Alimentação) e Nutricional;
- b) Desenvolvimento Agrário (Reforma Agrária e Agricultura Familiar);
- c) Pesca Artesanal;
- d) Instituto Social Brasil-Argentina;
- e) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa Mundial de Alimentos (PMA);
- f) Fórum Social Mundial;
- g) Diálogo com a Sociedade Civil;
- h) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; e
- i) Assistência Humanitária

Dos nove temas atribuídos à nova unidade, quatro seriam diretamente vinculados à interface do Fome Zero com a política externa brasileira; apenas o último estaria voltado para a assistência (posteriormente cooperação) humanitária (internacional). Contudo, em dezembro daquele mesmo ano, um terremoto de magnitude 9,1 no Oceano Índico, amplamente divulgado na mídia, desencadearia um tsunami, causando catástrofe de enorme magnitude em diversos países da região. Verificou-se que o último item da lista de atribuições da nova unidade seria mais protagonista do que inicialmente suposto, conforme desenvolvido no item 3.3.2 a seguir.

Uma lacuna seria logo identificada na lista – assistência em saúde, incluindo doação de vacinas, medicamentos e assistência médica em crises humanitárias de grande magnitude; também esta modalidade de cooperação assumiria protagonismo, anos mais tarde, com a eclosão da pandemia do COVID-19. Em coordenação direta com o Ministério da Saúde, essas doações passariam a ser feitas em resposta a demandas de países ou organismos regionais/internacionais parceiros. Com o tempo, o MS passaria ainda a ofertar regularmente medicamentos excedentes

A participação do Ministério da Saúde se mostraria de fundamental importância em praticamente todas as crises humanitárias internacionais que contaram com o Brasil como cooperante. Reflexo da vocação internacional do tema, mesmo antes da criação do próprio Ministério da Saúde (1953), já existia uma Comissão de Saúde Internacional, que se manteve sob diferentes nomenclaturas, sendo precursora da atual Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (AISA). Para o Ministério da Saúde, a cooperação humanitária abrange atualmente todas as ações que visam a prevenir, proteger, reduzir o sofrimento e auxiliar na reparação e no desenvolvimento de países que se encontrem em situações momentâneas ou duradouras de emergência, calamidade pública, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos

direitos humanos ou humanitários de sua população. Nesse contexto, opera em duas vertentes principais:

- a cooperação no modelo emergencial, para apoio às populações atingidas por catástrofes naturais/humanitárias, mediante doação de medicamentos e insumos de saúde; e
- a vertente responsiva, para suporte momentâneo aos sistemas nacionais de saúde, com ações voltadas a suprir demandas decorrentes de epidemias e/ou desabastecimentos de estoques.

Conforme indicado mais adiante, a resposta brasileira à maior parte das crises humanitárias no exterior teria um importante componente na área de assistência em saúde, a cargo desse ministério.

3.3.2 A cooperação internacional brasileira em crises humanitárias de grande magnitude: início

Em 26 de dezembro de 2004, ocorreu no Oceano Índico sismo seguido de tsunami de grande magnitude, afetando Tailândia, Malásia, Mianmar, Bangladesh, Sri Lanka, Índia, Maldivas e Somália. Suas consequências foram agravadas pelo fato de que diversas das regiões afetadas eram predominantemente habitadas por populações pobres: excetuadas as pesadas perdas na infraestrutura hoteleira, a catástrofe afetou, no geral, economias locais majoritariamente de subsistência, atingindo populações que viviam virtualmente isoladas dos sistemas econômicos de seus países.

O evento constituiu um marco por sua ampla repercussão, intensa mobilização internacional e ordem de magnitude da cooperação prestada. Mais de trinta países ofereceram ajuda, assim como milhões de indivíduos ao redor do mundo. Muitos contribuintes sequer eram tradicionais doadores – tratavam-se aqui de países latino-americanos (Brasil, México, Chile), árabes, europeus do leste e asiáticos. Nas palavras do então Secretário-Geral Kofi Annan, essa foi “uma catástrofe global sem precedentes”, requerendo “uma resposta global sem precedentes”; em 06 de janeiro lançou apelo a todos os governos capazes de contribuir para a emergência, pedindo uma resposta generosa pois as fases de emergência, recuperação e reconstrução exigiriam bilhões de dólares. A ONU atuou em peso, envolvendo diversos de seus órgãos - OCHA, UNJLC ("United Nations Joint Logistic Centre"), UNICEF, OMS, ACNUR, PMA, PNUMA, além da Cruz Vermelha e ONGs. Em parceria com os membros do Grupo de Desenvolvimento da ONU, o PNUD encarregou-se dos projetos de reconstrução econômica e recuperação da infraestrutura dos países afetados.

Não se fará aqui listagem exaustiva das doações enviadas. Ao total, 18 países enviaram ajudas diversas em gêneros ou serviços, incluindo medicamentos, alimentos e agasalhos. A Índia enviou navios; a Nova Zelândia enviou aviões para transporte, buscas e resgate; a Malásia enviou ambulâncias, veículos e equipes de resgate; Cingapura enviou equipes médicas, material de primeiros socorros, alimentos e agasalhos; Finlândia, Noruega e Suécia enviaram equipes de legistas e médicos e doaram remédios, prometendo também ajudar na instalação de sistema de alarme contra tsunamis no Oceano Índico. Os recursos financeiros doados destinaram-se tanto à situação emergencial – materializando-se em medicamentos, equipamentos médicos, desinfetantes, alimentos, agasalhos, água potável, tendas e outros – quanto ao apoio para o plano de reconstrução e reabilitação.

O Brasil integrou-se imediatamente ao esforço multinacional. Já em 01/01/2005, o primeiro avião brasileiro aterrisou em Bangkok, com 16 toneladas de alimentos e medicamentos, fazendo do Brasil um dos primeiros países a prestar assistência humanitária na

região. Ao longo da semana, dois outros vôos seguiram, respectivamente, para o Sri Lanka e Bangkok, levando 76 toneladas de alimentos, água e remédios. Em 14/01, outra aeronave decolou para o Sri Lanka, transportando 60 toneladas de alimentos. Na primeira quinzena de janeiro, o Brasil enviou missão humanitária à Indonésia, Tailândia e Sri Lanka, com o objetivo de definir a assistência a ser prestada. Participou ainda de reunião ministerial em Genebra convocada pelo OCHA, para discutir-se a assistência humanitária às comunidades afetadas pelo tsunami.

Em termos organizacionais, cumpre ressaltar que a crise no sudeste asiático não foi, nesta primeira ocasião, coordenada pela recém-criada CGFOME (que tinha, como a 9ª e última atribuição listada, a assistência humanitária). O esforço ficou diretamente a cargo da Presidência da República - Gabinete de Segurança Institucional, com o apoio da área política responsável do MRE (no caso, o Departamento de Ásia e Oceania).

Em meados de fevereiro de 2005, a ONU considerou finalizada a primeira fase da assistência emergencial às comunidades, sendo iniciada a de reconstrução e estabelecimento de condições de vida sustentáveis para os sobreviventes, em particular com a criação de empregos e (re)construção de moradias. Registrou-se a preocupação em evitar que se estabelecesse vínculo de continuada dependência da ajuda humanitária.

Teriam sido muitas as lições aprendidas, incluindo a importância da participação de forças militares (compostas por 26 países) nas atividades de busca de corpos, a identificação de itens essenciais para doações em crises de grande magnitude (tendas, geradores, cintos de segurança e coletes salva-vidas, ambulâncias, estetoscópios, termômetros, equipamentos de medição de pressão sanguínea, frascos plásticos para acondicionar remédios) e especificações de alimentos preferenciais a serem doados (alimentos com alto valor nutriente/ teor de proteína, dispensando-se carboidratos; alimentos com gordura, óleo comestível, leite em pó e açúcar; leite especial para lactantes). Funcionários da ONU indicaram terem "aprendido muito sobre como trabalhar com parceiros". Também o Brasil adquiriu boa experiência nessa sua primeira incursão no terreno da cooperação humanitária em localidade distante, em meio a dezenas de atores internacionais. Uma das lições foi a necessidade de se contar com uma estrutura interministerial especializada – que seria o GTI-AHI.

3.3.3 Criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência (posteriormente Cooperação) Humanitária Internacional - GTI-AHI

Foi assim que, em junho de 2006, as ações e missões internacionais de assistência humanitária foram institucionalizadas mediante a criação do Grupo Interministerial. Pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, instituiu-se grupo formado por nove (atualmente, 17) órgãos da Administração Pública Federal, sob a coordenação do MRE. Foi incumbido de coordenar as ações de cooperação humanitária internacional empreendidas pelo Brasil, propor iniciativas para ampliar sua capacidade e eficácia e formular propostas de atos normativos necessários. Com a institucionalização centralizada no GT, o Brasil teve condições de atuar mais ativamente nas ações seguintes de assistência humanitária na arena internacional; isso se traduziu no crescimento do número de ações, de recursos e de países atendidos a partir de 2006.

Importante avanço foi a inauguração do Armazém Humanitário Internacional em 2009, com o objetivo de aumentar a celeridade das remessas humanitárias brasileiras. O Armazém, localizado em frente à Base Aérea do Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim no Rio de Janeiro, tem capacidade de 14 toneladas de estoque permanente, no qual são mantidos

alimentos e artigos de primeira necessidade para pronto envio em caso de emergência humanitária; a reposição é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Em seus primeiros anos, além de suas funções de planejamento e execução das ações de cooperação humanitária brasileiras, o GTI propôs avanços conceituais importantes, logo incorporados ao discurso brasileiro. Entre eles, podem-se ressaltar:

- inclusão de uma nova categoria conceitual da assistência humanitária (inicialmente circunscrita à esfera alimentar) – a “ação estruturante”: com a adoção desse conceito, a assistência humanitária internacional já não seria apenas “preventiva” ou “emergencial” mas, quando necessário, “estrutural”, mediante ações de combate/redução da pobreza e da insegurança alimentar (2009);

- adoção do conceito de “assistência humanitária sustentável”, referente aos atos que contemplassem “a transição eficaz entre ações emergenciais e estruturantes, inclusive por meio da aquisição local de alimentos”. A divisão da assistência humanitária em emergencial e estruturante, somada ao conceito de sustentabilidade, foram sendo progressivamente enraizadas no discurso brasileiro (2010); e

- substituiu-se o termo “assistência” por “cooperação” humanitária internacional, no intento de fortalecer a imagem de Brasil como “parceiro” ao invés de doador – posição supostamente de hierarquia superior (2011).

Em maio de 2016, em meio a turbulências políticas no país, as atividades do GTI foram interrompidas; dias depois, foi oficialmente extinta sua unidade coordenadora (CGFOME/MRE). Os trabalhos do grupo seriam retomados em março de 2018, já então sob a coordenação de outra unidade do MRE (a Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária da Agência Brasileira de Cooperação – CGCH/ABC/MRE). Com vistas ao aperfeiçoamento do marco legal para as ações de cooperação humanitária brasileiras, seria aprovado em 2019 o decreto nº 9.860, de 25 de junho, ampliando (para 17) o número de órgãos integrantes.

3.3.4 Atuação brasileira em crises humanitárias em outros países (2004-2023)

A título exemplificativo, segue listagem das principais crises humanitárias recentes que mobilizaram a comunidade internacional após o tsunami de 2004 das quais o Brasil participou.

- Outubro de 2005: Índia e Paquistão – terremoto na Cachemira - o Brasil enviou doações de 1.000 cobertores, 300 kg de medicamentos (do estoque do Ministério da Saúde), 15 toneladas de alimentos \ cestas básicas (CONAB) e 170 kg de agasalhos (arrecadados pela Embaixada do Paquistão).

- Julho-agosto de 2006: Líbano – guerra - o Brasil doou 3 toneladas de medicamentos, alimentos e artigos de vestuário. Tratou-se da primeira crise humanitária ocorrida após a criação do Grupo de Trabalho Interministerial brasileiro em 21 de junho daquele ano.

- Setembro de 2006: Indonésia – terremoto em Yogyakarta - o Brasil fez doação financeira (US\$ 100 mil) a título de contribuição voluntária a organismos internacionais para que adquirissem os itens considerados prioritários, além de cobertores, geradores portáteis e camas de hospital.

- Outubro de 2008: Cuba, passagem do furacão Sandy - Brasil enviou 25 mil toneladas de arroz e medicamentos (80.010 comprimidos de cloridato de doxicilina).

- Janeiro de 2010: Haiti – terremoto - o Brasil assumiu marcada liderança nos esforços de ajuda humanitária ao país. Foi um dos doadores do Fundo de Reconstrução, que apoiou a mobilização, coordenação e alocação de recursos, na forma de contribuições, durante a vigência do Plano de Ação para a Reconstrução e Desenvolvimento do Haiti, financiando projetos prioritários. O Brasil contribuiu com o

montante de US\$ 55 milhões, valor quase inteiramente utilizado em dois projetos de cooperação técnica de caráter estruturante – a construção e colocação em funcionamento de centro de formação técnica com o apoio do SENAI (Centro de Formação Profissional, US\$ 17 milhões) e de hospitais (Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde, US\$ 20 milhões).

- Fevereiro de 2010: Chile - terremoto - o Brasil enviou, em dois aviões, hospital de campanha com 300 leitos e equipe de 104 médicos, enfermeiros e seguranças.

- Agosto de 2010: Paquistão - enchente – o Brasil alocou US\$ 500 mil a título de contribuição voluntária para aquisição de alimentos, abrigos, vestuário e itens de saúde (por meio do Programa Mundial de Alimentos – PMA/ONU) e outros US\$ 200 mil em atendimento ao “Plano de Resposta Humanitária para o Paquistão” (lançado pela ONU).

- Março de 2011: Japão - terremoto, tsunami e vazamento de usina nuclear – o Brasil alocou US\$ 500 mil a título de contribuição voluntária junto à Cruz Vermelha japonesa para a aquisição de alimentos, água, abrigos provisórios, medicamentos e outros suprimentos de emergência.

- Abril de 2015: Nepal - terremoto – O Brasil enviou 10 kits de medicamentos e insumos de saúde (cada kit atende até 500 pessoas desabrigadas e desalojadas por um período de três meses).

- Agosto de 2021: Haiti - terremoto – o Brasil enviou missão com equipes de buscas e salvamento, atuantes também na capacitação de agentes locais, além de 40 ambulâncias (que se somaram às 50 doadas anteriormente pelo Brasil, mantidas no Centro de Ambulância Nacional do país, também viabilizado graças à cooperação brasileira). A infraestrutura já então criada com o apoio do Brasil após o terremoto anterior de 2010 (incluindo o hospital Zilda Arns) foi utilizada no apoio às vítimas.

- Fevereiro de 2023: Turquia - terremoto – o Brasil enviou missão humanitária de busca e resgate à região do epicentro do terremoto (Karamaras).

- Julho-setembro de 2023: Canadá - incêndios florestais – Em atendimento a apelo feito pelo Governo canadense para debelar incêndios florestais sem precedentes no país, ocorridos em várias províncias, foram enviados ao país 104 especialistas brasileiros em combate a incêndios florestais de diferentes órgãos e unidades federativas.

- Novembro de 2023: Gaza – conflito armado – Em apoio à segurança alimentar e nutricional da população civil palestina em Gaza, o Brasil enviou aporte inicial de US\$ 150 mil em favor do Programa Mundial de Alimentos (PMA), além de 30 toneladas de refeições desidratadas nutricionais e 150 purificadores de água. No âmbito da operação de repatriação “Voltando em Paz”, enviou, por intermédio do Crescente Vermelho Egípcio, doações de 40 purificadores de água, 2 kits de medicamentos e insumos médico-hospitalares oriundos dos estoques do SUS, com capacidade de atendimentos básicos de saúde para 3 mil pessoas por até 30 dias e cerca de 1,5 toneladas de alimentos.

- Novembro de 2023: Bolívia – incêndios florestais – o Brasil atendeu apelo emergencial governo boliviano de apoio aos seus esforços nacionais de controle dos incêndios florestais, por meio de doações de materiais e equipamentos de proteção individual e de combate ao fogo (doados pelo IBAMA), purificadores de água e alimentos desidratados e custeio da vinda ao Brasil de funcionário da Chancelaria boliviana para participar da reunião da OTCA sobre manejo do fogo. Para janeiro de 2024, foi prevista missão de exploração de cooperação humanitária bilateral brasileira.

Embora a listagem acima não seja exaustiva das ações da cooperação humanitária brasileira no período coberto, exemplifica a crescente disposição e capacidade do país de prestar cooperação humanitária de forma mais regular e engajada a partir dos anos 2000. Uma constatação que se impõe é de que o apoio brasileiro logo se tornou praxe em crises de grande magnitude no mundo, independentemente da distância física. Em crises de menor impacto relativo, o Brasil tendeu historicamente a concentra-se nos casos ocorridos em sua própria região, em razão da maior facilidade de deslocamento; conforme a prática em todas as regiões, crises de menor magnitude costumam ser solucionadas com o apoio dos países do entorno

geográfico, geralmente contando com a coordenação/apoio dos órgãos multilaterais especializados.

Cabe registrar que, assim como ocorre com a cooperação técnica brasileira, também a humanitária é prestada mediante recebimento de demanda específica, seja do país afetado ou de um organismo internacional que o represente. O Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), de sua parte, disponibiliza, por meio do endereço eletrônico do Financial Tracking Service, lista com os apelos humanitários, organizados por ano, por tipo de apelo e país ou grupo de países.

Mais comumente, os países submetem pedidos a parceiros tradicionais, com capacidade financeira e técnica para levar adiante o esforço de ajuda que se fará necessário. Por fim, ainda que raros, há casos em que os países se abstêm de fazer apelos à comunidade internacional por ocasião de crises de grande magnitude; assim ocorreu, por exemplo, por ocasião da passagem do ciclone Nargis em Mianmar em 2008, quando o governo optou por não solicitar assistência da comunidade internacional.

3.3.5 A dinâmica das Missões Humanitárias

As operações de ajuda/cooperação humanitária são normalmente implementadas por um ou mais Estados/organismos internacionais visando à prestação de socorro de natureza diversa a populações ou grupos atingidos pelos efeitos de desastres, catástrofes, devastações ou acidentes, naturais ou provocados pelo homem, incluindo aqueles em consequência de guerras/conflitos que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade.

Uma crise humanitária se configura a partir de emergência generalizada que afeta uma comunidade inteira ou um grupo de pessoas de uma região específica, devido aos altos índices de mortalidade e desnutrição, contágio de doenças ou epidemias, emergências sanitárias, falta de alimentos ou água potável. Situações desse tipo podem ser decorrentes de uma desproteção anterior, nas quais a pobreza e a falta de serviços básicos são um fator constante, ocasionalmente agravado por um acontecimento específico (crise política, conflitos armados, golpes de estado, perseguições étnicas ou religiosas ou catástrofes ambientais diversas). Em termos gerais, as crises costumam ter um dos perfis abaixo:

- Crises políticas: conflitos bélicos e guerras civis, além de morte e fome, costumam provocar crises de refugiados, obrigando indivíduos ou grupos a se deslocarem de seus lugares de origem. Iêmen, Somália, Sudão do Sul e o norte da Nigéria foram palcos recentes de crises dessa natureza.

- Desastres ambientais: as mudanças climáticas aceleradas em tempos recentes têm resultado no aumento do número de desastres – inundações, secas, ondas de calor, temporais, alteração dos padrões de chuva e seca, surgimento de pragas que arruinam as lavouras. Nessa categoria se enquadram, por exemplo, o tsunami no oceano Índico (2004), o terremoto do Haiti (2010), a seca na Somália (2017) e os ciclones Eta e Iota que atingiram Honduras consecutivamente (2020).

- Crises sanitárias: epidemias podem ocasionar graves crises humanitárias, especialmente em localidades onde a população carece de acesso à assistência médica básica, estando em risco permanente de contágio de doenças – como o ebola na África Ocidental (com uma taxa de mortalidade de 50 % a 90 %), a malária na África Subsaariana, o HIV (até hoje um dos maiores

problemas de saúde pública no mundo) e a cólera, provocada pela falta de saneamento e contaminação da água.

Entre os efeitos mais graves das crises humanitárias, destacam-se fome e desnutrição (a partir da destruição de cultivos e\ou de infraestruturas que prejudiquem o transporte de alimentos), interrupção de serviços básicos (escolas, hospitais e segurança pública) e consequentes deslocamentos populacionais forçados.

As operações humanitárias têm por objetivo fundamental proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, reduzindo os efeitos das crises por meio de assistência cívico social. Nesses cenários, a rapidez da resposta inicial costuma ser fator determinante para seu êxito, sendo para isso essencial a existência de algum tipo de mecanismo de prontidão operativa, com capacidade para movimentar pessoal, material e suprimentos até a área atingida. Cada crise requererá uma composição diversa, de maior ou menor complexidade e extensão. Com a criação do GTI\AHI em 2006, formou-se mecanismo ágil para a atuação brasileira nas crises seguintes, estando sua atuação em evolução permanente.

O diagnóstico correto da situação em campo requer rápida avaliação do desastre, determinação da situação da infraestrutura da região atingida (onde couber), dimensionamento do esforço de resposta a desastre do governo local e as capacidades que podem ser agregadas ao esforço do governo local, bem como reconhecimento inicial para a seleção das primeiras equipes. É igualmente necessária a coordenação com o governo local e outras agências/ países cooperantes, buscando-se a pronta coordenação com os diversos atores que participarão do esforço de resposta e se evitando a dispersão de recursos.

As operações de ajuda humanitária podem requerer um ou mais dos itens elencados, entre outros:

- assistência imediata visando a preservar vidas e estruturas físicas (caso de terremotos, deslizamentos de terra e outras catástrofes naturais);
- assistência e proteção aos deslocados/refugiados, se necessário mediante a organização de campos (construção e administração), itens de subsistência (alimentos, medicamentos e cuidados médicos e proteção) e realocação (casos diversos);
- garantia de segurança para as infraestruturas de proteção: estabelecimento de áreas seguras para a estocagem dos meios a serem distribuídos para a população, proteção e escolta armada de comboios, proteção de abrigos/ campos de deslocados/refugiados e de pessoal, entre outras (casos diversos);
- equipes de busca e salvamento (casos diversos);
- combate a incêndios urbanos ou florestais;
- assistência técnica para suprir carências temporárias (restauração das comunicações, gerenciamento da distribuição de suprimentos, apoio médico de emergência, a busca e salvamento e reconstrução/recuperação de estruturas, entre outros).
- atendimento pré-hospitalar a vítimas, isolamento e descontaminação do local, entre outros (caso de catástrofes envolvendo agentes da natureza química, biológica, radiológica e nuclear - QBRN).

Para cumprir seu mandato, a ABC\MRE e demais parceiros mantêm estreita coordenação intragovernamental por meio do grupo de trabalho (GTI\AHI), além de acompanhar iniciativas e debates sobre estes temas junto aos organismos regionais e internacionais, entre os quais se incluem:

- no âmbito global - ONU: Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNRWA) e outros;

- ALC: Reunião Regional sobre Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária na América Latina e Caribe (MIAH);

- Mercosul: Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR).

4. Considerações finais

Pode-se afirmar que, em vinte anos (2003-2023), o Brasil conseguiu construir um legado e destacar-se no cenário internacional como prestador regular e comprometido de cooperação humanitária. De receptor de cooperação de organismos multilaterais, o Brasil tem se estabelecido cada vez mais como um ator da cooperação, recebendo demandas significativas dos atores internacionais. A temática do combate à fome deu impulso inicial a este campo de atuação, inserindo o tema pela primeira vez na pauta da diplomacia brasileira, ao mesmo tempo em que internacionalizou o programa Fome Zero. A cooperação humanitária estendeu-se, imediatamente a seguir, para a atuação regular em apoio a países vitimados por catástrofes naturais e de outra natureza, a partir da experiência brasileira com o apoio aos países do Oceano Índico vitimados pelo terremoto e tsunami em dezembro de 2004 e de crises subsequentes. O aprendizado brasileiro na atuação internacional nesta esfera tem sido continuado e ininterrupto, tendo o Brasil assumido compromisso internacional fundamentado no princípio da não-indiferença.

Para a prestação da cooperação humanitária, o Brasil utiliza cada um dos canais disponíveis: bilateral (doações diretas ao país afetado), multilateral (por meio de atuação conjunta com uma ou mais agências da ONU, como PMA, UNICEF, UNRWA, ACNUR e outros), trilateral (em parceria com outros países ou fundos, com o Brasil ofertando um bem em espécie, e outro país ou fundo arcando com os custos de frete, por exemplo) e regional (caso da atuação brasileira por meio de doações à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP).

Em vista de sua atuação ativa e contínua em missões humanitárias internacionais há quase vinte anos (2004-2023), inclusive em colegiados como o Grupo de Apoio a Estratégias Internacionais para Redução de Desastres das Nações Unidas e o Programa Global de Redução e Recuperação Pós-Desastres do Banco Mundial, o Brasil consolidou imagem de ator relevante na esfera da cooperação humanitária. Destaca-se, ainda, por aproximar a cooperação humanitária da alimentar, para isso aproveitando sua posição como um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas e a experiência bem-sucedida com a campanha Fome Zero. Como consequência, a cooperação prestada vem propiciando ao país prestígio e preenchimento de um espaço na política internacional.

Muito se avançou na esfera humanitária desde que o jovem empresário suíço Henri Dunant se comoveu com o sofrimento dos feridos no campo de batalha de Solferino e decidiu

dedicar sua vida à causa humanitária. Dunant dificilmente teria imaginado a velocidade com que suas ideias se espraíariam a partir de então, ou a extensão mundial que alcançariam. Finaliza-se este texto, portanto, com uma singela homenagem àqueles que lutam para concretizar seus sonhos generosos. No Brasil, são muitos os que seguem esta trilha, contribuindo para aperfeiçoar e ampliar o legado humanitário em caminhos que jamais teriam sido sonhados naqueles idos do século XIX.

Referências

BARBOSA FILHO, Igino Rodrigues. “A Saúde na Agenda da Política Externa Brasileira - Breve histórico da assessoria internacional do Ministério da Saúde”, in “Saúde e Política Externa : os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018)”, Ministério da Saúde, Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

BRASIL. Série telegráfica MRE, expedientes diversos.

BRASIL. Documentos internos da Agência Brasileira de Cooperação, 1987-2023.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

EBURN, Michael. International Law and Disaster Response. In: Monash University Law Review, v. 36, n. 3, p. 162-189, 2010.

LIMA, João Antônio dos Santos. ALÉM DO HAITI: A QUEM SE DESTINA A COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA BRASILEIRA? In: Boletim de Economia e Política Internacional n. 23, maio/ago 2017.

SILVA, Augusto César Rodrigues. “A participação do Brasil nas operações de ajuda humanitária: uma forma de incrementar a política externa brasileira”. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa. Rio de Janeiro, 2022.

SILVEIRA, A. F. Azeredo da. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1974.

Destaques da COP28:
Interconexões entre clima, saúde e desafios na transição energética
COP28 highlights: Challenges in climate, health, and energy transition

Danielly Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Summary: *For the first time, COP28 will have thematic days, including a Health Day, highlighting the interconnections between climate change and global health. The IPCC report emphasizes the growing impacts on health due to climate change, including extreme weather events, the spread of infectious diseases, air pollution, and mental health impacts. The conference aims to address critical health-related issues and seek solutions to build resilience in health systems. The early days of COP28 reflected significant challenges, especially regarding the discussion on the phased elimination of fossil fuels. COP28 President Sultan Al Jaber questioned the requirement, stating that there is no "science" supporting such elimination, sparking criticism and highlighting tensions around the transition to clean energy sources. The appointment of Al Jaber, CEO of the Abu Dhabi National Oil Company, as COP28 President, also raises concerns about conflicts of interest. Additionally, initiatives on climate, relief, recovery, and peace, disaster management, and health were launched, demonstrating efforts to strengthen global resilience. President Lula and the COP28 Presidency announced a partnership to mobilize resources and political support for nature towards COP30 in Belém. Funding initiatives for nature-climate projects were announced by various countries and organizations, contributing to global commitments to conservation and biodiversity. Health had its first ministerial meeting at COP, culminating in a declaration signed by over 120 countries.*

Keywords: *Climate. Health. Fossil fuels. Laudate Deum. Forests*

Resumo: *Pela primeira vez, a COP28 terá dias temáticos, incluindo um Dia da Saúde, destacando as interconexões entre mudanças climáticas e saúde global. O relatório do IPCC destaca os impactos crescentes na saúde devido às mudanças climáticas, incluindo eventos climáticos extremos, disseminação de doenças infecciosas, poluição do ar e impactos na saúde mental. A conferência visa abordar questões críticas relacionadas à saúde e buscar soluções para construir resiliência nos sistemas de saúde. Os primeiros dias da COP28 refletiram desafios significativos, especialmente em relação à discussão sobre a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. O presidente da COP28, Sultan Al Jaber, questionou a exigência, afirmando que não há "ciência" que respalde tal eliminação. Isso gerou críticas e destaca as tensões em torno da transição para fontes de energia limpa. A nomeação de Al Jaber, CEO da Abu Dhabi National Oil Company, como presidente da COP28, também levanta preocupações sobre conflitos de interesse. Além disso, foram lançadas iniciativas sobre clima, socorro, recuperação e paz, gestão de desastres e saúde, demonstrando esforços para fortalecer a resiliência global. O presidente Lula e a Presidência da COP28 anunciaram uma parceria para mobilizar recursos e apoio político para a natureza rumo à COP30 em Belém. Iniciativas de financiamento para projetos de natureza-clima foram anunciadas por vários países e organizações, contribuindo para compromissos globais de*

conservação e biodiversidade. A saúde teve sua primeira reunião ministerial na COP , culminando como uma declaração assinada por mais de 120 países.

Palavras-chave: Clima. Saúde. Combustíveis fósseis. Laudate Deum. Florestas

O presidente Lula estabeleceu como algumas das principais prioridades em sua política externa a restauração da posição internacional do Brasil, a proteção do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos valores democráticos¹³. A importância da equidade na abordagem das mudanças climáticas tem sido enfatizada pelo presidente, que coloca a equidade como um pilar fundamental de sua política externa. Em seu discurso durante a *Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global*, em Paris, em 23 de junho de 2023, ele afirmou¹⁴:

"A mudança climática é um problema global, mas não afeta a todos igualmente. As pessoas mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Eles são os que têm maior probabilidade de serem deslocados de suas casas, perderem seus meios de subsistência e sofrerem com os impactos das mudanças climáticas na saúde.

Temos de abordar as alterações climáticas de uma forma equitativa. Temos de garantir que as soluções para as alterações climáticas não criem novas desigualdades. Temos de garantir que as pessoas mais pobres e vulneráveis não sejam deixadas para trás.

Precisamos agir agora. Não podemos nos dar ao luxo de esperar mais. As alterações climáticas são uma séria ameaça para o nosso planeta e para o nosso povo. Precisamos nos unir e agir para enfrentar esse desafio."

Os impactos desiguais das mudanças climáticas, evidenciados em diferentes sistemas, regiões e setores, resultam em danos econômicos, perda de meios de subsistência e desafios à equidade social e de gênero. Os impactos das mudanças climáticas em diversas regiões - incluindo África, Ásia, América do Norte, América Central e do Sul – indicam a necessidade premente de abordar essas disparidades. A equidade emerge como um princípio orientador crucial na resposta global às mudanças climáticas, assegurando que todos tenham acesso a medidas de mitigação e adaptação, independentemente de suas condições socioeconômicas.

A COP 28 E AS DISCUSSÕES DENTRO DO ACORDO DE PARIS

As Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) são realizadas anualmente desde 1995 e são o fórum oficial de tomada de decisões da Convenção-Quadro. A COP28, está ocorrendo entre 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes e tem previsão de receber mais de 70 mil delegados.

O secretariado da Convenção, com cerca de 500 funcionários e um orçamento bianual de USD 125 milhões, enfrenta críticas devido aos custos elevados em relação aos resultados,

¹³ Covington e Burling LLP. (2023, 8 de junho). Brasil: o equilíbrio de Lula na política interna e externa. Alerta Covington: <https://www.cov.com/en/news-and-insights/insights/2023/06/brazil-lulas-balancing-act-in-domestic-and-foreign-policy>

¹⁴ Brasil. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, na França. <https://www.gov.br/planalto/en/follow-the-government/speeches/speech-by-president-luiz-inacio-lula-da-silva-during-the-summit-for-a-new-global-financial-pact-in-france>

considerados insuficientes diante da urgência e desigualdade da crise climática. Os custos diretos das COPs são estimados em 30 milhões de dólares, mas, quando incluídos os custos de viagem e reuniões preparatórias, a cifra pode ser muito maior.

A maior parte das emissões é proveniente de 10 países, como China (27,1%), Estados Unidos (14,5%), União Europeia (7,5%), Índia (6,8%) e Rússia (4,8%). Há questionamentos sobre a eficácia do gasto público para persuadir esses países a reduzirem suas emissões e de clamar aos países ricos a contribuírem proporcionalmente com os USD 100 bilhões anuais – que nunca foram alcançados.

Na COP21, realizada em 2015, um consenso global foi estabelecido para limitar o aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, conhecido como *Acordo de Paris*. O sexto ciclo de avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹⁵ aponta que para alcançar estas metas as emissões precisam ser reduzidas em mais de 40% até 2030, do contrário, pode-se atingir os 3°C. Cada país signatário estabeleceu suas metas próprias de redução de emissões, conhecidas como *Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)*. A COP 27 determinou os mecanismos de implementação, culminando no Plano de Implementação de Sharm el Sheik¹⁶.

Esse ano, a COP 28 promete mais uma vez ser uma "*COP de ação*", na qual os países demonstrariam como essas ferramentas serão colocadas em prática nos próximos dois anos, cruciais para acelerar a mitigação e adaptação climática. A COP 28 pretende avançar em várias frentes, como: detalhar o mecanismo financeiro de perdas e danos para ajudar comunidades vulneráveis a lidar com impactos climáticos imediatos; avançar em direção a uma meta global de financiamento que auxiliará nos esforços dos países em desenvolvimento para lidar com as mudanças climáticas; acelerar tanto a transição energética, quanto a transição justa; fechar a enorme lacuna de emissões, para citar apenas algumas.

O ponto crucial desse grande “espetáculo”, será a primeira revisão do *Balanço Global do Acordo de Paris (Global Stocktake - GST)*, onde os países e partes interessadas irão avaliar coletivamente os avanços em relação às metas do Acordo de Paris sobre Mudança Climática e como suas NDCs, presente e futuras, contribuirão nesse processo. Assim, o GST informará o novo ciclo de NDCs previstas para 2025. O AR-6 indica que as medidas necessárias para limitar o aquecimento em 1,5°C estão muito aquém das necessárias, reforçando o senso de urgência e a gravidade, e alertando para a estreita janela disponível para evitar ‘pontos de não retorno’ ocasionados pela mudança do clima, bem como consequências perturbadoras para sistemas ecológicos e socioeconômicos. Dessa forma, os governos deverão tomar decisões para acelerar a ambição em seus próximos planos de ação climática, a serem alcançados até 2025. A principal expectativa da COP29 é definir novo patamar para financiar a ação climática e, depois disso, na COP30, o esperado é que os países apresentem suas novas Contribuições Nacionais Determinadas (NDCs).

¹⁵ IPCC.2023. Climate Change 2023 Synthesis Report. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf, acessado em 27/11/23.

¹⁶ Sharm el-Sheikh Implementation Plan. Sharm el-Sheikh Climate Change Conference - November 2022. Disponível em: < <https://unfccc.int/documents/624441> >, acessado em 27/11/23.

O Brasil na COP 28

O Brasil, liderado pelo presidente Lula, destacará na COP28 a redução no desmatamento amazônico, a expansão de energias renováveis e a transição energética. Porém, precisa melhorar em relação às emissões de metano pela agropecuária. A *NDC* atualizada do Brasil em 2023 estabelece redução de emissões em 48% até 2025, e 53% até 2030, em relação a 2005. Além disso, o país reafirma o compromisso de alcançar emissões líquidas neutras até 2050, compensando todas as emissões com fontes de captura de carbono, como plantio de florestas e tecnologias de recuperação de biomassa.

O país defenderá questões como o *Fundo de Perdas e Danos do Clima*, destacando a necessidade de união internacional e comprometimento com o multilateralismo, além da criação de um novo fundo para preservação de floresta. E se posicionará em defesa de solucionar as lacunas de implementação, especialmente em financiamento, tecnologia e capacitação para países em desenvolvimento.

A Saúde na COP-28

Será a primeira vez que a COP do Clima terá *dias temáticos*, como **saúde**, energia, agricultura, natureza, entre outros, nos quais serão lançadas declarações, iniciativas, compromissos, buscando fomentar atos de caráter voluntário em apoio à ação climática.

No dia 3 de dezembro, ocorrerá o *Dia da Saúde*, destacando-se uma reunião ministerial sobre saúde e clima, com a ministra Nísia Trindade Lima desempenhando um papel de liderança neste evento histórico. O objetivo da reunião é estabelecer consenso sobre ações prioritárias para fortalecer a resposta dos sistemas de saúde às mudanças climáticas, com compromissos financeiros para a implementação das medidas. Como resultado, espera-se a assinatura, pelos Ministros da Saúde, de uma [declaração](#)¹⁷, elaborada com a contribuição brasileira e enfatizando a equidade como mensagem central.



As mudanças climáticas já são consideradas uma crise sanitária, causando danos diretos e indiretos irreversíveis na saúde. Portanto, há a necessidade urgente de uma resposta centrada na saúde. O mais recente relatório do Painel IPCC¹⁸ e o Relatório Global do Lancet Countdown

¹⁷ Draft COP28 Declaration on Climate & Health. Disponível em: < <https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2023/10/COP28-Health-Declaration-En-FIN.pdf> >, acessado em 27/11/23.

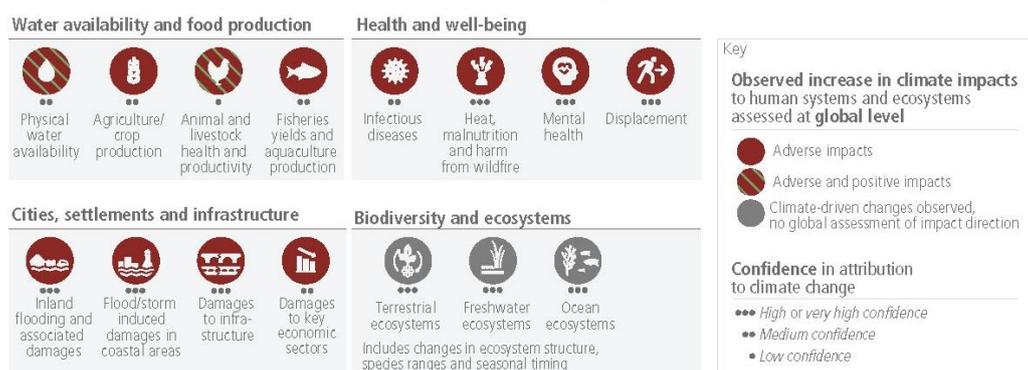
¹⁸ IPCC.2023. Climate Change 2023 Synthesis Report. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf, acessado em 27/11/23.

em Saúde e Mudanças Climáticas de 2023¹⁹ abordam ameaças crescentes à saúde global, incluindo maior suscetibilidade a doenças relacionadas ao calor e outros eventos climáticos extremos, com aumento da morbimortalidade, aumento de doenças infecciosas, insegurança alimentar e hídrica exacerbada, além de impactos na saúde mental. Esses efeitos elevam os custos de saúde e sobrecarregam os sistemas de saúde. Apesar dos riscos em ascensão, os esforços de adaptação são considerados insuficientes, especialmente em países de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A transição para energias renováveis permanece lenta, com 1,8 milhão de mortes atribuídas à poluição do ar derivada da queima de combustíveis fósseis em 2020.

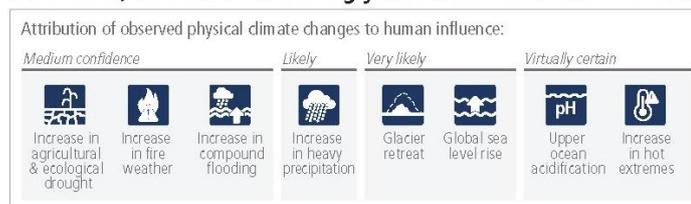
Nas áreas urbanas, as mudanças climáticas têm causado impactos prejudiciais na saúde humana, nos meios de subsistência e nas infraestruturas essenciais, incluindo sistemas de transporte, água, saneamento e energia. Isso resulta em perdas econômicas, interrupções de serviços e impactos negativos no bem-estar, afetando principalmente as populações urbanas economicamente marginalizadas.

Adverse impacts from human-caused climate change will continue to intensify

a) Observed widespread and substantial impacts and related losses and damages attributed to climate change



b) Impacts are driven by changes in multiple physical climate conditions, which are increasingly attributed to human influence



Fonte: PCC, 2023: Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II, and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

¹⁹ Romanello et al., 2023. The 2023 report of the Lancet Countdown on health and climate change: the imperative for a health-centred response in a world facing irreversible harms. Disponível em: <<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2823%2901859-7>>, acessado em 27/11/23.

Aqui estão algumas das questões críticas relacionadas à saúde, que serão discutidas na COP28:

1. *Aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos* - As mudanças climáticas estão levando a ondas de calor mais frequentes e intensas, secas, inundações e incêndios florestais, que podem ter um impacto devastador na saúde humana. Por exemplo, ondas de calor podem levar a insolação, desidratação, aumento de crises cardiovasculares, renais e respiratórias e outros problemas de saúde, enquanto inundações podem causar lesões e doenças transmitidas pela água.

2. *Disseminação de doenças infecciosas* - As mudanças climáticas estão criando condições mais favoráveis para a disseminação de doenças infecciosas, como malária, dengue e zika vírus. Isso porque temperaturas mais quentes favorecem a expansão geográfica dos vetores, aumentando a transmissão dessas enfermidades.

3. *Poluição do ar* - A poluição do ar é um problema de saúde significativo exacerbado pelas mudanças climáticas. Quando os combustíveis fósseis são queimados, eles liberam poluentes no ar que podem causar doenças respiratórias, doenças cardíacas e outros problemas de saúde. As mudanças climáticas também levam a mudanças nos padrões de vento, que podem reter poluentes em certas áreas e piorar a qualidade do ar.

4. *Saúde mental* - As mudanças climáticas também podem prejudicar a saúde mental. O estresse de viver com as mudanças climáticas, o medo de futuros desastres e a perda de casas e meios de subsistência podem contribuir para a ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental.

5. *Equidade em saúde* - As mudanças climáticas são um multiplicador de ameaças, exacerbando as iniquidades em saúde. As pessoas marginalizadas, como as que vivem em situação de pobreza ou nas zonas rurais, são frequentemente as mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas na saúde. Os países em desenvolvimento são frequentemente os mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas na saúde e têm menos recursos para se adaptarem às mesmas. A COP28 provavelmente exigirá mais financiamento para apoiar os países em desenvolvimento na construção de sistemas de saúde resilientes ao clima.

6. *Construir resiliência nos sistemas de saúde* - Os sistemas de saúde devem estar preparados para responder ao aumento da frequência e intensidade das emergências de saúde relacionadas com o clima. Os profissionais de saúde devem estar preparados com o conhecimento necessário para identificar, tratar e prevenir os sintomas de saúde relacionados às mudanças climáticas. A COP28 provavelmente enfatizará a necessidade de investir no fortalecimento dos sistemas de saúde para torná-los mais resilientes às mudanças climáticas.

Pontos de preocupação

A queima de combustíveis fósseis é um dos principais impulsionadores das mudanças climáticas e impacta significativamente a poluição do ar. A COP28 provavelmente enfatizará a necessidade de transição para fontes de energia limpa, como energia solar e eólica, para melhorar a qualidade do ar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

No entanto, desde a COP 27, quando se discutiram os planos de implementação em mitigação e a eliminação ou diminuição de combustíveis fósseis, observa-se um favorecimento de perpetuação da utilização do petróleo e gás, com propostas apenas focadas na eliminação gradual do carvão. Devido à crise energética causada pela guerra entre Rússia e Ucrânia, as

nações do G-7, responsáveis por 25% das emissões globais de carbono e 40% da atividade econômica mundial, propuseram que somente as plantas de carvão que não tivessem mecanismos de captura de carbono seriam fechadas²⁰. O mesmo conflito também gerou lucro de 4 trilhões de dólares às empresas petrolíferas. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional²¹, em 2020, carvão, petróleo e gás natural receberam US\$ 5,9 trilhões em subsídios, o que equivale a US\$ 11 milhões a cada minuto.

Para completar, controvérsias cercam a nomeação de Sultan al-Jaber, CEO da Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC), como presidente da COP28 em Dubai. A escolha de um executivo do setor petrolífero para liderar a cúpula do clima gerou críticas de ativistas climáticos e grupos da sociedade civil. Mais de 130 legisladores dos EUA e da UE escreveram à ONU pedindo sua remoção²². Críticos argumentam que a nomeação de um líder da indústria do petróleo para chefiar a cúpula climática representa um claro conflito de interesses. No entanto, o governo do Reino Unido defendeu a nomeação de Jaber pelos Emirados Árabes Unidos como chefe da COP28 da ONU deste ano²³.

Os desafios e preocupações em torno da COP28 refletem a complexidade e as tensões inerentes à abordagem das mudanças climáticas. A necessidade urgente de transição para fontes de energia sustentáveis e a redução do uso de combustíveis fósseis são temas centrais, mas as disputas sobre ações concretas persistem. A crise energética resultante do conflito Russo-Ucraniano adiciona uma camada adicional de complexidade, destacando a interconexão entre geopolítica e mudanças climáticas. De outro lado, se a guerra na Palestina tomar proporções regionais, a questão do petróleo e gás subirá de voltagem. Como destacamos, a nomeação de um executivo do setor petrolífero como presidente da COP28 levanta questões significativas sobre conflitos de interesse e a capacidade da cúpula em promover mudanças efetivas. Diante desses desafios, a comunidade global aguarda a COP28 com expectativas de ações concretas, cooperação internacional robusta e decisões que impulsionem a agenda climática global para um futuro sustentável.

Eventos concomitantes à COP28 nos primeiros quatro dias

Combustíveis fósseis

O presidente da COP28, Sultan Al Jaber, afirmou que não há "ciência" que respalde a exigência de eliminação progressiva dos combustíveis fósseis para restringir o aquecimento global a 1,5 °C. Ele argumentou que tal eliminação não permitiria o desenvolvimento sustentável, a menos que se queira "levar o mundo de volta às cavernas"²⁴. Esses comentários foram considerados "incrivelmente preocupantes" e beirando a "negação climática" por cientistas, contrastando com a posição do secretário-geral da ONU, António Guterres, que

²⁰ G7 Climate, Energy and Environment Ministers' Communiqué. 2023. Disponível em: < <https://www.env.go.jp/content/000128270.pdf>>, acessado em 27/11/23

²¹ Parry et al., 2021. Still Not Getting Energy Prices Right: A Global and Country Update of Fossil Fuel Subsidies. Disponível em: < file:///C:/Users/danip/Downloads/wpia2021236-print-pdf.pdf >, acessado em 27/11/23

²² Akshat Rathi and John Ainger. 2023. Global Politicians Pressure U.N. To Remove Fossil Fuel CEO as Head of COP28 Climate Summit. Times Magazine. Disponível em: < <https://time.com/6282046/politicians-un-letter-al-jaber-cop28/>>

²³ Esme Stallard. 2023. COP28: Government defends oil boss Jaber to head talks. BBC news. Disponível em:< <https://www.bbc.com/news/science-environment-65708328> >, acessado em 27/11/23.

²⁴ Ver: <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/03/back-into-caves-cop28-president-dismisses-phase-out-of-fossil-fuels>

ênfatiou a necessidade de encerrar completamente o uso de combustíveis fósseis para atingir a meta de 1,5 °C. A disputa sobre a eliminação ou redução progressiva dos combustíveis fósseis é um dos pontos cruciais da COP28. Al Jaber, também CEO da empresa estatal de petróleo dos Emirados Árabes Unidos, Adnoc, foi criticado por possíveis conflitos de interesse. Mais de 100 países já apoiam a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis.

Em seu discurso de abertura disse: “Isso significa que é essencial que nenhum problema seja deixado de fora da discussão. E sim, como venho dizendo, isso inclui o papel dos combustíveis fósseis. Eu sei que existem opiniões firmes sobre a ideia de incluir linguagem sobre combustíveis fósseis e energias renováveis no texto negociado. Temos o poder de fazer algo sem precedentes. Peço a vocês que trabalhem juntos, sejam flexíveis, encontrem terreno comum, apresentem soluções e alcancem um consenso. E nunca percam de vista nossa Estrela do Norte de 1,5°C, porque é nisso que vou manter meu foco absoluto.”²⁵

Inteligentemente, para tentar contornar os olhos atentos da comunidade científica, os milionários do petróleo acordaram o marco Charter de Descarbonização do Petróleo e Gás (OGDC). O charter, dedicado a acelerar a ação climática, recebeu apoio de 50 empresas, representando mais de 40% da produção global de petróleo, incluindo Empresas Nacionais de Petróleo que respondem por mais de 60% dos signatários. Os signatários comprometem-se a atingir operações com emissão líquida zero de “metano” até 2050, encerrar a queima rotineira de gases até 2030 e reduzir as emissões de metano na produção para quase zero. A Petrobrás é uma das signatárias.

Signatários da Carta de Descarbonização de Petróleo e Gás: ENPs: ADNOC, Bapco Energies, Ecopetrol, EGAS, Equinor, GOGC, INPEX Corporation, KazMunaiGas, Mari Petroleum, Namcor, National Oil Company of Libya, Nilepet, NNPC, OGDC, OMV, ONGC, Pakistan Petroleum Limited (PPL), Pertamina, Petro, **Petrobras**, Petroleum Development Oman, Petronas, PTTEP, Saudi Aramco, SNOC, SOCAR, Sonangol, Uzbekneftegaz, ZhenHua Oil, YPF. IOC: Azule Energy, BP, Cepsa, COSMO Energy, Crescent Petroleum, Dolphin Energy Limited, Energean Oil & Gas, Eni, EQT Corporation, Exxonmobil, ITOCHU, LUKOIL, Mitsui & Co, Oando plc, Occidental Petroleum, Puma Energy (Trafigura), Repsol, Shell, TotalEnergies, Woodside Energy Group.

Clima, socorro, recuperação e paz

A Presidência da COP28 (Sultan Al Jaber) apresentou formalmente as aprovações da sua Declaração COP28 UAE sobre Clima, Socorro, Recuperação e Paz, concentrando-se em impulsionar esforços globais para tornar países e comunidades frágeis e afetados por conflitos mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas. A Declaração, já endossada por 70 governos e 39 organizações, compromete-se coletivamente a aumentar investimentos e ações para impulsionar a resiliência em países e comunidades afetados por conflitos, fragilidade ou crises humanitárias.

O Embaixador Al Suwaidi, Diretor-Geral da COP28, destacou que, embora as mudanças climáticas afetem todos, os ambientes frágeis e afetados por conflitos enfrentam impactos mais intensos. Ele ressaltou a disparidade no financiamento climático, com estados extremamente frágeis recebendo até 80 vezes menos do que estados não frágeis. A COP28 está empenhada em promover ação e consenso para mudar essa realidade.

²⁵ Ver: <https://www.cop28.com/en/news/2023/11/COP28-President-DrSultan-Al-Jabers-Opening--Plenary-Speech>

Gestão de desastres

Além disso, foi lançada a 'Getting Ahead of Disasters Charter' (Carta Antecipação a Desastres), que estabelece princípios para ação colaborativa na gestão de riscos climáticos e proteção de populações vulneráveis. Essas iniciativas fazem parte dos esforços da COP28 para acelerar a resiliência global.

Saúde

O dia 3, dedicado à saúde, contou com a primeira reunião Ministerial sobre Clima e Saúde em uma COP, reunindo representantes de mais de 100 países. O evento mobilizou apoio para a Agenda Climática e de Saúde da COP28, além da '*Declaração COP28 sobre Clima e Saúde*'²⁶, endossada por mais de 120 países, com mais de US\$ 1 bilhão em financiamento para saúde climática arrecadado por parceiros.

O Embaixador Al Suwaidi enfatizou a importância de proteger a saúde e o bem-estar das comunidades, ao mesmo tempo em que melhora a resiliência climática dos sistemas de saúde e reduz os riscos à saúde causados pelas mudanças climáticas. O pilar 'Proteger Vidas e Meios de Vida' é fundamental na Agenda de Ação da COP28, que se concentra em pessoas, natureza, vidas e meios de subsistência.

Além disso, o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) formaram uma parceria para abordar o impacto das mudanças climáticas na saúde em 14 países vulneráveis²⁷. A iniciativa, chamada de Climate and Health Co-Investment Facility, visa superar as barreiras financeiras ao disponibilizar US\$ 122 milhões em financiamento. O mecanismo aproveitará o capital público e privado para construir sistemas de saúde resilientes ao clima, sustentáveis e com baixa emissão de carbono. O programa está alinhado com os compromissos da COP26 e a *Aliança para Ação Transformadora em Clima e Saúde (ATACH)* da OMS. O anúncio foi feito no evento de líderes da *Cúpula Mundial de Ação Climática sobre Saúde*, durante a COP28.

Florestas e oceanos



²⁶Ver: <file:///C:/Users/danip/Downloads/COP28%20UAE%20Climate%20and%20Health%20Declaration.pdf>

²⁷ GCF, UNDP and WHO join forces to ramp up climate health support for developing countries. Disponível em: < <https://www.who.int/news/item/02-12-2023-gcf--undp-and-who-join-forces-to-ramp-up-climate-health-support-for-developing-countries>>, acessado em 4/12/23.

Durante a Cúpula Mundial de Ação Climática, a Presidência da COP28 e seus parceiros apresentaram uma série de iniciativas ambiciosas com um financiamento inicial de USD \$1,7 bilhão, visando simultaneamente atingir metas climáticas e de biodiversidade. O Presidente Lula da Silva e a Presidência da COP28 anunciaram uma parceria de dois anos para mobilizar novos recursos e apoio político para a natureza rumo à COP30 em Belém.

A Alta Comissária da ONU para a COP28, Razan Khalifa Al Mubarak, destacou a prioridade de reconhecer, apoiar e financiar a natureza em sua forma mais abrangente como requisito para a ação climática. Chefes de Estado e governo revelaram planos de investimento nacionais e regionais, assim como parcerias focadas na ação climática para a natureza, alinhados com o Acordo de Paris e o recentemente adotado Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal:

- Os Emirados Árabes Unidos (EAU) anunciaram uma contribuição de \$100 milhões para projetos de natureza-clima, com \$30 milhões investidos inicialmente no plano 'Gana Resiliente' do governo ganês.
- Tonga anunciou \$100 milhões do Bezos Earth Fund para o 'Plano de Desbloqueio da Prosperidade Azul do Pacífico', visando proteger 30% das águas e zonas econômicas exclusivas dos Estados Pequenos Insulares em Desenvolvimento do Pacífico até 2030.
- Um grupo de filantropos, incluindo Bloomberg Philanthropies, Builders Vision e Oceankind, anunciou \$250 milhões de financiamento adicional sob a Ocean Resilience Climate Alliance (ORCA).
- O Presidente Emmanuel Macron da França confirmou financiamento para pacotes de conservação florestal, incluindo \$100 milhões para Papua Nova Guiné, \$60 milhões para a República Democrática do Congo e \$50 milhões para a República do Congo.
- O Presidente indonésio Joko Widodo e o Primeiro-Ministro norueguês Jonas Gahr Støre destacaram uma parceria de \$100 milhões em apoio ao plano FOLU Net Sink 2030 da Indonésia.
- O Banco Asiático de Desenvolvimento, junto com outros parceiros, anunciou o Nature Finance Hub, comprometendo-se a mobilizar \$1 bilhão de parceiros de desenvolvimento, com a intenção de atrair mais \$2 bilhões em capital privado adicional até 2030 para projetos climáticos focados na natureza.

Esses planos de natureza-clima também contribuem para compromissos anteriores, como a Declaração dos Líderes de Glasgow na COP26, que visa deter e reverter a perda de florestas e degradação da terra até 2030, e o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, que busca interromper a perda total de natureza até 2030.

Combater a perda de natureza pode economizar \$104 bilhões em custos de adaptação e tem o potencial de fornecer mais de 30% das ações de mitigação de CO2 necessárias até 2030. Além disso, cerca de 50% do PIB global depende direta ou indiretamente da natureza, e a conservação e restauração dos ecossistemas naturais apoiam a prosperidade econômica, com potencial para criar quase 395 bilhões de empregos e proteger 1 bilhão de pessoas cujos meios de subsistência dependem diretamente da natureza.

Os líderes, incluindo Maria José Andrade Cerda dos Povos Indígenas Kichwa de Serena do Equador, reconheceram o papel crucial das comunidades indígenas na conservação dos ecossistemas. Embora representem apenas 5% da população global, essas comunidades protegem 80% da biodiversidade mundial restante. O conhecimento e o desenvolvimento dessas comunidades serão um foco central da parceria COP28-COP30 entre os Emirados Árabes

Unidos e o Brasil. Anciãos das sete regiões socioculturais abriram o evento ao lado do cientista Johan Rockström para enfatizar a urgência por trás dos anúncios.

O Presidente Lula da Silva e a Ministra Marina Silva participaram do evento²⁸. Em seu discurso, Lula destacou a importância da reunião para discutir questões relacionadas às florestas e quebrou o protocolo ao ceder seu tempo de fala à ministra Marina Silva, destacando sua origem na floresta e sua responsabilidade na preservação ambiental. Marina Silva abordou as ações do governo brasileiro, incluindo medidas para combater o desmatamento, proteger povos originários e reconhecer territórios quilombolas. Ela destacou a redução significativa do desmatamento nos primeiros meses do governo de Lula e enfatiza a abordagem transversal e sustentável da política ambiental brasileira. O discurso ressaltou a importância global de proteger florestas e encerrou com agradecimentos pela oportunidade de abordar o fórum

Pavilhão da Fé

Líderes religiosos, cientistas e autoridades políticas globais inauguraram o primeiro Pavilhão da Fé em uma COP, discutindo o papel das comunidades religiosas na crise climática. O evento contou com a participação de autoridades, incluindo o Presidente dos Emirados Árabes Unidos, Sheikh Mohamed bin Zayed Al Nahyan, e o Ministro da Tolerância e Coexistência, Sheikh Nahyan bin Mubarak Al Nahyan. O Grand Imam de Al-Azhar e o Papa Francisco abordaram virtualmente a audiência, destacando a urgência de ações contra as mudanças climáticas. O Pavilhão da Fé, co-organizado pela COP28, busca engajar comunidades religiosas em diálogos com líderes religiosos, cientistas e políticos, promovendo ações intergeracionais. O presidente da COP28, Dr. Sultan Al Jaber, enfatizou a importância das comunidades de fé na conscientização e responsabilidade social compartilhada para a proteção ambiental. O Pavilhão da Fé é resultado do sucesso da Cúpula Global de Líderes Religiosos realizada em Abu Dhabi, onde 28 líderes religiosos assinaram a 'Declaração Inter-religiosa de Abu Dhabi para a COP28'²⁹, além do documento do Vaticano Laudate Deum, expressando preocupação com as mudanças climáticas e comprometendo-se com a crise.

Brasil e sociedade civil

Também no dia 2, em evento com a sociedade civil na COP 28, Lula destacou a necessidade de fortalecer a democracia no Brasil para garantir avanços nas questões ambientais³⁰. Ele enfatizou a importância da participação política, destacando a representatividade nos órgãos legislativos e judiciários. Lula ressaltou também a transição energética do Brasil para fontes renováveis, enfatizando a liderança do país na produção de energia verde. Além disso, ele abordou desafios como o desmatamento e se comprometeu a atingir o desmatamento zero até 2030. Lula convocou a sociedade civil a se engajar ativamente

²⁸ Discursos do presidente Lula e da ministra Marina Silva em Evento sobre Florestas. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discursos-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-e-da-ministra-marina-silva-em-evento-sobre-florestas-protetendo-a-natureza-para-o-clima-vidas-e-subsistencia>>, acessado em 4/12/23.

²⁹ Ver: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/43930>

³⁰ Pronunciamento do presidente Lula durante participação em evento de diálogo com a sociedade civil Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-participacao-em-evento-de-dialogo-com-a-sociedade-civil>>, acessado em 4/12/23.

nos próximos três anos, que serão cruciais para consolidar conquistas e enfrentar desafios ambientais.

Considerações finais

Embora todas essas declarações e compromissos sejam muito estimulantes e despertem o desejo de engajamento político em diversos setores, é importante destacar que nenhuma dessas etapas faz parte das negociações oficiais da UNFCCC. As verdadeiras negociações ocorrerão até o final da COP. A estratégia do presidente desta COP parece ser gerar uma série de compromissos que possam ser apresentados como o grande sucesso do evento, mas é crucial entender que tais declarações não são vinculantes e estão fora do escopo do Acordo de Paris, portanto, não têm valor e não geram ação legal.

Uma outra abordagem adotada é a busca por fundos para a adaptação climática, para que, segundo o presidente Dr. Al Jaber, “os países em desenvolvimento não se vejam obrigados a escolher entre desenvolvimento econômico e proteção climática”³¹. Essa estratégia, no entanto, desvia a atenção das discussões sobre mitigação, principalmente em torno da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. A Declaração sobre NET zero de metano nas indústrias de óleo e gás é apenas um contratempo e também está fora da UNFCCC.

É fundamental reconhecer que a poluição do ar nas cidades, responsável por ceifar milhões de vidas em todo o mundo, é, em parte, resultado da queima de combustíveis para o transporte. Portanto, é necessário abordar essas questões de forma holística, considerando não apenas os compromissos voluntários, mas também as medidas concretas para lidar com as principais fontes de emissões e impactos ambientais.

Esperamos que as discussões oficiais sejam embasadas nos dados científicos.

³¹ Ver: <https://www.cop28.com/en/news/2023/11/COP28-President-DrSultan-Al-Jabers-Opening--Plenary-Speech>

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de abertura da Presidência da COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos³²

Uma mulher africana, a queniana Wangari Maathai, vencedora do prêmio Nobel da Paz, sintetizou bem o dilema da humanidade em sua relação com a natureza. Disse ela: “A geração que destrói o meio ambiente não é a geração que paga o preço”.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas alertou que temos somente até o final desta década para evitar que a temperatura global ultrapasse um grau e meio acima dos níveis pré-industriais. 2023 já é o ano mais quente dos últimos 125 mil anos.

A humanidade sofre com secas, enchentes e ondas de calor cada vez mais extremas e frequentes. No Norte do Brasil, a Amazônia amarga uma das mais trágicas secas de sua história. No Sul, tempestades e ciclones deixam um rastro inédito de destruição e morte.

A ciência e a realidade nos mostram que desta vez a conta chegou antes. O planeta já não espera para cobrar da próxima geração. O planeta está farto de acordos climáticos não cumpridos. De metas de redução de emissão de carbono negligenciadas. Do auxílio financeiro aos países pobres que não chega. De discursos eloquentes e vazios. Precisamos de atitudes concretas. Quantos líderes mundiais estão de fato comprometidos em salvar o planeta?

Somente no ano passado, o mundo gastou mais de US\$ 2 trilhões e 224 milhões de dólares em armas. Quantia que poderia ser investida no combate à fome e no enfrentamento da mudança climática. Quantas toneladas de carbono são emitidas pelos mísseis que cruzam o céu e desabam sobre civis inocentes, sobretudo crianças e mulheres famintas?

A conta da mudança climática não é a mesma para todos. E chegou primeiro para as populações mais pobres. O 1% mais rico do planeta emite o mesmo volume de carbono que 66% da população mundial. Trabalhadores do campo, que têm suas lavouras de subsistência devastadas pela seca, e já não podem alimentar suas famílias. Moradores das periferias das grandes cidades, que perdem o pouco que têm quando a enchente arrasta tudo: casas, móveis, animais de estimação e seus próprios filhos. A injustiça que penaliza as gerações mais jovens é apenas uma das faces das desigualdades que nos afligem.

O mundo naturalizou disparidades inaceitáveis de renda, gênero e raça. Não é possível enfrentar a mudança do clima sem combater as desigualdades. Quem passa fome tem sua existência aprisionada na dor do presente. E torna-se incapaz de pensar no amanhã. Reduzir vulnerabilidades socioeconômicas significa construir resiliência frente a eventos extremos. Significa também ter condições de redirecionar esforços para a luta contra o aquecimento global.

Em 2009, quando participei da COP15, em Copenhague, a arquitetura da Convenção do Clima estava à beira do colapso. As negociações fracassaram e foi preciso um grande esforço para recuperar a confiança e chegar ao Acordo de Paris, em 2015. Ao retornar à presidência do Brasil, constato que estamos, hoje, em situação semelhante.

³²Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-abertura-da-presidencia-da-cop28-1>
Publicado em 01/12/2023, 06h11; Atualizado em 01/12/2023, 14h54

O não cumprimento dos compromissos assumidos corrói a credibilidade do regime. É preciso resgatar a crença no multilateralismo. É inexplicável que a ONU, apesar de seus esforços, se mostre incapaz de manter a paz, simplesmente porque alguns dos seus membros lucram com a guerra. É lamentável que acordos como o Protocolo de Kyoto (1997) ou os Acordos de Paris (2015) não sejam implementados.

Governantes não podem se eximir de suas responsabilidades. Nenhum país resolverá seus problemas sozinho. Estamos todos obrigados a atuar juntos além de nossas fronteiras.

O Brasil está disposto a liderar pelo exemplo. Ajustamos nossas metas climáticas, que são hoje mais ambiciosas do que as de muitos países desenvolvidos. Reduzimos drasticamente o desmatamento na Amazônia e vamos zerá-lo até 2030. Formulamos um plano de transformação ecológica, para promover a industrialização verde, a agricultura de baixo carbono e a bioeconomia. Forjamos uma visão comum com os países amazônicos e criamos pontes com outros países detentores de florestas tropicais.

O mundo já está convencido do potencial das energias renováveis. É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis. Temos de fazê-lo de forma urgente e justa.

Vamos trabalhar de forma construtiva, com todos os países, para pavimentar o caminho entre esta COP 28 e a COP30, que sediaremos no coração da Amazônia.

Não existem dois planetas Terra. Somos uma única espécie, chamada Humanidade. Todos almejamos tornar o mundo capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada. Como nos convida o Papa Francisco na Encíclica “Todos Irmãos”, precisamos conviver na fraternidade.

Muito obrigado.



Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Primeira Sessão do Segmento de Alto Nível para Chefes de Estado e Governo da COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos³³

É uma grande responsabilidade estar aqui em Dubai hoje. Estamos diante do que talvez seja o maior desafio já enfrentado pela humanidade. Em vez de unir forças, o mundo trava guerras, alimenta divisões e aprofunda a pobreza e as desigualdades.

O caminho desta COP28 à COP30, no Brasil, ditará nosso futuro. Aqui faremos o primeiro balanço global do Acordo de Paris. Na COP 29, definiremos um novo objetivo quantificável de financiamento. E em Belém formularemos nossas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

O último relatório do IPCC é categórico sobre o perigo de um aumento na temperatura global superior a um grau e meio. A meta do Acordo de Paris, de mantê-lo entre um grau e meio e dois, já é insuficiente para conter o aquecimento global em nível seguro.

Temos um problema coletivo de inação, outro de falta de ambição. As NDCs atuais não estão sendo implementadas no ritmo esperado. E, mesmo que estivessem, não conseguiriam manter a temperatura abaixo do limite de um grau e meio.

O Brasil ajustou sua NDC e se comprometeu a reduzir 48% das emissões até 2025 e 53% até 2030, além de atingir neutralidade climática até 2050. Nossa NDC é mais ambiciosa do que a de vários países que poluem a atmosfera desde a revolução industrial no século XIX.

Mantemos o firme compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030. Já conseguimos reduzi-lo em quase 50% nos 10 primeiros meses deste ano, o que evitou a emissão de 250 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

Mas muitos países do Sul Global não terão condições de implementar suas NDCs, nem de assumir metas mais ambiciosas. Os mais vulneráveis não podem ter que escolher entre combater a mudança do clima e combater a pobreza. Terão que fazer ambos.

O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas é inegociável. Ameaçá-lo vai na contramão de qualquer noção básica de justiça climática. Essa noção demanda que sejam cumpridas as obrigações de financiamento, de transferência de tecnologia. É inaceitável que a promessa de 100 bilhões de dólares por ano assumida pelos países desenvolvidos não saia do papel enquanto, só em 2021, os gastos militares chegaram a 2 trilhões e 200 bilhões de dólares.

No Brasil, a emergência climática já é uma realidade. A Amazônia está atravessando, neste momento, uma seca inédita. O nível dos rios é o mais baixo em mais de 120 anos. Nunca imaginei que veria isso no lugar onde estão os maiores reservatórios de água doce do mundo.

Mas o futuro da Amazônia não depende só dos amazônidas. O desmatamento em todo mundo só responde por 10% das emissões globais. Mesmo que não derrubemos mais nenhuma

³³Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-primeira-sessao-do-segmento-de-alto-nivel-para-chefes-de-estado-e-governo-da-cop-28> . Publicado em 01/12/2023, 08h48

árvore, a Amazônia poderá atingir seu ponto de não-retorno se outros países não fizerem sua parte.

O aumento da temperatura global poderá desencadear um processo irreversível de savanização da Amazônia. Os setores de energia, indústria e transporte emitem muitos gases do efeito estufa. Temos que lidar com todas essas fontes. É por isso que o Brasil está propondo a **Missão 1.5** – uma missão coletiva que vai nos manter na trilha do um grau e meio.

Nos dois anos até a COP30, será necessário redobrar os esforços para implementar as NDCs que assumimos. E, em Belém, precisamos anunciar NDCs mais ousadas e garantir os meios de implementação necessários para concretizá-las.

Os países em desenvolvimento requerem incentivos positivos para promover medidas de ação climática alinhadas às suas prioridades de desenvolvimento.

A mitologia indígena diz que o rio Amazonas nasceu das lágrimas da Lua. A Lua teve de abrir mão do seu amor pelo Sol para que a Terra não fosse destruída pelo calor.

Se não deixarmos nossas diferenças de lado em nome de um bem maior, a vida no planeta estará em perigo. E será tarde demais para chorar.

Muito obrigado.

Saúde no G20: Contagem regressiva e expectativas crescentes³⁴

Health in the G20: Countdown and increasing expectations

João Miguel Estephanio

Pedro Burger

Paulo M. Buss

Mário Moreira

O que é o G20 e quais serão as prioridades do Brasil durante a sua presidência do grupo?

O G20 (Grupo dos Vinte) é um fórum internacional composto pelos países com as maiores economias do mundo, que atualmente tem centralidade na coordenação das políticas econômicas com impacto global, com objetivo, ao menos retórico, de promoção do crescimento inclusivo, redução das desigualdades e resposta aos desafios globais. Desde a sua criação, em 1999, o grupo tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cooperação e na busca por soluções conjuntas para os desafios econômicos enfrentados pela comunidade internacional. Após a crise financeira global em 2008, o G20 expandiu-se consideravelmente, tornando-se um fórum de chefes de Estado e de Governo dos países membros do grupo, lidando também com temas como saúde, educação, emprego, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável (AITH; FREITAS; ESTEPHANIO, 2023).

O G20 é composto por 19 países (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Estados Unidos Reino Unido e Estados Unidos) e dois organismos regionais: a União Europeia e a União Africana (a última incluída em 2023). Os membros do G20 representam cerca de 85% do PIB global, mais de 75% do comércio global e cerca de dois terços da população mundial (G20 SECRETARIAT, 2023a).

As discussões governamentais no grupo são divididas em *duas trilhas*: (i) Sherpas (alusão aos guias que atuam em altas montanhas) e (ii) Finanças. A primeira está relacionada às áreas temáticas como trabalho, saúde, meio ambiente, educação, economia etc. Já a segunda, às questões econômicas e financeiras globais, que deram origem ao G20. Paralelamente, há discussões da sociedade civil, instituições de ciência e tecnologia, governos municipais (cidades), parlamento, empresas e negócios privados, dentre outros atores, no âmbito dos Grupos de Engajamento.

A presidência do G20 ocorre de maneira rotativa pelo período de um ano e é exercida por um dos membros do grupo com o apoio da denominada *troika* (tríade formada pela presidência atual [Brasil], pela presidência anterior [Índia] e pela presidência subsequente [África do Sul]).

³⁴ Versão revisada e ampliada pelos autores dos artigos publicados pelo [Le Monde Diplomatique Brasil](#) online no dia 29/11/2023 e pelo [Centros de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho \(CEE\)](#) online no dia 30/11/2023.

No contexto de passagem de bastão da Índia para o Brasil, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, publicou no tradicional jornal *The Hindustan Times* um artigo com suas reflexões sobre presidência indiana do grupo³⁵. O texto intitulado “O amanhecer de um novo multilateralismo”, relembra a visão da Índia ao oferecer um G20 inclusivo, ambicioso, orientado para a ação e decisivo e tece uma espécie de prestação de contas. Em um texto muito bem escrito, Modi passa a impressão de que a ambiciosa presidência indiana do G20 foi brilhante, vibrante e cheia de resultados, contudo, a percepção da comunidade internacional e de alguns analistas não foi tão favorável ao alegarem haver poucas ações concretas resultantes do mandato³⁶. Detalhes sobre essa publicação de Modi podem ser encontrados neste fascículo do Cadernos do CRIS no texto que traz o monitoramento quinzenal das atividades do G20, G7 e OCED, intitulado **Retrospectiva pela Índia e inauguração da presidência brasileira do G20. G7 sem efetividade: COP28 e extensão do cessar-fogo no Oriente Médio. Entre preocupações e esperança, o futuro para a OCDE.**

Em 1º de dezembro de 2023, o Brasil assume a presidência do G20 sob o lema “*Construindo um mundo justo e um planeta sustentável*”, calcado em três prioridades: **(i) a inclusão social e a luta contra a fome e a pobreza; (ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em suas três vertentes (social, econômica e ambiental); e (iii) a reforma das instituições de governança global, que reflita a geopolítica do presente.**³⁷

Especificamente sobre a primeira prioridade, o governo brasileiro afirmou na nota conceitual sobre a presidência do G20 que a erradicação da pobreza, a luta contra a fome e a subnutrição e a inclusão social não são meras aspirações, mas sim, são pré-requisitos para um mundo próspero e harmonioso. E como resultado dessa prioridade, o governo brasileiro espera lançar **uma Aliança Global contra a fome e a pobreza.**

Será criada uma **força-tarefa especial** com a missão de desenvolvimento desta aliança global. Segundo o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, a aliança buscará angariar recursos financeiros e conhecimento para apoiar a implementação e ampliação de ações, políticas e programas de combate à fome e à pobreza em nível nacional e global. Apesar de estar sendo discutida no âmbito do G20, todos os países que quiserem aderir à aliança serão bem-vindos, conforme destaca o ministro. A força-tarefa será lançada no dia 13 de dezembro de 2023 durante uma sessão conjunta entre as trilhas de finanças e *Sherpas* em Brasília, e está prevista para encerrar formalmente seus trabalhos no dia 24 de julho de 2024, em uma reunião ministerial em conjunto com as reuniões ministeriais dos grupos de trabalho de desenvolvimento e de finanças. Há a expectativa de se lançar uma **declaração ministerial conjunta sobre a luta contra a fome, a pobreza e a redução das desigualdades**, bem como, de anunciar os membros-chave fundadores, parceiros e financiamento da aliança.³⁸

³⁵ PM Modi writes: Dawn of a new multilateralism. **The Hindustan Times**. 30 nov. 2023. Disponível em: https://www.hindustantimes.com/india-news/pm-modi-writes-dawn-of-a-new-multilateralism-101701310157970.html?_gl=1*1670au1*_gcl_au*ODc5ODMxODc5LjE3MDE2NDUyNTU. Acesso em: 03 dez. 2023.

³⁶ Lula faces numerous challenges as Brazil assumes G20 presidency. **Al Jazeera**. 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2023/12/1/lula-faces-numerous-challenges-as-brazil-assumes-g20-presidency>. Acesso em: 03 dez. 2023.

³⁷ Ver Nota Conceitual da presidência brasileira do G20, disponível em <file:///C:/Users/joao.miguel/Downloads/G20%20Brazil%20-%20Concept%20Note.pdf>.

³⁸ Ver Nota Conceitual da Força-Tarefa para o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, disponível em

Além disso, o governo brasileiro quer trazer uma participação social sem precedentes no G20. Por meio da iniciativa denominada *G20 Social*, o Brasil quer garantir espaço para diferentes vozes, lutas e reivindicações das populações das vinte maiores economias do mundo, bem como coordenar as atividades dos grupos de engajamento³⁹ e diversas outras iniciativas não governamentais que envolvam as sociedades de todos os países do grupo (AGÊNCIA GOV, 2023).

Ultrapassando os resultados esperados, como a aliança global, entre outros, o exercício da presidência do grupo confere ao Brasil o poder de pautar as discussões, sob suas perspectivas e posicionamentos, acerca dos grandes problemas globais. Considerando que o G20 não possui secretariado e que suas declarações e posicionamentos são feitos com base no consenso dos seus membros, o poder de pautar as discussões é bastante significativo para se conseguir êxito político ao fim da presidência.

Como as discussões sobre saúde global entram no G20?

Especificamente em relação à discussão sobre saúde, há um *Grupo de Trabalho de Saúde (GT SAÚDE)*, no âmbito da *Trilha de Sherpas*, que, desde a sua criação, em 2017, funciona para melhorar o diálogo e informar questões importantes de saúde global aos líderes do G20. Tais questões englobam Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) dos sistemas de saúde para emergências sanitárias, abordagem de Saúde Única (*One Health*), Saúde Digital, Cobertura Universal de Saúde, conformidade com as normas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), financiamento sustentável, dentre outras (G20 SECRETARIAT, 2023b).

Para o *GT SAÚDE*, a presidência brasileira, liderada, neste tema, pelo Ministério da Saúde, focará na construção de sistemas de saúde resilientes e para isso, priorizará: (i) Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde; (ii) Saúde Digital, para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; (iii) Equidade no acesso a inovações em saúde; e (iv) Mudança climática e saúde, facilitando o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias necessárias para enfrentar os impactos da mudança do clima sobre a saúde.⁴⁰

Para além do *GT SAÚDE*, as discussões sobre saúde global também são feitas na Trilha de Finanças, no âmbito da **Força-tarefa conjunta Finanças e Saúde** (da sigla JFHTF em inglês), criada durante a presidência italiana, em 2021. A força-tarefa visa reforçar o diálogo e a cooperação global em questões relacionadas com a Prevenção, Preparação e Resposta a pandemias (PPR), desenvolvendo acordos de coordenação entre os ministérios das Finanças e da Saúde e promovendo a ação coletiva, entre outras iniciativas. Ainda não foram divulgadas prioridades para essa força-tarefa durante a presidência brasileira; contudo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou que, no âmbito da Trilha de Finanças, as prioridades definidas pela pasta e pelo Banco Central do Brasil são trabalhar para prevenir riscos por meio de coordenação eficaz entre políticas econômicas e financeiras, colocar a desigualdade no

[file:///C:/Users/joao.miguel/Downloads/Issue%20Note%20Task%20Force%20Global%20Alliance%20Aginst%20Hunger%20and%20Poverty%20-%20Brasil%20G20%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/joao.miguel/Downloads/Issue%20Note%20Task%20Force%20Global%20Alliance%20Aginst%20Hunger%20and%20Poverty%20-%20Brasil%20G20%20(1).pdf)

³⁹ Durante a presidência brasileira, haverá 12 grupos de engajamento que farão suas discussões paralelas ao trabalho governamental, de modo a influenciar em posicionamentos dos líderes, quando da declaração de líderes do G20.

⁴⁰ Ver Nota Conceitual do Grupo de Trabalho de Saúde, disponível em <file:///C:/Users/joao.miguel/Downloads/Issue%20Note%20Health%20WG%20-%20G20%20Brasil.pdf>

centro da agenda macroeconômica em âmbito global, desenvolver uma nova abordagem para uma tributação internacional justa e encontrar soluções para corrigir desigualdades (AGÊNCIA GOV, 2023).

A saúde também é abordada nos grupos de engajamento, principalmente no **T20** (grupo que reúne os *think tanks* dos membros do G20), no **S20** (S de *Science*, grupo que reúne instituições científicas dos membros do G20) e no **C20** (que reúne as organizações da sociedade civil engajadas nos debates do G20). Diferentemente da inserção nas Trilhas de Sherpas e de Finanças, onde necessariamente as discussões são tratadas no âmbito governamental, sendo, portanto, orientadas pelos princípios que norteiam a atuação do Governo Federal, as discussões sobre saúde nos grupos de engajamento é mais livre, podendo-se, inclusive, criticar cientificamente o rumo das discussões travadas e as prioridades definidas pelos governos.

O que já se sabe sobre o G20 no Brasil e como a Fiocruz participará das discussões?

No dia 1º de dezembro de 2023, ficaram disponíveis uma série de notas conceituais sobre as prioridades da presidência brasileira para o G20, bem como, sobre as prioridades de todos os grupos de trabalho e forças-tarefa que compõem as Trilhas de Sherpas e de Finanças. Estas notas abordam, em detalhes, as prioridades e o contexto de suas definições, o calendário de reuniões, os resultados esperados, bem como outras informações relevantes para que tanto a sociedade em geral, quanto os outros países membros do G20 possam entender, avaliar e se engajar nas discussões.

Segundo publicação da Agência Gov, as reuniões das Trilhas de Sherpas e de Finanças terão início em 11/12/2023, em Brasília/DF. Começarão a ser negociadas as declarações e outros atos a serem adotados pelos líderes do G20 na Cúpula do Rio de Janeiro, em novembro de 2024. O calendário geral da presidência brasileira do G20 prevê ainda três fases: (i) reuniões por videoconferência em janeiro e fevereiro, abrangendo todos os quinze grupos de trabalho; (ii) reuniões técnicas e presenciais, entre março e junho, em diversas cidades e regiões brasileiras; e (iii) reuniões ministeriais, presenciais, igualmente distribuídas pelo país, de agosto a outubro. As reuniões têm cunho preparatório para a Cúpula do G20 de chefes de Estado e de Governo do Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. Tanto na nota conceitual da presidência brasileira do G20 quanto no site oficial do G20⁴¹ é possível ter acesso à programação completa de todas as reuniões previstas para as duas trilhas.

Em relação ao GT SAÚDE a tabela 1 apresenta o calendário de reuniões já divulgado.

Tabela 1. Calendário de reuniões do GT SAÚDE

Reuniões GT SAÚDE	Objetivo	Data/Local
1ª reunião	Apresentação das prioridades e discussão sobre os documentos de trabalho	Virtual / 22 de fevereiro de 2024
2ª reunião	Discussão das entregas do GT SAÚDE / 1ª sessão do seminário sobre saúde digital	Brasília / 8 a 10 de abril de 2024

⁴¹ Disponível em <https://www.g20.org/pt-br>.

Reunião virtual	discussão sobre a versão revisada dos documentos de trabalho	Virtual / maio de 2024
3ª reunião	Discussão das entregas do GT SAÚDE / 2ª sessão do seminário sobre saúde digital	Salvador / 3 a 5 de junho de 2024
Reunião virtual	Apresentação do draft inicial da declaração de ministros da saúde do G20	Virtual / julho de 2024
Reunião virtual	Negociação do texto da declaração de ministros da saúde do G20	Virtual / agosto de 2024
Reunião virtual	Negociação do texto da declaração de ministros da saúde do G20	Virtual / setembro de 2024
4ª reunião	Negociação da declaração de ministros da saúde do G20 / Seminário de alto nível sobre One Health	Rio de Janeiro / 29 e 30 de outubro de 2024
Reunião Ministerial	Reunião dos ministros da saúde / reunião conjunta dos ministros da saúde e das finanças	Rio de Janeiro / 31 de outubro de 2024

Fonte: Elaboração própria com base na Nota Conceitual do GT SAÚDE, 2023

A Fiocruz mantém plena articulação com o Ministério da Saúde e com o Ministério das Relações Exteriores, no que tange a sua atuação nas discussões governamentais como instituição estratégica do Estado brasileiro, bem como com as instituições responsáveis pelos grupos de engajamento **T20** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) – e **S20** – Academia Brasileira de Ciências (ABC), no que tange a sua capacidade de pesquisa e análise crítica dos temas relacionados à *saúde e seus determinantes sociais*.

Em relação ao T20, a Fiocruz é membro integrante do Conselho Consultivo Nacional que tem por objetivo reunir insights e recomendações de *think tanks* e centros de pesquisa nacionais sobre os temas e subtópicos do T20 Brasil. Estão previstas três grandes reuniões para o T20: (i) Conferência inicial em janeiro de 2024, (ii) Conferência intermediária em julho de 2024 e (iii) Cúpula do T20 em novembro de 2024. Diversos think tanks nacionais e internacionais estão convidados a apresentar resumos para compor os *policy briefs* de cada força-tarefa, bem como, solicitação de realização de evento paralelo à agenda oficial do T20⁴². O trabalho deste grupo de engajamento será dividido em seis forças-tarefas:

- FT01: Combatendo desigualdades, pobreza e fome;
- FT02: Ação climática sustentável e transições energéticas justas e inclusivas;
- FT03: Reformando a arquitetura financeira internacional;

⁴² Disponível em <https://www.t20brasil.org/>.

- FT04: Comércio e investimento para um crescimento sustentável e inclusivo;
- TF05: Transformação digital inclusiva;
- TF06: Fortalecendo o multilateralismo e a governança global.

O objetivo dessas articulações da Fiocruz é prover conhecimento técnico-científico sobre saúde, saúde global, diplomacia da saúde, segurança alimentar e nutricional, Agenda 2030 e seus objetivos para o desenvolvimento sustentável, saúde e ambiente, entre outros assuntos relacionados aos principais desafios em saúde no mundo, seja por meio de publicações, trabalhos técnicos, ou por meio da organização de eventos paralelos à programação oficial do G20.

Há 120 anos, desde sua criação, a Fiocruz é instituição comprometida com a vida, a saúde e a qualidade da vida humana, animal e planetária. Neste sentido, está profundamente preocupada com o rumo de violência política institucionalizada que o mundo vem tomando nos últimos anos, com a eclosão de mais de uma centena de conflitos militares⁴³ que têm produzido milhares de mortos, feridos e descapacitados físicos e mentais, alguns para o resto de suas vidas, além de uma explosão nos gastos militares globais⁴⁴ (mais de USD 2,24 trilhões em 2022) em detrimento dos recursos para a implementação do desenvolvimento e da paz. Como resposta, tem feito discussões sobre o papel da **saúde como ponte para a paz** nos conflitos militares em curso, com particular preocupação com a imensa tragédia humanitária e de saúde instalada nos territórios palestinos ocupados, principalmente em Gaza.

Entre as iniciativas que pretende propor ao **grupo de saúde do G20** está a estratégia *'saúde como ponte para a paz'*, com a qual visa desenvolver compromissos comumente acordados de promoção da paz e defesa firme da vida humana, da integridade dos estabelecimentos de saúde e seus profissionais, além de coordenar e melhorar a efetividade da ajuda humanitária e de saúde dos países integrantes do G20 nos conflitos militares.

Tais propostas estão alinhadas com recorrentes pronunciamentos do presidente Lula, como na recente cúpula virtual do G20⁴⁵ e de BRICS⁴⁶, e do chanceler Mauro Vieira, inclusive na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 29 de novembro⁴⁷.

Além disso, por meio do Observatório em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, coordenado pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde, a Fiocruz segue fazendo o monitoramento quinzenal do G20, e já fará diversas publicações com análises críticas sobre as atividades do grupo, nos *Cadernos Cris*⁴⁸.

Por meio da presidência do G20, na continuidade (sem continuísmo) das presidências da Indonésia (2022) e da Índia (2023), o Brasil continuará dando voz ao **Sul Global** no clube dos

⁴³ Ver: <https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>.

⁴⁴ Ver: <https://www.sipri.org/databases/milex>.

⁴⁵ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-do-g20>.

⁴⁶ Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-virtual-extraordinaria-do-brics>.

⁴⁷ Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/intervencao-do-ministro-mauro-vieira-no-debate-de-alto-nivel-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-situacao-no-oriente-medio.

⁴⁸ Disponíveis em: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

mais ricos do mundo. Uma pista da condução brasileira pode ser retirada dos arrebatadores discursos do presidente Lula na Cúpula do G77⁴⁹, em Cuba, em 16 de setembro de 2023; no discurso com que abriu a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas⁵⁰, em Nova York, em 19 de setembro de 2023; ou no discurso que proferiu no encerramento da Cúpula do G20⁵¹, em Nova Deli, em 10 de setembro de 2023, quando afirmou:

“Há 15 anos, este grupo se consolidou como uma das principais instâncias de governança global na esteira de uma crise que abalou a economia mundial. Nossa atuação conjunta nos permitiu enfrentar os momentos mais críticos, mas foi insuficiente para corrigir os equívocos estruturais do neoliberalismo.

A arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas. Novas urgências surgiram. Os desafios se acumularam e se agravaram. Vivemos num mundo em que a riqueza está mais concentrada. Em que milhões de seres humanos ainda passam fome.

Em que o desenvolvimento sustentável está sempre ameaçado. Em que as instituições de governança ainda refletem a realidade de meados do século passado.

Só vamos conseguir enfrentar todos esses problemas se tratarmos da questão da desigualdade. A desigualdade de renda, de acesso a saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação está na origem de todas essas anomalias.

Se quisermos fazer a diferença, temos que colocar a redução das desigualdades no centro da agenda internacional.”

O mundo espera muito dessa presidência brasileira do G20. Em saúde, os profissionais e pesquisadores do setor, as instituições científicas como a Fiocruz e as universidades e institutos de pesquisa, além de ativistas sociais da saúde, estão prontas para colaborar no alcance de objetivos estratégicos desta empreitada que começa a 1º de dezembro de 2023.

Referências

AGÊNCIA GOV. Presidente instala Comissão Nacional do G20, 2023. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/presidente-instala-comissao-nacional-do-g20>, acessado em 26/11/2023.

AITH, F.; FREITAS, R. DE; ESTEPHANIO, J. M. La révision du règlement sanitaire international (RSI) au G20. *Journal de Droit de la Santé et de l'Assurance Maladie*, v. 37, p. 173–177, 2023.

⁴⁹Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-do-g77-china-em-cuba>

⁵⁰Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>

⁵¹Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20>

G20 SECRETARIAT. **About G20G20 INDIA**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/about-g20/#members>>. Acesso em: 24 ago. 2023a.

G20 SECRETARIAT. **G20 - Background Brief**. [s.l: s.n.].

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Wellington Dias avança em proposta brasileira de criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza durante Cúpula Global em Londres, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/wellington-dias-avanca-em-proposta-brasileira-de-criacao-da-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza-durante-cupula-global-em-londres>, acessado em 21/11/2023.

Retrospectiva pela Índia e inauguração da presidência brasileira do G20. G7 sem efetividade: COP28 e extensão do cessar-fogo no Oriente Médio. Entre preocupações e esperança, o futuro para a OCDE

Brazil's presidency of the G20 is approaching. Ineffective G7: COP28 and ceasefire extension in the Middle East. Between concerns and hope, the future for the OECD

Nina Bouqvar

Thaiany Medeiros Cury

João Miguel Estephanio

Vitória Kavanami

Pedro Burger

Paulo Esteves

Abstract

G20 - *With limited progress and a slightly negative perception among the international community, India's presidency of the G20 comes to an end. Upon officially taking over the groups's management on December 1st, Brazil brought new information and began to materialize its strategies for the mandate.*

Keywords: *G20, Brazilian Presidency*

G7 - *In the last fortnight of 2023's reports, the highlights are the ineffective declarations by the group of seven. Both at COP28 and in the unsuccessful declarations supporting the ceasefire extending between Israel and Hamas, there is a group increasingly lacking in capacity to influence climate action and peace on the foreign policy arena.*

Keywords: *COP28; Israel x Hamas.*

OCDE - *The OECD's highlights include the launch of two studies on economic data relating to the transition and international climate action and another on the outlook for the global economy. In addition, some health initiatives promoted by the organization throughout 2023 are also briefly highlighted, as well as the (non)progress of Brazil's accession process to the group.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Resumo:

G20 - *Com poucos avanços e uma percepção não tão positiva por parte da comunidade internacional, chega ao fim a presidência da Índia no G20. Ao assumir oficialmente a gestão do grupo em 1º de dezembro, o Brasil traz novas informações e começa a materializar suas estratégias para o mandato.*

Palavras-chave: *G20, Presidência brasileira.*

G7 - *Na última quinzena de informes do ano, os destaques vão para os discursos pouco eficazes do grupo das sete potências. Tanto na COP28, como nas declarações a favor de um alargamento do cessar-fogo entre Israel e Hamas, sem sucesso, vemos um grupo cada vez mais esvaziado de capacidade de influenciar ações climáticas e pela paz no cenário internacional.*

Palavras-chave: *COP28; Israel x Hamas.*

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre o lançamento de dois estudos sobre dados econômicos relativos à transição e ação climática internacional e um outro sobre perspectivas da economia global. Ademais, são ressaltadas também brevemente algumas iniciativas sob a temática da saúde promovidas pela organização ao longo do ano de 2023, além do (não) desenrolar do processo de adesão do Brasil ao grupo.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

G20 - Da Índia para o Brasil: retrospectiva e inauguração da presidência brasileira do G20

O legado da Índia para o G20

Em momento de despedida da presidência do G20, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, publicou no tradicional jornal *The Hindustan Times* uma coluna com os principais feitos e aprendizados da gestão indiana⁵². O texto intitulado “O amanhecer de um novo multilateralismo”, relembra a visão da Índia ao oferecer um G20 inclusivo, ambicioso, orientado para a ação e decisivo. Apesar de a presidência ter sido marcada por múltiplas crises em decorrência das consequências da COVID-19, as ameaças climáticas, a instabilidade financeira e a guerra na Ucrânia, Modi afirma que Nova Delhi revitalizou o multilateralismo, amplificou a voz do Sul Global, defendeu o desenvolvimento e lutou pelo empoderamento das mulheres. A materialização desses feitos é pontuada com base em algumas conquistas que aparecem sobretudo na Declaração de Líderes.

Da perspectiva do Sul Global e do princípio da inclusividade, os principais avanços foram a adição da União Africana (UA) como membro permanente do bloco, a realização da Cúpula das Vozes do Sul Global e o incentivo da participação popular nas iniciativas do grupo por meio dos eventos “*Jan Bhagidari*” (que significa participação popular) no país. Dessa forma, foi possível promover diálogos e representações mais abrangentes, especialmente ao dar voz aos interesses dos países do Sul Global. Na área de desenvolvimento, o primeiro-ministro destaca a criação do Plano de Ação para Acelerar o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a conclusão do Repositório de Infraestrutura Pública Digital (DPI, na sigla em inglês), plataforma que traz um avanço significativo para a cooperação tecnológica global e que ajudará o Sul Global a construir, adotar e dimensionar essas tecnologias para um crescimento inclusivo.

Na agenda ambiental diversas ações foram citadas, como: a criação do “Pacto do Desenvolvimento Verde”, que delineia um roteiro abrangente para conciliar produtividade, emprego e sustentabilidade; o compromisso de triplicar a capacidade global de energia renovável até 2030; o estabelecimento da Aliança Global de Biocombustíveis e um impulso concertado para a produção de Hidrogênio Verde. De maneira semelhante, no que tange às questões climáticas, houve o compromisso dos membros com a justiça e a equidade climáticas, e o apelo e reconhecimento da necessidade de maior apoio financeiro e tecnológico substanciais por parte do Norte Global. Nessa seara, devido aos monumentais recursos necessários, o G20 enfatizou a importância de possuir Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) melhores,

⁵² PM Modi writes: Dawn of a new multilateralism. **The Hindustan Times**. 30 nov. 2023. Disponível em: https://www.hindustantimes.com/india-news/pm-modi-writes-dawn-of-a-new-multilateralism-101701310157970.html? gl=1*1670au1* gcl au*ODc5ODMxODc5LjE3MDE2NDUyNTU. Acesso em: 03 dez. 2023.

maiores e mais eficazes. Por fim, em relação a igualdade de gênero, o principal resultado foi a formação de um Grupo de Trabalho dedicado ao empoderamento das Mulheres que terá início na gestão brasileira. Conquistas na agenda da saúde não foram citadas pelo primeiro-ministro, ainda que dois grandes destaques dessa gestão tenham sido o lançamento da Iniciativa Global sobre Saúde Digital (GIDH, na sigla em inglês) e a realização da Cúpula Global de Medicina Tradicional.

Apesar do tom positivo que permeia a coluna escrita por Modi e que faz parecer que a gestão indiana teve grande sucesso, a percepção da comunidade internacional não foi tão favorável e, na prática, poucas foram as ações concretas resultantes do mandato. O país continua recebendo duras críticas que apontam para uma ineficiente presidência. Muitas dessas queixas argumentam que o primeiro-ministro utilizou o espaço do G20 para melhorar a sua imagem doméstica ao invés de enfrentar os desafios globais. “Ao tentar projetar a Índia como uma superpotência global, Modi passou o bastão sem reduzir os problemas...a economia mundial está desacelerando, as mudanças climáticas estão se aproximando e os conflitos na Ucrânia e na Palestina prejudicaram as relações Norte-Sul”, disse Jayati Ghosh, professora de economia da Universidade de Massachusetts, à *Al Jazeera*⁵³.

Além disso, por parte dos grupos de engajamento, houver grandes reclamações sobre uma prevalência de nacionalismo exacerbado na escolha das organizações para compor as discussões. Não menos importante, devemos lembrar que por conta do conflito na Ucrânia e na ausência de um entendimento sobre uma linguagem comum para se referir a situação, a maior parte das Reuniões Ministeriais terminou sem declaração conjunta – o principal documento formulado pelo bloco e que depende de consenso para ser publicado. Até mesmo a Declaração de Líderes correu risco de não ser entregue pela primeira vez na história do G20 e só foi acordada às vésperas do encontro em setembro. Por essa razão, a imagem do bloco enquanto um fórum eficiente e importante para as decisões políticas foi prejudicada e o saldo da gestão indiana não termina tão positivo. A expectativa é que com a presidência brasileira esse prestígio possa ser recuperado e que as tensões entre os membros sejam mais dissipadas.

Início da presidência brasileira do G20

O Brasil assumiu oficialmente a presidência temporária do G20 no dia 1º de dezembro. Como forma de inaugurar a liderança do bloco, que é única na história do país, as plataformas digitais foram atualizadas e já se encontram sob administração brasileira. A comunicação ao longo do mandato pretende ser acessível e será feita em três idiomas: português, inglês e espanhol. O site oficial segue nesse caminho e conta com o calendário de eventos, notícias e algumas seções informativas para melhor explicar a organização do grupo para o grande público por meio da disponibilização de um *e-book*⁵⁴ e de uma página com perguntas frequentes. Informações sobre a logomarca escolhida também foram compartilhadas⁵⁵. Para complementar o *slogan* “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o símbolo resultante é um mapa estilizado do Brasil com as cores das bandeiras dos países-membros e tem como intuito

⁵³ Lula faces numerous challenges as Brazil assumes G20 presidency. **Al Jazeera**. 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2023/12/1/lula-faces-numerous-challenges-as-brazil-assumes-g20-presidency>. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁵⁴ E-Book - Entenda o que é o G20 e quais as responsabilidades do Brasil. **G20**. 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁵⁵ Tema e Logo. **G20**. 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/cupula-rio-2024/tema-e-logo>. Acesso em: 03 dez. 2023.

representar a cooperação global, a relação de respeito mútuo e a colaboração entre as lideranças.

Figura 1: Logomarca do Brasil no G20.



Fonte: G20, 2023.

Em vídeo gravado para marcar o início da gestão brasileira⁵⁶, o presidente Luís Inácio Lula da Silva retoma as prioridades elencadas para o G20 e afirma que não é apenas uma honra assumir essa posição, “mas um compromisso do Brasil para colocar os temas do combate à fome, à extrema pobreza e à desigualdade no centro da agenda internacional”⁵⁷. O presidente ainda enfatiza as diferentes desigualdades que perpassam os compromissos climáticos e ambientais, as instituições e a estruturação da sociedade. Para tanto, diz ser necessário pensar em medidas como compensações financeiras mais justas por parte de países que destruíram o meio ambiente, a reforma das instituições multilaterais e a garantia de direitos e oportunidades iguais para superar o racismo e a violência contra mulheres.

Figura 2: Presidente Lula em vídeo inaugural da presidência brasileira do G20.



Fonte: G20, 2023.

⁵⁶ G20 Brasil. **Canal do G20 no Youtube**. 01 dez. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z9snefA3p_8&t=82s. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁵⁷ Presidente Lula reforça as prioridades do Brasil ao assumir liderança do G20. **G20**. 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/presidente-lula-reforca-as-prioridades-do-brasil-ao-assumir-lideranca-do-g20>. Acesso em: 03 dez. 2023.

A menção direta ao racismo enquanto uma das preocupações postas já se configura como um grande avanço da gestão brasileira. O tema é considerado delicado e dificilmente chega nas discussões ou aparece nos textos das declarações e comunicados do bloco. Por essa razão, a fala do presidente logo no vídeo de divulgação do G20 no Brasil é vista com grande expectativa para que gere políticas e ações específicas com esse recorte. Como informado na cerimônia de instalação da Comissão Nacional do G20 que aconteceu no Palácio do Planalto em 23 de novembro, Lula pretende justamente tratar de assuntos dos quais “os representantes precisam parar de fugir e tentar resolver”⁵⁸.

Diante disso, outra iniciativa inédita que anunciamos em outras edições dos Cadernos Cris é a instauração do chamado G20 Social. A intenção desse novo campo de atuação do bloco é garantir a participação de diferentes vozes, lutas e reivindicações das populações e dos agentes não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios. Nas palavras do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo: “Nós queremos que a participação social seja um dos legados da Presidência do Brasil no G20 que, nunca antes na história da humanidade, terá uma participação tão intensa da sociedade nas decisões”⁵⁹. Além das atividades desenvolvidas pelos 12 grupos de engajamento, estão sendo organizados eventos feitos em coordenação entre as trilhas política e financeira, e iniciativas não-governamentais fora desses contextos.

No entanto, espera-se que o ponto alto da iniciativa seja a realização de uma Cúpula Social, que ocorrerá entre os dias 15 e 17 de novembro de 2024, às vésperas da Cúpula de Líderes no Rio de Janeiro⁶⁰. O evento reunirá os trabalhos decorrentes dessa troca de experiências entre agentes não-governamentais ao longo do ano e é esperado que possam apresentar novos caminhos para a construção de políticas que reflitam valores como justiça social, econômica e ambiental e a luta pela redução de todo tipo de desigualdade.

Por fim, outro anúncio que complementa a primeira semana de presidência brasileira do G20 foi o convite estendido a países não-membros e organizações internacionais para participar das reuniões e eventos do grupo⁶¹. A presidência brasileira, então, convidou Angola, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura. E, adicionalmente, convidou as seguintes organizações internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Monetário Internacional (FMI), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Além destes países e organizações internacionais já convidados, cada grupo

⁵⁸ Presidente instala Comissão Nacional do G20. **Planalto**. 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-instala-comissao-nacional-do-g20>. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁵⁹ Brasil assume a Presidência do G20 nesta sexta-feira (1/12). **Ministério da Fazenda**. 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/brasil-assume-a-presidencia-do-g20-nesta-sexta-feira-1-12>. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁶⁰ G20 Social. **G20**. 01 dez. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/g20-social>. Acesso em: 03 dez. 2023.

⁶¹ Nota à Imprensa nº 559: Presidência brasileira do G20. **Ministério das Relações Exteriores**. 01 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20-1. Acesso em: 03 dez. 2023.

e trabalho e força tarefa que compõem o G20 possui a prerrogativa de convidar outros países e organizações para compor seus trabalhos conforme cada área temática.

G7 - COP28 e extensão do cessar-fogo: dois exemplos de como os discursos do G7 têm sido pouco efetivos, como durante todo o ano de 2023

Na última quinzena de informes do ano, o destaque vai para o pronunciamento de Emmanuel Macron na COP28, em Dubai, quanto às medidas voltadas para o grupo das sete potências. O presidente francês conclama os países do G7 a eliminarem completamente o carvão antes de 2030 de forma a dar exemplo aos outros países. Ainda, projeta o compromisso do próprio país de reduzir historicamente os combustíveis fósseis em geral, prometendo zerar o uso do petróleo até 2045 e do gás até 2050. É uma grande promessa mas que não difere tanto das anteriores não cumpridas. Essa contradição é compartilhada dentro do próprio G7, a exemplo do próprio primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, que afirma que muitas outras promessas são feitas há anos, mas não são cumpridas. Em contrapartida, Sunak também não escapa das cobranças, tendo em vista a chuva de críticas direcionadas ao primeiro-ministro que teria passado mais tempo em seu avião emissor de carbono do que no palco da COP28. Já o primeiro-ministro alemão aproveitou a oportunidade para enaltecer algumas iniciativas do G7, como o Clube Internacional do Clima, em prol da adesão de países do Norte e Sul Global para o combate do aquecimento global e implementação do Acordo de Paris⁶² mas que também pouco impactou na estagnação da mudança climática. Na COP28 pela primeira vez, os países fazem um balanço global de como cada um está atuando para cumprir com o Acordo de Paris. No entanto, nenhuma ação parece ser suficiente.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, foi enfático ao afirmar que “não podemos salvar um planeta em chamas com uma mangueira de incêndio de combustíveis fósseis”. De acordo com Guterres, é necessária a interrupção imediata da queima de combustíveis fósseis e não apenas sua redução. Isso, pois para não ultrapassar o limite de 1,5 grau previsto pelo Acordo de Paris, a única saída é parar completamente o uso. Ainda, o secretário-geral pede às empresas de combustíveis fósseis que invistam em uma transição energética para fontes renováveis e que os países sejam responsáveis por forçar essa mudança, mesmo que precise usar a via do uso de impostos sobre o setor⁶³. No entanto, parece que o mundo está tomando o caminho contrário. O relatório sobre a Lacuna de Emissões do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) demonstra que as emissões globais aumentaram 1,2% entre 2021 e 2022, atingindo um novo recorde de 57,4 Gigatoneladas de Dióxido de Carbono Equivalente⁶⁴. Além disso, também informou que o mundo pode aumentar

⁶² COP28: Macron pede fim do carvão nos países do G7 até 2030. EURONEWS. 2023. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2023/12/02/cop28-macron-pede-fim-do-carvao-nos-paises-do-g7-ate-2030>>. Acesso em: 03/12/2023.

⁶³ France's Macron calls on G7 nations to 'put an end to coal' by 2030 at COP28 summit. FRANCE 24. 2023. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/environment/20231201-king-charles-calls-for-cop28-turning-point-as-world-leaders-address-climate-summit>>. Acesso em: 03/12/2023.

⁶⁴ Promessas atuais do Acordo de Paris levam a aquecimento de até 2,9°C. UN BRASIL. 2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/253272-promessas-atuais-do-acordo-de-paris-levam-aquecimento-de-at%C3%A9-29%C2%B0c>>. Acesso em: 03/12/2023.

a temperatura em até 2,9°C até 2100 se não houver mudanças nas políticas atuais⁶⁵. Isso nos leva a crer que embora todos os países do globo sofram com a crise climática, enfrentarão de forma desigual, tendo em vista que os mais pobres terão menos recursos para lidar com os problemas. Urge aos países do G7 que demonstrem o exemplo perante aos outros mas não só isso como, também, que invistam mais recursos para que os países mais pobres possam tomar medidas.

Um outro tema relevante no informe desta quinzena foi o apelo do G7 para que o cessar-fogo entre Israel e Hamas fosse prorrogado. Ministros das Relações Exteriores dos países do G7 e o Alto Representante da UE (União Europeia) emitiram uma declaração em que apelam a “todas as partes para desenvolverem as disposições do acordo e garantam que uma maior ajuda humanitária continue a chegar aos civis em Gaza de forma sustentada”. Ainda, o comunicado apela à “libertação imediata e incondicional de todos os reféns” bem como à “partida facilitada de todos os cidadãos estrangeiros.” O comunicado também enfatiza o “direito de Israel de defender a si mesmo e ao seu povo, em conformidade com o direito internacional”. Ainda, pede que todos os esforços para “garantir o apoio humanitário aos civis, incluindo alimentos, água, combustível e suprimentos médicos.” sejam feitos. Por fim, a declaração apoia a “prorrogação desta pausa e de futuras pausas, conforme necessário, para permitir o aumento da assistência e para facilitar a libertação de todos os reféns”⁶⁶.

No entanto, a declaração não obteve sucesso, tendo em vista o retorno aos bombardeios no último dia 1º de dezembro. Em uma semana de pausa no conflito, mais de 100 reféns foram libertados pelo Hamas em troca de 240 prisioneiros palestinos mantidos em prisões israelenses. Ambas as partes se culpam por violar os termos da trégua. Israel culpou Hamas por não libertar todas as mulheres e crianças detidas e por disparar alguns foguetes contra o país, por sua vez, o Hamas culpou Israel por impedir o fornecimento de combustível ao norte de Gaza⁶⁷. O conflito continua e muito pouco tem sido feito pelo G7 para evitar o número de mortes, além das declarações pouco efetivas. Desde o início do conflito, como pudemos observar nos informes anteriores, pouco se tem falado sobre a guerra no oriente médio entre os líderes do G7, seja pela dificuldade de se chegar a um consenso, seja pelo peso do maior apoiador de Israel no grupo: Estados Unidos. Tem sido mais fácil continuar a discutir sobre uma guerra mais “fácil” de ser condenada por todos os países do bloco, como a guerra da Ucrânia e continuar a pisar em ovos ao condenar os crimes de guerra que estão sendo cometidos na guerra entre Israel e Hamas.

OCDE - Entre preocupações e esperança, o futuro para a OCDE

A transição eficaz em direção às emissões líquidas zero de gases de efeito estufa (GEE) exige pacotes de políticas de mitigação eficazes, que incluem medidas de precificação de carbono: um instrumento de política econômica que não apenas reduz as emissões, mas

⁶⁵ Entenda: COP28 avalia ação de países contra aquecimento global. AGÊNCIA BRASIL. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-11/entenda-cop28-avalia-acao-de-paises-contr-aquecimento-global>>. Acesso em: 03/12/2023.

⁶⁶ Ministros do G7 apelam por prorrogação de cessar-fogo em Gaza. PODER 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/ministros-do-g7-apelam-por-prorrogacao-de-cessar-fogo-em-gaza/>>. Acesso em: 03/12/2023.

⁶⁷ Acaba trégua entre Hamas e Israel e ataques são retomados. BBC. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxr11n9p0ezo>>. Acesso em: 03/12/2023.

também gera receita para apoiar a transição. Apresentado em um evento do pavilhão virtual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na COP 28, o estudo *“Effective Carbon Rates 2023: Pricing Greenhouse Gas Emissions through Taxes and Emissions Trading”*⁶⁸ oferece, nesse sentido, um panorama geral do cenário de precificação de carbono, examinando os impostos sobre o consumo de combustível, os impostos sobre o carbono e os sistemas de comércio de emissões (ETSs, em sua sigla em inglês) até 2021, contendo também atualizações sobre os desenvolvimentos até o ano de 2023.

Os mecanismos de política examinados afetam diretamente o custo da emissão de GEEs, influenciando mudanças na produção, no consumo e no investimento em direção a opções de baixo ou zero carbono. Dessa forma, a análise publicada abrangeu 72 países que, juntos, respondem por aproximadamente 80% das emissões globais de GEE e focou principalmente nos desenvolvimentos dos ETSs e nos impostos sobre combustíveis para o transporte em meio à crise energética, fornecendo dados abrangentes e comparáveis sobre a situação atual da precificação das emissões de GEE e que assim podem ajudar os formuladores de políticas a identificarem prioridades e refinar as estratégias de mitigação de carbono.

Ainda de acordo com a quarta edição do estudo, as alíquotas de impostos no setor de transporte rodoviário diminuíram na grande maioria dos países da OCDE e do G20 entre 2021 e 2023, em parte devido ao apoio do governo as famílias e as empresas e à alta inflação, corroendo os sinais de precificação de carbono projetados para alterar o comportamento do consumidor e ajudar os países a cumprirem os objetivos de mudança climática⁶⁹. Todavia, os preços das licenças de comércio de emissões mostraram maior resistência, aumentando ou permanecendo estáveis na maior parte dos países analisados. Outro ponto de destaque de seu conteúdo é a também disponibilização no portal eletrônico da OCDE de achados e dados específicos dos países analisados, com o Brasil fazendo parte de tal grupo.

Consonante com tal discussão, a organização intergovernamental também publicou no período o estudo *“OECD Inventory of Support Measures for Fossil Fuels 2023”*⁷⁰, que se preocupa em analisar e mapear dados relativos a incentivos fiscais públicos aos combustíveis fósseis de 82 economias ao longo dos anos. A análise dos dados levantados na pesquisa aponta que, apesar dos compromissos para ampliar e acelerar a transição climática, o custo das medidas governamentais de apoio à produção e consumo de combustíveis fósseis obteve um aumento acentuado em 2022, chegando a mais de 1,4 trilhão de dólares, à medida que os países procuraram introduzir iniciativas substanciais a fim de amortecer os altos custos de energia para residências e empresas, causados em parte pelo conflito entre Rússia e Ucrânia⁷¹.

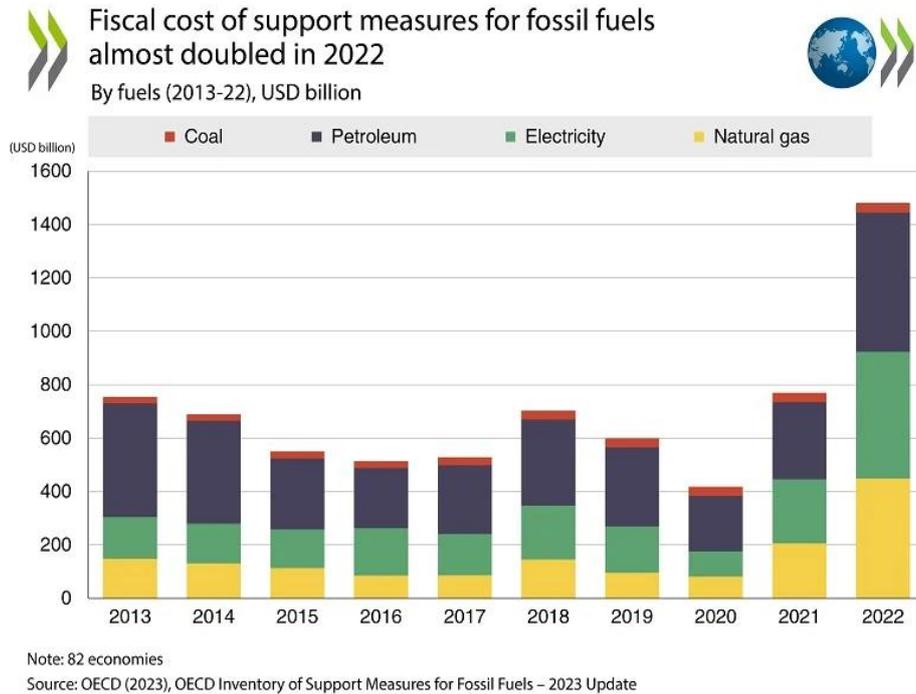
⁶⁸ OCDE. *Effective Carbon Rates 2023: Pricing Greenhouse Gas Emissions through Taxes and Emissions Trading*. OECD Series on Carbon Pricing and Energy Taxation [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/b84d5b36-en>

⁶⁹ OCDE. Fuel taxes less resilient than emission permit prices amid high inflation. OCDE [Internet]. 2023 Nov 27 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/fuel-taxes-less-resilient-than-emission-permit-prices-amid-high-inflation.htm>

⁷⁰ OCDE. *OECD Inventory of Support Measures for Fossil Fuels 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/87dc4a55-en>

⁷¹ OCDE. Cost of support measures for fossil fuels almost doubled in 2022 in response to soaring energy prices. OCDE [Internet]. 2023 Dec 01 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/cost-of-support-measures-for-fossil-fuels-almost-doubled-in-2022-in-response-to-soaring-energy-prices.htm>

Figura 3: Gráfico em barras de mapeamento do custo fiscal das medidas de apoio aos combustíveis fósseis no período entre 2013 a 2022



Fonte: OCDE, 2023.

Assim, a possibilidade de intensificação e cristalização de tal tendência observada se revela uma grave ameaça às metas coletivas de emissões líquidas zero e destaca os percalços pendentes aos governos para que os compromissos climáticos sejam mantidos mesmo em face das perturbações geopolíticas e econômicas, sendo fundamental, do ponto de vista da organização, que as medidas de apoio sejam reformadas para atender melhor os mais necessitados, que se diminua o estímulo ao consumo de combustíveis fósseis e que se mobilize os recursos liberados em direção à tão necessária transição energética.

Na esteira de tais lançamentos, a organização adicionou ao seu acervo de publicações durante o período o produto mais recente de seu projeto *“Economic Outlook”* de estudos e análises de perspectivas, tendências, dados e análises sobre a economia global, o documento intitulado *“OECD Economic Outlook, Volume 2023 Issue 2”*⁷². A última edição do relatório indica, então, um leve pessimismo sobre o futuro, adiantando que a economia global deverá continuar a enfrentar os desafios da inflação persistente e com perspectivas de crescimento moderado para os próximos dois anos⁷³.

Em sua análise, a organização intergovernamental revela que, apesar do crescimento do PIB ter sido mais forte do que o esperado até o momento em 2023, nota-se que o mesmo se modera conforme as condições financeiras mais rígidas, o fraco crescimento do comércio e a menor confiança das empresas e consumidores são cada vez mais sentidos. Projeta-se, portanto,

⁷² OCDE. OECD Economic Outlook, Volume 2023 Issue 2: Preliminary version. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7a5f73ce-en>

⁷³ OCDE. Economic outlook: A mild slowdown in 2024 and slightly improved growth in 2025. OCDE [Internet]. 2023 Nov 29 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/economic-outlook-a-mild-slowdown-in-2024-and-slightly-improved-growth-in-2025.htm>

que a desaceleração seja branda, com desinflação contínua, porém é também esperado que uma divergência crescente entre as economias persista no curto prazo.

Desse modo, a versão mais atual do panorama econômico global prevê para o ano de 2023 um crescimento de 2.9% para o PIB global, enquanto no ano de 2024 se antecipa o crescimento mediano de 2.7% e imagina-se uma leve melhora em 2025, com a previsão do PIB mundial para 3.0%. Em relação aos dados referentes ao Brasil, estima-se que o país latino deverá crescer 3.0% em 2023, 1.8% em 2024 e 2.0% em 2025, o que repercutiu levemente na mídia especializada⁷⁴.

O documento destaca também uma série de riscos para as projeções futuras, incluindo o potencial de interrupções nos mercados de *commodities* e no comércio devido ao aumento das tensões geopolíticas, a incerteza sobre a persistência da inflação e o grau de esgotamento do excesso de poupança das famílias. A publicação se preocupa, assim, em sinalizar as principais prioridades de política segundo a própria OCDE, recomendando ações políticas voltadas a garantia de que a inflação diminua e retorne de forma duradoura à meta, a lidar com as crescentes pressões fiscais, a reavivar o comércio global e a melhorar as perspectivas de crescimento sustentável e inclusivo no médio prazo. A edição inclui ainda uma avaliação da situação econômica global e um capítulo que resume os desenvolvimentos e fornece projeções para cada país individualmente, contendo também análises e aconselhamentos próprios segundo o contexto e idiosincrasias de cada um.

Por fim, é interessante perceber que, ao longo deste ano que logo chega ao seu fim, para além de se debruçar sobre assuntos relativos à economia e às políticas diretas e indiretas tradicionais do setor, a OCDE buscou por vezes mapear, analisar e abordar em 2023, através de sua lente analítica e seu potencial de coletar e produzir dados, questões como a necessidade de uma preocupação pela resiliência dos sistemas de saúde, bem-estar e saúde mental, desigualdades no acesso à saúde, a problemática resistência antimicrobiana, o envelhecimento populacional, os impactos da digitalização na saúde, entre tantos outros que se relacionam ao tema da Saúde e demonstram uma preocupação da organização em não só refletir e discutir, mas também em influenciar políticas sobre e salientar e mitigar possíveis ameaças futuras.

Destacam-se, por exemplo, dentre as adições em seu rico acervo, a publicação de documentos como *“Ready for the Next Crisis? Investing in Health System Resilience”*⁷⁵, *“Panorama da Saúde: América Latina e Caribe 2023”*⁷⁶, *“Embracing a One Health Framework to Fight Antimicrobial Resistance”*⁷⁷, *“How to Make Societies Thrive? Coordinating Approaches to*

⁷⁴ Carvalho P. Brasil crescerá menos do que a média global em 2024 e 2025, estima OCDE. RFI [Internet]. 2023 Nov 29 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20231129-brasil-crescer%C3%A1-menos-do-que-a-m%C3%A9dia-global-em-2024-e-2025-estima-ocde>

⁷⁵ OCDE. Ready for the Next Crisis? Investing in Health Systems Resilience. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1e53cf80-en>

⁷⁶ OCDE, BANCO MUNDIAL. Panorama da Saúde: América Latina e Caribe 2023. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/047f9a8a-pt>

⁷⁷ OECD. Embracing a One Health Framework to Fight Antimicrobial Resistance. Paris: OECD Health Policy Studies, OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ce44c755-en>.

*Promote Well-being and Mental Health*⁷⁸ e *Health at a Glance 2023: OECD Indicators*⁷⁹ como algumas de suas contribuições para o debate mundial dos temas pertinentes à sua agenda de interesse.

Finalmente, outro elemento interessante a ser ressaltado neste momento de breve retrospectiva da OCDE foram as dificuldades enfrentadas durante o ano para maiores progressos no processo de adesão do Brasil ao grupo, que morosamente estagnaram em seu desenvolvimento e aparenta também não ser uma grande prioridade na agenda brasileira de política econômica e externa.

⁷⁸ OCDE. *How to Make Societies Thrive? Coordinating Approaches to Promote Well-being and Mental Health*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/fc6b9844-en>

⁷⁹ OCDE. *Health at a Glance 2023: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Dec 01]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7a7afb35-en>

OMS: Um novo ano, mesmas questões urgentes

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Em um 2023 de crises humanitárias, urgências climáticas e ansiedade pela resolução e preparo de campo para próximas pandemias, o mês de dezembro ainda recebe importantes ciclos de discussão política. A COP28 acontece em Dubai, com o histórico primeiro dia dedicado à saúde. Em Genebra, o fim do ano traz ainda espaço para novo ciclo de discussões do Órgão Intergovernamental de Negociações para o tratado pandêmico e para o Grupo de Trabalho de revisão do Regulamento Sanitário Internacional. Ainda por lá, nova sessão do Executive Board da Organização acontece em 10 de dezembro e tratará exclusivamente de temáticas relativa ao conflito no território palestino ocupado. O ano está encerrando, mas definitivamente os problemas globais não.

Palavras-chave: COP28, INB, GTRSI

Abstract. *The year of 2023 was full of humanitarian crises, climate emergencies and anxiety about resolving and preparing the field for future pandemics. The month of December still hosts important cycles of political discussion. COP28 takes place in Dubai, with the historic first day dedicated to health. In Geneva, the end of the year also brings space for a new round for the Intergovernmental Negotiation Body for the pandemic treaty and the Working Group to review the International Health Regulations. Still there, a new session of the Organization's Executive Board will take place on December 10th. The special session will deal exclusively with issues related to the conflict in the occupied Palestinian territory. The year is ending, but global problems are definitely not.*

Keywords: COP28, INB, WGIHR

Fim do ano e últimas sessões

Em um 2023 de crises humanitárias, urgências climáticas e ansiedade pela resolução e preparo de campo para próximas pandemias, o mês de dezembro ainda recebe importantes ciclos de discussão política. De 4 a 6 de dezembro acontece em Genebra, a sétima sessão do Órgão Intergovernamental de Negociações para o tratado, acordo, instrumento para pandemias. A sessão vem em continuação à última em novembro e abordará a continuidade das negociações de diversos artigos, incluindo o bloco de artigos 4, 5 e 6 que abarca vigilância e abordagem em saúde única ou 'uma só saúde' e os temas quentes sobre Pesquisa e Desenvolvimento e o sistema-PABS, sobre acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios.

No âmbito do Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Sanitário Internacional (GTRSI), o encontro acontecerá de 7 a 8 de dezembro e tratará de propostas do Secretariado e dos países membros. A agenda é ambiciosa.

Haverá ainda a discussão conjunta do INB e do GTRSI para avaliar conjuntamente temáticas sensíveis a construção dos dois projetos. Nesta rodada o tema se dá na caracterização de eventos em saúde pública de acordo com o RSI, o que seria a categorização de níveis de alerta epidêmico.

Disso, articula-se desde os sinais que devam ser reportados e considerados relevantes às autoridades, ao tempo máximo que tais informações devam chegar até a OMS e autoridades relevantes. Para caracterização de riscos, para uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional com potencial pandêmico, o Diretor geral da OMS deverá ter acesso às características do patógeno, incluindo formas de transmissão, sucessibilidade populacional e gravidade clínica; à forma de distribuição geográfica e às capacidades de resposta, que incluem vigilância, recursos humanos, acesso e disponibilidade de fundos e contramedidas médicas.

Já devido à crise humanitária em Gaza e respondendo a apelos de 15 estados-membros, a OMS definiu que em 10 de dezembro acontecerá uma sessão extra do Executive Board da Organização. A agenda será unicamente composta de tópicos relacionados às condições de saúde no território ocupado palestino ocupado.

COP28 e o primeiro dia da saúde

A Presidência da COP28 dos Emirados Árabes Unidos (EAU), em colaboração com a OMS, o Wellcome Trust e parceiros, acolhe o primeiro Dia da Saúde na Conferência do Clima da ONU COP28.

O Dia da Saúde se concentrou em 5 tópicos principais:

- Apresentando base de evidências e caminhos de impacto claros entre as mudanças climáticas e a saúde humana
- Promover "argumentos de saúde para a ação climática" e benefícios conjuntos da mitigação para a saúde
- Destacar necessidades, barreiras e melhores práticas para fortalecer a resiliência climática dos sistemas de saúde
- Identificar e dimensionar medidas de adaptação para fazer face aos impactos das alterações climáticas na saúde humana (incluindo através da One Health)
- Agir no nexo de saúde e alívio, recuperação e paz.

A abertura do dia se deu com diversos discursos, incluindo do Dr Tedros Adhanom, Diretor Geral da OMS. Ele mencionou o fato de que por muito tempo a saúde tem sido uma nota de rodapé na discussão climática. A partir do Dia da Saúde na COP isso não deverá ser mais visto. Fez uma chamada por 3 focos de atuação destinada aos Chefes de Governo, Ministérios do Ambiente e aos líderes das negociações climáticas, para que incluam os seus respectivos colegas da saúde como parceiros. Aos Ministros da Saúde e à comunidade de saúde em geral, pediu que assumam esta responsabilidade como campeões do clima. E a todos reunidos na COP, independente de background, reforçou que a saúde deve ser uma característica permanente da agenda das alterações climáticas.

Para embasamento da importância do dia, os líderes mundiais e os decisores políticos uniram-se para apoiar a Declaração #COP28 sobre Clima e Saúde, com objetivo de garantir melhores resultados de saúde, melhores sistemas de saúde e comunidades resilientes; obter financiamento para soluções de saúde climática; e para fortalecer sinergias nas políticas climáticas e de si.

Foram mais de 40 milhões de profissionais de saúde de todo o mundo que aderiram ao apelo à ação da OMS e de organizações da sociedade civil, para dar prioridade à saúde nas negociações climáticas na COP28. A inação climática custa vidas e saúde todos os dias. Os profissionais de saúde exigem ações imediatas e ousadas para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, fazer a transição para energias limpas, criar resiliência e apoiar as pessoas e comunidades mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas.

Ainda na COP28, o consórcio de bancos e financiadores multilaterais de desenvolvimento, países e entidades filantrópicas publicou os Princípios Orientadores para o Financiamento de Soluções Climáticas e de Saúde¹.

Os [Princípios Orientadores](#) estabelecem uma visão partilhada para o financiamento que reduzirá rapidamente as emissões de gases com efeito de estufa para melhorar a saúde, proteger as pessoas da série de riscos climáticos para a saúde e construir sistemas de saúde resilientes e ambientalmente sustentáveis. Foram desenvolvidos pela Presidência da COP28 em colaboração com o Fundo Global de Combate à aids, Tuberculose e Malária, o Fundo Verde para o Clima, a Fundação Rockefeller, a Organização Mundial da Saúde e o Grupo de Trabalho ATACH sobre Financiamento, e em consulta com mais de 50 parceiros financiadores e organizações da sociedade civil.

O financiamento para a mitigação e adaptação na interseção clima-saúde fica muito aquém das necessidades. Embora mais de 90% dos países incluam prioridades de saúde nas suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (os compromissos climáticos nacionais autodefinidos no âmbito do Acordo de Paris), apenas 0,5% do financiamento climático multilateral é atribuído a projectos que abordam explicitamente a saúde humana – e da mesma forma, a saúde global os financiadores não integraram ações para enfrentar as alterações climáticas nos seus investimentos. Os Princípios Orientadores criam coerência e promovem a colaboração entre financiadores para acelerar a atribuição de financiamento aos países e comunidades que mais precisam dele.

Os Princípios Orientadores reconhecem elementos críticos de financiamento acessível e eficaz e a necessidade de mobilizar fundos adicionais para soluções climáticas e de saúde. Os principais pilares incluem:

- Acelerar soluções transformadoras para o clima e a saúde para salvar e melhorar vidas agora e no futuro;
- Criar abordagens equitativas, inclusivas, acessíveis e holísticas para o financiamento e soluções climáticas e de saúde;
- Construir as principais capacidades de elaboração de políticas e implementação de países, comunidades e instituições financeiras para fornecer soluções climáticas e de saúde.

O ano de 2023 testemunhou um aumento alarmante de catástrofes relacionadas com o clima, incluindo incêndios florestais, ondas de calor e secas, levando ao deslocamento de populações, perdas agrícolas e aumento da poluição atmosférica. A crise climática em curso aumentou significativamente o risco de doenças potencialmente fatais, como a cólera, a malária e a dengue.

Sistemas de saúde fortes e resilientes são indispensáveis para proteger a população dos impactos negativos das alterações climáticas na saúde. A construção de sistemas de saúde com baixo teor de carbono e resilientes ao clima, como proteção para vidas atuais e futuras, deve ser vista como uma das prioridades na ação e no financiamento climático local, nacional e global.

Até o momento, a declaração conquistou o endosso de 127 estados-membros, listados na imagem, além de China, Turquia, Tanzânia e Burkina Faso que aderiram no dia 03 de dezembro.



Endorsements as at 1 December 2023

1. Albania	36. Finland	68. Monaco	102. Slovenia
2. Andorra	37. France	69. Mongolia	103. Somalia
3. Angola	38. Gabon	70. Montenegro	104. Spain
4. Antigua and Barbuda	39. Germany	71. Morocco	105. Sweden
5. Argentina	40. Greece	72. Mozambique	106. Switzerland
6. Armenia	41. Guatemala	73. Myanmar	107. Syrian Arab Republic
7. Australia	42. Hungary	74. Nauru	108. Tajikistan
8. Austria	43. Indonesia	75. Nepal	109. Tunisia
9. Azerbaijan	44. Iran (Islamic Republic of)	76. Netherlands	110. Turkmenistan
10. Bahamas	45. Iraq	77. New Zealand	111. Tuvalu
11. Bangladesh	46. Ireland	78. Nicaragua	112. Uganda
12. Belgium	47. Israel	79. Nigeria	113. Ukraine
13. Bhutan	48. Italy	80. Norway	114. United Arab Emirates
14. Brazil	49. Japan	81. Oman	115. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland
15. Brunei Darussalam	50. Jordan	82. Pakistan	116. United States of America
16. Bulgaria	51. Kenya	83. Palau	117. Uruguay
17. Burundi	52. Kiribati	84. Panama	118. Vanuatu
18. Cambodia	53. Kuwait	85. Papua New Guinea	119. Venezuela (Bolivian Republic of)
19. Canada	54. Kyrgyzstan	86. Paraguay	120. Viet Nam
20. Chad	55. Lao People's Democratic Republic	87. Peru	121. Yemen
21. Chile	56. Latvia	88. Philippines	122. Zambia
22. Colombia	57. Lebanon	89. Poland	123. Zimbabwe
23. Costa Rica	58. Lesotho	90. Portugal	
24. Cote d'Ivoire	59. Liberia	91. Republic of Korea	
25. Croatia	60. Lithuania	92. Republic of Moldova	
26. Cuba	61. Luxembourg	93. North Macedonia	
27. Cyprus	62. Malawi	94. Romania	
28. Czechia	63. Malaysia	95. Rwanda	
29. Denmark	64. Maldives	96. Samoa	
30. Ecuador	65. Malta	97. Sao Tome and Principe	
31. Egypt	66. Mexico	98. Serbia	
32. Estonia	67. Micronesia (Federated States of)	99. Seychelles	
33. Ethiopia		100. Sierra Leone	
34. European Union		101. Slovakia	
35. Fiji			

COP28 Declaration on Climate and Health

Fonte: COP28 Declaration on Climate and Health, 2023

Embora não seja juridicamente vinculativa, a declaração serve como um apelo voluntário às ações do UNFCCC e realça as graves implicações das alterações climáticas para a saúde, sublinha o papel crítico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) e do Acordo de Paris, e sublinha a necessidade urgente de trabalhar em colaboração para enfrentar as ligações entre as alterações climáticas e a saúde. Reflete uma compreensão partilhada da urgência da ação climática para a saúde e aumenta a esperança de um maior compromisso global para um futuro mais saudável e resiliente para todos.

A declaração apela à ação climática para alcançar benefícios para a saúde decorrentes de reduções profundas, rápidas e sustentadas nas emissões de gases com efeito de estufa, incluindo transições justas, redução da poluição atmosférica, mobilidade ativa e mudanças para dietas saudáveis e sustentáveis. No entanto, a declaração de saúde não menciona os combustíveis fósseis, uma questão controversa para vários governos, apesar das evidências esmagadoras e conclusivas de que o aquecimento global é causado pela queima excessiva de combustíveis fósseis.

O financiamento de sistemas de saúde que sejam resilientes às mudanças climáticas é urgente. O compromisso com um planeta mais saudável exige um compromisso com mecanismos de financiamento que apoiem sistemas de saúde resilientes ao clima e iniciativas sustentáveis. O setor da saúde recebe atualmente 0,5% do financiamento climático global. O reforço do apoio financeiro não é apenas justificado, mas essencial para enfrentar eficazmente as crises sanitárias em curso e um cenário de saúde global em evolução. O setor é ainda responsável por cerca de 5% do total global de emissões de carbono, mas não participa ou dita políticas nos setores de energia, transportes, agricultura ou construção, que hoje respondem em grande parte às alterações climáticas.

É necessário que haja a garantia de inovação, adaptação para prestação de cuidados, garantindo uma infraestrutura de saúde resiliente para os desafios de hoje e as incertezas de amanhã.

Os EAU anunciaram um compromisso de financiamento “agregado” de 1 bilhão de dólares, facilitado pelo Fundo Verde para o Clima, pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, pelo Global Fund e pela Fundação Rockefeller. Este financiamento será crucial, especialmente para os países de baixo e médio rendimento. A declaração sublinha a necessidade de aproveitar as sinergias na intersecção das alterações climáticas e da saúde para melhorar a eficiência e a eficácia dos fluxos financeiros.

Com relação ao trabalho liderado pela OMS, A Aliança para Ação Transformativa sobre Clima e Saúde ([ATACH](#) Alliance for Transformative Action on Climate and Health, em inglês) é uma plataforma global que reúne mais de 75 países que se comprometeram com iniciativas em sistemas de saúde sustentáveis, resilientes ao clima e de baixo carbono, juntamente com parceiros, doadores bilaterais e investigadores. A OMS garantirá que o ATACH adote as prioridades incluídas na Declaração e apoie a sua implementação eficaz.

Além disso, a OMS tem se comprometido a reforçar a sua carteira de alterações climáticas e saúde, integrando as alterações climáticas como uma prioridade para todos os programas da OMS através das suas funções essenciais de liderança, evidências e, mais importante, implementação nos países.

Referências

Guiding Principles - COP28 UAE [Internet]. www.cop28.com. Disponível em: <https://www.cop28.com/en/guiding-principles>. Acesso em 04 dez. 2023.

O término do 17º Ciclo do Conselho de Direitos Humanos da ONU: entre as sombras das guerras, o aumento do confronto em torno a uma nova ordem mundial e a satisfação pela afirmação do Direito ao Desenvolvimento.

Que 2024 alcance ser o ano em que todos os Direitos sejam Humanos!

Armando de Negri Filho

Ao término do 17º período do Conselho de Direitos Humanos da ONU, destacamos a situação de enorme tensão instalada desde 7 de outubro devido ao conflito de Israel contra a população palestina na Faixa de Gaza, em resposta aos ataques do Grupo Hamas contra populações de Israel, gerando uma resposta desproporcionada das forças armadas israelenses e perpetuando violações sistemáticas contra a população confinada em Gaza.

Esta situação coloca tensões no âmbito dos Direitos Humanos ao caracterizar o que se poderia classificar como genocídio ou pelo menos crimes de guerra contra populações civis. Porém, a posição ocidental é ambígua ou francamente permissiva, gerando tensões sistêmicas em escala no restante do mundo e se refletindo em uma tensão importante no interior do CDH, capturado em uma contradição em relação ao seu mandato e o que efetivamente pode fazer nesta situação.

Esta condição se soma ao efeito prolongado das posições desencontradas sobre o conflito na Ucrânia, com as contradições apontadas em informes anteriores sobre a maneira como se valoriza ou deslegitima situações naquele conflito em relação ao conflito em Gaza, em clara evidencia das pressões do bloco do Ocidente e seus aliados, em relação às posições geralmente apoiadas pelo Sul Global. Em consequência deste bloqueio no interior do CDH, tem sido o **Alto Comissário para os Direitos Humanos** quem tem expressado uma posição mais contundente sobre a situação de Gaza, inclusive marcando sua presença no terreno, em defesa da população civil e dos funcionários da ONU que também se tornaram vítimas no conflito.

Como sempre ao longo dos anos, vemos a importância dos **Relatores e Reladoras Especiais, Especialistas Independentes e Mecanismo de Especialistas** que são *olhos e ouvidos* do CDH e, por que não, do Sistema ONU, os quais tornam este Conselho imprescindível para enfrentar com coragem as pressões políticas e ameaças e representar com dignidade a situação das pessoas e povos que tem seus direitos ameaçados ou francamente violados. Destaque para a posição potente das colegas Attiya WARIS (Quênia), [Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais](#); Alena DOUHAN (Bielorrússia), Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos; e Francesca P. ALBANESE (Itália), [Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967](#), a qual está particularmente sob ataque.

Segue sem entrar em agenda do CDH, e tampouco da AGNU, uma velha aspiração: que o CDH se transformara em um dos órgãos principais da ONU. Tema polêmico, porém talvez a única forma de realmente ‘transversalizar’ os Direitos Humanos em todo o Sistema das Nações Unidas, conforme insistentemente reivindica o mesmo Secretário Geral Guterres, o que ademais

incidiria sem dúvida na natureza da implementação da “*Nossa Agenda Comum*” e, portanto, nos ODS como processo. Seria importante que esse tema fosse parte da agenda da representação brasileira no CDH.

Pode ser de interesse aos leitores examinar o **Relatório do Conselho de Direitos Humanos:** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/171/70/PDF/G2317170.pdf?OpenElement>, documento periódico apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas e que resume os trabalhos e resoluções adotadas pelo CDH entre novembro de 2022 e julho de 2023: 35ª sessão extraordinária (24 de novembro de 2022); Sessão organizacional (9 de dezembro de 2022); 52ª sessão (27 de fevereiro a 4 de abril de 2023); 36ª sessão extraordinária (11 de maio de 2023); 53ª sessão (19 de junho a 14 de julho de 2023) A/78/53.

Em 10 de outubro de 2023, a 78ª Assembleia Geral da ONU [realizou eleições para 15 novos membros do Conselho](#) que servirão por um período de três anos, a partir de janeiro de 2024.

A partir de janeiro de 2024, 124 dos 193 Estados-membros da ONU terão atuado como membros do CDH. Essa ampla composição não apenas reflete a diversidade da ONU, mas também dá legitimidade ao Conselho para se manifestar sobre violações de direitos humanos em todos os países.

Foram eleitos: Albânia, Brasil, Bulgária, Burundi, China, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, França, Gana, Indonésia, Japão, Kuwait, Malawi, Países Baixos (Reino dos).

Lembrando os critérios para eleição no CDH: De acordo com o parágrafo 7 da [Resolução 60/251 da Assembleia](#) Geral, o Conselho será composto por 47 Estados-Membros, que serão eleitos direta e individualmente por escrutínio secreto pela maioria dos membros da Assembleia Geral.

A composição será baseada em uma distribuição geográfica equitativa e os assentos serão distribuídos da seguinte forma pelos grupos regionais:

1. Grupo dos Estados Africanos (13)
2. Grupo dos Estados da Ásia-Pacífico (13)
3. Grupo dos Estados da Europa de Leste (6)
4. Grupo de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (8)
5. Grupo dos Estados da Europa Ocidental e outros (7)

Os membros do Conselho exercerão funções por um período de três anos e não poderão ser reeleitos imediatamente após dois mandatos consecutivos.

De acordo com as resoluções [60/251 e 65/281](#) da Assembleia Geral [e a decisão 75/402, o Conselho de Direitos Humanos inicia seu ciclo anual de membros em 1º de janeiro.](#)

Na sua 71.ª reunião plenária, em 10 de maio de 2022, a Assembleia Geral, nos termos das suas resoluções [60/251, de 15 de março de 2006, e 65/281, de 17 de junho de 2011, elegeu a República Checa para o período remanescente do mandato da Federação Russa, com início em 10 de maio de 2022 e término em 31 de dezembro de 2023.](#)

Os Estados-Membros que optaram por anunciar as suas candidaturas por escrito são enumerados a seguir. As promessas voluntárias que os Estados-Membros optaram por prestar

em apoio das respetivas candidaturas, em conformidade com o parágrafo 8 da Resolução 60/251 da Assembleia Geral, são emitidas como documentos da Assembleia Geral em todas as línguas oficiais. Para obter mais informações, leia as [Perguntas frequentes](#).

Candidatos à eleição para o mandato 2024-2026

African States (4 vacant seats)	Asia-Pacific States (4 vacant seats)	Eastern European States (2 vacant seats)	Latin American & Caribbean States (3 vacant seats)	Western European & other States (2 vacant seats)
Burundi ¹	China [A/78/389] ²	Albania [A/78/66]	Brazil [A/78/274]	France [A/78/319]
Côte d'Ivoire [A/78/79] ¹	Indonesia [A/78/313] ²	Bulgaria [A/78/78]	Cuba [A/78/199]	Netherlands [A/78/94]
Ghana ¹	Japan [A/78/64] ²	Russian Federation	Dominican Republic [A/78/295]	
Malawi [A/78/377] ¹	Kuwait [A/78/193] ²		Peru [A/78/71]	

¹ Aprovado pelos Estados Africanos

² Endossado pelos Estados da Ásia-Pacífico

Lista de membros atuais

Os membros referidos em **negrito** se retirarão em 31 de dezembro de 2023

African States	Asia-Pacific States	Eastern European States	Latin American & Caribbean States	Western European & other States
Algeria (2025)	Bangladesh (2025)	Czechia (2023)	Argentina (2024) *	Belgium (2025)
Benin (2024)	China (2023)	Georgia (2025)	Bolivia (Plurinational State of) (2023)	Finland (2024)

Cameroon (2024) *	India (2024) *	Lithuania (2024)	Chile (2025)	France (2023)
Côte d'Ivoire (2023)	Kazakhstan (2024)	Montenegro (2024)	Costa Rica (2025)	Germany (2025) *
Eritrea (2024) *	Kyrgyzstan (2025)	Romania (2025)	Cuba (2023)	Luxembourg (2024)
Gabon (2023)	Malaysia (2024)	Ukraine (2023) *	Honduras (2024)	United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (2023)
The Gambia (2024)	Maldives (2025)		Mexico (2023) *	United States of America (2024)
Malawi (2023)	Nepal (2023) *		Paraguay (2024)	
Morocco (2025)	Pakistan (2023) *			
Senegal (2023) *	Qatar (2024)			
Somalia (2024) *	United Arab Emirates (2024)			
South Africa (2025)	Uzbekistan (2023)			
Sudan (2025)	Viet Nam (2025)			

NOTA: Os Estados-Membros com um asterisco (*) estão atualmente a cumprir o seu segundo mandato consecutivo e não são elegíveis para a reeleição.

[Eleições passadas](#)

Em um balanço político do alcançado em 2023 no Conselho de Direitos Humanos cabe destacar a aprovação e envio para deliberação da Assembleia Geral do texto para um Tratado ou Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento. Aprovado por maioria com uma frágil posição de reserva e abstenção do Brasil e do México sobre o tema, arrastando vários países da América Latina (Brasil já retificou sua posição nos debates em Nova Iorque depois de vencida a inércia diplomática decorrente da mudança de governo, porém o México ainda é objeto de preocupação). A proposta de levar a decisão sobre o Tratado para 2026, coincidindo com os 40 anos da Adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Considero demasiado

tempo de espera para um Tratado que demanda urgências, especialmente depois do grande número de posições expressas pelos chefes de Estado do Sul Global na abertura da 78ª AGNU, reiterando a necessidade de enfrentar as desigualdades e fazê-lo desde a perspectiva de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Caberia no âmbito brasileiro e regional da ALC mover o apoio para uma rápida aprovação e ratificação do Tratado, como fator chave para superar o legado do colonialismo, avançar em uma nova ordem internacional em um marco renovado de multilateralismo. As urgentes questões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais que caracterizam as desigualdades deste Mundo, necessitam mover este Tratado com potencial impacto nos debates da Agenda 2030 e o que virá para depois.

Também é digno de nota a pressão renovada da Sociedade Civil global defensora do interesse público em torno ao Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e as empresas transnacionais. Mais que nunca, e na esteira do Tratado de direito ao Desenvolvimento, necessitamos que os debates e formulação deste GT resulte em um texto de Tratado e avance para suas definições. A Presidência do Equador neste GT necessita ser pressionada para acelerar as implementações de acordos já aprovados e desbloquear a elaboração e aprovação do texto de Tratado.

Esperamos que 2024 nos permita instalar os Direitos Humanos no conjunto do Sistema ONU e que o CDH siga sendo o espelho da consciência moral desta organização.

Viva os 75 anos da Declaração Universal!

Grandes desafios globais e o papel do PNUD como promotor do desenvolvimento em 2023: um breve balanço

Erica Kastrup

Rômulo Paes de Sousa

Resumo: O artigo aborda a atuação do PNUD ao longo de 2023 a partir de suas linhas e agendas orientadoras. Nesse sentido, observa que a saúde não compõe o rol de preocupações gerais do Programa e sugere uma visão que aponta a centralidade da saúde para o desenvolvimento econômico e inclusivo.

Palavras Chave: PNUD, desenvolvimento, saúde

Abstract: *The article addresses UNDP's activities throughout 2023 based on its guiding lines and agendas. In this sense, it notes that health is not part of the Program's list of general concerns and suggests a vision that points to the centrality of health for economic and inclusive development.*

Keywords: *UNDP, development, health*

O ano de 2023 se iniciou caracterizado pelo contexto de crises múltiplas. Os impactos da pandemia de COVID-19 nas economias e sociedades menos desenvolvidas, um ano de guerra na Ucrânia sem uma solução à vista, maiores evidências das mudanças climáticas sobre o cotidiano, inflação de alimentos e de commodities, agravavam um contexto internacional exaurido por quatro décadas de avanço da agenda neoliberal. O modelo de desenvolvimento hegemônico dava sinais de fadiga sem que os principais tomadores de decisão globais conseguissem produzir iniciativas relevantes consistentes com a Agenda 2030.

Desde o início do ano, em muitas oportunidades, o diretor geral do Programa Achim Steiner tem reiterado a complexidade dos desafios do PNUD em contribuir para a agenda de desenvolvimento global. Em abril de 2023, Steiner referiu-se a “um mundo sombrio”, durante o lançamento do relatório anual do PNUD. Ao longo de 2023, o PNUD adotou uma série de ações baseadas em ferramentas de estudos prospectivos, que se combinam com o trabalho de especialistas, que estão baseados em sua extensa rede em seus escritórios em todo o mundo. Esta rede tem analisado os movimentos das sociedades globais, mapeando riscos e oportunidades para o futuro do desenvolvimento.

Nesse exercício, o PNUD constatou que ameaças à democracia estão crescendo. Dessa forma, concluindo que é preciso preservar ou reconstruir o sentimento de confiança das pessoas e comunidades nos sistemas políticos e se evitar a polarização e a quebra dos contratos sociais. Tem alertado para a crença exagerada no desenvolvimento tecnológico para a solução problemas ambientais e de saúde, que tem capturado parte do próprio aparato das Nações Unidas. Novas tecnologias como inteligência artificial e internet das coisas apontam para possíveis soluções interessantes nos campos de captação de carbono e desenvolvimento de medicamentos. Contudo, é preciso estar alerta, tanto pra apropriação desigual desses meios, quanto para a falsa crença de que a tecnologia isoladamente como mitigadora exclusiva de problemas globais, prescindindo de ações de prevenção e mudanças na lógica de produção e

consumo global. Outro alerta importante assinalado pelo PNUD para a saúde global é o aumento da carga de doenças mentais. O documento⁸⁰ “Signals Spotlight” aponta para um declínio geral na sensação de bem estar, aumento da desconfiança e da solidão, o que apontaria para uma tendência de recessão social. Outros alertas para o futuro do desenvolvimento incluem o aumento dos choques climáticos e um novo perfil da filantropia global mediada pela tecnologia.

Como em todas as agências do sistema ONU, a Agenda 2030 é a plataforma central de direcionamento do trabalho do PNUD, orientando suas atividades de desenvolvimento de conhecimento e de cooperação com governos locais. Contudo, seis temas aparecem como focos mais específicos do trabalho do Programa, são eles: pobreza, governança, resiliência, meio ambiente, energia e gênero.

O apoio do PNUD à governança em países do Sul Global é feita a partir do desenvolvimento de ferramentas e da cooperação para a implementação de políticas públicas em diversos países. Uma das principais estratégias é o investimento para a melhoria da infraestrutura digital dos governos. A meta é apoiar o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica pública moderna, com sistemas digitais interoperáveis que ofereçam suporte à governança de políticas públicas e à transição para uma economia sustentável, contribuindo também para aumentar a acessibilidade e a confiança pública nas instituições.

Em 2023, a inequidade de gênero foi um dos temas prioritários do PNUD. Dois novos índices criados por uma parceria do PNUD com a ONU Mulheres para aferir as lacunas que mulheres e meninas enfrentam para se desenvolver indicam que menos de 1% da população feminina vive em países com alto nível de autonomia de mulheres e meninas e com baixa disparidade entre os gêneros⁸¹. O trabalho do PNUD em prol da ampliação da equidade de gênero, que se dá sob iniciativas diversas, como a orientação e desenvolvimento de ferramentas práticas para a promoção dos direitos humanos, da inclusão e de uma maior participação das pessoas LGBTI+ ao longo dos ciclos eleitorais e de processos políticos⁸². Tal iniciativa faz parte da Estratégia do PNUD para a Equidade de Gênero 2022-2025⁸³, desenvolvida por 122 dos escritórios regionais no Programa e envolvendo mais de 1000 pessoas. No final de 2023, 108 Escritórios Regionais do PNUD mantêm parceria com organizações feministas e de mulheres que buscam superar os desafios da equidade.

A transição energética como um meio de se enfrentar a mudança do clima também está no topo das estratégias do PNUD. O documento “Fortalecendo os Sistemas de Governança Energética: Um Quadro de Governança para uma Transição Energética Justa”⁸⁴ indica que o objetivo do Programa é apoiar o avanço da energia renovável para garantir acesso para todos como um caminho para impulsionar o crescimento econômico, combater a pobreza, reduzir as desigualdades, criar mais empregos e, ao mesmo tempo, proteger o planeta para as gerações futuras. A contribuição do Programa consiste em fortalecer os sistemas de governança energética para que sejam mais eficazes, inclusivos e responsáveis.

⁸⁰ <https://www.undp.org/future-development/signals-spotlight>

⁸¹ <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817692>

⁸² <https://www.undp.org/publications/building-inclusive-democracies-guide-strengthening-participation-lgbti-persons-political-and-electoral-processes>

⁸³ <https://www.undp.org/publications/undp-gender-equality-strategy-2022-2025-2022-annual-report>

⁸⁴ <https://www.undp.org/publications/strengthening-energy-governance-systems-energy-governance-framework-just-energy-transition>

Em 2023, outro marco na atuação do PNUD foi tentar pautar o tema da arquitetura financeira internacional e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. A tese de que o esgotamento dos modelos de financiamento atuais foi tema de intenso debate ao longo deste ano em fóruns internacionais e multilaterais. Os países em desenvolvimento vem ampliando críticas aos modelos de financiamento para o desenvolvimento das instituições de Bretton Woods⁸⁵, ao passo que as crises se acirram e os serviços das dívidas de tais países deixam pouco espaço fiscal para o financiamento de políticas públicas, principalmente as alinhadas aos ODS. Essa tese foi especialmente importante neste ano em que o High Level Political Forum constatou um retrocesso e alertou que o pacto está ameaçado.

É importante observar que o PNUD tem investido nesta pauta sem fazer uma crítica contundente às instituições financeiras que operam dirigidas por interesses dos mais ricos. O trabalho do Programa vem sendo o de afirmar a importância de se financiar os ODS e as transições necessárias à sua implementação, principalmente por meio de ferramentas que aproximem as políticas públicas dos financiamentos globais. Uma das iniciativas é apoiar governos na emissão de títulos públicos alinhados a compromissos governamentais com a sustentabilidade. Outra é o apoio à adoção dos “Quadros Nacionais de Financiamento Integrado”, uma ferramenta de planejamento baseada na Agenda de Ação de Addis Abeba que propõe uma estrutura de financiamento para prioridades governamentais elegidas alinhadas aos ODS. Mantém também um programa de capacitação interno em 170 países que desenvolve técnicos com relação a finanças e os ODS.

O PNUD tem procurado fortalecer os seus vínculos com o setor privado. Esta é uma orientação declarada por seu diretor geral em discursos e documentos, e traduzidas em iniciativas como a Estratégia para o Setor Privado 2023-2025⁸⁶. Resumidamente, tal estratégia pretende: a) influenciar investidores e empresas de todos os portes a incorporar os ODS nas suas tomadas de decisão e práticas; b) apoiar os governos no estabelecimento de políticas e regulamentos facilitadores e na construção de ambientes que facilitem parcerias entre múltiplas partes interessadas. Também neste ponto o trabalho vem sendo o de mobilizar o setor privado para a importância dos ODS e dos investimentos alinhados à Agenda, sem, contudo, fazer uma crítica aos padrões de atuação desses investidores.

Neste panorama do trabalho do PNUD é preciso destacar também que, à exemplo de outras agências e instituições do sistema ONU, o programa sofre com o declínio das dotações orçamentárias, o que gera um alerta de desfinanciamento do Programa que a aproximação com o setor privado também pretende evitar. Outra estratégia é o desenvolvimento de projetos financiados por dotações extra-orçamentárias com cooperação direta com governos locais.

Nesta análise mais geral do trabalho do PNUD ao longo de 2023 observamos que a saúde, apesar de presente no conjunto de trabalho do Programa, principalmente por meio de seus determinantes sociais que compõe os temas orientadores de seu trabalho, não compõe o rol de suas preocupações centrais. Desde a perspectiva das relações entre saúde e desenvolvimento, é importante não deixar de notar que parece estar fora do radar do PNUD o entendimento da saúde como elemento central para o desenvolvimento, seja pela importância das populações saudáveis na condução dos processos nacionais de desenvolvimento seja por meio de seu complexo econômico e industrial.

⁸⁵ <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/fmi-ilusao-e-desengando-em-marrakesh/>

⁸⁶ <https://www.undp.org/publications/undp-private-sector-strategy-2023-2025>

Presença e protagonismo da OIT na COP28 é em defesa de uma “transição justa para todos”

ILO’s presence and leading role at COP28 is in defense of a “fair transition for all”

René Mendes

Abstract: *As in previous conferences, the International Labor Organization (ILO) is present, active and visible at the 28th session of the United Nations Conference on Climate Change (COP28), opened on December 1st, in Dubai (Union of the Emirates Arabs), which will last until December 12th. The purpose of the ILO's presence and leadership at COP28 is associated with the vital need to promote the advancement of the social dimension of climate change, through an ambitious agenda that promotes a fair transition for all. Around 54 activities/events are being and will be held at the “Just Transition Pavilion” at COP 28 in Dubai, with a broad thematic spectrum and great scope and potential impact. A “just transition” in the direction of a decarbonized, green and blue, sustainable economy, can never be made to the detriment of workers, that is, generating unemployment, or making work precarious, or excluding people who are vulnerable or already impacted by the ills of the current economic (dis)order. Therefore, the presence of these messages at COP28 must be welcomed and valued – even if anti-hegemonic and ‘countercurrent’ –, as well as the leading role of the ILO, as a United Nations agency, with a tripartite basis. This brief article has this purpose.*

Keywords: *COP28, International Labor Organization (ILO), Just Transition, Green Economy, Decent Work*

Resumo: Assim como ocorreu nas conferências anteriores, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz-se presente, ativa e visível na 28ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), inaugurada em 1º de dezembro, em Dubai (União dos Emirados Árabes), e que se estenderá até o próximo dia 12 de dezembro. O propósito da presença e protagonismo da OIT na COP28 está associado à necessidade vital de **promover o avanço da dimensão social das mudanças climáticas**, por meio de uma ambiciosa agenda que promova uma **transição justa para todos**. Cerca de 54 atividades/eventos estão sendo e serão realizados no “Pavilhão da Transição Justa” na COP 28 em Dubai, com amplo espectro temático e de grande alcance e potencial impacto. Uma “transição justa” na direção de uma economia descarbonizada, verde e azul, sustentável, jamais poderá ser feita em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, isto é, gerando desemprego, ou precarizando o trabalho, ou excluindo pessoas vulnerabilizadas ou já impactadas pelas mazelas da (des)ordem econômica atual. Portanto a presença destas mensagens na COP28 deve ser saudada e valorizada – ainda que anti-hegemônica e contracorrente -, assim como o protagonismo da OIT, enquanto agência das Nações Unidas, de base tripartite. Este breve artigo tem este propósito.

Palavras-chave: COP28, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Transição Justa, Economia Verde, Trabalho Digno (decente)

Introdução

Como ocorreu nas conferências anteriores, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz-se presente, ativa e visível na 28ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), inaugurada em 1º de dezembro, em Dubai (União dos Emirados Árabes), e que se estenderá até o próximo dia 12 de dezembro⁸⁷. A COP28 marca um momento crítico de intensificação de uma **tripla crise planetária**, que está interligada e tem efeitos em cascata das **mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição**. Nesta conjuntura crucial, existe uma urgência cada vez maior de ações ambiciosas e de cooperação global num contexto político internacional tenso. O propósito da presença e protagonismo da OIT na COP28 está associado à necessidade vital de **promover o avanço da dimensão social das mudanças climáticas**, por meio de uma ambiciosa agenda que promova uma **transição justa para todos**. Aliás, sua presença física na sede da COP28 situa-se, intencionalmente, no “Pavilhão da Transição Justa”⁸⁸.

Aliás, manter a dimensão social das alterações climáticas na vanguarda dos debates é o foco dos eventos organizados no Pavilhão da Transição Justa, nesta Conferência. Pelo segundo ano consecutivo, a OIT e a Comissão Europeia acolhem o Pavilhão para a Transição Justa, um espaço de reunião para eventos, reuniões e partilha de conhecimentos sobre transição justa e ação climática em cooperação com a UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima), a Confederação Sindical Internacional (CSI) e Organização Internacional de Empregadores (OIE).

Os delegados da OIT na COP28 participarão nas várias vertentes de negociação como observadores da ONU, para promover a coerência política entre a ação climática ambiciosa, a **promoção do trabalho digno e o avanço da justiça social**. Será dada especial atenção às negociações sobre uma **transição justa, a mitigação das mudanças climáticas, perdas e danos, gênero e não discriminação, inclusão de povos indígenas e tribais e de pessoas com deficiência**.

Alguns destaques das iniciativas da OIT na COP28:

- **Pavilhão da Transição Justa**⁸⁹: A OIT e a Comissão Europeia acolhem o Pavilhão da Transição Justa juntamente com a OIE, a CSI e a CQNUAC. O pavilhão proporciona um espaço para os constituintes tripartites da OIT e os parceiros institucionais organizarem eventos, participarem em intercâmbios informais e desenvolverem parcerias para promover a ação climática na perspectiva do mandato da OIT. A inauguração oficial do Pavilhão da Transição Justa (Área B7, Edifício 88, terceiro andar) ocorreu no dia 4 de dezembro, entre às 10:30.

- **Diálogo de alto nível sobre como proporcionar uma transição justa e sensível ao gênero para todos**⁹⁰: A COP27 definiu um mandato à OIT e à UNFCCC para organizarem uma discussão de alto nível de um dia na COP28, para destacar onexo entre as alterações climáticas e a ação, a igualdade de gênero, a inclusão e o mundo de trabalho. Este evento de dia inteiro

⁸⁷ https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/news/WCMS_900130/lang--en/index.htm

⁸⁸ <https://live.ilo.org/events/ilo-cop28-2023-12> e <https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop28-2023-12>

⁸⁹ https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/news/WCMS_900130/lang--en/live.ilo.org/events/ilo-cop28-2023-12

⁹⁰ <https://unfccc.int/gender/cop28#Mandated-in-session-workshop-by-the-International-Labour-Organization-and-the-UNFCCC-on-Delivering-a-gender-responsive-just-transition-for-all>

combina um diálogo de alto nível pela manhã com uma sessão interativa de World Café à tarde. Teve lugar no dia 3 de dezembro e foi aberto a participantes (Sala de Reuniões 02, Zona Azul). O resultado deste evento informou o **Dia da Igualdade de Gênero**, a 4 de Dezembro, e estará ligado ao **Dia das Finanças, do Comércio e da Prestação de Contas** para promover modalidades e responsabilização relativamente ao aumento dos fluxos financeiros e da alocação de recursos às mulheres e às jovens, especialmente através de organizações de mulheres, onde a OIT irá participando também no Diálogo Ministerial da Presidência da COP sobre Transições Justas Responsáveis ao Gênero e Financiamento Climático.

- **Chamada do Desafio do Acelerador de Competências Verdes para Jovens do BID-OIT⁹¹**: Após uma experiência bem-sucedida no ano passado, a OIT e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB/BID) lançaram uma nova Chamada para o Acelerador de Competências Verdes para Jovens do BID-OIT 2023. O desafio chama-se "**Das Crises à Resiliência: Capacitar os Jovens para um Futuro Mais Verde**", visa identificar soluções de qualificação para situações pós- crise, concentrando-se na reconstrução melhor e mais verde. Os vencedores serão anunciados no dia 8 de dezembro, das 14h00 às 15h00, no Pavilhão do Banco Islâmico de Desenvolvimento (Número do Edifício: B6, Número do Pavilhão: 73, Zona Azul).

- **Lançamento do relatório OIT-BIsD sobre Empregos Verdes na região MENA**: Este estudo regional conjunto da OIT e do Banco Islâmico de Desenvolvimento apresentará cenários de descarbonização na região do Oriente Médio e Norte de África (MENA) e as potenciais implicações no emprego e no avanço da justiça social. O relatório contribuirá para a construção de uma narrativa positiva para uma transição justa e diversificação econômica, bem como para a transformação em países dependentes de combustíveis fósseis. O relatório foi lançado no dia 3 de dezembro, das 15h00 às 15h50, no Pavilhão da Transição Justa (Área B7, Edifício 88, terceiro andar).

- **“Amigos da transição justa”**: Na COP27, a OIT criou um grupo de “Amigos da transição justa”. O grupo reúne negociadores, observadores e especialistas da COP para a diplomacia informal, a fim de promover os objetivos de trabalho digno e de justiça social nos processos da UNFCCC. Na COP28, o grupo “Amigos da Transição Justa” pretende contribuir para as negociações, partilhar experiências, forjar parcerias e promover uma maior cooperação internacional.

O “Programa de Trabalho para uma Transição Justa”

O imperativo de uma transição justa foi cimentado no Acordo de Paris de 2015. Foi posteriormente reafirmado na COP27 pela Decisão de Cobertura no Plano de Implementação de Sharm el Sheikh, que estabelece um novo programa de trabalho histórico sobre a transição justa. A OIT saúda os esforços das Partes para elevar o trabalho e a proeminência da Transição Justa no processo da COP. A OIT apresentou as suas contribuições às partes e aos copresidentes antes das negociações, e podem ser localizadas no endereço abaixo referido⁹².

⁹¹ <https://www.isdb.org/isdb-ilo-youth-green-skills-accelerator-challenge-call-2023>

⁹² <https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/202309151501---Submission%20by%20the%20International%20Labour%20Office%20-%20UNFCCC%20Work%20programme%20on%20just%20transition%20-%20September%202023.pdf>

Com a Resolução de 2023 e as conclusões sobre “**Uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos**”⁹³, a OIT tem um mandato recentemente revigorado, como a única agência tripartite especializada da ONU que representa governos, empregadores e trabalhadores, na promoção de uma transição justa no sistema multilateral. incluindo os processos climáticos das Nações Unidas. Por conseguinte, a OIT apoiará os constituintes da OIT na sua defesa da transição justa na COP28.

A OIT conclama e luta em favor de um **programa de trabalho de transição justa** que:

- Garanta a coerência política entre o trabalho da UNFCCC sobre a transição justa, as **diretrizes da OIT para a transição justa**⁹⁴ e a **Resolução da OIT sobre a Transição Justa**⁹⁵. O Secretário-Geral da ONU conclamou a todos os membros da ONU para que utilizem as **Diretrizes para uma Transição Justa da OIT**. Espera-se ver isto bem refletido no programa de trabalho.

- Baseia-se solidamente no **diálogo social**, no **trabalho decente** e nos **direitos trabalhistas**. Isto significa reconhecer especialmente o papel dos parceiros sociais em todo o Programa de Trabalho, incluindo em workshops e sessões de capacitação, reuniões ministeriais de alto nível e órgãos de peritos

- Que seja **holístico** e que cubra todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Uma transição justa não se limita à mitigação, ao setor energético ou a determinadas geografias. Uma transição justa deve ser verdadeiramente para todos, incluindo os trabalhadores, as comunidades afetadas, mas também as empresas, em particular as PME que correm o risco de ficar para trás na transição. Por conseguinte, **as orientações da OIT são um documento holístico de orientação política que abrange nove áreas políticas, mostrando a amplitude da agenda.**

Como já mencionado no início deste texto, os delegados da OIT na COP28 participarão nas várias vertentes de negociação como observadores da ONU, para promover a coerência política entre a ação climática ambiciosa, a promoção do trabalho digno e o avanço da justiça social. Será dada especial atenção às negociações sobre uma transição justa, a mitigação das alterações climáticas, perdas e danos, financiamento climático, gênero e não discriminação, inclusão de povos indígenas e tribais e pessoas com deficiência.

Mensagens-chave da OIT aos negociadores e observadores climáticos:

- Basear-se nas **Diretrizes da OIT para uma transição justa**⁹⁶ como referência central para a elaboração de políticas e base para ações em matéria de transição justa;

- Fornecer meios de ação, incluindo financiamento, para operacionalizar a **inclusão do trabalho digno** e dos objetivos de transição justa nas contribuições determinadas a nível nacional (NDC) e nos planos para Net Zero;

⁹³https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_886647.pdf

⁹⁴ https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/publications/WCMS_432859/lang--en/index.htm e https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf

⁹⁵https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_886647.pdf

⁹⁶https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf

- Promover abordagens inclusivas e não discriminatórias às políticas climáticas e de transição justa, garantindo o pleno envolvimento dos governos, das organizações de empregadores e de trabalhadores a todos os níveis.

O trabalho da OIT para uma transição justa

O trabalho da OIT para uma transição justa visa maximizar as oportunidades de crescimento do emprego e de renda, promover a justiça social e os direitos trabalhistas, e minimizar os riscos de perturbação social, incluindo o encerramento de empresas e a perda de ativos empresariais, empregos e meios de subsistência, e as crescentes desigualdades, no contexto das alterações ambientais e climáticas e da descarbonização. Para obter mais informações sobre o trabalho da OIT em matéria de transição justa, consulte a página de **empregos verdes** da OIT⁹⁷.

PROGRAMAÇÃO DO PAVILHÃO DA OIT “COP 28 – TRANSIÇÃO JUSTA”⁹⁸

(SÚMULA elaborada pelo autor deste texto, em 4/12/2023, com base em informações da OIT)

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
1/12/2023: 11:30 – 12:20	<p>Balancing Beams: Shaping a Fair and Sustainable Future for Construction Workers</p> <p>Co-organized by: IHRB, ICLEI, BWI</p> <p>“Forjar un futuro justo y sostenible para los trabajadores de la construcción, la vivienda y el clima”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-1-manana-2023-12-01</p>
1/12/2023:14:00 – 14:30	<p>Just Transition and Sustainable Development: Connecting Climate Actions with Macroeconomics</p> <p>Co-organized by: UNFCCC, UNDP</p> <p>“Transición justa y desarrollo sostenible: Conectar las acciones climáticas con la macroeconomía”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-1-tarde-2023-12-01</p>
1/12/2023: 15:30 – 18:30	<p>Science Workshop: Understand Better, Act Together</p> <p>Co-organized by: Climate Fresk, CarbonCare Innolab, the ILO</p>
2/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>Corporate Action to Advance a Just Transition</p> <p>Organized by: UN Global Compact</p> <p>“Acción empresarial para promover una transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-2-tarde-2023-12-02</p>
2/12/2023: 10:30 – 11:20	<p>Climate Café - Climate Anxiety and Resilience in Youth</p> <p>Co-organized by: Force of Nature, Dubai Global Collective</p>
2/12/2023: 12:00 – 12:50	<p>Climate Change: Impact on OSH-The Case of Heat Stress</p> <p>Organized by: the European Commission</p> <p>“Cambio climático e impacto en la SST: el caso del estrés térmico”</p>

⁹⁷ <https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/lang--en/index.htm>

⁹⁸ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---gjp/documents/meetingdocument/wcms_901203.pdf

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
	https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-2-manana-2023-12-03
2/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>Social Economy: Putting People and the Planet First</p> <p>Organized by: the European Commission</p> <p>“Economía social: Las personas y el planeta son lo primero”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-2-tarde-2023-12-02</p>
2/12/2023: 15:00 – 16:20	<p>High-Level Panel: Putting the Just Transition into Practice by Integrating Trade Unions in the JETPs</p> <p>Co-Organized by: Federal Ministry for Economic Cooperation and Development in Germany, German Trade Union Confederation, Friedrich-Ebert-Foundation, Just Transition Centre</p> <p>“Grupo de Alto Nivel: Puesta en práctica de la transición justa mediante la integración de los sindicatos en los JETP”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-2-tarde-2023-12-02</p>
2/12/2023: 16:30 – 17:20	<p>Business Responses to Global Stocktake: How Employers Can Make COP28 a Success</p> <p>Organized by: IOE</p> <p>“Respuestas empresariales al Global Stocktake: cómo pueden los empleadores hacer que la COP28 sea un éxito”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-2-tarde-2023-12-02</p>
3/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>Just Transition in Action: The Role of Finance - Launch of the ILO and UNEP Report on Integrating Just Transition in Banking and Insurance Activities</p> <p>Co-organized by: the ILO, UNEP FI</p> <p>“Transición Justa en Acción: El Rol de las Finanzas”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-manana-2023-12-03</p>
3/12/2023: 10:30 – 11:20	<p>Ensuring Access to Essential Services to All for a Just Transition Organized by: the European Commission</p> <p>“Garantizar el acceso de todos a los servicios esenciales para una transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-manana-2023-12-03</p>
3/12/2023: 11:30 – 12:20	<p>Equitable Workforce Transition in the Auto Industry: Perspectives from India and US</p> <p>Co-organized by: WRI India, ARES, MacArthur Foundation, World Resources Institute</p> <p>“Transición laboral equitativa en la industria del automóvil: Perspectivas desde India y EE.UU.”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-manana-2023-12-03</p>
3/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>Driving Company and Sectoral Just Transition Plans: Insights From an EU Perspective</p> <p>Co-organized by: World Benchmarking Alliance, LSE Grantham Institute, Council for Inclusive Capitalism, We Mean Business Coalition</p> <p>“Impulsar los planes de transición justa de empresas y sectores: perspectivas de la EU”</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
	https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-tarde-2023-12-03
3/12/2023: 15:00 – 15:50	<p>Launch of “Decarbonization Scenarios for the MENA Region”</p> <p>Report Co-organized by: the ILO, IsDB</p> <p>Lanzamiento del informe "Escenarios de descarbonización para la región de MENA"</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-tarde-2023-12-03</p>
3/12/2023: 16:30 – 17:20	<p>The 2030 Vision for Youth Climate Finance and Innovation</p> <p>Co-organized by: Stanford University, Deutsche Bank, Ocean Risk Resilience and Alliance, SEASTORIA, the Oak Foundation, The Cacao Project</p> <p>“Visión 2030 para la financiación y la innovación climáticas para los jóvenes”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-3-tarde-2023-12-03</p>
4/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>Climate Change and Child Labour: Understanding the Impact of Climate Change, and of Mitigation and Adaptation Policies on the Incidence of Child Labour</p> <p>Co-organized by: the ILO, FAO</p> <p>“Cambio climático y trabajo infantil: comprender el impacto del cambio climático y de las políticas de mitigación y adaptación sobre la incidencia del trabajo infantil”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-manana-2023-12-04</p>
4/12/2023: 10:30 – 11:50	<p>High-Level Opening Just Transition Pavilion: Just Transition Pathways – This Way to Social Justice</p> <p>Co-organized by: the ILO, the European Commission</p> <p>“Apertura de Alto Nivel del Pabellón de la Transición Justa: Caminos de transición justa: este es el camino hacia la justicia social”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-manana-2023-12-04</p>
4/12/2023: 12:00 – 12:50	<p>Trade Unions Demand a Labour Inclusive Just Transition Work Programme</p> <p>Co-organized by: ITUC, Just Transition Center</p> <p>“Los sindicatos exigen un Programa de Trabajo de Transición Justa que incluya mano de obra”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-manana-2023-12-04</p>
4/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>The Labour Dimensions of Climate Change and Human Mobility in a Just Transition Towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All</p> <p>Organized by: the ILO</p> <p>“Las dimensiones laborales del cambio climático y la movilidad humana en una transición justa hacia economías y sociedades ambientalmente sostenibles para todos”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-tarde-2023-12-04</p>
4/12/2023: 15:00 – 15:50	<p>Climate Resilient Infrastructure an Essential Part of Just Transition Organized by: the ILO</p> <p>“Infraestructuras resistentes al clima, parte esencial de la transición justa”</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
	https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-tarde-2023-12-04
4/12/2023: 16:00 – 17:20	<p>Uniting across Sectors to Catalyze a New Era of Global Climate Talent Co-organized by: Clean Energy Ministerial Empowering People Initiative, LinkedIn, and the European Commission</p> <p>“Unidos todos los sectores para catalizar una nueva era de talento climático mundial”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-tarde-2023-12-04</p>
4/12/2023: 17:30 – 18:20	<p>Strengthening Energy Governance for a Just Energy Transition</p> <p>Co-organized by: UNDP, EITI, UNFCCC</p> <p>“Reforzar la gobernanza energética para una transición energética justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-4-tarde-2023-12-04</p>
5/12/2023: 10:30 – 11:50	<p>Supporting Just Transition through Responsible Business Conduct - Regional Perspectives</p> <p>Co-organized by: the ILO, UN Global Compact</p> <p>“Apoyar una transición justa mediante una conducta empresarial responsable - perspectivas regionales”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-5-manana-2023-12-05</p>
5/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>The Social Dimension of the Ecological Transition: Country Experiences and Perspectives – West African Region</p> <p>Organized by: the ILO</p> <p>“La dimensión social de la transición ecológica: Experiencias y perspectivas de los países - Región de África Occidental”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-5-tarde-2023-12-05</p>
5/12/2023: 15:30 – 16:20	<p>Navigating a Just Transition in Latin America and the Caribbean: Insights from Policy Design and Implementation</p> <p>The event is held in Spanish Organized by: the ILO</p> <p>“Navegando una Transición Justa en América Latina y el Caribe: Perspectivas sobre el Diseño e Implementación de Políticas”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-5-tarde-2023-12-05</p>
5/12/2023: 16:30 – 18:00	<p>Just Transition in Practice – How to Tackle Multigenerational Challenges Within one Decade to Leave No Person and Place Behind Organized by: the European Commission</p> <p>“Transición justa en la práctica - Cómo afrontar los retos multigeneracionales en una década para no dejar atrás a ninguna persona ni lugar”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-5-tarde-2023-12-05</p>
6/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>A Just Transition - With and For Youth Co-organized by: the ILO, UNEP, UNICEF</p> <p>“Una transición justa - con y para los jóvenes”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-6-manana-2023-12-06</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
6/12/2023: 10:30 – 11:20	<p>Achieving a Just Transition to the Circular Economy Co-organized by: the ILO, S4YE World Bank, Circle Economy</p> <p>“Logrando una transición justa hacia una economía circular”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-6-manana-2023-12-06</p>
6/12/2023: 11:30 – 12:50	<p>G7 Green Jobs and Skills: Increasing International Cooperation and Investment for a Just Transition Co-organized by: the ILO, BMZ/GIZ, and G7 Partners</p> <p>“G7 Empleos y competencias verdes: Aumentar la cooperación internacional y la inversión para transiciones justas”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-6-manana-2023-12-06</p>
6/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>Empowering the Green Workforce: Education and Skills for a Just Transition</p> <p>Co-organized: by the ILO, IRENA, UNESCO, UNICEF</p> <p>“Potenciar la mano de obra ecológica: Educación y competencias para una transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-6-tarde-2023-12-06</p>
6/12/2023: 16:30 – 17:20	<p>Innovation in Skills Financing for a Just Transition</p> <p>Co-organized by: the European Commission, ILO, IsDB, LinkedIn</p> <p>“Innovación en la financiación de las cualificaciones para una transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-6-tarde-2023-12-06</p>
6/12/2023: 17:30 – 18:50	<p>Closing the Gap Between Climate Science and System Change</p> <p>Co-organized by: Force of Nature, Climate Crisis Advisory Group</p>
8/12/2023: 9:30 – 10:50	<p>Blue Carbon - Developing Solutions for a Just Transition</p> <p>Co-organized by: the ILO, Centre Scientifique de Monaco, EMEA, Blue Green Future, King Abdullah University</p>
8/12/2023: 11:30 – 12:20	<p>Towards a Just Transition: An Evidence Review in Developing Countries and Emerging Economies.</p> <p>Co-organized by: the ILO, GCF-IEU</p> <p>“Hacia una transición justa: una revisión en países en desarrollo y economías emergentes”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-7-manana-2023-12-08</p>
8/12/2023: 15:00 – 15:50	<p>SMEs, Gamechangers in a Just Transition to Circular and Low Carbon Economies</p> <p>Co-organized by: SEED, the ILO, ASEF, CAREC, Habitat for Humanity, IUCN</p> <p>“PYMES, Agentes de Cambio en una Transición Justa hacia economías circulares y bajas en carbono”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-7-tarde-2023-12-08</p>
8/12/2023: 16:30 – 17:20	<p>Walking the Talk: Experiences on Just Transition and Social Dialogue</p> <p>Organized by: the European Economic and Social Committee</p> <p>“Walking the talk: experiencias sobre transición justa y diálogo social”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-7-tarde-2023-12-08</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
8/12/2023: 18:00 – 18:50	<p>Fostering Equitable Just Transitions through Nature-Based Solutions: A Focus on Ocean Conservation and Restoration</p> <p>Co-organized by Earthlanka Youth Network, Sustainable Ocean Alliance, Island Innovation, Women Divers Hall of Fame</p> <p>“Fomentar transiciones justas y equitativas mediante soluciones basadas en la naturaleza: Conservación y restauración de los océanos”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-7-tarde-2023-12-08</p>
9/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>Small Business - Big Stakes: Bringing SMEs Into the Just Transition Organized by: the ILO</p> <p>“Pequeñas empresas, grandes retos: Incorporar a las PYMEs a la transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-manana-2023-12-09</p>
9/12/2023: 10:30 – 11:20	<p>Lessons and Recommendations from South Africa's First Just Transition Project Organized by: Presidential Climate Commission</p> <p>“Lecciones y recomendaciones del primer proyecto de transición justa en Sudáfrica”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-manana-2023-12-09</p>
9/12/2023: 11:30 – 12:20	<p>Private Sector Accountability & Just Transition in the Agriculture Sector Co-organized by: Global Reporting Initiative, WBA, Planet Tracker, FAO</p> <p>“Responsabilidad del sector privado y transición justa en el sector agrícola”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-manana-2023-12-09</p>
9/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>Building Social Protection Systems That Support a Just Transition</p> <p>Co-organized by: the ILO, GIZ, World Bank, USAID, USDOL</p> <p>“Construir sistemas de protección social que apoyen una transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-tarde-2023-12-09</p>
9/12/2023: 15:00 – 15:50	<p>Making the Green Transition Inclusive of Persons with Disabilities</p> <p>Co-organized by: the ILO, IDA, EDF, PDF, ADF</p> <p>“Promoviendo una transición justa inclusiva de personas con discapacidad”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-tarde-2023-12-09</p>
9/12/2023: 16:30 – 17:20	<p>Indigenous Youth and a Just Transition to Green Jobs</p> <p>Co-organized by: Asociación Ak' Tenamit, Guatemalan Government</p> <p>“Los jóvenes indígenas y una transición justa a los empleos verdes”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-8-tarde-2023-12-09</p>
9/12/2023: 18:00 – 18:50	<p>Labour of Love - Poetry Slam on People and Planet Organized in Collaboration with the Entertainment and Climate Pavilion and Poetry for Planet</p>
10/12/2023: 9:30 – 10:20	<p>Putting People at the Centre of Climate Action: The Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions</p> <p>Organized by: the ILO Global Accelerator</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
	<p>“Poner a las personas en el centro de la acción climática: El acelerador mundial del empleo y la protección social para transiciones justas”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-9-manana-2023-12-10</p>
10/12/2023: 11:00 – 12:20	<p>Business at the Nexus of Human Rights and Climate Change</p> <p>Organized by: IOE</p> <p>“Las empresas en el nexo entre derechos humanos y cambio climático”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-9-manana-2023-12-10</p>
10/12/2023: 14:00 – 14:50	<p>Advancing International Cooperation and Knowledge Exchange for Implementing Just Energy Transitions in Coal Regions</p> <p>Co-organized by: IISD, IKI JET, GIZ, CAN International, the ILO, Wuppertal Institute, PPCA, ETP</p> <p>“Avanzando en la Cooperación Internacional y el Intercambio de Conocimientos para Implementar Transiciones Energéticas Justas en Regiones Carboníferas”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-9-tarde-2023-12-10</p>
10/12/2023: 15:30 – 16:20	<p>PAGE Green Crossroads: Building South-South and Triangular Cooperation Through Experiences in the MENA Region for a Just and Green Economic Transition</p> <p>Co-organized by: UNIDO, the ILO, Ministry of Energy Transition and Sustainable Development – Morocco</p> <p>“PAGE Encrucijadas Verdes: Construyendo la Cooperación Sur-Sur y Triangular a través de Experiencias en la Región MENA para una Transición Económica Justa y Verde”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-9-tarde-2023-12-10</p>
10/12/2023: 17:00 – 17:50	<p>Reels of Climate and Labour: A Documentary Night</p> <p>Co-organized by: the Pulitzer Center and TIME</p>
11/12/2023: 10:00 – 10:50	<p>Nothing About us Without Us! - The Crucial Role of Youth Activists in Achieving the Just Transition</p> <p>Co-organized by: Global Young Greens, Greenpeace, Youth Advocates For Climate Action Philippines, Students For Earth Tunisia, MENA Youth Network</p> <p>“¡Nada sobre nosotros sin nosotros! - El papel crucial de los activistas jóvenes en la consecución de la transición justa”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-10-manana-2023-12-11</p>
11/12/2023: 11:00 – 12:20	<p>Creative Writing Workshop: Climate and Labour Nexus: From Journalism to Engaging Narratives</p> <p>Co-organized by: the Pulitzer Center and TIME</p>
11/12/2023: 14:00 – 15:20	<p>Integrating Just Transition into the Next Round of NDC</p> <p>Organized by: World Resources Institute</p> <p>“Integración de la transición justa en la próxima ronda de NDCs”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-10-tarde-2023-12-11</p>
11/12/2023: 15:30 – 16:20	<p>The need for Equity, Inclusion and Financial Support in Scientific Research: Climate Research for All</p>

DATA E HORÁRIO	TEMAS, RESPONSÁVEIS, LINK DA GRAVAÇÃO (VÍDEO)
	<p>Co-organized by: SilverLining, Green Africa Youth Organisation, Sustenta Honduras, Arab Youth Climate Movement Qatar, Sustainability Week Pakistan, Quadrature Climate Foundation</p> <p>“La necesidad de equidad, inclusión y apoyo financiero en la investigación científica: Investigación climática para todos”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-10-tarde-2023-12-11</p>
11/12/2023: 17:30 – 18:20	<p>Leveraging the Power of Networks for Climate Action and Youth Engagement for the SDGs!</p> <p>Co-organized by Peace Boat US, Blue Planet Alliance, EarthEcho International, It's Our Future, Sustainable Ocean Alliance, International Alliance to Combat Ocean Acidification, Impact for the SDGs</p> <p>“Aprovechando el Poder de las Redes para la Acción Climática y el Compromiso Juvenil para los ODS”</p> <p>https://live.ilo.org/es/eventos/la-oit-en-la-cop-28-eventos-en-el-pabellon-de-la-transicion-justa-dia-10-tarde-2023-12-11</p>

Comentários finais

Cerca de 54 atividades/eventos estão sendo e serão realizados no “Pavilhão da Transição Justa” na COP 28 em Dubai, com amplo espectro temático e de grande alcance e potencial impacto. Uma “transição justa” na direção de uma economia descarbonizada, verde e azul, sustentável, jamais poderá ser feita em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, isto é, gerando desemprego, ou precarizando o trabalho, ou excluindo pessoas vulnerabilizadas ou já impactadas pelas mazelas da (des)ordem econômica atual. Portanto a presença destas mensagens na COP28 deve ser saudada.

Migrações, refúgio e saúde global: um olhar sobre 2023

Migraciones, refugio y salud global: una mirada sobre 2023

Rafael Gomes França, Caio Murta,

Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global faz uma retrospectiva do ano de 2023, no qual acompanhou a movimentação global ocasionada pelo deslocamento forçado, o trabalho das organizações internacionais que se dedicam ao tema e os esforços dos governos nacionais para o enfrentamento da situação.

Palavras chave: Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas.

En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global hace una retrospectiva del año de 2023, en el cual acompañó la movimentación global ocasionada por el desplazamiento forzado, el trabajo de las organizaciones internacionales que se dedican al tema y los esfuerzos de los gobiernos nacionales para el enfrentamiento de la situación.

Palabras clave: Refugio. Salud Global. Políticas Públicas.

Ao longo das últimas décadas, tem-se observado um aumento no número de pessoas migrando, impulsionado por diversos motivos, como conflitos, fatores econômicos e mudanças climáticas. Durante este ano, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global acompanhou a movimentação global ocasionada pelo deslocamento forçado, o trabalho das organizações internacionais que se dedicam ao tema e os esforços dos governos nacionais para o enfrentamento da situação. No Brasil, acompanhamos a nova gestão do Conselho Nacional para Refugiados (CONARE), que lançou programa de políticas de refúgio para solicitantes afrodescendentes, o reconhecimento *prima facie* para alguns países, que resultou na outorga de refúgio para uma lista de espera de anos, como também o procedimento simplificado para refugiados LGBTQIA+. Fizemos uma visita à nova presidenta da CONARE, que destacou que os direitos não têm fronteiras e precisamos garanti-los.

Em meio as pessoas que solicitaram refúgio ao Brasil, mulheres e crianças apresentaram um aumento expressivo, principalmente, as venezuelanas – o que mostra a necessidade de medidas e ações direcionadas para a construção de políticas públicas, que levem em consideração as demandas dessa população. Esse foi um dos temas importantes que chamaram atenção na divulgação do relatório Refúgio em números 2023, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), no Dia Mundial das Pessoas Refugiadas.

Os desafios com os migrantes da etnia Warao para conquistarem mais espaços de autonomia, também foi uma temática abordada esse ano, sendo articulada através do Conselho Warao Ojiduna, organização comunitária criada e liderada por indígenas venezuelanos com o objetivo de unir e representar a população Warao que reside no Pará, estado brasileiro que está acolhendo a Cúpula da Amazônia. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) afirmou que aproximadamente de 1.200 indígenas da etnia Warao vivem no estado do

Pará, boa parte na capital Belém e no município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana.

A Saúde Sexual e Reprodutiva de mulheres e adolescentes venezuelanas no Brasil foi tema de estudo gerenciado pela Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal do Maranhão, expondoque, mesmo que muitas mulheres entrevistadas tenham dito falas positivas sobre o acesso a serviços de saúde públicos, gratuitos e universais no Brasil, ainda existem muitas as barreiras que prejudicam o acesso das migrantes em suas experiências cotidianas. Alguns dos fatores levantados são longas distâncias e dificuldade de transporte, alto custo com alimentação, pobreza, discriminação, diferença de idioma e problemas de comunicação com os profissionais da saúde, em especial a falta de informações sobre o cartão SUS.

Visitamos o Escritório do ACNUR em São Paulo, e contamos sobre seu papel no Brasil e sobre a Plataforma R4V para migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil, que é co-liderada pelo ACNUR e tem como principal objetivo buscar respostas à crise migratória que já deslocou mais de 6 milhões de venezuelanos. Os serviços de acolhimento e integração da R4V haviam atendido mais de 171 mil venezuelanos em 2021. Uma das principais atribuições do ACNUR nessa plataforma é a interiorização - ou seja, apoiar a integração e o estabelecimento dos migrantes em outras cidades do país. Segundo um relatório disponibilizado pela R4V, 100 mil pessoas foram realocadas entre 2018 e 2022, muitas sendo acolhidas nos centros de integração apoiados pelo ACNUR no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo, e mais de 115 pessoas foram beneficiadas com os programas voltados à reinserção profissional.

Na visita, além da R4V, discutimos também outras atividades desempenhadas pelo ACNUR no Brasil, como o apoio à Operação Acolhida, um programa do Governo Federal para prestar assistência emergencial aos refugiados venezuelanos, e o projeto Empoderando Refugiadas, que busca capacitar mulheres migrantes para o mercado de trabalho brasileiro. No início do ano, também relatamos o projeto do ACNUR voltado à inclusão digital de migrantes venezuelanos, em parceria com o Centro de Acolhida e Integração das Aldeias Infantis. Foram realizadas oficinas, como de empregabilidade, e rodas de conversa sobre direitos mediadas por especialistas do ACNUR. A agência também realizou a doação de laptops para a inauguração de um laboratório de informática no Centro, permitindo que meninas venezuelanas tivessem acesso às ferramentas e espaços digitais de maneira segura e assistida.

O Relatório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre migração mudanças climáticas evidenciou um impacto substancial na migração neste século, sendo percebida como uma resposta adaptativa às mudanças climáticas. Estimativas sobre o número de pessoas deslocadas por essas mudanças variam com projeções alarmantes de riscos de deslocamento. A migração relacionada ao clima está inserida em contextos socioeconômicos e políticos que moldam a experiência migratória, destacando a complexidade das decisões de migração em locais como o Sudão, Chifre da África e Nanatu, onde eventos climáticos súbitos e processos de longo prazo afetam a subsistência, levando a decisões de migração temporária ou permanente.

A fronteira México – Estados Unidos também foi explorada. Neste ano, o México viu crescer a presença de migrantes atravessando a sua fronteira com os Estados Unidos: no mês de agosto atingiu-se um recorde de imigrantes atravessando o “Darién Gap”, faixa montanhosa de floresta tropical localizada no Panamá ligando a América Central à América do Sul e amplamente utilizada por migrantes que visam chegar aos Estados Unidos. Dado o grande

perigo envolvido na travessia de Darién, o ACNUR e a OIM demonstram grande preocupação com a segurança e o bem-estar dos imigrantes envolvidos nesse contexto.

Outro grande motivo de preocupação nesse cenário é o fato de a maioria dos migrantes envolvidos serem crianças com 5 anos ou menos. Toda essa situação ocorre também pelo fato de um número cada vez maior de migrantes enxergarem o México não mais como um ponto intermediário na jornada rumo ao norte, mas como um destino final: a Comissão Mexicana de Assistência a Refugiados (COMAR), que passou de menos de 2 mil solicitações de asilo por ano, há uma década, para quase 120 mil no ano passado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou um guia unificado sobre saúde dos migrantes com recursos e ferramentas para apoiar iniciativas, servindo como fonte de informação para tomadores de decisão, planejadores e implementadores no que diz respeito às boas práticas para saúde e refugiados. Nesse ínterim, compilando boas práticas dos países que recebem migrantes, a OMS lançou um compêndio com notórios exemplos na promoção de saúde de refugiados, elaborado a partir de submissões voluntárias de países e parceiros, apresentando países com diversos desafios e sistemas de saúde implementando políticas alinhadas com o Plano de Ação Global da OMS para promoção da saúde de refugiados e migrantes de 2019-2023.

Entre os exemplos, vê-se o projeto “Sexual Reproductive Health Rights and HIV Knows No Borders” que atingiu 100 mil trabalhadores sexuais em países da África meridional. Posteriormente, exploramos a Declaração de Rabat, adotada no Marrocos com a presença de 48 representantes de Estados-membros das Nações Unidas, que marca uma política inédita para fortalecer o compromisso global com a promoção da saúde de migrantes e refugiados. O principal objetivo da reunião foi o de promover a inclusão de refugiados e migrantes nos sistemas de saúde nacionais como parte de um movimento global pela cobertura universal de saúde, e trabalhar em direção a sistemas mais resilientes, sustentáveis e com capacidade de prevenir e responder a crises.

Não poderíamos deixar de olhar as consequências dos conflitos no Iêmen, o aniversário de um ano da Guerra da Ucrânia e os novos conflitos na Faixa de Gaza, como também acompanhar as fendas das políticas migratórias da Europa e a proposta inusitada do Barco Prisão do Reino Unido.

Para o próximo ano, devemos nos aprofundar em temas caros para a migração, refúgio e saúde global. Vamos observar os resultados do Fórum Global de Refugiados que acontecerá em Genebra, na próxima semana, como também os novos compromissos assumidos pelos países. No Brasil, mostraremos os trabalhos do Grupo de Trabalho para a elaboração de Política de Migrações, Refúgio e Apatridia do Ministério da Saúde e os esforços globais com o tema.

Também aproveitamos para agradecer por este espaço em nome da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Mulheres e Crianças na COP28 (e em 2023)

Women and Children at COP28 (and in 2023)

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *Climate change has a disproportionate impact on the lives of women and girls, and gender inequality is at the heart of this issue. Likewise, the climate crisis is not just changing the planet. It's also changing the children. The report presents the scenario and demands made by UNFPA and UNICEF at COP28, which is being held in Dubai between November 30 and December 12, 2023.*

The end of this report presents a brief review and analysis of women and children issues addressed in 2023.

Keywords: *Women's health, Child health, Climate change, Human Rights*

Resumo: As alterações climáticas têm um impacto desproporcional na vida de mulheres e meninas, e a desigualdade de gênero está no cerne dessa questão. Da mesma forma, a crise climática não está apenas mudando o planeta. Está mudando também as crianças. O informe apresenta o cenário e demandas feitas pelo UNFPA e UNICEF na COP28, que está sendo realizada em Dubai entre 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023.

O final deste informe apresenta uma breve revisão e análise sobre temas de mulheres e crianças abordados em 2023.

Palavras-chave: Saúde da mulher, Saúde da criança, Mudança climática, Direitos Humanos

UNFPA na COP28 - A crise climática não é neutra em termos de gênero¹

As alterações climáticas têm um impacto desproporcional nas mulheres e meninas, e a desigualdade de gênero está no cerne dessa questão.



Durante eventos climáticos extremos, as mulheres enfrentam picos de violência, mortes maternas, deslocamentos e pobreza, e muitas vezes não conseguem obter a alimentação adequada. As suas necessidades humanitárias, incluindo o acesso à contracepção e partos seguros, são frequentemente ignoradas nos planos de resposta e as vulnerabilidades ligadas à violência baseada em gênero são agravadas.

Há muito a ser feito. Um relatório do UNFPA em colaboração com a Queen Mary University de Londres, examinou os planos climáticos de 119 países para ver até que ponto integravam bem a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das mulheres e meninas nos seus objetivos de adaptação aos impactos das alterações climáticas. Os dados apontam que apenas 1/3 dos planos climáticos incluíram estes direitos. Isto levanta uma questão séria: quem estará ao lado das mulheres e meninas à medida que a crise climática piora?

A crise climática global está colocando mulheres e meninas em perigo extremo²

A emergência climática global ameaça qualquer possibilidade de mulheres e meninas alcançarem a igualdade de gênero nos países mais vulneráveis às alterações climáticas, de acordo com novos dados do UNFPA, a agência de saúde sexual e reprodutiva da ONU.

Um novo relatório da agência examina quatro indicadores-chave de igualdade de gênero: mortalidade materna, violência entre parceiros íntimos, taxas de natalidade entre adolescentes e casamento infantil, em 14 países identificados com maior risco devido aos efeitos das alterações climáticas. As conclusões pintam um quadro sombrio: os países que correm maior risco de sofrer alterações climáticas são também aqueles onde as mulheres e as meninas correm maior perigo. Em muitos destes países, as mulheres e meninas enfrentam os maiores riscos de morrerem durante a gravidez e o parto, as taxas de casamento infantil e de natalidade na adolescência estão entre as mais elevadas do mundo, e elas enfrentam níveis extremos de violência baseada em gênero.

Principais pontos destacados no relatório

Dos 14 países mais vulneráveis às alterações climáticas:

- 6 estão entre os 10 principais países com as taxas de mortalidade materna mais elevadas;
- 5 estão entre os 10 primeiros com as maiores taxas de natalidade entre adolescentes;
- 7 estão entre os 10 primeiros com as piores taxas de casamento infantil;
- 4 estão entre os 10 primeiros com as taxas mais altas de violência entre parceiros íntimos;
- 13 estão passando por uma crise humanitária que necessita de assistência no início de 2024.

Sobre os dados

A lista dos países mais vulneráveis às alterações climáticas provém do [Índice de Risco de Alterações Climáticas](#)³. Os 14 países, por ordem de maior risco, são:

● Somália, Sudão do Sul, Iêmen, Afeganistão, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Níger, Moçambique, Síria, Mali, Etiópia, Nigéria e Iraque.

Os dados sobre saúde materna, violência baseada em gênero, casamento infantil e violência entre parceiros íntimos provêm do [Relatório sobre a Situação da População Mundial de 2023](#) do UNFPA, mostrou que:

● As 10 taxas de mortalidade materna mais elevadas encontram-se no⁹⁹: **Sudão do Sul** (1.223), **Chade** (1.063), **Nigéria** (1.047), **Centro República Africana** (835), Guiné-Bissau (725),

⁹⁹ As mortes maternas são por 100.000 nados vivos

Libéria (652), **Somália** (621), **Afganistão** (620), Lesoto (566), Guiné (553) - os países com maior risco climático estão a negrito.

As 10 taxas mais elevadas de casamento infantil são encontradas nos seguintes países¹⁰⁰:

● **Níger** (76), **República Centro-Africana** (61), **Chade** (61), **Mali** (54), **Moçambique** (53), **Sudão do Sul** (52), Bangladesh (51), Burkina Faso (51), Guiné (47), **Somália** (45) - os países com maior risco climático estão a negrito.

As 10 taxas de natalidade entre adolescentes mais altas são encontradas nos seguintes países¹⁰¹: **República Centro-Africana** (184), **Moçambique** (180), Guiné Equatorial (176), **Mali** (164), Angola (163), **Sudão do Sul** (158), Madagascar (143), **Chade** (139), República Unida da Tanzânia (139), Malawi (136) - os países com maior risco climático estão a negrito.

As 10 taxas mais altas de violência entre parceiros íntimos estão nos seguintes países¹⁰²:

● **República Democrática do Congo** (36), **Afganistão** (35), Papua Nova Guiné (31), Guiné Equatorial (29), Vanuatu (29), Ilhas Salomão (28), Timor-Leste (28), Zâmbia (28), **Etiópia** (27), **Sudão do Sul** (27) - os países com maior risco climático estão a negrito.

À medida que a emergência climática global se intensifica e o financiamento climático continua a ficar aquém da proteção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, a situação destas mulheres e meninas só irá piorar. É, portanto, vital que a COP28, que está sendo realizada em Dubai (30/11 a 12/12) priorize as necessidades de mulheres e meninas, com financiamento significativo para fortalecer os sistemas de saúde e garantir que a saúde sexual e reprodutiva e os seus direitos sejam garantidos durante a emergência climática global. O apelo é para que os líderes na COP 28 tomem cinco medidas¹:

1. Para combater o impacto desproporcional das alterações climáticas na saúde e nos direitos das mulheres e meninas, precisamos de mais leis e políticas que satisfaçam as suas necessidades específicas

Quando as mulheres não conseguem acessar os serviços de planeamento familiar ou fazer escolhas informadas sobre os seus corpos porque uma crise climática as deixou incapazes de obter cuidados de saúde, ou as forçou ao sexo de sobrevivência, ao tráfico ou a outras formas de abuso, elas são empurradas para as margens da sociedade, incapazes de tomar decisões sobre suas comunidades, suas famílias e suas vidas.

Na verdade, a crise climática está a agravar as disparidades de gênero, tornando este objetivo fundamental entre os ODS - mais difícil de alcançar. Devemos reforçar os sistemas de saúde para que sejam resilientes às alterações climáticas e garantir que os serviços sejam mais móveis e que haja provimento adequado de profissionais de saúde para atenção às mulheres e meninas.

Precisamos coletar mais e melhores dados sobre a forma como a emergência climática está afetando as mulheres e meninas para que possamos apoiar as pessoas que mais precisam. E devemos garantir que as mulheres e os jovens estejam à mesa para ajudar a definir e fornecer soluções climáticas sustentáveis que funcionem para elas.

¹⁰⁰ Porcentagem de mulheres com 18 anos casadas enquanto ainda eram crianças

¹⁰¹ Os nascimentos são por 1.000 meninas de 15 a 19 anos

¹⁰² Porcentagem de mulheres que sofreram violência nos últimos 12 meses

2. As alterações climáticas estão aumentando o risco de mortes evitáveis de mulheres durante a gravidez e o parto - precisamos acabar com essas mortes agora

Os serviços de parto seguro muitas vezes não estão disponíveis em meio a eventos climáticos extremos porque os hospitais falharam ou estão simplesmente muito longe para mulheres deslocadas. A crise climática e a crise humanitária estão tornando os sistemas de saúde ainda mais frágeis – um dos muitos fatores que impedem o progresso na redução da mortalidade materna. O aumento das temperaturas e as alterações climáticas estão associados ao aumento do risco de complicações na gravidez, incluindo diabetes gestacional, doenças hipertensivas, natimortalidade, partos prematuros e baixo peso ao nascer.

À medida que a emergência climática global se intensifica, a situação só irá piorar. As comunidades, os setores sociais, os setores privados e os governos precisam de se unir para proteger a saúde materna, neonatal e infantil. Os países ricos devem fornecer mais apoio financeiro e técnico urgente aos países vulneráveis. Não há justiça climática sem justiça de gênero, e não pode haver justiça de gênero sem defender a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

3. Os países devem incluir a saúde sexual e reprodutiva nos seus planos de resposta à ação climática

Se os planos climáticos ignorarem as necessidades das mulheres e meninas haverá mais gravidezes indesejadas, mais mortes maternas e mais casamentos infantis. Os limites crescentes à saúde e ao potencial das mulheres e meninas colocarão a igualdade de gênero e os objetivos de desenvolvimento sustentável ainda mais fora de alcance.

A saúde sexual e reprodutiva permite que as pessoas, os casais e as comunidades exerçam seus direitos humanos, façam escolhas informadas que melhor se adaptem às suas circunstâncias pessoais, além de se protegerem, protegerem às suas comunidades contra danos - o que também os torna mais adaptáveis e resilientes às alterações climáticas.

4. Para construir resiliência climática e não deixar ninguém para trás, as mulheres e meninas nos países mais pobres e em maior risco devem ser priorizadas nos planos de ação e resposta climática

Secas, tempestades, inundações, incêndios florestais e temperaturas extremas estão a tornar-se mais prolongadas, mais intensas e mais frequentes, causando deslocamentos em massa, destruindo a vida e os meios de subsistência das pessoas e provocando o colapso dos sistemas de saúde, educação, proteção e agricultura.

As mulheres e meninas estão pagando um preço elevado em todas as frentes, incluindo no que diz respeito aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Nos países mais pobres, elas são as que menos contribuíram para a crise climática, mas são as que mais sofrem. E isso deve mudar.

5. Os líderes globais precisam aumentar significativamente o financiamento climático, especificamente para a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das mulheres e meninas

O financiamento climático deve ser utilizado para construir sistemas de saúde e de proteção, para que as mulheres e meninas não fiquem ainda mais para trás. Isso não é pedir muito para nossas irmãs, mães e filhas ao redor do mundo.

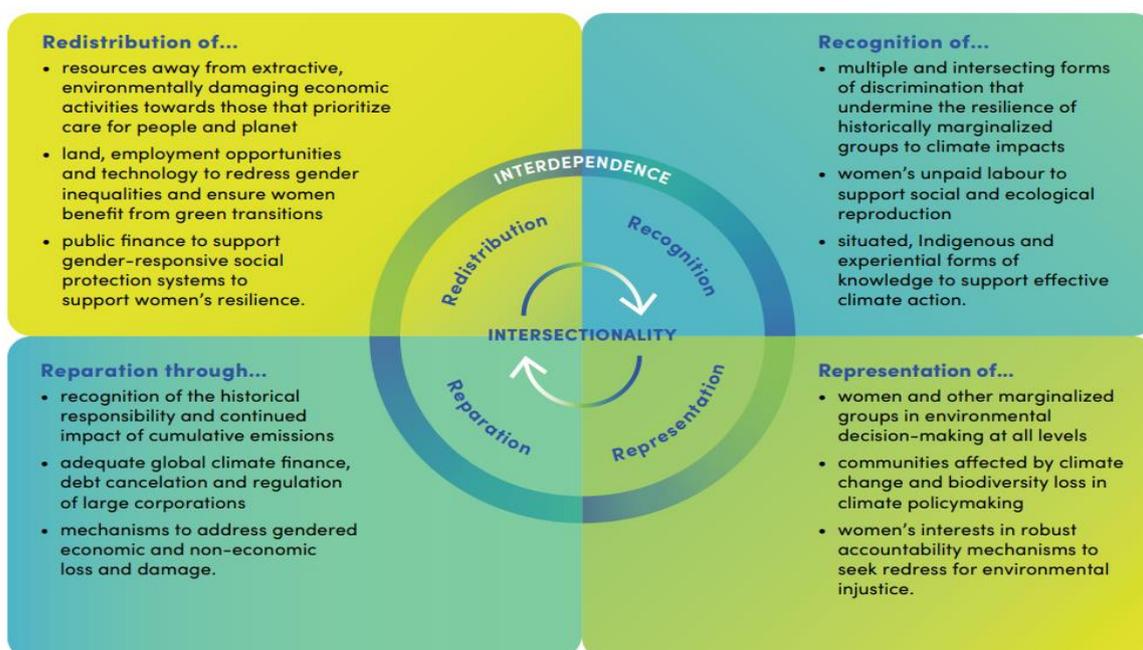
Justiça climática feminista: estrutura para a ação⁴

No contexto das mudanças climáticas, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de compromissos nacionais e internacionais não cumpridos, mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero estão se mobilizando para exigir que as suas vozes sejam ouvidas na tomada de decisões sobre a política climática.

Para atender às suas exigências, um documento publicado pela ONU Mulheres descreve como alcançar a justiça climática feminista através de quatro dimensões interligadas e dos princípios de interdependência e interseccionalidade:

- reconhecimento
- redistribuição
- representação
- reparação

Figura 1 - Dimensões e princípios da justiça climática feminista



Fonte: UN Women, 2023.

O documento fornece orientações práticas sobre o que os países precisam fazer para chegar à transição para economias de baixas emissões que sejam resilientes às alterações climáticas, reconhecendo ao mesmo tempo a liderança das mulheres, meninas e pessoas com diversidade de gênero na condução da mudança que é tão urgentemente necessária.

Ele aborda o sistema alimentar global como uma ilustração de como este quadro pode ser aplicado e fornece uma análise das principais barreiras à responsabilização por uma ação climática sensível ao gênero e como podem ser ultrapassadas.

UNICEF na COP28⁵



O nosso sucesso ou fracasso no combate à crise climática será julgado por dois números. Manter a meta de 1,5 graus e proteger a vida de um bilhão de crianças que estão em perigo devido a esta crise. A crise climática não está apenas mudando o planeta. Está mudando também as crianças. Os corpos e as mentes das crianças são particularmente vulneráveis aos impactos climáticos e as crianças são desproporcionalmente afetadas por esta crise - que não é de sua responsabilidade.

Hoje, trinta anos após a assinatura da [Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas](#) (UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*), as necessidades, os direitos e as perspectivas das crianças estão quase totalmente ausentes da política, ação e investimento climático em todos os níveis.

A agência considera que a COP28 pode corrigir isso. Os líderes devem colocar as crianças no centro dos resultados da agenda, dando atenção às suas vulnerabilidades, necessidades e direitos únicos.

O problema - As partes no Acordo de Paris concordaram que, ao tomar medidas climáticas, os estados devem respeitar, promover e considerar os direitos das crianças, bem como a equidade intergeracional. Há também orientações claras no Comitê Geral da ONU sobre os Direitos da Criança.

O item 26 diz que os estados devem tomar medidas para defender os direitos das crianças a um planeta limpo, saudável e sustentável. Apesar deste acordo, ainda não se traduziu em iniciativas ou investimentos significativos em matéria de política climática sensíveis às crianças. Alguns exemplos:

- Menos de metade das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC - *Nationally Determined Contributions*) a nível mundial são sensíveis às crianças e apenas 23% das NDCs mencionaram que o processo incluiu a participação e envolvimento de jovens. Menos ainda, apenas 2%, mencionaram que o processo envolveu crianças.

- Apenas 2,4% do financiamento climático proveniente dos principais fundos multilaterais para o clima pode ser classificado como tendo em conta as crianças e, dos 591 projetos aprovados ao longo de um período de 17 anos (entre 2006 e 2023) - apenas um centrou-se na educação como objetivo principal.

- A palavra “crianças” aparece apenas duas vezes na síntese do [Relatório de 2023 do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC](#). Já o relatório de síntese da ONU sobre o diálogo técnico do primeiro balanço global, divulgado em Setembro de 2023, não se refere nenhuma vez às crianças e se refere aos jovens apenas quatro vezes.

O UNICEF apela aos líderes para:

- Elevar as crianças na decisão final da COP28 e convocar um diálogo de especialistas sobre crianças e alterações climáticas.

- A inclusão na decisão de cobertura resultará num processo crítico para a integração dos direitos da criança, e o processo de diálogo com especialistas garantirá uma compreensão generalizada dos impactos desproporcionais sobre as crianças e opções para a ação de todas as partes.

- Incorporar as crianças e a equidade entre gerações no Global Stocktake (GST).

- O balanço global informará a próxima rodada de submissões de dos NDCs e a inclusão de um forte foco nas crianças estabelecerá um precedente para uma maior inclusão e foco, inclusive em todas as futuras NDCs.

- Incluir as crianças e os serviços essenciais resilientes às alterações climáticas na decisão final sobre o Objetivo Global de Adaptação (GGA).

- Garantir que o texto da decisão da GGA inclua recomendações importantes para as crianças fortalecerá a implementação de serviços adaptados para crianças em todos os países durante anos.

- Garantir que o Fundo para Perdas e Danos e os acordos de financiamento sejam sensíveis às crianças, com os direitos da criança incorporados na governação do fundo e no processo de tomada de decisão.

- As perdas e danos causados pela crise climática constituem uma grande injustiça intergeracional e a incorporação dos direitos da criança na governação e na tomada de decisões do Fundo garantiria que as crianças sejam consideradas e respondidas

O UNICEF reitera que está trabalhando com mais de 100 crianças e jovens ativistas climáticos na COP28, incluindo crianças dos países mais afetados pela crise climática.

Crianças, Jovens e Mulheres em 2023

Este e os outros 22 informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, discutidos na perspectiva de mulheres, crianças e jovens em 2023, compõem uma miscelânea de documentos e relatórios de algumas agências do sistema ONU e de renomadas publicações e revistas científicas.

Alguns temas se mostraram recorrentes ao longo do ano. A questão da igualdade de gênero, ODS 5, foi tema transversal em praticamente todos os informes de 2023. O panorama de gênero mostrou que mesmo com progressos significativos em determinados setores, desafios monumentais permanecem para alcançar as metas da Agenda 2030. Há disparidade de gênero nas posições de poder e de liderança que permanecem enraizadas e, no atual ritmo de progresso, a próxima geração de mulheres ainda gastará, em média, mais 2,3 horas por dia em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens.

O Mapa Mulheres na Política de 2023 mostrou que, embora a participação de mulheres na política tenha aumentado, elas seguem sub-representadas em todas as regiões. Nenhum país está ao alcance da erradicação da violência entre parceiros íntimos, e a porcentagem de mulheres em cargos de gestão permanecerá abaixo da paridade - se seguir nessa velocidade - até mesmo em 2050.

O relatório sobre tendências na mortalidade materna, que analisou os anos de 2000 a 2020, mostrou grandes retrocessos para a saúde materna em muitas partes do mundo, destacando imensas disparidades no acesso à saúde. A razão da mortalidade materna se manteve inalterada ou mesmo aumentou, em diversas regiões. Ao mesmo tempo, os partos prematuros (<37 semanas de gestação) ainda representam 1 em cada 10 nascimentos (um bebê a cada dois segundos) - as taxas de parto prematuro quase não mudaram durante a última década e, em alguns lugares, as taxas estão subindo.

Discutiu-se também que, à medida que a população mundial envelhece, a discriminação, a insegurança econômica e a violência afetam também as mulheres idosas, sendo necessárias políticas que apoiem seu envolvimento, cuidados de saúde e bem-estar.

O relatório anual do UNFPA, “O Estado da População Mundial: 8 bilhões de pessoas” alertou para os perigos de discussões de controle demográfico como “somos muitos” ou “somos poucos” ao se colocarem acima dos direitos reprodutivos das mulheres.

Em relação à saúde de crianças, foi destacado que a cobertura vacinal caiu drasticamente durante a pandemia de COVID-19. Em apenas três anos, o mundo perdeu mais de uma década de progresso. Condições relacionadas à tripla ameaça (água, saneamento e higiene) continuam matando cerca de 1.000 crianças menores de 5 anos todos os dias.

No campo da educação, foram feitos progressos razoáveis na educação das meninas, mas as taxas de conclusão permanecem abaixo da marca universal. A inovação, mudança tecnológica e educação na era digital para alcançar igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas foi tema da 67ª CSW (*Commission on the Status of Women - Comissão sobre a Situação das Mulheres*). Foi destacada a persistente lacuna no acesso digital de meninas e mulheres, sua relação com a perpetuação de desigualdades de gênero. Além disso, a crescente insegurança nas escolas e universidades, principalmente em locais de conflito armado, foi pauta recorrente no ano de 2023, ainda que 117 estados-membros tenham endossado a Declaração de Escolas Seguras.

O impacto do racismo na vida de mulheres, meninas e jovens ficou evidente em todos os informes do ano - seja discutindo piores indicadores de saúde (maior razão de mortalidade materna, maior taxa de natalidade na adolescência e menor acesso ao planejamento reprodutivo) ou menor acesso à educação e/ou educação digital (internet). O racismo sistêmico e a discriminação de gênero são princípios organizadores fundamentais sobre os quais são construídas barreiras estruturais à obtenção do mais alto padrão de saúde.

Os temas relacionados à crise climática e aos seus efeitos devastadores para crianças e mulheres, também ocuparam diversos informes. Relatou-se mais de 43 milhões de deslocamentos internos de crianças relacionados a catástrofes ligadas ao clima durante um período de seis anos – o que equivale a aproximadamente 20.000 deslocamentos de crianças por dia. Além dos deslocamentos, que por si só, têm sérias consequências para as crianças, as inundações, tempestades, secas e incêndios florestais também são responsáveis por diversas doenças e consequências devastadoras.

E como se não bastasse a guerra entre Rússia e Ucrânia que se estende desde 2022 com sérias repercussões para crianças e mulheres, uma nova crise humanitária está em curso desde outubro, na faixa de Gaza. Apesar das dificuldades em precisar números exatos, desde o início dos conflitos entre Israel e o Hamas, milhares de pessoas foram mortas e deslocadas. Estima-se que mais da metade das mortes sejam de mulheres e crianças.

O ano de 2023 colocou enormes desafios em todo o mundo, especialmente para crianças, jovens e mulheres. A desigualdade segue como fio condutor que se amplia e perpetua injustiças nas camadas mais vulneráveis. Com tudo o que se discutiu até aqui, não há dúvidas da urgência em se mudar o curso para garantir os direitos desta e das futuras gerações. A escolha segue sendo por acreditar e esperar. Citando o poeta, “O otimista é um tolo. O pessimista, um chato. Bom mesmo é ser um realista esperançoso” (Ariano Suassuna).

Referências

1. UNFPA. 5 things women and girls demand of the COP28 climate summit [Internet]. [citado 4 de dezembro de 2023]. Disponível em: <https://www.unfpa.org/stories/5-things-women-and-girls-demand-cop28-climate-summit>
2. UNFPA. The global climate crisis is putting women and girls in extreme danger, UNFPA warns in new data [Internet]. United Nations Population Fund. [citado 4 de dezembro de 2023]. Disponível em: <https://www.unfpa.org/press/global-climate-crisis-putting-women-and-girls-extreme-danger-unfpa-warns-new-data>
3. European Commission. Joint Research Centre. INFORM Climate Change: quantifying the impacts of climate and socio economic trends on the risk of future humanitarian crises and disasters. [Internet]. LU: Publications Office; 2022 [citado 4 de dezembro de 2023]. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2760/383939>
4. UN Women. Feminist Climate Justice: A Framework for Action [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-12/feminist_climate_justice.pdf
5. UNICEF. UNICEF at COP28 [Internet]. [citado 4 de dezembro de 2023]. Disponível em: <https://www.unicef.org/rosa/press-releases/unicef-cop28>

O Estado da Alimentação e da Agricultura 2023, os sistemas agroalimentares na COP 28 e a retrospectiva da agenda de segurança alimentar e nutricional em 2023

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell

Juliana Ubarana

Resumo: *Nesse informe, relataremos a publicação “O Estado Da Alimentação e da Agricultura 2023 – Revelando o custo real da transformação dos sistemas agroalimentares”, produzido pela FAO, que inova ao propor e aplicar novas metodologias para avaliar os custos reais dos sistemas agroalimentares (true cost accounting - TCA), com vistas a melhor estimar os custos da produção dos alimentos e seus impactos sobre o ambiente, sobre a saúde e os modos de vida, que chegam a US\$11 trilhões anualmente. Além disso, analisamos as perspectivas na agenda dos sistemas alimentares na COP 28 e fazemos uma retrospectiva geral dos informes produzidos no decorrer de 2023, reforçando as evidências a prioridade que deve ser dada à transformação dos sistemas agroalimentares globais para a saúde humana e planetária, reduzindo as desigualdades no mundo e não deixando ninguém para trás.*

Nos últimos anos, vem sendo reiterada em publicações e eventos internacionais a necessidade e urgência de transformar os sistemas agroalimentares globais em direção a modelos voltados para a saúde, a sustentabilidade, a resiliência e a inclusão, contribuindo simultaneamente para a redução das mudanças climáticas e a prevenção da múltipla carga da má nutrição, contudo são escassos os estudos em torno dos custos dessas mudanças.

Nesse sentido, a FAO dedicou a publicação “O Estado Da Alimentação e da Agricultura 2023” à análise do custo real da transformação dos sistemas agroalimentares, com vistas a melhor subsidiar as discussões nessa temática e preencher essa lacuna de informações a partir de uma inovadora abordagem dos custos reais dos sistemas agroalimentares e seus impactos (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).

O relatório coincidentemente finaliza o ano de 2023 com fortes argumentos econômicos que se somam às análises trazidas no decorrer do ano em relação à necessidade de reforço dos compromissos globais para a transformação dos sistemas agroalimentares a partir de uma abordagem de direitos e um chamamento específico para a atuação coordenada dos organismos das Nações Unidas ligadas à alimentação e dos governos nacionais para o enfrentamento das crises globais associadas aos sistemas hegemônicos.

Contexto do relatório e da aplicação das análises

O relatório é iniciado com a descrição dos grandes desafios globais no campo da segurança alimentar e nutricional e crises que se sobrepõem, incluindo a falta de disponibilidade

e acessibilidade a alimentos e os efeitos da crise climática, da perda de biodiversidade, da desaceleração econômica sobre os preços dos alimentos, bem como o aumento da pobreza.

Com isso, é necessária a priorização de soluções sistêmicas que enfrentem esses desafios, tendo como centro os sistemas agroalimentares para determinar o futuro que compartilhamos com nosso planeta. Para tanto, há um consenso internacional sobre a necessidade de transformação dos sistemas agroalimentares para aumentar sua eficiência, inclusão, resiliência e sustentabilidade, alinhando essas ações com a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável e aproveitando o momento criado por iniciativas como a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas como fóruns e movimentos para angariar prioridade política de governos nacionais e apoio de atores sociais para desenvolver soluções inovadoras alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar da maior visibilidade de publicações como o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), que se dedica à avaliação da insegurança alimentar e nutricional nos países e regiões e propõe recomendações políticas para seu enfrentamento (FAO, 2022), sua publicação irmã, o Estado Da Alimentação e da Agricultura, elaborado anualmente desde 1947, vem buscando também abordar a transformação dos sistemas agroalimentares, a partir da análise dos impactos positivos e negativos desses sistemas e assim contribuir para o alcance da visão institucional da FAO de “melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor vida para todos, sem deixar ninguém para trás” por meio de ações transparentes e impactantes.

Uma importante inovação do relatório de 2023 foi a proposição de uma metodologia de estimação dos custos reais dos sistemas agroalimentares, o TCA (*true cost accounting*), que contabiliza os custos totais desses sistemas, incluindo seus custos ocultos, sobre o meio ambiente, sobre a saúde e sobre os modos de vida. A questão dos custos ocultos dos sistemas agroalimentares é particularmente importante na medida em que a análise de problemas como os custos de produção e o aumento dos custos dos alimentos, que deve incluir aspectos como os incentivos aos produtores e consumidores e sua influência sobre a transformação dos modelos de produção, distribuição e consumo.

Além dos resultados consistentes e comparáveis para um grande conjunto de países, o relatório reforça os aspectos metodológicos e de disponibilidade de dados para a realização de novas análises usando o TCA, como contribuição para a gestão e a pesquisa no campo dos sistemas agroalimentares, mesmo no contexto dos países de baixos e médios rendimentos. Para tanto, a metodologia busca agregar custos normalmente não quantificados como emissões de gases de efeito estufa, emissões de nitrogênio, uso de água, transições no uso de terra e pobreza, além dos impactos da pobreza e das perdas de produtividade causadas por padrões alimentares não-saudáveis e pela desnutrição.

Naturalmente, o relatório também destaca que, por ser uma nova metodologia, trata-se de um ponto de partida para futuras análises e aprimoramentos, assim como para aprofundar a avaliação dos dados nacionais existentes. Por isso, os resultados preliminares do relatório de 2023 podem e devem ser aprimorados futuramente e o próximo relatório de Estado da Alimentação e da Agricultura continuará na análise de custos a partir de dados nacionais e incluirá avaliações por atores nacionais e por especialistas para informar o planejamento mais profundo e específico de políticas nacionais e a orientação de investimentos para guiar a transformação dos sistemas agroalimentares do nível local ao nacional.

Vale destacar que a contribuição metodológica trazida por este relatório é muito importante também para preencher lacunas de evidências fundamentais para fomentar a priorização de modelos de produção de alimentos que tenham como premissas a saúde humana e planetária, ao trazerem o impacto econômico até então pouco explorado dos sistemas agroalimentares insustentáveis, insalubres e predatórios.

Para o futuro é recomendável que essas metodologias permitam outras análises como a comparação de cenários de mudanças que reforcem os modelos alternativos garantidores da biodiversidade e da preservação, como a agroecologia, priorizando a comida de verdade e revertendo as tendências de substituição dos alimentos in natura e minimamente processados pelos produtos ultraprocessados.

Pontos principais do relatório

O relatório, incluindo sua proposta metodológica, foi preparado por um grupo assessor de técnicos da FAO com um painel de especialistas externos que apoiaram equipes de pesquisa e redação. Nesse processo, foram executadas seguidas etapas de apresentação e discussão com diferentes grupos, incluindo os escritórios regionais da FAO e mais especialistas, sob a coordenação do diretor da Divisão de Economia Agroalimentar da FAO.

Dentre os prioridades principais de ação, está expressa a necessidade de uma abordagem holística e sistêmica que deve atrelar as transformações ao alcance dos ODS, particularmente considerando os impactos positivos e negativos dos sistemas agroalimentares sobre a pobreza, a eliminação da fome e a saúde e bem-estar (ODS 1, 2 e 3), bem como sobre outros objetivos, como aqueles relacionados à água limpa e saneamento (ODS 6), energia limpa e acessível (ODS 7), produção e consumo responsáveis (ODS 12) e ação climática, vida aquática e vida terrestre (ODS 13, 14 e 15). Além disso, também incorporam questões da indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9) e do capital humano, considerando o trabalho digno e crescimento econômico (ODS 8) e a redução das desigualdades de gênero (ODS 5).

Dessas discussões primeiramente surgiram consensos que foram consolidados na forma de mensagens centrais do relatório e da aplicação do TCA:

1 – O valor dos sistemas agroalimentares não foi colocado em dúvida, pois eles proporcionam nutrição, sustentam economias e moldam identidades culturais. Todavia, é necessário considerar os custos ocultos de ordem ambientais, sociais e de saúde associados com esses sistemas.

2- A estimativa dos custos reais (TCA) permite a estimativa dos custos ocultos gerados por falhas de mercado e por falhas institucionais e políticas. Dessa maneira, provém evidências a tomadores de decisão para corrigir essas falhas e transformar positivamente os sistemas agroalimentares.

3- A estimativa de custos reais se baseia em uma longa tradução de avaliação econômica para a tomada de decisão, contudo também reconhece a possível indisponibilidade de dados de alta qualidade que podem limitar sua aplicação, tanto em relação aos custos ocultos quanto aos custos das decisões tomadas.

4- O relatório propõe um processo de avaliação em duas etapas, dependendo, primeiramente, da estimativa dos custos reais em nível nacional para aumentar sua visibilidade e reconhecimento e, depois, caminhando para avaliações mais aprofundadas e focalizadas para

priorizar soluções e guiar ações transformadoras (a serem detalhadas no relatório seguinte, de 2024).

5- O relatório apresenta uma primeira tentativa de avaliações em nível nacional para um total de 154 países, ainda que ainda incorporem muitas incertezas relacionadas à qualidade, completude e representatividade dos dados primários e tenham excluído parte dos impactos dos sistemas agroalimentares, de que os custos ocultos dos sistemas são confiavelmente da ordem de US\$ 10 trilhões considerando um ajuste por paridade de poder de compra. Assim, demonstra-se a necessidade urgente de considerar esses custos nas decisões voltadas para a transformação dos sistemas agroalimentares.

6- Globalmente, os custos ocultos mais representativos são aqueles associados aos padrões alimentares que levam ao adoecimento e à menor produtividade laboral, ainda que esses custos relacionados à saúde variem bastante entre os países e são mais proeminentes naqueles de altos e médios rendimentos.

7- Ainda que não tenha sido possível a estimativa mais exaustiva e completa, os custos ambientais dos sistemas agroalimentares representaram mais de 20% dos custos ocultos totais e podem representar, considerando principalmente a emissão de gases de efeitos estufa e de nitrogênio, e são relevantes em todos os países, independentemente de seus rendimentos.

8- Os custos ocultos totais possuem uma carga desigual de acordo com o rendimento dos países, afetando mais severamente os países mais vulneráveis. A carga dos custos ocultos sobre o PIB nos países de baixos rendimentos é 2,5 vezes maior do que aquela dos países de médios rendimentos e quase 3,5 vezes maior do que a dos países de altos rendimentos.

9- Por conta disso, o enfrentamento da pobreza e da desnutrição permanece uma prioridade nos países de baixos rendimentos, visto que contribuem com mais da metade dos custos ocultos quantificados nesses países.

10- As estimativas em nível nacional são um primeiro passo para aumentar o reconhecimento dos custos ocultos dos sistemas agroalimentares, mesmo com suas limitações. Além disso, poderão ser completados e aprimorados com novas análises, como as pretendidas para 2024, considerando os custos de diferentes estratégias de redução e mitigação dos impactos negativos dos sistemas agroalimentares, como o fortalecimento de políticas, de regulação, de padrões e do aporte de investimentos privados para apoiar essa transição.

11- Para aumentar a escala e a qualidade das estimativas, serão necessários investimentos em inovações em pesquisa e na construção de capacidades na coleta de dados, especialmente nos países de rendimentos médios e baixos, a fim de tornar o TCA uma ferramenta viável para aplicação no contexto de tomada de decisões informadas por evidências e de dar mais transparência e consistência à formulação de políticas.

Principais resultados

Os resultados do estudo são impressionantes, na medida em que, mesmo com a exclusão de alguns impactos e o grau de incerteza das bases de dados e suas análises, chegando a um impacto estimado de mais de US\$ 10 trilhões por ano, considerando os custos ocultos da produção, como a emissão de gases de efeito estufa e nitrogênio, uso da água e uso da terra, os custos à saúde a partir das perdas de produtividade devidas a padrões dietéticos não saudáveis e os custos sociais relacionados à pobreza e à perda de produtividade associada com a desnutrição.

Em termos globais, esses valores representam quase 10% do PIB global em 2020, que equivalem a US\$35 bilhões por dia, mas nas análises desagregadas, apesar da maior parte dos custos absolutos concentrarem-se nos países de rendimentos altos e médios altos (US\$ 9,6 trilhões), devido ao tamanho de suas economias, proporcionalmente a carga econômica desses custos é significativamente maior nos países de menor renda. Nesse grupo de países, os custos dos sistemas agroalimentares representam até 27% do PIB dos países, destacando os grandes impactos da pobreza e desnutrição, que representam mais da metade dos custos estimados, enquanto representam 11% do PIB nos países de rendimentos médios e 8% nos de altos rendimentos.

Outros custos destacados nas análises são as perdas de produtividade atribuíveis às doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), cuja participação é proporcionalmente maior nos países de médios e altos rendimentos, mas que têm crescido também nos países de menores rendimentos, que convivem com a múltipla carga da má nutrição.

Por exemplo, no Brasil é estimado que os custos para o Sistema Único de Saúde do tratamento de DCNTs atribuíveis à obesidade na população adulta chegaram a R\$1,4 bilhão por ano em 2019 (Nilson *et al.*, 2020) e, considerando as tendências futuras de crescimento do excesso de peso e obesidade no país, os custos ao SUS dos novos casos de DCNTs podem alcançar R\$4,2 bilhões de 2020 a 2030, além de perdas de produtividade por mortalidade precoce poderem chegar a R\$45 bilhões no mesmo período (Giannichi *et al.*, 2022). Consideradas as perdas econômicas associadas a todos os custos indiretos da obesidade no Brasil, incluindo absenteísmo, presenteísmo e mortes prematuras, estes podem somar até 8,7% do PIB (Rasmussen, 2015).

Os custos ocultos diferem não apenas na sua magnitude, mas também na sua composição por nível de rendimento. Em todos os grupos de países, com exceção dos de baixos rendimentos, as perdas de produtividade resultantes de padrões alimentares que conduzem a doenças não transmissíveis (DNT) são o contribuinte mais significativo para os danos nos sistemas agroalimentares, seguidos pelos custos ambientais. Nos países de rendimento médio-baixo, os custos sociais ocultos decorrentes da pobreza e da subnutrição são relativamente mais significativos, representando uma média de 12% de todos os custos ocultos quantificados.

Não é de surpreender que estes custos sociais ocultos sejam o principal problema nos países de baixo rendimento (mais de 50% de todos os custos ocultos quantificados). No campo da avaliação do impacto ambiental dos sistemas agroalimentares, há menor número de estudos para comparação, mas o relatório da FAO estima que globalmente cerca de 20% dos custos ocultos estimados, ou seja, perto de um terço do valor adicionado pela agricultura à economia global.

Portanto, somando todos esses custos ocultos, reforça-se que os sistemas agroalimentares hegemônicos produzem impactos econômicos negativos significativos e que a transformação necessária passa por buscar modelos de produção e consumo de alimentos que priorizem a geração de saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão, contabilizando os ganhos agregados que esses modelos produzirão. Em outras palavras, as metodologias propostas têm por objetivo maior responder sobre como podemos transformar os sistemas agroalimentares para que entreguem maior valor às sociedades, reduzindo seus custos e aumentando seus benefícios não quantificados ou ocultos.

Segundo o relatório da FAO, é importante também considerar as possíveis barreiras à integração da avaliação dos custos ocultos dos sistemas agroalimentares aos processos de

tomada de decisão, na medida que pode haver dificuldades como resistências de atores desses sistemas, desde governos a produtores e consumidores, relacionados ao temor de mudanças no status quo e do potencial impacto das mudanças pretendidas nos modos de produção e consumo. Além disso, as resistências podem vir dos custos de oportunidade das mudanças. Por exemplo, o uso de agrotóxicos pode aumentar a produtividade, reduzindo o preço dos alimentos e aumentando o acesso a eles, mas podem ter efeitos deletérios sobre a saúde e o meio ambiente.

Possibilidades futuras

Considerando as próximas etapas de implementação de análises de TCA, serão particularmente importantes análises de cenários que permitam a avaliação de custo-benefício e custo-efetividade entre alternativas de estratégias e políticas, bem como delas com a inação ou manutenção do status quo para orientar as decisões. Tendo em vista as soluções holísticas pretendidas nos sistemas alimentares, compreendendo que múltiplas estratégias terão mais impacto do que iniciativas isoladas, serão fundamentais também as potenciais sinergias entre essas alternativas.

Por exemplo, futuras análises de cenários precisam levar em conta desde aspectos das mudanças demográficas, incluindo urbanização e transições etárias, até as tendências na produção agrícola, comparando os custos e os retornos para melhores avaliações de custo-benefício e a viabilidade econômica das soluções.

Dessa forma, espera-se que a avaliação dos custos reais, para além das políticas públicas, oriente os negócios e investimentos em direção à sustentabilidade, tendo em vista que os impactos ambientais serão convertidos em métricas financeiras, lembrando, contudo, que isso implica necessariamente uma visão de médio e longo prazo que se contrapõe à lógica imediatista e frequentemente predatória de modelos hegemônicos como o desmatamento para as monoculturas e para a pecuária intensiva. Será, portanto, necessário mudar as métricas de sucesso dos negócios para incluir os ganhos (e perdas) de capital humano, social e natural associados aos modos de produção e o TCA é uma ferramenta essencial para isso, orientando inclusive os financiamentos públicos e privados.

Por fim, um dos pontos cruciais da transformação dos sistemas agroalimentares com vistas a garantir o acesso a alimentos a todos e garantir que esses alimentos sejam saudáveis e produzidos de forma sustentável é a questão do preço dos alimentos. Uma preocupação permanente nesse sentido é que essas mudanças possam trazer aumento nos preços e, para isso, os elementos considerados na TCA podem contribuir muito ao agregar as externalidades que comumente não são consideradas nas avaliações convencionais (particularmente os custos ocultos), junto com o potencial de trazer elementos para repensar subsídios e tributos, regulação sobre venda e publicidade e outros incentivos e desincentivos que permitam que soluções alternativas ganhem escala e tenham maior viabilidade, junto com a garantia de maior equidade na distribuição de recursos e a priorização das necessidades de populações mais vulnerabilizadas.

Um exemplo, é a aplicação do princípio do poluidor pagador para desestimular modelos de produção menos sustentáveis, enquanto se incentiva modelos com menos impacto ambiental, principalmente focando na produção local, nos mercados institucionais e na economia circular, ligando mais efetivamente o meio rural ao urbano e potencializando a produção urbana e periurbana.

Da mesma forma, a orientação de subsídios governamentais para modelos de produção sustentáveis, resilientes e inclusivos em detrimento da priorização atual dos modelos hegemônicos, concentradores e excludentes, pode, junto com a tributação de produtos nocivos à saúde humana e planetária, podem reverter a produção mais biodiversa para priorizar os alimentos in natura e minimamente processados. No Brasil, o momento atual de discussão da reforma tributária é muito propício para agregar à tributação seletiva já prevista do tabaco, a das bebidas alcólicas, dos produtos ultraprocessados e dos agrotóxicos, enquanto se deve estimular (inclusive por meio de subsídios) uma cesta básica alinhada com o Guia Alimentar para a População Brasileira.

Outros instrumentos complementares

Vale destacar que, além do relatório Estado da Alimentação e da Agricultura 2023, têm sido produzidos outros documentos orientadores que complementam esse instrumento, como o modelo de Avaliação do Impacto das Dietas (*Diet Impact Assessment model*) proposto pela OMS Europa como uma ferramenta para analisar as implicações de saúde, ambientais e de acessibilidade financeira de mudanças dietéticas.

Nesse sentido, além dos impactos na saúde relacionados principalmente aos fatores de risco dietéticos associados às DCNTs, são incorporados no manual alguns dos impactos ambientais da produção dos alimentos, visto que os sistemas agroalimentares estão entre os principais poluidores do ar, dos solos e das águas, além de consumirem grande parte dos recursos naturais. Bem assim, o modelo busca também capturar as implicações de equidade associadas à produção, distribuição, acesso e consumo dos alimentos (WHO Regional Office for Europe, 2023).

Em paralelo, iniciativas de representações e organizações da sociedade civil também têm importante participação na produção de metodologias e avaliação dos impactos dos sistemas agroalimentares, a exemplo das avaliações da poluição por plástico, do custo da água e das análises geradas pelo Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da FAO - HPLE/FAO (WWF, 2021)(Changing Markets Foundation, 2020)(HPLE, 2015).

Além disso, no campo da produção acadêmica avançaram significativamente as metodologias de modelagem para avaliação dos impactos epidemiológicos, ambientais e econômicos dos sistemas agroalimentares (particularmente em relação a ambientes alimentares) e das políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável, ampliando a abordagem focada nos nutrientes para os padrões alimentares baseados no grau e propósito do processamento industrial dos alimentos (Willett *et al.*, 2019)(Helena *et al.*, 2022)(Nilson *et al.*, 2022)(T Da Silva *et al.*, 2021).

Tais metodologias poderiam, ainda, contribuir muito para as políticas nacionais no Brasil, tendo em vista a obrigatoriedade de realização de Análises de Impacto Regulatório, particularmente no campo da segurança alimentar e nutricional, em que frequentemente são escassas as informações sobre os impactos de regulações e programas sobre a saúde da população e sobre o ambiente, incluindo possíveis externalidades positivas e negativas.

Os sistemas alimentares da COP 28

Na COP28, foi reconhecido o impacto dos sistemas alimentares sobre a questão climática, visto que são responsáveis por 30% da emissão dos gases de efeito estufa, além de seu impacto sobre a poluição das águas, do ar e dos solos e sobre o desmatamento e perda da

biodiversidade. EM resposta a esse cenário, foi dado espaço importante para a discussão da transformação dos sistemas alimentares na agenda climática global, particularmente por meio da agenda específica do pavilhão dedicado aos sistemas alimentares e no lançamento da Declaração sobre a Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática, com o apoio de mais de 130 países, incluindo o Brasil (COP 28 UAE, 2023). Com essa iniciativa, espera-se angariar mais de US\$1,5 bilhões para apoiar a agenda de alimentos e clima. Além disso, em apoio à agenda de Sistemas Alimentares, Inovação na Agricultura e Ação Climática dentro da Declaração, a Fundação Bill e Melinda Gates lançou uma parceria de US\$200 milhões para o apoio à pesquisa agrícola, para dar escala a inovação na agricultura e financiamento da assistência técnica.

A Declaração tem como principais objetivos:

1- Dar escala a atividades e respostas de adaptação e resiliência para reduzir a vulnerabilidade de agricultores, pescadores e outros produtores de alimentos aos impactos das mudanças climáticas, incluindo o apoio técnico e financeiro para soluções, construção de capacidades, infraestrutura e inovação e sistemas de alerta, para a promoção da sustentabilidade da produção de alimentos e da nutrição e junto com a preservação, proteção e restauração da natureza.

2- Promover a segurança alimentar e nutricional por meio de esforços para apoiar populações vulneráveis por abordagens como a proteção social e redes de seguridade, programas de alimentação escolar e de compras públicas de alimentos, da focalização da pesquisa e inovação e de ações direcionadas para as necessidades específicas de mulheres, crianças e jovens, de populações indígenas, de pequenos produtores, de agricultores familiares, de comunidades locais e de pessoas com deficiências, entre outros.

3- Apoiar trabalhadores da agricultura dos sistemas alimentares, incluindo mulheres e jovens, cujos modos de vida são ameaçados pelas mudanças climáticas, mantendo condições dignas de trabalho, que podem incluir ações para aumentar, adaptar e diversificar a renda.

4- Fortalecer o gerenciamento integrado da água para a agricultura e para os sistemas alimentares em todos os níveis para garantir a sustentabilidade e reduzir os impactos negativos sobre as comunidades que dependem das áreas inter-relacionadas.

5- Maximizar os benefícios climáticos e ambientais e simultaneamente mitigar e reduzir os impactos danosos associados à agricultura e aos sistemas alimentares por intermédio da conservação, proteção e restauração de ecossistemas terrestres e aquáticos, do aumento da saúde dos solos e da biodiversidade e do redirecionamento de práticas com maior emissão de gases de efeito estufa para abordagens de produção e consumo mais sustentáveis, incluindo a redução das perdas e desperdícios e promovendo alimentos sustentáveis na utilização de água.

Para o alcance desses objetivos, os signatários da Declaração comprometeram-se com a integração da agricultura e sistemas alimentares com a ação para o clima, colocando as ações para o clima em todas as políticas de modo transversal. Isso implicará a integração da prioridade climática nos planos e orçamentos nacionais, a reorientação de políticas, o aumento do acesso ao financiamento para a transformação da agricultura e sistemas alimentares (incluindo recursos públicos e privados), a aceleração das ações baseadas em evidências (incluindo o conhecimento tradicional local e de populações indígenas) e o fortalecimento do comércio internacional justo e transparente. Tendo em vista os sete anos restantes para 2030, deve

também ser fortalecida a cooperação entre os países e com outros atores para avançar nas agendas e os avanços intermediários alcançados serão monitorados em 2025, durante a COP 29.

Ainda que a Declaração da COP 28 seja coerente com as prioridades apontadas por organismos e entidades internacionais, as ações no âmbito da cúpula contam com a participação, sem a avaliação de conflitos de interesses ou da avaliação da influência de determinantes comerciais da saúde, de muitas corporações que estão entre os maiores poluidores de plástico do planeta e fabricantes de produtos ultraprocessados que impactam negativamente a saúde das populações, a exemplo da Danone, Nestlé, Pepsico e Unilever. Novamente, a exemplo de outras agendas no campo da segurança alimentar e nutricional global, diante dessas contradições e incompatibilidades, há sérios riscos de captura corporativa das ações e de espaço para *greenwashing*, priorizando iniciativas paliativas, centradas nos sistemas agroalimentares hegemônicos e não nem alternativas verdadeiramente sustentáveis, saudáveis e resilientes. Por fim, essas abordagens podem ainda ameaçar a governança dos processos pelo maior espaço ao setor privado do que à sociedade civil e aos representantes sem conflitos de interesses da academia e fragilizando os compromissos dos governos nacionais.

Dessa forma, deve haver grande atenção aos próximos dias da Cúpula e à implementação da Declaração da COP 28 para que a agenda de transformação dos sistemas agroalimentares seja conduzida de maneira coerente em direção às soluções mais efetivas, considerando a priorização da saúde humana e planetária e a responsabilização dos setores que as ameaçam (em vez de colocá-las diretamente como aliadas da agenda ambiental).

Retrospectiva da temática de segurança alimentar e nutricional global durante o ano de 2023

Iniciamos o ano de 2023 com a discussão sobre a volta do Brasil à agenda internacional de segurança alimentar e nutricional e as prioridades e necessidades nacionais nos atuais momentos de transformação. Também foi importante o protagonismo científico do Brasil no âmbito da discussão dos produtos ultraprocessados e seus impactos na saúde e no meio ambiente, reforçando a necessidade de abordar as dietas a partir dos padrões alimentares em vez da visão reducionista de nutrientes, fortalecendo a cultura alimentar local e a diversidade na produção dos alimentos.

Também mereceu destaque o protagonismo das latino-americanas, principalmente no tocante aos ambientes alimentares, reunindo exemplos exitosos de novas políticas tributárias como a taxação de bebidas adoçadas, de políticas regulatórias como a restrições para a publicidade de produtos ultraprocessados para crianças, da proibição da venda de ultraprocessados nas escolas e da rotulagem nutricional frontal de advertência e de compras públicas, como a alimentação escolar. Essas políticas ao mesmo tempo modificam os ambientes alimentares para favorecer escolhas alimentares mais saudáveis e estimulam a transformação dos sistemas agroalimentares para a produção de alimentos mais saudáveis, diversificados e sustentáveis.

No âmbito dos organismos das Nações Unidas, como a FAO, Unicef, PMA e OMS, a agenda de SAN global e regional foi muito intensa, reforçando a prioridade do combate à insegurança alimentar e nutricional global, a necessidade de maior envolvimento da agenda regulatória internacional de alimentos (Codex Alimentarius) e o chamamento para a transformação dos sistemas agroalimentares em direção a modelos saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos, com destaque para a continuidade das ações da Cúpula de Sistemas Alimentares. Porém, ao mesmo tempo, riscos já apontados anteriormente, como o de perda de governança e captura corporativa das agendas e das próprias agências, continuaram presentes

e devem ser combatidos a partir de análises segundo os conflitos de interesses dos atores privados e da lógica dos determinantes comerciais da saúde. Além da ação dos organismos internacionais, foi destacado o papel importante da cooperação, especialmente sul-sul, trabalhando o conceito ampliado de SAN que considera as repercussões sociais, culturais, ambientais e de saúde da alimentação e nutrição e aproxima os países com interesses comuns.

Foram também exploradas as interfaces entre a SAN e a agenda ambiental, a partir da perspectiva da sindemia que reúne a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas como consequências dos sistemas alimentares hegemônicos (Swinburn *et al.*, 2019), apoiados nas monoculturas de commodities agrícolas e na internacionalização dos produtos ultraprocessados, trazendo como soluções para as crises geradas por esses sistemas, a transformação dos modos de produção e consumo dos alimentos, favorecendo modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados.

Um outro ponto importante que permeou os informes do ano foi a inclusão de uma discussão sobre repercussões dos temas na agenda política nacional do Brasil, tendo em vista que a política internacional tem sido importante impulsionadora dos compromissos nacionais, assim como políticas brasileiras podem ganhar visibilidade internacional e fortalecer o protagonismo brasileiro nas agendas de segurança alimentar e nutricional.

Por fim, muitos dos temas tratados nos informes foram discutidos em profundidade no primeiro Seminário Avançado do CRIS sobre a temática de SAN e transformação dos sistemas agroalimentares, em que participaram, pela Fiocruz, os doutores Denise Oliveira e Eduardo Nilson, acompanhados pela Dra Corinna Hawkes (Diretora do Departamento de Sistemas Alimentares da FAO), pelo Dr Israel Rios (Consultor Regional de Nutrição da FAO para a América Central) e o Dr Ricardo Abramovay (Professor da Cátedra Josué de Castro da USP). Pontos comuns do debate foram a busca de soluções baseadas na biodiversidade dos sistemas alimentares, alternativas sustentáveis para a produção agrícola e a pecuária, além do papel central dos guias alimentares baseados em alimentos e em sistemas alimentares para orientar as transformações necessárias para garantir alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável em todo o mundo.

Conclusão

O encerramento do ano de 2023 traz esperanças e desafios no campo da segurança alimentar e nutricional (SAN) global, como a volta do protagonismo brasileiro na diplomacia global da saúde, destacando seu papel na priorização da eliminação da fome no mundo, enquanto persistem as dificuldades de regiões do mundo em reverter os retrocessos nos indicadores de SAN pós pandemia e a ampliação dos efeitos da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas sobre os humanos e sobre o planeta. Nesse sentido, a reconstrução das políticas de SAN no Brasil foi particularmente importante para esse reposicionamento do país e a retomada de sua liderança global na temática, incluindo o incentivo à agricultura familiar e à agroecologia e uma abordagem de políticas estruturais de renda, emprego, educação e saúde, junto com ações emergenciais de mitigação da fome.

Entre as principais mensagens de 2023 temos o mesmo desafio em alcançarmos as metas da Agenda 2030, tendo em vista que grande parte dos ODS estão estagnados ou mesmo em retrocesso. A fome tem diminuído ainda timidamente, enquanto aumentam as doenças associadas à alimentação inadequada, principalmente relacionadas aos sistemas agroalimentares hegemônicos, baseados nas monoculturas e no ultraprocessamento dos alimentos. Portanto, considerando instrumentos como os relatórios de Estado da Segurança

Alimentar e Nutrição e de Estado da Agricultura e Alimentação, entre outros, devem orientar compromissos e políticas que sejam orientadas para a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequados, colocando a saúde humana, animal e planetária acima dos interesses comerciais das corporações e responsabilizando-as por seus impactos negativos.

Infelizmente começaremos mais um ano com o mesmo chamamento para a transformação dos sistemas agroalimentares, mas ainda sem sucesso em garantir o futuro do planeta e em não deixar ninguém para trás, principalmente em relação à fome e às desigualdades.

Referências

CHANGING MARKETS FOUNDATION. **Talking Trash - The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.

COP 28 UAE. **COP28 UAE Declaration on Sustainable Agriculture, Resilient Food Systems and Climate Action, 2023.** Disponível em: <<https://www.cop28.com/-/media/Project/COP28/files/COP28-UAE-Declaration-on-Sustainable-Agriculture-Resilient-Food-Systems-and-Climate-Action.pdf?rev=a18dddc84f3b439fb67732d2ec94aaab>>

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022***The State of Food Security and Nutrition in the World 2022.* [s.l.] FAO, 6 jul. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc0639en>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food and Agriculture 2023 - Revealing the true cost of food to transform agrifood systems.** Rome: [s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc7724en>>.

GIANNICHI, B. V. *et al.* **Projeções dos custos das doenças crônicas em diferentes cenários de mudança na prevalência de excesso de peso no Brasil, 2020 a 2030.** Congresso Acadêmico Unifesp 2022. **Anais...**2022 Disponível em: <<https://congresso2022.unifesp.br/programacao/162/>>

HELENA, F. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 1 mar. 2022.

HPLE. **Water for food security and nutrition.** Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/av045e/av045e.pdf>>.

NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.

NILSON, E. A. F. *et al.* Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 44, p. e32, 2020.

RASMUSSEN, B. **Economic Costs of Absenteeism , Presenteeism and Early Retirement Due to Ill Health : A Focus on Brazil Report to the Brazil-U . S . Business Council , the US Chamber of CommerceVictoria Institute of Strategic Economic Studies.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.brazilcouncil.org/wp-content/uploads/2016/04/Econ.-Cost-of-Absenteeism-Presenteeism-and-Early-Retirement-due-to-ill-health-Brazil.pdf>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to

2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.

WHO REGIONAL OFFICE FOR EUROPE. **The Diet Impact Assessment model: a tool for analyzing the health, environmental and affordability implications of dietary change**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/europe/publications/i/item/WHO-EURO-2023-8349-48121-71370>>.

WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet (London, England)**, v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019.

WWF. **High cost of cheap water: The true value of water and freshwater ecosystems to people and planet**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/wwf_high-cost-of-cheap-water-report_web.pdf>.

Destaques da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Vitor Rodrigues

Resumo. Este informe traz alguns destaques do que aconteceu durante a 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida de 7 a 22 de novembro de 2023, em Paris, França. Destaque principal para a adoção da Recomendação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável e o aumento histórico no orçamento global da UNESCO. Ao final do informe, há uma lista dos eventos paralelos à Conferência com seus respectivos links para termos noção da diversidade e importância dos assuntos tratados sob o mandato da UNESCO. Por fim, daremos um breve informe sobre a participação da Unesco na COP28.

A 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada de 7 a 22 de novembro de 2023, foi marcada pela adoção unânime da Recomendação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável, delineando 14 princípios para o uso da educação na promoção da paz. Além disso, a aprovação do aumento histórico de 25% no orçamento da UNESCO visa fortalecer ações em educação, ciência, cultura e informação. Outros destaques são os eventos paralelos que aconteceram no mesmo período entre os quais podemos citar o Diálogo Ministerial de Alto Nível sobre Educação para a Paz e a resposta educacional abrangente ao aumento global do antissemitismo, a aprovação do estabelecimento do primeiro instituto categoria 1 na Ásia, em Shanghai, China¹⁰³. A UNESCO também comemorou marcos, como os 70 anos da Rede de Escolas Associadas e os 60 anos do Instituto Internacional de Planejamento Educacional, refletindo sobre o passado e planejando para o futuro. A relevância contemporânea desses eventos reforça o compromisso da UNESCO não apenas com a promoção da paz, mas também com o desenvolvimento humano integral por meio da educação de qualidade.

No dia 20 de novembro de 2023, durante de forma unânime foi adotada a Recomendação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável¹⁰⁴. Este marco histórico representa a resposta da UNESCO aos desafios contemporâneos e futuros, atualizando a Recomendação de 1974 e estabelecendo 14 princípios orientadores inovadores. A recomendação destaca a educação como um catalisador essencial para a construção de uma paz duradoura, integrando dimensões como tecnologia, mudanças climáticas, igualdade de gênero e liberdades fundamentais. Além de enfatizar a importância dos direitos humanos, a Recomendação redefine os resultados de aprendizagem e áreas prioritárias

¹⁰³ Proposta sobre o estabelecimento do instituto disponível no link: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387251>

¹⁰⁴ Draft da Recomendação aprovada encontra-se disponível no link: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386924?posInSet=1&queryId=88262d97-74b6-4100-bd33-8cc96a779989>

de ação, propondo uma abordagem holística que transcende os limites tradicionais da educação. Este documento revolucionário não apenas reconhece as transformações do mundo, incluindo fenômenos contemporâneos como o discurso de ódio online, mas também estabelece estratégias educacionais para promover a resiliência dos alunos. Assim, a UNESCO reforça seu compromisso com uma visão de educação a serviço da humanidade e da paz, proporcionando uma base abrangente para transformar políticas e práticas educacionais em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Foram no total 22 reuniões na plenária da Conferência Geral. A primeira e segundas plenárias foram resumidas no informe anterior. Do dia 8 ao 13 de novembro seguiram as plenárias dos debates políticos gerais em que representantes dos Estados-Membros e observadores fizeram seus discursos.

O Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, representou o Brasil, liderando a delegação brasileira na 42ª Conferência Geral da Unesco em Paris. Em seu discurso, no dia 09 de novembro, destacou o compromisso do governo com a promoção da educação de qualidade para todos, ressaltando a importância da educação em diversas dimensões, incluindo direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Santana mencionou avanços na educação brasileira, como políticas para acesso à educação em tempo integral e conectividade escolar. O Brasil assumiu compromissos, incluindo sediar a reunião do CRES+5 e integrar o Comitê Diretivo de Alto Nível do ODS4 (Educação de qualidade). Uma Declaração Conjunta com a Colômbia foi assinada, reforçando a cooperação educacional binacional.

Durante os debates políticos gerais, aconteceu o Diálogo Ministerial de Alto Nível sobre Educação para a Paz - [\(re\)Thinking the Commons, Acting Together - High-Level Segment](#). O encontro de alto nível concentrou-se em como os bens comuns devem ser pensados e protegidos no contexto das principais rupturas que o mundo está enfrentando atualmente, com ênfase especial na ruptura climática e na transformação digital.

Outro ponto de destaque foram os resultados das reuniões da Comissão de Ciências Humanas e Sociais sobre o estudo preliminar sobre os aspectos técnicos e jurídicos relacionados à conveniência de um instrumento de definição de padrões sobre a ética da neurotecnologia.¹⁰⁵ Os Estados Membros apoiaram fortemente a elaboração de um novo instrumento de definição de padrões sobre a ética da neurotecnologia, na forma de uma Recomendação. Vários Estados Membros reconheceram que a UNESCO está bem equipada para levar esse trabalho adiante, graças ao seu histórico de desenvolvimento de instrumentos normativos de ponta sobre ética da ciência e tecnologia e bioética. Eles elogiaram o trabalho realizado no contexto da ética da IA e expressaram apoio a uma abordagem semelhante a ser seguida.



Vários Estados Membros enfatizaram a importância da inclusão e de uma abordagem multidisciplinar e de múltiplas partes interessadas na elaboração da minuta do instrumento, pedindo uma representação geográfica equilibrada, considerando o gênero e a juventude, e garantindo o envolvimento ativo de uma ampla gama de partes interessadas. Também foi destacada a importância de incorporar os direitos humanos, as perspectivas de gênero e o impacto sobre as crianças no desenvolvimento do instrumento.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385016>

A UNESCO na COP 28¹⁰⁶

A Unesco participa com diversas sessões ligadas à temática do clima na COP28.

1. A educação nas mudanças climáticas – serão discutidos os esforços educacionais nas mudanças climáticas ou, dito de outra forma, a educação para o desenvolvimento sustentável;
2. O nexo entre os oceanos e as mudanças climáticas;
3. Promover a preservação dos Glaciares;
4. Advogar o uso de energias limpas;
5. Promover e proteger o saber indígena;
6. Falar sobre a disseminação de informações falsas sobre as mudanças climáticas.

Estes são os eixos que a Unesco selecionou para serem discutidos na conferência sobre o Clima. Cada um deles se desdobra em várias mesas de discussão. Estes serão os temas dos próximos informes.

Lista não exaustiva de eventos paralelos à 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO

Link principal para acessar todos os eventos paralelos à Conferência:
<https://www.unesco.org/en/general-conference/42/key-dates>

1. **High-Level Segment: "(re)Thinking the Commons, Acting Together":**
<https://www.unesco.org/en/general-conference/42/high-level-segment?hub=79837>
2. **Building Trust in Science at the Nexus of Science, Policy and Society:**
<https://www.unesco.org/en/articles/building-trust-science-nexus-science-policy-and-society?hub=79837>
3. **Launch of the Report UNESCO in Action for Gender Equality 2022-2023:**
<https://www.unesco.org/en/articles/launch-report-unesco-action-gender-equality-2022-2023?hub=79837>
4. **Tracking the Transforming Education Summit's gender-related commitments: the Global Platform for Gender Equality:** <https://www.unesco.org/en/articles/tracking-transforming-education-summits-gender-related-commitments-global-platform-gender-equality?hub=79837>
5. **Education 2030 High-Level Steering Committee Meeting:**
<https://www.unesco.org/en/articles/education-2030-high-level-steering-committee-meeting?hub=79837>
6. **Assume responsibility: safeguarding children's privacy in the digital transformation:**
<https://www.unesco.org/en/articles/assume-responsibility-safeguarding-childrens-privacy-digital-transformation?hub=79837>
7. **From international instrument to enhanced readiness of AI:**
<https://www.unesco.org/en/articles/international-instrument-enhanced-readiness-ai?hub=79837>
8. **Launch of the highlights of the Global Report on Teachers and Global Teacher Prize awarding ceremony:** <https://www.unesco.org/en/articles/launch-highlights-global-report-teachers-and-global-teacher-prize-awarding-ceremony?hub=79837>
9. **Protecting biodiversity, reconciling all forms of life: the example of the Amazon Biosphere Reserves Project:** <https://www.unesco.org/en/articles/protecting-biodiversity-reconciling-all-forms-life-example-amazon-biosphere-reserves-project?hub=79837>

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-cop28>

10. **UNESCO's response to crisis:** <https://www.unesco.org/en/articles/unescos-response-crisis?hub=79837>
11. **Global Priority Africa - Transforming Our World for the Africa We Want:** <https://www.unesco.org/en/articles/global-priority-africa-transforming-our-world-africa-we-want?hub=79837>
12. **The critical role of education for sustainable development and getting every learner climate-ready:** <https://www.unesco.org/en/articles/critical-role-education-sustainable-development-and-getting-every-learner-climate-ready?hub=79837>
13. **Partners' Forum:** <https://www.unesco.org/en/general-conference/42/partners-forum?hub=79837>
14. **Technology Facilitated Gender-Based Violence in Times of Generative AI:** <https://www.unesco.org/en/articles/technology-facilitated-gender-based-violence-times-generative-ai?hub=79837>
15. **Ceremony of the 2023 UNESCO Kalinga Prize for the Popularization of Science:** <https://www.unesco.org/en/articles/ceremony-2023-unesco-kalinga-prize-popularization-science?hub=79837>
16. **Ceremony of the 2023 UNESCO - Carlos J. Finlay Prize for Microbiology:** <https://www.unesco.org/en/articles/ceremony-2023-unesco-carlos-j-finlay-prize-microbiology?hub=79837>
17. **World Philosophy Day - "AI and mental health: opportunities and challenges":** <https://www.unesco.org/en/articles/world-philosophy-day-ai-and-mental-health-opportunities-and-challenges?hub=79837>
18. **Never again is now: Harnessing the power of education to address the surge of antisemitism:** <https://www.unesco.org/en/articles/never-again-now-harnessing-power-education-address-surge-antisemitism?hub=79837>
19. **Award ceremony of the UNESCO-Greece Melina Mercouri International Prize for the Safeguarding and Management of Cultural Landscapes 2023:** <https://www.unesco.org/en/articles/award-ceremony-unesco-greece-melina-mercouri-international-prize-safeguarding-and-management?hub=79837>
20. **Addressing the challenges faced by Women Scientists:** <https://www.unesco.org/en/articles/addressing-challenges-faced-women-scientists?hub=79837>
21. **13th edition of the UNESCO Youth Forum:** <https://www.unesco.org/en/articles/13th-edition-unesco-youth-forum?hub=79837>
22. **Global Priority Africa - Transforming Our World for the Africa We Want:** <https://www.unesco.org/en/articles/global-priority-africa-transforming-our-world-africa-we-want?hub=79837>
23. **The critical role of education for sustainable development and getting every learner climate-ready:** <https://www.unesco.org/en/articles/critical-role-education-sustainable-development-and-getting-every-learner-climate-ready?hub=79837>
24. **International Decade of Sciences for Sustainable Development: Transforming Sciences and Societies:** <https://www.unesco.org/en/articles/international-decade-sciences-sustainable-development-transforming-sciences-and-societies?hub=79837>
25. **Achieving our Goal: Realising an Explicit Culture Goal in the post-2030 Development Framework:** <https://www.unesco.org/en/articles/achieving-our-goal-realising-explicit-culture-goal-post-2030-development-framework?hub=79837>

Instituições Financeiras Multilaterais na COP 28

Multilateral Financial Institutions at COP 28

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This paper aims to show the participation of multilateral financial institutions – IADB, World Bank and IMF – in the first days of COP 28*

Keywords: *COP28 1. IADB 2. World Bank 3. IMF 4.*

Resumo. O presente artigo mostra a participação das instituições financeiras multilaterais – BID, Banco Mundial e FMI – nos primeiros dias na COP 28.

Palavras-chave: COP 28 1. BID 2. Banco Mundial 3. FMI 4.

Apresentação

A 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 28) está sendo realizada em Dubai, nos Emirados Árabes. O maior evento climático da atualidade está reunindo quase duzentos países e diversas lideranças e especialistas de todos os cantos do planeta.

Neste contexto, as instituições financeiras multilaterais estão marcando presença, mostrando a sua relevância na solução de estratégias para promover a mudança do cenário desafiador provocado pelas mudanças climáticas.

As Metas das Instituições Financeiras na COP 28

Com uma extensa agenda na COP 28, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apresentou algumas medidas para impulsionar os projetos relacionados ao clima. O BID acenou para uma possibilidade de aumentar o financiamento climático na América Latina e Caribe (ALC) para US\$ 150 bilhões para os próximos dez anos. Para esse objetivo ser alcançado, o BID pontua que precisará do suporte dos seus países membros e do seu braço privado, o BID Invest. Se a estratégia for adiante, o BID poderá se tornar um dos primeiros bancos multilaterais a triplicar o financiamento climático, seguindo assim uma recomendação feita pelo Grupo dos Vinte (G20).

O Banco anunciou a entrada de nove países que vão fazer parte de um programa que recompensa resultados relacionados à natureza e ao clima¹⁰⁷. Intitulado CLIMA (Mecanismo de Ambição Ligado à Biodiversidade e ao Clima) ainda está em fase piloto, porém, torna o BID o primeiro banco multilateral de desenvolvimento a disponibilizar um recurso como este. O novo mecanismo prestará apoio aos países no acesso aos mercados verdes para estes atraírem capital para investimentos focados no âmbito climático. A ideia do BID-CLIMA é financiar dez projetos-pilotos orçados em US\$ 1 bilhão.

¹⁰⁷ Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Paraguai, Suriname e Uruguai. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-announces-first-nine-countries-join-idb-clima>

Outro importante anúncio está relacionado à Amazônia. O Programa Amazônia para Sempre, que foi lançado durante a Cúpula da Amazônia, em agosto, recebeu uma importante parceria vinda da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O intuito desta cooperação é a expansão da capacidade financiamento do programa que se objetiva na preservação e promoção da biodiversidade e no avanço da sustentabilidade da região amazônica. Já a Coalização Verde – grupo formado por vinte bancos de desenvolvimento após a Cúpula da Amazônia – deseja mobilizar entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões para a criação de uma plataforma para o desenvolvimento sustentável. A empreitada se concretizada será direcionada para a Agenda de Desenvolvimento da Amazônia 2024-2030, que contará com o desempenho dos parceiros internacionais em ajudar a região com investimentos sustentáveis.

Para o presidente do BID, Ilan Goldfajn, o alargamento do financiamento climático para a ALC é essencial para ajudar a região de maneira construtiva a expandir as metas climáticas:

“Isso significa aumentar o financiamento climático direto e mobilizado para a América Latina e o Caribe, expandir nosso trabalho em bens públicos globais, como a Amazônia, catalisar o engajamento do setor privado e desenvolver novos instrumentos financeiros para que possamos mobilizar mais capital para a ação climática”. Ilan Goldfajn, 2023.

Durante uma das sessões da COP28, o Banco Mundial (BM) anunciou o aumento do apoio financeiro direcionado à ampliação do desenvolvimento climático. De acordo com o BM, a criação do robusto pacote de financiamento para o clima apoia os países em desenvolvimento a resistirem aos efeitos negativos dos eventos climáticos. A ampliação dos recursos do BM – US\$ 40 bilhões – serão para projetos focados no setor. Cerca de 45% de seu financiamento anual tendo como base o ano fiscal do Banco, que será iniciado no dia 1º de julho de 2024 e terminará no dia 30 de junho de 2025.

O pacote ambicioso mostra que o BM está iniciando os novos rumos que foram apresentados na sessão de abertura das Reuniões anuais BM-FMI, em outubro. A nova cartilha intitulada *para criar um mundo livre da pobreza em um planeta habitável*¹⁰⁸, direcionava para uma importância de se estabelecer um compromisso climático. De maneira análoga, projetos voltados para preservação dos ecossistemas e da biodiversidade terão a mesma atenção, com o objetivo de salvaguardar a todos, de acordo com o Banco.

Após comprometer-se financeiramente com os projetos para o desenvolvimento climático, o próximo passo do BM é atuar na entrega de resultados destes projetos. Segundo o Banco, os países que sofrem com as alterações climáticas precisam de orientação para superar as adversidades e evitar maior propagação de gases de efeito estufa que ajudam a intensificar o dano à natureza.

Um programa sobre clima e saúde também foi anunciado pelo BM. Devido à urgência dos acontecimentos negativos causados pelas alterações climáticas no âmbito da saúde aos países mais vulneráveis, o BM compreende que a criação de um programa focado na saúde ajudará os países a aumentarem a sua resiliência diante das intempéries, reforçando os seus sistemas de saúde com alargamento de investimentos. Para desenvolver o programa, o BM

¹⁰⁸ Discurso de Ajay Banga apresentando as novas diretrizes do BM. Disponível em: Discurso Ajay Banga nas Reuniões Anuais BM-FMI. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=CkcQYBSSGUo&t=146>

baseou-se em seu mais recente estudo¹⁰⁹, onde este mostra que um clima mais quente pode ocasionar 21 milhões de mortes adicionais até o ano de 2050. Os principais riscos evidenciados pelo estudo foram: as doenças negligenciadas dengue e malária, diarreia, calor extremo e baixa estatura.

Diante disso, o BM se posicionou, pois, entendeu que para que esses dados não se transformem em realidade, se faz necessária a criação de iniciativas imediatas. Pelas estimativas do BM, os impactos negativos das mudanças climáticas na saúde podem levar mais de 44 milhões de pessoas à pobreza extrema, onde o risco maior encontra-se na África Subsaariana e no Sul da Ásia devido a vulnerabilidade do clima. O programa prevê trabalhar em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com outras fundações para aumentar o apoio de forma global, regional e nacional.

Em uma das sessões da COP 28, o Fundo Monetário Internacional (FMI) falou sobre acelerar a descarbonização através da precificação do carbono. Kristalina Georgieva, a diretora-gerente do FMI discursou sobre o tema, indicando ser um assunto urgente a ser tratado por todos.

De acordo com o FMI, há um caminho tortuoso no financiamento de empréstimos para promover a descarbonização, tornando a situação dos países mais difícil para se adequar ao novo momento. Segundo o FMI, o caminho mais acertado e pragmático é precificar o carbono, o que pode resultar numa mudança construtiva, promovendo a equidade e a elevação das receitas.

O FMI entende que a melhor maneira de acelerar a descarbonização é tributar o carbono, pois os impostos são fáceis de executar e os países que adotaram esta medida têm obtido excelentes resultados. Porém, para alguns países esta medida não seria viável politicamente, o que leva ao FMI defender o comércio de emissões, onde tem a aceitação na União Europeia (UE) e atinge a meta que é a de controlar as emissões e ainda aumenta as receitas:

“Mas estamos tão submersos que também devemos aceitar abordagens regulamentares. Em outras palavras, indiretamente precificando o carbono aumentando gradualmente os padrões. As indústrias (e, em última análise, os consumidores) podem pagar o preço das emissões de carbono dessa forma”. Kristalina Georgieva, 2023.

Finalizando o seu discurso, Kristalina observa que se o caminho da equivalência do preço do carbono for seguido, é fundamental a continuidade do trabalho para desenvolver diferentes formas de abordagens que sejam compatíveis para os países, o que eliminaria o argumento da viabilidade política e avançaria na meta de preços do carbono.

Considerações finais

Os primeiros dias das instituições financeiras multilaterais na COP 28 não fugiram daquilo que se era esperado. As intenções de BID, BM e FMI caminharam na direção de expandir a capacidade de planejamento e o aumento do alcance do financiamento climático, desenvolvendo assim maior estrutura para garantir os investimentos desejados para o setor.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/03/health-program-protect-millions-from-climate-related-deaths-illness>

Para ajudar os países a cumprirem as metas climáticas, se faz necessário o apoio da comunidade internacional. Além destes, os bancos multilaterais possuem relevância e é positivo o seu engajamento na causa climática.

Com o merecido destaque, no caso da ALC, a região conta com uma instituição que está aparentemente comprometida a materializar por meio de ações novas realidades no âmbito climático. O BID atua como a principal fonte de financiamento e desenvolvimento na região. Ano após ano, a instituição vem se consolidando como uma importante referência quando o assunto envolve promover a transição verde, mostrando que não estão passivos diante dos desafios globais estabelecidos pelas alterações climáticas.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. A Coalizão Verde de Bancos Públicos de Desenvolvimento pretende mobilizar até US\$ 20 bilhões para o desenvolvimento sustentável da Amazônia [acesso em 03 nov 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/green-coalition-public-development-banks-aspire-mobilize-much-20-billion-amazons-sustainable>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. BID e Suécia impulsionarão a Amazônia para sempre [acesso em 03 nov 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-sweden-boost-amazonia-forever>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. BID anuncia os primeiros nove países a aderir ao CLIMA do BID [acesso em 03 nov 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-announces-first-nine-countries-join-idb-clima>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. Grupo BID pretende triplicar financiamento climático na próxima década [acesso em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-aims-triple-climate-financing-over-next-decade>

Banco Mundial [homepage na internet]. Banco Mundial dobra a ambição financeira para impulsionar ação climática e construir resiliência [acesso em 01 nov 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/01/world-bank-group-doubles-down-on-financial-ambition-to-drive-climate-action-and-build-resilience>

Banco Mundial [homepage na internet]. Novo programa para proteger milhões de pessoas do aumento de mortes e doenças relacionadas ao clima [acesso em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/12/03/health-program-protect-millions-from-climate-related-deaths-illness>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet]. Africa's Pulse [acesso em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/12/02/sp-md-remarks-to-eu-pavilion-on-carbon-pricing-cop28>

Declaração do Brasil no CDIP da OMPI e Participação da OMC e UNCTAD na COP28
Brazil's Declaration at the WIPO CDIP and WTO and UNCTAD Participation at COP28

Claudia Chamas

Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *During the last meeting of the WIPO Committee on Development and Intellectual Property on 27 November, Ambassador Guilherme de Aguiar Patriota stressed that the development agenda is an opportunity for WIPO to adjust its intellectual property mandate to effectively help member states, especially developing and least developed countries, achieve development goals. Meanwhile, during its involvement in the United Nations Conference on Climate Change (COP 28), the WTO actively worked towards reinforcing the pivotal role of international trade in the global effort against climate change. Additionally, UNCTAD highlighted the paramount importance of South-South trade in fostering development and building resilience, mainly through the widespread adoption and expansion of low-carbon technologies*

Keywords: *WIPO; intellectual property; climate change; COP28*

Resumo. Durante a última reunião do Comitê para o Desenvolvimento e a Propriedade Intelectual da OMPI, em 27 de novembro, o Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota destacou que a agenda do desenvolvimento é oportunidade para a OMPI ajustar o seu mandato de propriedade intelectual para ajudar eficazmente os estados membros, em especial os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, atingindo objetivos de desenvolvimento. A OMC, em sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 28), buscou reforçar o papel do comércio internacional na luta contra as mudanças climáticas. A UNCTAD sublinhou a importância crítica do comércio Sul-Sul no desenvolvimento e resiliência por meio da expansão de tecnologias de baixo carbono.

Palavras-chave: OMPI; propriedade intelectual; mudança climática; COP28

Declaração do Brasil no CDIP da OMPI

A [Agenda do Desenvolvimento](#) da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) é fruto de proposta ([WO/GA/31/11](#)) apresentada em agosto de 2004 pelas delegações do Brasil e da Argentina à Assembleia Geral da OMPI e subsequentemente apoiada por outros 12 países em desenvolvimento, considerando: “A integração da dimensão do desenvolvimento no sistema de propriedade intelectual e nas atividades da OMPI (...) reforçará a credibilidade do sistema de propriedade intelectual e incentivará a sua aceitação mais ampla como um instrumento importante para a promoção da inovação, da criatividade e do desenvolvimento”. Em 2007, os Estados-Membros chegaram a acordo, nomeadamente, sobre um conjunto de 45 recomendações e recomendaram a criação do Comitê para o Desenvolvimento e a Propriedade Intelectual (“[Committee on Development and Intellectual Property](#)” - CDIP). Entre as recomendações, podem-se realçar: definição de normas inclusivas, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento; promoção da transferência de tecnologia; assistência técnica orientada para o desenvolvimento; e cooperação sobre propriedade intelectual com

outras agências das Nações Unidas com vista a melhorar a eficiência de programas de desenvolvimento.

A última reunião do CDIP ocorreu de 27 de novembro a 1 de dezembro de 2023. No primeiro dia, o Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota [proferiu](#) a Declaração Geral do Brasil (Imagem 1). Seguem os destaques da posição brasileira:

1. A agenda do desenvolvimento é oportunidade para a OMPI melhorar as suas credenciais como membro da família das Nações Unidas, ajustando o seu mandato de propriedade intelectual para ajudar eficazmente os estados membros, em especial os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a atingir os seus objetivos de desenvolvimento¹¹⁰.

2. A agenda de desenvolvimento da OMPI nasceu com o intuito de produzir mudança na cultura de uma organização que, frequentemente, se preocupa mais com a proteção dos interesses dos detentores de direitos, especialmente das grandes empresas multinacionais, em vez de fazer com que o sistema de propriedade intelectual funcione para os criadores individuais e para a sociedade¹¹¹.

3. O elemento central da agenda de desenvolvimento é a definição de normas, e não a assistência técnica e a cooperação, embora estas possam ser importantes¹¹².

4. Os projetos inscritos na ordem de trabalhos do CDIP são globalmente positivos e foram elaborados respeitando as avaliações próprias dos Estados-Membros interessados, orientadas para os membros e baseadas nas suas necessidades. Estas são as orientações estabelecidas pelo acordo de 2007 que criou este comitê permanente, e temos de garantir que continuamos a respeitá-las¹¹³.

5. A cooperação do Secretariado alinha-se plenamente com a neutralidade que lhe foi enfaticamente exigida pela decisão relativa à agenda de desenvolvimento e pelas suas recomendações¹¹⁴.

6. No passado, foram inúmeros os casos em que os países em desenvolvimento foram orientados para processos desequilibrados de reforço da propriedade intelectual, que não tomaram em consideração os seus níveis de desenvolvimento e capacidades. Nem as

¹¹⁰ “The development agenda is an opportunity for WIPO to improve its credentials as a member of the UN family, by adjusting its intellectual property mandate to effectively help member states, especially developing member states and LDCs, to achieve their development goals.”

¹¹¹ As we all know, but with time may start to forget, the development agenda for WIPO was meant to produce a change in culture and in the modus operandi of an organization to often more concerned with protecting the interest of rights holders, especially large multinational corporations, instead of making the IP system work for individual creators and innovators and for society.

¹¹² “The central element of the development agenda was and still is the norm-setting one, not technical assistance and cooperation, though important these may be.”

¹¹³ “Projects on the agenda of the CDIP are positive overall and have been elaborated respecting the member-driven and needs-based own assessments of interested member states. These are the guidelines established by the 2007 agreement that created this standing committee, and we must make sure we continue to abide by them.”

¹¹⁴ “Secretariat cooperation and engagement, one must conclude, fully aligns with the neutrality that was emphatically required of it by the development agenda decision and its recommendations. Such neutrality requirement, of course, was made explicit in 2007 for a reason, and basically because the record for the organization was not the best in this regard.”

assimetrias entre a sua capacidade de gerar inovação e as dos membros desenvolvidos e das suas empresas globais¹¹⁵.

7. A delegação do Brasil deseja reconhecer que as circunstâncias mudaram 16 anos após a criação do CDIP, agora sob a liderança do DG Daren Tang, que está claramente mais receptivo a uma abordagem multidimensional e holística das atividades da OMPI. E nós elogiamos-lo por isso¹¹⁶.

8. Os tempos mudaram. Temos a pandemia de COVID-19 em retrospectiva para nos lembrar da importância de uma abordagem de interesse público à propriedade intelectual e de que temos de nos concentrar na saúde e na vida das pessoas como prioridade máxima. Foi necessária uma tragédia de proporções globais para que o sistema de PI avançasse um milímetro no sentido de um melhor equilíbrio entre o interesse público e os lucros privados no domínio das vacinas, como demonstrou o TRIPS waiver ao abrigo do mandato MC12 da OMC. Falta-nos agora o passo seguinte de alargar a medida às terapias e aos diagnósticos. Era suposto estar pronto até ao final deste ano. Mas não estamos nem perto desse resultado¹¹⁷.

9. A crise climática está a aproximar-se e as nações estão a preparar-se para cumprir com as suas contribuições determinadas em nível nacional no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris. As transições verdes da indústria e da energia estão a caminho ou a ser planeadas. A agricultura sustentável, a proteção da biodiversidade, a água potável e o saneamento, a sustentabilidade dos mares e dos seus recursos naturais, a redução das emissões de carbono, a promoção de padrões de consumo sustentáveis, a proteção das florestas e a luta contra a IA são objetivos que adquiriram urgência renovada. Exigem o acesso a tecnologias relacionadas com a sustentabilidade, a maior parte das quais protegidas por direitos de propriedade intelectual e, por conseguinte, pouco ou nada acessíveis nos locais onde são mais necessárias, ou simplesmente inacessíveis devido aos fortes direitos de monopólio que as mantêm bloqueadas. Grande parte da tecnologia foi produzida com a ajuda de recursos públicos prodigamente concedidos pelos governos das economias avançadas para acelerar a P&D nestes setores críticos. Estes novos subsídios industriais são da ordem dos trilhões, na sua maioria provenientes do dinheiro dos contribuintes. A tecnologia daí resultante não deve ser apropriada de forma privada ou indefinida por meio de instrumentos de propriedade intelectual sem a devida consideração do seu valor de interesse público e da sua relevância para o desenvolvimento sustentável¹¹⁸.

¹¹⁵ “There were innumerable instances in the past when developing countries were guided towards unbalanced IP enhancing processes that did not fully take into consideration their respective levels of development and capacities. Nor the flagrant asymmetries between their national capacity to generate protectable innovation or creativity and those of developed members and their global corporations.”

¹¹⁶ “The delegation of Brazil wishes to recognize that circumstances have changed 16 years after the creation of CDIP, now under the leadership of DG Daren Tang, who is clearly more amenable to a multidimensional and holistic and approach to WIPO’s activities. And we commend him for that.”

¹¹⁷ “Times have also changed. We now have the COVID-19 pandemic in hindsight to remind us of the importance of a public interest approach to intellectual property, and that we must focus on people’s health and lives as the overriding priority. It took a tragedy of global proportions for the IP system to move an inch towards a better public-interest private-profits balance in vaccines, as the TRIPS Waiver under the MC12 mandate of the WTO demonstrated. We now lack the subsequent step of extending the waiver to therapeutics and diagnostics. It was meant to be ready by the end of this year. But we are nowhere near such an outcome.”

¹¹⁸ “A climate crisis is looming, and nations are preparing to make good on their UNFCCC and Paris Agreement nationally determined contributions. Green industrial and energy transitions are on the way

10. A principal mensagem da minha delegação é, por conseguinte, que a saúde, a sustentabilidade, a segurança alimentar e a propriedade intelectual relacionada com o clima devem ser equilibradas no sentido de nos ajudarem a atingir os nossos objetivos de desenvolvimento comuns no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento. Isto deve ser discutido pelos membros do CDIP, com contribuições adequadas e orientadas para o desenvolvimento da OMPI e de outras agências relevantes da ONU, do meio acadêmico e das ONGs. E deve ser prático para que os membros dos países em desenvolvimento estejam em melhor posição para participar em exercícios de definição de normas relacionadas com a propriedade intelectual, no âmbito da OMPI ou em outras instâncias. Por exemplo, na elaboração do Tratado sobre Pandemias da OMS, nas negociações da COP relacionadas com as alterações climáticas ou nos debates da OMC sobre a extensão do waiver do Acordo TRIPS ou sobre o comércio eletrônico¹¹⁹.

Imagem 1 – Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota no CDIP



Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual

or being planned. Sustainable agriculture, biodiversity protection, clean water and sanitation, keeping the seas and their natural resources sustainable, cutting down carbon emissions, promoting sustainable patterns of consumption, protecting forests and dealing with AI are objectives that have acquired renewed urgency. They call for access to sustainability related technologies, most of it protected by IP, and therefore not widely or readily accessible where most needed, or simply unaffordable because of the strong monopoly rights that lock them in. Much technology, by the way, has been produced with the help of public money lavishly provided by Governments in advanced economies to accelerate R&D in these critical sectors. Such new industrial subsidies are in the order of trillions, not billions, mostly out of taxpayer's money. The ensuing technology must not all be privately or indefinitely appropriated through IP instruments without due consideration their public-interest value and relevance for sustainable development."

¹¹⁹ "The main message from my delegation, therefore, is that health, sustainability, food security and climate related IP should be balanced towards assisting us with our common development goals within the framework of the 2030 Agenda for Development, and beyond. This should be discussed by members of CDIP, with appropriate development-oriented inputs from WIPO and other relevant agencies of the UN, academia, and NGOs. And it should be practical so that members from developing countries are better placed to engage in IP related norm-setting exercises, within the WIPO framework or in other venues. Such as in the elaboration of the WHO Pandemic Treaty, the climate-change related COP negotiations, or the WTO discussions on the TRIPS Waiver extension or on e-commerce."

Participação da OMC e UNCTAD na COP28

A [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), em sua participação na [Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima](#) (COP 28), buscou reforçar o papel do comércio internacional na luta contra as mudanças climáticas. Por meio do lançamento do "Conjunto de Ferramentas de Política Comercial para Ação Climática", a OMC ofereceu um guia para os governos, destacando a importância de integrar políticas comerciais em estratégias nacionais para enfrentar os desafios climáticos. Este conjunto de dez pontos ilustra como ações específicas, como a revisão de tarifas de importação para soluções de baixo carbono, podem não apenas mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas também ajudar na adaptação a suas consequências. Esta iniciativa, que emerge no contexto do 'balanço global' da ONU, ressaltou a disparidade entre os compromissos nacionais atuais e as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris de 2015. Além disso, a OMC enfatizou que cadeias de suprimentos globalmente integradas são essenciais para alcançar emissões líquidas zero de forma econômica até meados deste século (1). Além disso, durante a COP 28, a OMC co-liderou o primeiro "Dia do Comércio" em uma COP, em 4 de dezembro, em colaboração com a UNCTAD, ICC, WEF e ADDED. Este evento foi uma plataforma significativa para discutir o comércio no contexto das mudanças climáticas. A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, ressaltou a importância de abordagens cooperativas para centralizar o comércio na agenda de zero emissões líquidas até 2050 (2). A OMC hospedou o primeiro Pavilhão de Comércio na COP28 com ICC, ITC e UNCTAD, reforçando o papel do comércio na ação climática e na cúpula do World Climate Action Summit (WCAS)(2)(3).

Paralelamente, a UNCTAD sublinhou a importância crítica do comércio Sul-Sul no desenvolvimento e resiliência por meio da expansão de tecnologias de baixo carbono. A agência enfatizou a urgência de ações decisivas na crise climática e a necessidade de uma transição energética para fontes renováveis. Com investimento recorde de US\$ 1,3 trilhão em 2022 em tecnologias de transição energética, a UNCTAD destacou a necessidade de aumentar os investimentos globais para atender aos objetivos do Acordo de Paris. A agência enfatizou a importância dos países em desenvolvimento em ampliar significativamente seus investimentos em energia limpa, que somaram apenas US\$ 544 bilhões em 2022, para capitalizar nas oportunidades de mercado em tecnologias de baixo carbono e garantir seu desenvolvimento sustentável. A UNCTAD explorou como o comércio Sul-Sul, particularmente por intermédio do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (GSTP), pode ser utilizado para obter benefícios tanto comerciais quanto de desenvolvimento da transição para tecnologias de baixo e zero carbono. O evento destacou como o comércio preferencial nessas tecnologias e os insumos necessários para sua produção podem apoiar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) pelos países em desenvolvimento, criando oportunidades de investimento, produção, comércio e transferência de tecnologia (4).

Imagem 2 -Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da Organização Mundial do Comércio, e Rebeca Grynspan, Secretária-Geral da UNCTAD- Evento “Trade House”na COP 28



Fonte: Twitter

Referências

WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO Secretariat launches trade policy toolkit at COP28 to support action on climate goals. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/publ_02dec23_e.htm

TWITTER. Ngozi Okonjo-Iweala. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/NOIweala/status/1730680487813824717>

WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO Secretariat at Climate Change COP28. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/envir_e/wto_cop28_e.htm

UNCTAD. Trade House event at COP28: Expanding South-South trade in low carbon technologies for development and resilience. Disponível em: <https://unctad.org/meeting/trade-house-event-cop28-expanding-south-south-trade-low-carbon-technologies-development-and>

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: Organizações da sociedade civil

**Ana Carol Vaquera, Diana Rivas,
Jesús Escarcina, Laurenice Pires,
Marciglei Morais, Mateus Brito,
Matheus Silveira, Patrícia Carpio,
Renan Oliveira, Tatiana Medrado e Luis
Eugênio de Souza**

Resumo. Na quinzena encerrada em 02 de dezembro, dois temas tiveram maior destaque nas manifestações das Organizações da Sociedade Civil (OSC): o conflito Israel-Hamas, em que clamaram por um cessar-fogo permanente; e a crise climática, que foi o objeto da COP-28. As OSC reivindicaram acordos mais efetivos e menos retóricos, a eliminação progressiva e justa dos combustíveis fósseis e a reparação dos desastres climáticos nos países pobres com a disponibilização de recursos para cobrir perdas e danos. O tema da crise climática foi tratado pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado não sob a perspectiva de interromper o aquecimento global, mas na busca de alternativas diante do fato consumado de que o mundo está aquecendo. Vale destacar que apenas uma das oito OSC de interesse privado de manifestou sobre o conflito Israel-Hamas. Outros temas presentes se referiram a dias especiais (HIV/AIDS, criança, diabetes), a vacina de malária, a insegurança alimentar e a saúde infantil. Enfim, as organizações da sociedade civil, em geral, seguem apontando caminhos de mudanças para um rumo em que ninguém seja deixado para trás, evidenciando uma agenda comum de temas de interesse.

Introdução

Praticamente, todas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público produziram declarações exigindo cessar fogo permanente na Faixa de Gaza. As organizações denunciaram a limitação do apoio humanitário, principalmente mulheres e crianças, a falta de água potável, a destruição do sistema de saúde, com os bombardeios aos hospitais, e o agravamento da situação geral devido à chegada do inverno e das fortes chuvas.

A crise climática foi outro tema relevante no período. As organizações chamaram atenção para as inundações induzidas pelo *El Niño* na região do chifre da África, as fortes chuvas que trouxeram mortes e destruições e deslocamentos em toda Somália, Quênia e Etiópia e a contaminação gerada pelos países mais ricos, responsáveis por 66% das emissões de carbono que ameaçam a vida de mais de um milhão de pessoas. As manifestações sobre as mudanças climáticas ficaram ainda mais intensas quando se aproximou o início da COP 28. As organizações clamaram para que os representantes dos Estados membros "*transformem palavras em ações*", interrompendo novos projetos de petróleo, carvão ou gás. Destacaram positivamente o anúncio do compromisso de criação de um fundo de perdas e danos durante a COP 28, no valor de cem milhões de dólares, embora destaquem que "*os custos de perdas e danos nos países em desenvolvimento já estejam em centenas de bilhões*" de dólares.

As organizações trataram ainda de temas como resistência antimicrobiana, considerada um dos dez maiores riscos à saúde global, chamando a atenção para a reunião de alto nível que acontecerá em 2024. Destacaram a inclusão do tema das doenças crônicas não transmissíveis em todas as reuniões dos Comitês Regionais da Organização Mundial de Saúde. Solicitaram maior participação mais significativa e eficaz da sociedade civil e as comunidades no Acordo de Pandemias. Discutiram ainda a descolonização da saúde global, a erradicação de armas nucleares, a saúde digital, a saúde única, o preconceito de idade.

Entre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado, o conflito Israel- Hamas foi mencionado apenas por uma organização. O tema da crise climática teve destaque, mas foi tratado não sob o aspecto da prevenção, mas apenas da mitigação dos impactos. Assim, avaliaram meios para enfrentar um planeta cada vez mais quente ou discutiram que vacinas deverão integrar seu portfólio nos próximos anos¹²⁰. A COP 28, em particular, foi um assunto bastante frequente, incluindo a divulgação de evidências científicas a serem utilizadas na defesa de ações de enfrentamento da crise climática mais rápidas e audaciosas. Também foi ressaltada a importância da realização, pela primeira vez, do Dia da Saúde na COP28.

O Dia Mundial da AIDS foi outro destaque. Mencionou-se o fato de que mulheres com HIV são seis vezes mais propensas a desenvolver câncer cervical. A importância de participação das comunidades, ativistas e governos na luta contra o HIV como ameaça à saúde pública também foi discutida. Outros temas tratados pelas organizações da sociedade civil incluíram: a igualdade de gênero, os direitos humanos, o Dia Mundial da Criança, o Dia Mundial do Diabetes, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o dia de ativismo contra violência de gênero, a questão da insegurança alimentar e a vacina contra a malária.

As organizações realizaram ainda diversos eventos, alguns deles como atividades paralelas à COP28 e outros sobre pesquisa e desenvolvimento e o impacto da habitação na vida de idosos.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerra Israel - Hamas

A People's Vaccine Alliance emitiu uma declaração sobre a [Faixa de Gaza](#), exigindo a libertação de todos os reféns e um cessar-fogo permanente, após a notícia do cessar-fogo de quatro dias e a perspectiva de liberação de alguns reféns¹²¹. A Care também publicou um apelo para que a pausa humanitária em Gaza, iniciada na última semana de novembro, se transforme num [cessar-fogo permanente](#) e para que o acesso humanitário irrestrito chegue aos sobreviventes. Mais de 14.000 pessoas foram mortas até agora, com milhares de outras ainda desaparecidas. A CARE está particularmente preocupada em alcançar mulheres e crianças que estão morrendo de mortes evitáveis, causadas pela falta de água potável e de fornecimentos¹²².

A Greenpeace expressou preocupação com o retorno à violência em [Gaza](#), exigindo um cessar-fogo urgente e o fim imediato do bloqueio que impede a chegada de ajuda humanitária

¹²⁰ A postura das OSC de Interesse Privado faz lembrar a canção: “Eu quero ver você mandar na razão, pra mim não é qualquer notícia que abala um coração (...) no fundo, eu julgo o mundo fato consumado e vou-me embora”. Djavan. [Fato consumado](#). Álbum A Voz, o Violão, a Música de Djavan, 1976 Djavan

¹²¹ People's Vaccine Alliance [Internet]. PVA statement on Gaza; 22 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/pva-statement-on-gaza/>

¹²² CARE [Internet]. Truce in Gaza; 29 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/truce-in-gaza-time-to-breathe-time-to-mourn/>

ao povo de Gaza. Além disso, fez um apelo para que todas as partes retomem as negociações pacíficas visando uma paz duradoura baseada na segurança, justiça e igualdade de direitos¹²³. A organização destacou ainda a [trégua](#) entre Israel e Hamas, expressando esperança de que seja o primeiro passo para uma cessação da violência. A organização continua a exigir um cessar-fogo permanente e o retorno a negociações pacíficas visando uma paz justa e duradoura¹²⁴.

A ActionAid considera importante a [pausa humanitária de quatro dias nos bombardeios de Israel contra a Faixa de Gaza](#), contudo, aponta para as limitações da iniciativa. O cenário desafiador de crise humanitária e destruição em Gaza, agravados pela chegada do inverno e das fortes chuvas, será impactado minimamente pela pausa de quatro dias. Segundo a organização, se faz necessário um maior tempo para que as ações humanitárias de fato possam impactar a população de Gaza. Para isso, é imprescindível um cessar-fogo imediato¹²⁵.

A OXFAM denunciou que os bombardeios em [Gaza](#) estão em andamento, dispersando famílias que não podem se comunicar pela falta de internet¹²⁶. A organização apoiou pessoas em 13 abrigos no norte de [Gaza](#), região onde a violência estava em curso, e com aguda escassez de combustível e água limpa. A organização também fez um apelo por um cessar-fogo para apoiar mulheres grávidas e recém-nascidos¹²⁷ salientando que em [Gaza](#), as mulheres carregam o peso de cuidadoras em meio a uma terrível escassez de itens essenciais e ao trauma do conflito¹²⁸. Denunciou que os [hospitais](#) em Gaza estão gravemente comprometidos e sob constante fogo, sendo incapazes de fornecer até os serviços médicos mais básicos¹²⁹, nesse contexto mais de 160 mulheres em [Gaza](#) enfrentam o parto diariamente sem cuidados ou energia adequados devido a ataques aéreos. Esta falta de recursos leva a abortos espontâneos e nascimentos prematuros¹³⁰. Expressou ainda solidariedade com as crianças em zonas de conflito no [Dia Mundial da Criança](#), destacando uma séria violação dos direitos das crianças em

¹²³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Greenpeace is appalled by the return to violence in Palestine. We demand a comprehensive CEASEFIRE NOW! Greenpeace demands an immediate [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1730591666912768428?s=20>

¹²⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Greenpeace welcomes the declaration of an Israel-Hamas truce. We hope this is the first step towards a lasting cessation of [Tweet]; 24 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1728086554797568316?s=20>

¹²⁵ ActionAid [Internet]. Four-day humanitarian pause will do little to improve directions in Gaza; 27 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/four-day-humanitarian-pause-will-do-little-improve-dire-conditions-gaza> .

¹²⁶ Oxfam International. Twitter [Internet]. Friday used to be a moment for Oxfam colleague Ghada & her family to come together, but ongoing bombings have [Tweet]; 18 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1726000073178313213?s=20>

¹²⁷ Oxfam International. Twitter [Internet]. We are working with @Juzoor to support people in 13 shelters in northern Gaza, but the ongoing violence, siege and [Tweet]; 25 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1728353033438863710?s=20>

¹²⁸ Oxfam International. Twitter [Internet]. In Gaza, women bear the brunt as caregivers amidst a dire scarcity of essentials and the trauma of conflict. Their [Tweet]; 26 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1728715365499142564?s=20>

¹²⁹ Oxfam International. Twitter [Internet]. A recent nurse graduate, is volunteering in a hospital in the Gaza Strip to care for the injured and critically [Tweet]; 22 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1727214102974537810?s=20>

¹³⁰ Oxfam International. Twitter [Internet]. Over 160 women in Gaza face childbirth daily without adequate care or power due to airstrikes. The lack of resources [Tweet]; 28 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1729441812111081542?s=20>

Gaza sob leis internacionais e convenções dos direitos da criança. A organização fez um apelo urgente por um cessar-fogo para proteger vidas inocentes¹³¹.

A OXFAM destacou que a [pausa](#) na violência é bem-vinda e permite a libertação de reféns israelenses e estrangeiros. Contudo, afirmou que 4 dias oferecerão apenas alívio limitado, pedindo aos leitores que assinem uma petição para exigir um cessar-fogo imediato e duradouro¹³². Enfatizou que a importância da [libertação de reféns](#) e da pausa humanitária, mas ressaltou a necessidade um cessar-fogo permanente e uma pausa humanitária¹³³.

Em observância ao [Dia Internacional de Solidariedade](#) com o Povo Palestino, a OXFAM destacou a consideração por todas as vidas perdidas na escalada e pelos sobreviventes que sofreram mais de 50 noites de violência¹³⁴.

A OXFAM destacou os [donativos](#) da Associação de Futebolistas Profissionais da Austrália para ajudar mais de 1,6 milhão de pessoas em Gaza, que estão sendo deslocadas e vivendo com escassez básica, colocando crianças em risco de doenças. A OXFAM fez um apelo também por um cessar-fogo para entregar ajuda com segurança¹³⁵.

Agricultura durante a guerra no Sudão

A Care publicou notícia sobre um programa que desenvolve no Sudão para [ajudar as mulheres a cultivar hortas](#) para alimentação e geração de renda e também para ajudar pastores com cuidados veterinários¹³⁶.

Crise climática

A ActionAid traz a público a grave situação das [comunidades do Delta do Níger devastadas pelas explosões de gás e petróleo da empresa Shell](#), que conta com cerca de 27 poços na região. “Nossas vidas nunca mais serão as mesmas”, denuncia uma das lideranças das comunidades atingidas pelo desastre que impactou atividades como a pesca e a agricultura. No dia 23 de novembro de 2023 foi lançado o filme intitulado “(S)Hell”, em Asaba, que busca retratar o desastre ambiental na região¹³⁷.

¹³¹ Oxfam International. Twitter [Internet]. For #WorldChildrensDay, we stand in solidarity with the children in conflict zones. The situation in #Gaza reveals grave violation of [Tweet]; 21 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1726851436548374805?s=20>

¹³² Oxfam International. Twitter [Internet]. This pause is a welcome respite from the violence and allows Israeli and foreign national hostages to be released. But [Tweet]; 27 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1729162110838735265?s=20>

¹³³ Oxfam International. Twitter [Internet]. We welcome the announcement of the release of hostages and of the 4-day humanitarian pause but it not enough. A [Tweet]; 24 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1727988261019058533?s=20>

¹³⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. Tonight, on the International Day of Solidarity with Palestinian People, our hearts stand in vigil for all the lives lost [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1729909967136633307?s=20>

¹³⁵ Oxfam International. Twitter [Internet]. Gratitude to the @Socceroos & Professional Footballers' Association for their support. Their solidarity is vital as over 1.6M people in [Tweet]; 23 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1727689284176454085?s=20>

¹³⁶ CARE [Internet]. Farming during wartime; 1 dez 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/sudan-farming-during-wartime/>

¹³⁷ ActionAid [Internet]. ‘Our lives will never be the same’, say Niger Delta communities devastated by Shell gas flares; 23 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em:

A Care divulgou nota sobre as [inundações induzidas pelo El Niño](#) que estão devastando a região do Chifre de África. As chuvas implacáveis, que começaram em outubro, trouxeram morte, destruição e deslocamentos em toda a Somália, Quênia e Etiópia. A comunidade humanitária internacional está intensificando a resposta à crise, mas as necessidades ultrapassam em muito os recursos disponíveis. A Care apelou por assistência internacional urgente para o fornecimento de alimentos, abrigo e cuidados médicos às comunidades afetadas¹³⁸.

A Planetary Health Alliance divulgou, em sua mensagem de novembro, três importantes relatórios cruciais sobre [o clima e a saúde](#): a Contagem Regressiva sobre Saúde e Clima do The Lancet, o relatório da Comissão Pathfinder, o Estado da Alimentação e da Agricultura e a Avaliação Climática Nacional dos EUA¹³⁹.

A Greenpeace persiste em suas críticas contundentes à [contaminação](#) gerada pelo 1% mais rico do planeta, responsável por 66% das emissões de carbono, ameaçando a vida de mais de 1 milhão de pessoas afetadas por climas extremamente quentes¹⁴⁰. A organização denunciou vigorosamente que o sistema financeiro está [subsidiando](#) a extinção ao financiar investimentos que destroem o ecossistema natural e violam os direitos humanos, como na produção de óleo de palma¹⁴¹ e o aumento das [emissões de carbono](#) por empresas da cadeia de suprimentos tecnológicos, como Foxconn e Samsung Electronics, que deveriam atingir o uso de fontes renováveis até 2030¹⁴².

A Greenpeace denunciou a [pesca por arrastões](#), que saqueia os mares, motivando reclamações de mulheres do Senegal em defesa da alimentação e dos empregos, exigindo ações concretas do governo para proteger a pesca tradicional¹⁴³.

A Greenpeace destacou as [manifestações](#) de ativistas no Brasil contra o "Pacote do Veneno", que favorece o uso de agrotóxicos¹⁴⁴, enfatizou a atuação de ativistas em [comunidades costeiras](#) e de pescadores na Indonésia, Tailândia e Senegal, demandando proteção ao habitat

<https://actionaid.org/news/2023/our-lives-will-never-be-same-say-niger-delta-communities-devastated-shell-gas-flares> .

¹³⁸ CARE [Internet]. El Niño-Induced Floods Devastate the Horn of Africa - CARE; 29 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/el-nino-induced-floods-devastate-the-horn-of-africa/>.

¹³⁹ Planetary Health Alliance [Internet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://mailchi.mp/harvard/planetary-health-newsletter-november2023-15529738>

¹⁴⁰ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The richest 1% of humanity is responsible for more carbon emissions than the poorest 66% The emissions from the 1% [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726540846349402530?s=20>

¹⁴¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Governments and the private sector are spending around 3.1 trillion dollars a year on problematic sectors such as animal farming [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726607549250822409?s=20>

¹⁴² Greenpeace International. Twitter [Internet]. Major tech suppliers @Foxconn @SamsungElectronics are falling behind on climate action New @GreenpeaceEAsia ranking finds that they increased their [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726787606086857195?s=20>

¹⁴³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Trawlers are plundering our seas, but Senegal's women stand strong in defence of food and jobs. They demand concrete government [Tweet]; 21 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726948691448316009?s=20>

¹⁴⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Começa mais uma vez a mobilização contra o Pacote do Veneno! Junte-se a nós e pressione para que esse PL [Tweet]; 22 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1727297383208554906?s=20>

e às suas casas¹⁴⁵, e destacou as manifestações em mar aberto contra a [mineração marinha](#) entre o Mar do Havá e o México¹⁴⁶. Destacou ainda que ativistas noruegueses, em conjunto com a organização [Nature og Ungdom](#), apresentaram uma denúncia contra o governo da Noruega por sua omissão em considerar os impactos climáticos globais e por apoiar a expansão do petróleo e gás¹⁴⁷; ativistas coreanos fizeram manifestações contra a empresa [Hyundai](#), exigindo a redução das emissões de carbono e a produção de veículos a gasolina ou petróleo¹⁴⁸; e ativistas nas [Filipinas](#) manifestaram-se contra a empresa Shell, responsável pelo dano às comunidades costeiras¹⁴⁹.

A Greenpeace salientou a iniciativa conjunta com a Client Earth contra [usinas de carvão](#) na Romênia, que operavam ilegalmente e foram fechadas após uma batalha legal de 4 anos contra a poluição ilegal de carvão¹⁵⁰. Enfatizou ainda um novo [relatório](#) elaborado por Roots, Friends of The Earth, Climate Action Against Disinformation (CAAD) antes da COP 28, que combate a desinformação climática sobre eventos climáticos extremos no Brasil, Peru e Chile¹⁵¹.

A Greenpeace comentou sobre o recente [relatório](#) da Oxfam, revelando que os 10% mais ricos emitem 40 vezes mais carbono do que os 10% mais pobres em muitos países¹⁵². A OXFAM publicou o relatório "[Climate Equality](#)", mostrando que, em 2019, o 1% mais rico foi responsável pela mesma poluição de carbono que os dois terços mais pobres dos 5 bilhões de pessoas¹⁵³.

¹⁴⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. This week, coastal communities from Indonesia, Thailand, and Senegal staged vibrant actions to demand protection of their homes. As fishers [Tweet]; 23 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1727608520089203037?s=20>

¹⁴⁶ Greenpeace International. Twitter [Internet]. BREAKING: Determined activists from Greenpeace International are peacefully protesting at sea, in the middle of the Pacific ocean. Wanna know [Tweet]; 23 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1727650741782036961?s=20>

¹⁴⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. @GreenpeaceNorge and @NaturougUngdom are suing the Norwegian government for its failure to consider the global climate impacts of its continued [Tweet]; 28 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1729499259148419149?s=20>

¹⁴⁸ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Today (29/11), @GreenpeaceKorea activists protested outside the HQ of @Hyundai_Global in Seoul to demand that the company reduce its emissions [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/172972756488777642?s=20>

¹⁴⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. BREAKING! Filipino activists are blocking access to the @Shell import terminal in Batangas, Philippines! They're calling on the their Pres [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1729684330669068606?s=20>

¹⁵⁰ Greenpeace International. Twitter [Internet]. VICTORY! @GreenpeaceRO and @ClientEarth have won a 4-year legal battle against illegal coal pollution in Romania. Several coal plants that [Tweet]; 24 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1727990517072527831?s=20>

¹⁵¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Ahead of COP28, we bring you a new report — led by Roots, Friends of The Earth, Climate Action Against Disinformation [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1730006233355276744?s=20>

¹⁵² Greenpeace International. Twitter [Internet]. New @Oxfam report reveals the richest 10% emit 40x more carbon than the poorest 10% in many countries We need [Tweet]; 22 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1727265743375663322?s=20>

¹⁵³ Oxfam International. Twitter [Internet]. The new Oxfam report, Climate Equality, shows that in 2019, the super-rich 1% were responsible for the same carbon pollution [Tweet]; 19 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1726389898121564624?s=20>

A OXFAM denunciou que empresas extrativas têm saqueado uma das melhores defesas do planeta contra a crise climática, a [Amazônia](#)¹⁵⁴.

A Greenpeace destacou a decisão da União Europeia de criminalizar danos ambientais em grande escala, comparáveis a "[ecocídios](#)", introduzindo penalidades como a exclusão do acesso a fundos públicos para empresas envolvidas¹⁵⁵. Informou a lei do Chile condenando o [ecocídio](#) como delito penal, com penas de até dez anos para empresas e pessoas¹⁵⁶.

A Greenpeace denunciou que a empresa Total Energies está tentando [silenciar](#) ativistas franceses que protestam contra as emissões de carbono por meio de ações judiciais¹⁵⁷, e a empresa [Shell](#), que fatura 73 mil dólares a cada minuto, está ameaçando processar a organização por milhões de dólares por protestar pacificamente contra a destruição climática associada às suas atividades¹⁵⁸. Também a [The Metals Company](#), que explora o mar profundo, está sendo ameaçada com ações legais para silenciar os protestos¹⁵⁹.

A European Public Health Association (EPHA) postou informações sobre o risco ambiental à saúde na Europa associado à poluição ambiental, repercutindo dados sobre o [impacto da poluição na saúde](#) da Agência Ambiental da União Europeia [@EUAmbiente](#). Ressaltou a importância de alinhamento da União Europeia com as diretrizes para 2021-2030 da [Organização Mundial da Saúde](#). Por fim, a EPHA trouxe recomendações que entendeu ser importante para salvar milhares de vidas, intitulada "[Diretrizes de Qualidade do Ar Ambiente](#)"¹⁶⁰.

COP 28

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) instou a COP28 a [transformar palavras em ações](#), uma vez que as alterações climáticas ameaçam a nossa saúde e o futuro do planeta. Seu apelo destaca: (a) o cumprimento do Acordo de Paris e a aceleração da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, salvando um milhão de vidas por ano através da redução da poluição atmosférica; (b) a construção de sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo

¹⁵⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. The new Oxfam report, Climate Equality, shows that in 2019, the super-rich 1% were responsible for the same carbon pollution [Tweet]; 19 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1726389898121564624?s=20>

¹⁵⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Here's a good news from Europe: the European union now criminalises wide-scale environmental damage "comparable to ecocide" New penalties [Tweet]; 21 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726916762388594989?s=20>

¹⁵⁶ Greenpeace International. Twitter [Internet]. ¡Chile da un paso histórico! Una nueva Ley reconoce el ecocidio como delito penal. Adiós a la impunidad ambiental, ¡empresas [Tweet]; 21 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceColom/status/1726933539772567792?s=20>

¹⁵⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. WE WON'T BE SILENCED! @TotalEnergies filed a SLAPP against @greenpeacefr in April 2023 to censor its report finding that Total [Tweet]; 24 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1728045019498463572?s=20>

¹⁵⁸ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Shell, who makes \$73,000 EVERY MINUTE is threatening to sue us for millions, for peacefully protesting their climate destruction. Together [Tweet]; 25 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1728700201903563057?s=20>

¹⁵⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The Metals Company @themetalsco are trying to silence us with the threat of legal action but we're determined to stop [Tweet]; 27 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1729040011612614848?s=20>

¹⁶⁰ European Public Health Association [Internet]. Air pollution remains Europe's top environmental health risk, according to new data published on Friday by the [@EUEnvironment](#). [Twitter]. nov 2023. [citado em 01 dez 2023]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1729081733738578003.

carbono; e (c) o cumprimento das promessas de 100 mil milhões de dólares por ano em financiamento climático para salvar vidas e melhorar a saúde dos mais vulneráveis¹⁶¹.

A Greenpeace destacou a realização da Cúpula Climática [COP28](#) em Dubai, fazendo um apelo para que os quase 200 países se posicionem a favor de interromper novos projetos em petróleo, carbono ou gás. Além disso, instou a iniciar ações transformadoras para limitar o aumento das temperaturas a 1,5°C, responder aos impactos climáticos e lançar um novo Fundo de Perdas e Danos, bem como implementar medidas para fazer com que os poluidores paguem¹⁶².

A organização revelou que a equipe da Presidência da [COP 28](#) dos Emirados Árabes Unidos supostamente planejava usar seu papel como anfitrião das negociações climáticas da ONU como uma oportunidade para firmar acordos de petróleo e gás¹⁶³.

A OXFAM destacou que acompanha a [COP 28](#) com a prioridade de questionar a realidade profundamente injusta de países ricos impulsionando a crise climática, enquanto os mais pobres, grupos marginalizados e países de baixa renda pagam o preço¹⁶⁴. A organização destacou o anúncio do [compromisso](#) de criação de um fundo de perdas e danos durante a COP 28, no valor de \$100 milhões, e o anúncio da Alemanha de compromisso de US\$100 milhões (USD), considerando um avanço para apoiar as pessoas a se recuperarem das severas consequências dos desastres climáticos¹⁶⁵, assim como, que os [custos de perda e danos](#) nos países em desenvolvimento já estão nas centenas de bilhões, mas após o acordo de financiamento para perdas e danos, os países ricos se comprometeram com bilhões em dinheiro novo e adicional¹⁶⁶.

No momento de início da COP28, a *International Federation of Medical Students Associations* (IFMSA) publicou mensagem em que afirma a necessidade urgente de uma [eliminação acelerada, justa e equitativa dos combustíveis fósseis](#) como o caminho decisivo para a saúde para todos¹⁶⁷.

¹⁶¹ ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN urges COP28 to turn words into action as climate change threatens our health and future of the planet; 30 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-urges-cop28-turn-words-action-climate-change-threatens-our-health-and-future-planet>.

¹⁶² Flores G. Greenpeace International [Internet]. What we need from COP28 - Greenpeace International; 21 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/63719/what-we-need-cop28/>.

¹⁶³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The United Arab Emirates' COP28 Presidency team allegedly planned to use its role as the host of UN climate talks [Tweet]; 27 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1729132956370002264?s=20>

¹⁶⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. The deeply unjust reality is that rich people and countries are driving the climate crisis, while those living in poverty [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1730315954343526740?s=20>

¹⁶⁵ Oxfam International. Twitter [Internet]. After 32 years of pressure and 27 COPs, we finally have a loss and damage fund! #COP28 #LossAndDamage #makerichpolluterspay [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1730253551966810568?s=20>

¹⁶⁶ Oxfam International. Twitter [Internet]. Loss and damage costs in developing countries are already in the hundreds of billions. Over the next weeks and months [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1730568378937483485?s=20>

¹⁶⁷ IFMSA - International Federation of Medical Students Associations. Twitter [Internet]. IFMSA affirms the urgent need for an accelerated, just and equitable phase-out of fossil fuels as the decisive path to [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1730179442667135101>.

A ActionAid estabeleceu [cinco parâmetros de referência para a justiça climática](#), antecipando alguns pontos relevantes para o sucesso das discussões no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), em Dubai. Os cinco pontos são: 1) É urgente chegar a um acordo para o investimento amplo no novo Fundo para Perdas e Danos, com foco em comunidades na linha da frente da crise climática; 2) A COP28 deve concordar em eliminar gradualmente os combustíveis fósseis de forma equitativa; 3) Se faz necessário avançar concretamente na remodelação dos fluxos financeiros que alimentam a crise climática; 4) O Balanço Global deve resultar em uma análise franca e em ações climáticas concretas; 5) O novo programa de trabalho sobre Agricultura e Segurança Alimentar, a ser acordado na COP28, deve prezar por soluções reais, como a agroecologia¹⁶⁸.

A ActionAid enviou representantes para participarem da COP28, em Dubai. A organização encara o momento como crucial para frear as mudanças climáticas e avançar na agenda da justiça climática. Em um balanço dos primeiros dias da conferência, a organização sinalizou a satisfação pela [operacionalização do Fundo para Perdas e Danos na COP28](#), considerando este, um importante passo para abordar os impactos climáticos a nível global¹⁶⁹.

A World Medical Association informou que uma delegação estará presente na [COP 28](#) e as atualizações mais relevantes sobre o envolvimento do setor de saúde nas mudanças climáticas serão publicadas nas suas redes sociais.

Compromisso com a redução de emissões de carbono

A DNDi informou que seu Conselho de Administração aprovou um Roteiro Climático e Ambiental para orientar a [redução de emissões globais de carbono da DNDi](#) em 50% até 2030, a partir de uma linha de base de emissões de 2019. O roteiro inclui metas ambiciosas para reduzir as emissões provenientes das atividades de P&D e de assistência médica, bem como das atividades administrativas e viagens¹⁷⁰.

Descarte seguro de bitucas de cigarro

A ACT promoção da saúde lançou relatório sobre o impacto ambiental do descarte inadequado dos [filtros de cigarros](#). Nesse relatório é sugerido que bitucas de cigarro sejam consideradas resíduos tóxicos para receber tratamento adequado e separado do lixo comum, já que os mais de 7 mil compostos que contém uma única bituca contaminam cerca de mil litros de água¹⁷¹.

¹⁶⁸ ActionAid [Internet]. ActionAid's Five Climate Justice Benchmarks for COP28; 28 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaids-five-climate-justice-benchmarks-cop28>.

¹⁶⁹ ActionAid [Internet]. ActionAid welcomes the operationalisation of the Loss and damage fund at COP28 as an imperfect but important first step toward addressing climate impacts; 30 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-welcomes-operationalisation-loss-and-damage-fund-cop28-imperfect-important>.

¹⁷⁰ Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. DNDi commits to cutting carbon emissions in half by 2030 | DNDi; 1 dez 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/news/2023/dndi-commits-to-cutting-carbon-emissions-half-2030/>.

¹⁷¹ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Bitucas de cigarro descartadas: relações entre impactos ambientais, demografia e mercado em cidades brasileiras altamente urbanizadas; 28 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: https://actbr.org.br/post/bitucas-de-cigarro-descartadas-relacoes-entre-impactos-ambientais-demografia-e-mercado-em-cidades-brasileiras-altamente-urbanizadas/19667/?utm_source=redes_sociais&utm_medium=acessos&utm_id=relatorio_bituca_e_plastico

Protesto contra grandes poluidores

A Progressive International divulgou boletim sobre a celebração do maior dia global de ação até agora para [fazer a Amazon pagar](#). Trabalhadores e cidadãos ao redor do mundo estiveram em greve e protestando contra a Amazon, cujo modelo de negócios explora trabalhadores, comunidades e nosso planeta, sendo um dos símbolos desta Era de Abuso¹⁷².

Resistência antimicrobiana

Para marcar a Semana Mundial de Conscientização sobre Antimicrobianos, a Aliança Internacional de Organizações de Pacientes, em parceria com outras organizações ligadas ao tema, pede colaboração intersetorial para [enfrentar a crescente ameaça da Resistência Antimicrobiana](#) (AMR, sigla em Inglês), que foi responsável por cerca de 1,3 milhão de mortes em todo o mundo em 2019, e está incluída na lista das dez mais importantes ameaças à saúde global. A atenção dos líderes globais se voltará mais uma vez para a AMR durante a HLM que acontecerá em 2024. Até lá, as organizações pedem que os Estados membros que garantam: Uso adequado e vigilância; Prevenção e controle de infecções nas unidades de saúde; Inovação - acesso a novas tecnologias e Impacto ambiental, com o descarte adequado de antibióticos¹⁷³.

A NCD Alliance também publicou sobre a Semana Mundial de Conscientização de Antimicrobianos, celebrada de 18 a 24 de novembro de cada ano, que manteve o mesmo tema de 2022: "Prevenindo a resistência antimicrobiana juntos". A organização chama a atenção para o [impacto da AMR nas pessoas que vivem com doenças não transmissíveis](#), usando como exemplo as pessoas submetidas a quimioterapia para câncer, que correm um risco especialmente alto de morte por resistência bacteriana, e pessoas que vivem com diabetes - cerca de 10% da população adulta mundial¹⁷⁴.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) publicou um estudo de caso sobre o [papel dos enfermeiros no enfrentamento da resistência antimicrobiana](#). O estudo afirma que os enfermeiros estão numa posição ideal para contribuir e liderar intervenções para melhorar a forma como os antibióticos são utilizados. São profissionais na prevenção e no controle das infecções e, assim, podem moldar a necessidade de antimicrobianos¹⁷⁵.

Dia Mundial da Aids

A European Public Health Association lembrou a importância do [#DiaMundialdaAIDS](#) e destacou o apoio a [@EATGX](#) - European AIDS Treatment Group, ONG de pacientes criada em 1992 com o intuito de defender os direitos e interesses das mais de 3 milhões de pessoas que vivem ou são afetadas pelo HIV/AIDS na Europa. O apoio reconheceu a necessidade da garantia

¹⁷² Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 47 | From Coventry to Dhaka, we rise to Make Amazon Pay; 24 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-11-24-pi-briefing-no-47-from-coventry-to-dhaka-we-rise-to-make-amazon-pay/en>

¹⁷³TACKLING Antimicrobial Resistance Together”: The time to act is now | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15645>. Acesso em: 30 nov. 2023.

¹⁷⁴ Antimicrobial resistance: putting infectious and noncommunicable disease treatment at risk. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/antimicrobial-resistance-putting-infectious-and-noncommunicable-disease-treatment-at-risk>. Acesso em: 30 nov. 2023.

¹⁷⁵ ICN - International Council of Nurses [Internet]. Nursing leadership in antimicrobial resistance; 23 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/nursing-leadership-antimicrobial-resistance>.

do acesso equitativo, oportuno e sustentável a cuidados de saúde eficazes, além do enfrentamento ao estigma do HIV¹⁷⁶.

A Global Network of People living with HIV (GNP+) publicou, no dia mundial de luta contra a AIDS, um documento intitulado “[Let us lead: community leadership in the AIDS response is its fundamental pillar for success](#)” (Vamos liderar: a liderança comunitária na resposta à AIDS é o seu pilar fundamental para o sucesso, na tradução). O documento foca nos modos nos quais a liderança comunitária conectou as bases à comunidade global, moldando poderosamente a agenda da resposta frente à AIDS¹⁷⁷.

A Fundação Huésped divulgou um painel virtual no âmbito do Dia Mundial da AIDS sobre os desafios atuais do [direito à saúde](#)¹⁷⁸.

DCNT entre as prioridades nas agendas regionais da OMS

[A NCD Alliance acompanhou todas as Reuniões dos Comitês Regionais da Organização Mundial da Saúde](#). Nessas reuniões anuais “estão os mais altos órgãos de tomada de decisão da OMS, onde os ministros da saúde e dignitários de alto nível se reúnem para moldar o compromisso político e a ação para melhorar a saúde e os sistemas de saúde das pessoas que vivem em cada região”. Em cada região teve como destaque:

No Pacífico Ocidental, o foco foi a atenção primária à saúde, o clima e a saúde, a preparação para pandemias e as DCNTs. Nas Américas, a agenda foi abrangente, com várias políticas e tópicos sendo apresentados. Um seminário sobre o combate às DCNTs atraiu muito interesse dos delegados do Caribe. Na África, a Rede Africana de DCNTs, em colaboração com a NCD Alliance e as alianças nacionais, preparou e apresentou declarações sobre itens da agenda relacionados às DCNTs e à UHC. No Mediterrâneo Oriental, foi enfatizada a necessidade de esforços colaborativos na região com o envolvimento das OSCs, discussões aprofundadas sobre tópicos críticos, incluindo o novo modelo de atendimento para a Atenção Primária à Saúde, a integração das DCNTs em situações de emergência e a estrutura regional para aprimorar a força de trabalho da saúde. No Sudeste Asiático, as discussões se concentraram principalmente no estado atual e no escopo do trabalho necessário para melhorar os resultados de saúde. Notavelmente, as DCNTs surgiram como um tópico prioritário, refletindo os crescentes desafios de saúde na região. Na Europa, foi destacado os 45 anos da assinatura da histórica Declaração de Alma-Ata sobre Atenção Primária à Saúde e o ponto médio do Programa Europeu de Trabalho (EPW) 2020-2025 - “United Action for Better Health in Europe”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ European Public Health Association. On [#WorldAIDSday](#), we raise awareness of our committed member: [@EATGx](#). [Twitter], dez 2023. [citado 01 dez 2023]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1730527260556337278.

¹⁷⁷ GLOBAL NETWORK OF PEOPLE LIVING WITH HIV (GNP+). “Let us lead: community leadership in the AIDS response is its fundamental pillar for success”. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=770057365166093&set=a.643302701174894> Acesso em 02 dez. 2023.

¹⁷⁸ Fundación Huésped [Internet]. Panel virtual sobre desafíos actuales en materia de derecho a la salud; 28 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/panel-virtual-sobre-desafios-actuales-en-materia-de-derecho-a-la-salud/>

¹⁷⁹ NCDS high on the agendas of all WHO Regional Committee Meetings. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/ncds-high-on-the-agendas-of-all-who-regional-committee-meetings>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Doenças crônicas não transmissíveis

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (Wonca) divulgou uma declaração sobre doenças crônicas não transmissíveis e atenção primária à saúde, dirigida à OMS, em que sublinha a importância de abordar o estilo de vida na [prevenção das DCNT](#) e de reforçar o papel dos médicos de família. Acrescenta que se trata de um movimento colaborativo em direção à Cobertura Universal de Saúde e a uma melhor gestão das DCNT¹⁸⁰.

Descolonizando a saúde pública

Em 22 de novembro de 2023, o Grupo de Trabalho Indígena da WFPHA organizou uma conversa esclarecedora, convidando pessoas e organizações indígenas a explorar a “[Descolonização da Saúde Pública](#)”. O webinar teve como objetivo discutir sobre a descolonização na saúde pública e imaginar coletivamente um futuro construído na inclusão e na equidade¹⁸¹.

Juventude na Saúde Pública

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública noticiou o evento global de networking para [jovens profissionais de Saúde Pública](#), realizado em 31 de outubro. Neste evento, foram debatidas questões como força de trabalho em saúde, remuneração equitativa, articulação entre a atuação local e a atuação global e o desafio complexo de reter jovens profissionais dentro do campo¹⁸².

Sistema de saúde

A Public Citizen informou que o conselho municipal de Baltimore aprovou resolução em apoio ao [Medicare para Todos](#). Baltimore se junta a mais de 100 localidades em todo o país que pediram cuidados de saúde garantidos para todos, independentemente de idade, raça, renda ou código postal. Acrescentou que 6,7% dos residentes com menos de 65 anos estão sem seguro de saúde, e a cidade possui uma taxa de pobreza de mais de 20%¹⁸³.

¹⁸⁰ Wonca - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Twitter [Internet]. Prioritizing Prevention & Strengthening Teams! [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/lygidakis/status/1730256093220069843>.

¹⁸¹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Decolonising Public Health: Creating Language for Action, Discussing a Draft Definition | WFPHA; 27 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/decolonising-public-health-creating-language-for-action-discussing-a-draft-definition/>.

¹⁸² WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Fostering Global Connectivity: A Recap of the Global Young WFPHA Networking Event | WFPHA; 20 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/fostering-global-connectivity-a-recap-of-the-global-young-wfpha-networking-event/>.

¹⁸³ Public Citizen [Internet]. Baltimore City Council Joins More Than 100 Localities in Support of Medicare for All; 21 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/baltimore-city-council-joins-more-than-100-localities-in-support-of-medicare-for-all/>

Saúde digital

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (Wonca) lançou o projeto [“Formação em Saúde Digital em Clínica Geral / Medicina Familiar”](#). O objetivo do projeto é integrar o treinamento em saúde digital nos currículos médicos em todo o mundo de modo a preparar os médicos de família para um futuro de saúde impulsionado pela tecnologia¹⁸⁴.

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

A International Federation of Social Workers publicou matéria relativa ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência - 03 de dezembro- em que [reconhece e reafirma os direitos, a dignidade e o bem-estar das pessoas com deficiência](#). O tema deste ano, “Unidos em ação para resgatar e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para, com e por pessoas com deficiência”, enfatiza o papel crítico que a inclusão desempenha na missão global do desenvolvimento sustentável. Na publicação destacam o papel do Serviço Social na promoção dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência, no compromisso com a justiça social, e em uma abordagem alinhada aos princípios da [Carta dos Povos](#)¹⁸⁵.

Violência de gênero e má conduta sexual

A Women in Global Health participou, a convite da Organização Mundial de Saúde, da conferência sobre Prevenção e Resposta à Má Conduta Sexual¹⁸⁶, mostrando o papel fundamental das trabalhadoras e organizações de saúde no combate à má conduta, ressaltando a necessidade da determinação dos governos, de participação de organizações internacionais e da sociedade civil, assim como, da participação de mulheres na mesa de decisão¹⁸⁷.

O People’s Health Movement lançou os [“16 dias de ativismo contra a violência baseada no gênero”](#), a campanha mundial foi iniciada no dia 25 de novembro e vai até 10 de dezembro de 2023, sob liderança do Grupo Temático de Justiça de Gênero e Saúde do movimento. Dentre as principais atividades desenvolvidas estão a produção de materiais audiovisuais e a promoção de espaços de discussão sobre o tema. A campanha inclui o repúdio ao genocídio do povo palestino, bem como aos casos de violência sexual no Tigré, Mianmar, Sudão do Sul e Ucrânia¹⁸⁸.

¹⁸⁴ Wonca - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Twitter [Internet]. WONCA is launching the “#DigitalHealth Training in #GeneralPractice / #FamilyMedicine” project [Tweet]; 14 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1724385834479034751>.

¹⁸⁵ UNITED in action to rescue and achieve the SDGs for, with and by persons with disabilities – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/united-in-action-to-rescue-and-achieve-the-sdgs-for-with-and-by-persons-with-disabilities/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

¹⁸⁶ WOMEN IN GLOBAL HEALTH [Internet]30 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Twitter [X]. Disponível em <https://twitter.com/womeninGH/status/1730293883144200541>

¹⁸⁷ WOMEN IN GLOBAL HEALTH [Internet]30 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Twitter [X]. Disponível em <https://twitter.com/womeninGH/status/1730293885807608267>

¹⁸⁸ People’s Health Movement [Internet]. Stand Against Gender-Based Violence! Join the 16 Days of Activism; 23 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/stand-against-gender-based-violence-join-16-days-activism> .

Acordo Pandêmico

A STOPAIDS emitiu uma declaração solicitando a participação da sociedade civil e das comunidades no [Acordo de Pandemias](#), a fim de permitir que esses setores contribuíssem de maneira eficaz e significativa para o processo. A organização também exortou a OMS e os Estados Membros a assegurar que a sociedade civil e as comunidades possam participar e intervir em todas as reuniões do grupo responsável pelo tratado, começando pela próxima que acontecerá na primeira semana de dezembro¹⁸⁹.

Homenagem ao Dr. Sengupta

O People's Health Movement (PHM) presta [homenagem à vida e obra do Dr. Amit Sengupta](#), médico, nascido em Bangladesh, ex-coordenador e um dos fundadores do movimento. O Dr. Sengupta dedicou a vida à luta pelo direito à saúde e por um mundo equitativo, defendendo ideias como as de que “a luta pela saúde é uma luta por um mundo mais solidário”. Após seu falecimento, há 5 anos, o médico e ativista deixa um vasto legado que segue vivo junto ao PHM¹⁹⁰.

Proibição de armas nucleares

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) noticiou sua participação em um evento paralelo à 2ª Reunião dos Estados Partes no [Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares](#), realizada em 3 de novembro, em Nova Iorque. O evento, organizado por várias organizações – além da WFPHA, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares, o Conselho Internacional de Enfermeiros, a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina e a Associação Médica Mundial - visa promover a erradicação das armas nucleares através da elaboração de políticas baseadas em evidências. Os participantes receberão um kit de ferramentas para ação comunitária local¹⁹¹.

Contra o idadismo

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) continuou a divulgação da [campanha contra o idadismo](#), destacando três estratégias efetivas para reduzir o preconceito de idade: políticas e leis que protejam os direitos humanos e condenem a discriminação, atividades educativas que desenvolvam conhecimentos e habilidades, e intervenções intergeracionais que conectem pessoas de diferentes gerações¹⁹².

¹⁸⁹ STOPAIDS [Internet]. Statement: Civil society and community participation in the Pandemic Accord; 30 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/resources/statement-civil-society-and-community-participation-in-the-pandemic-accord/>

¹⁹⁰ People's Health Movement [Internet]. "The struggle for health is a struggle for a more caring world": Amit Sengupta; 27 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/struggle-health-struggle-more-caring-world-amit-sengupta> .

¹⁹¹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Uniting for Peace: WFPHA at the Heart of Global Health Advocacy | WFPHA; 30 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/uniting-for-peace-wfpha-at-the-heart-of-global-health-advocacy/>

¹⁹² IFA - International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. Three strategies to reduce ageism have been shown to work [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1729908188508520853>.

Doenças infecciosas e negligenciadas

A falta de vacinas e medicamentos para a [difteria na África Ocidental](#) está agravando o surto da doença e centenas de pessoas já morreram em vários países da região. MSF faz um apelo para o apoio internacional na contenção de surtos da doença e reforçar os programas de vacinação.

A DNDi divulgou a realização de uma corrida beneficente para mobilizar [apoio a pacientes negligenciados](#) e aumentar a conscientização sobre doenças negligenciadas em Kacheliba, uma pequena cidade do Quênia, perto da fronteira com o Uganda, onde o calazar é endêmico¹⁹³.

Estatuto independente dos enfermeiros

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) reiterou o seu apoio à promulgação de uma nova lei para consolidar o [estatuto independente da enfermagem na Coreia](#). O CEO do ICN, Howard Catton, disse que a promulgação da Lei de Enfermagem garantiria o reconhecimento e o avanço adequados da profissão de enfermagem, para benefício de pacientes, famílias e comunidades em todo o mundo¹⁹⁴.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Conflito Israel - Hamas

A Organization for Woman and Child (ADO) repercutiu dados do Ministério da Saúde da Palestina sobre a morte de mais de 4900 crianças em Gaza, vítimas dos ataques do Estado de Israel à população civil, pronunciando-se sobre a necessidade de [Parar a Morte](#) de crianças e não neutralizá-las como destino de um povo¹⁹⁵.

Crise climática

Um relatório publicado pela Fundação Rockefeller aborda [quatro cenários climáticos até 2090](#). O melhor caso prevê um aquecimento de 1,9 °C, exigindo que os países ponham suas forças em uma auto descarbonização rápida e apoio a energias renováveis em países pobres em energia. Outro cenário ainda otimista chega a prever um aumento de 2,4 °C. Caso seguisse as tendências atuais de emissões, o cenário chega a apontar 2,8 °C de aquecimento. Outro cenário mais alarmante é o que prevê um aumento de temperatura de 4,5 °C se forem interrompidas as ações de mitigação do aquecimento global. Em todos os cenários, o relatório destaca as consequências do aquecimento global, como perdas calóricas diárias, ao mesmo tempo que uma redução drástica na produção de alimentos e aumento exponencial na mortalidade em

¹⁹³ Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. DNDi@20 charity run shines the spotlight on neglected diseases in Kenya; 23 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/news/2023/dndi-20-years-racing-against-neglect/>.

¹⁹⁴ ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN reiterates its support for the enactment of new law to consolidate the independent status of nursing in Korea; 23 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-reiterates-its-support-enactment-new-law-consolidate-independent-status-nursing-korea>

¹⁹⁵ Organization for woman and child (ADO). [Twitter]. Humanity dies when children's cries become destiny. Nov 2023. [citado 02 dez 2023]. Disponível em: https://twitter.com/abs_child/status/1726550037185036732.

países vulneráveis, com uma taxa de 8 a cada 10 mortes em 2090 no Burkina Faso, Chade, Djibouti, Kuwait, Mali, Níger, Paquistão e Sudão.¹⁹⁶

A Fundação Rockefeller anunciou sua [estratégia para atingir emissões líquidas zero de carbono](#) em seu patrimônio de cerca de 6 bilhões de dólares até 2050, tornando-se a única das maiores fundações privadas dos EUA a buscar esse objetivo. A estratégia inclui o envolvimento com gestores de ativos, investimentos em soluções climáticas, e convocações de eventos para promover colaboração mais ampla em direção à emissão zero.¹⁹⁷

A GAVI, the Vaccine Alliance avaliou o [impacto das alterações climáticas e como tal aspecto será avaliado como parte do processo de avaliação que determina quais as vacinas que irão integrar o portfólio da GAVI nos próximos anos](#). Um dos processos de previsão e tomada de decisão mais impactantes na arena da saúde global¹⁹⁸, a Estratégia de Investimento em Vacinas (VIS, na sigla em inglês) da GAVI é um cálculo rigoroso e abrangente com a duração de dezoito meses do cenário global de vacinas, pesando o risco real e previsto juntamente com a oportunidade real e antecipada. Em fóruns multilaterais como o Dia da Saúde da COP28, que se realiza no próximo domingo, a GAVI aponta que busca ajudar a garantir os esforços globais para mitigar os impactos das alterações climáticas na saúde e apoiar intervenções que salvam vidas.

A GAVI, the Vaccine Alliance afirmou que especialistas em alterações climáticas vêm discutindo meios para enfrentar um planeta cada vez mais quente que já enfrenta eventos climáticos extremos que podem colocar milhões de pessoas em risco de doenças¹⁹⁹. A matéria aponta [seis possíveis questões que devem ser levadas em consideração para futuras análises de como o clima está afetando a nossa saúde](#). São essas: as altas temperaturas nas quais os mosquitos prosperam; a malária aumentará com o aquecimento global; outros milhões que correm o risco de contrair dengue, zika e chikungunya; o aquecimento global vem aumentando as taxas de doenças infecciosas em geral; os perigos climáticos em respeito do agravamento direto de várias doenças; e o “caminho rumo a um futuro perigoso”, onde ondas de calor, secas e inundações contribuem cada vez mais para a insegurança alimentar e a propagação de doenças infecciosas.

O Global Fund destacou que as [mudanças climáticas](#) estão afetando os fundamentos da saúde e do bem-estar, ameaçando os objetivos no combate a AIDS, a tuberculose e a malária.

¹⁹⁶ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation: The World Can Limit Global Warming to 1.9 °C by 2090; nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-the-world-can-limit-global-warming-to-1-9-c-by-2090/>.

¹⁹⁷ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Targets Net Zero for Its USD 6 Billion Endowment; nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-targets-net-zero-for-its-usd-6-billion-endowment/>.

¹⁹⁸ Gavi, The Vaccine Alliance. Projected impact of climate change to inform which new vaccines receive Gavi support. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-and-disease-numbers-six-ways-which-our-health-risk-global-warming>. Acesso em 02 dez. 2023.

¹⁹⁹ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/climate-and-disease-numbers-six-ways-which-our-health-risk-global-warming> Acesso em 02 dez. 2023.

Limitando a possibilidade de salvar vidas e construir um mundo mais saudável, seguro e equitativo²⁰⁰.

COP 28

Artigo publicado pela Wellcome Trust destaca seu envolvimento na COP28 em busca de [assegurar que as evidências científicas sejam ouvidas e utilizadas](#) na defesa de ações climáticas mais rápidas e audaciosas. A Wellcome está colaborando diretamente com a Presidência da COP28 e a Organização Mundial da Saúde para organizar o Dia da Saúde na COP, que ocorre pela primeira vez na história das COPs, sendo realizada no dia 3 de dezembro. O artigo também destaca eventos específicos apoiados pela Wellcome para impulsionar ações urgentes diante da crise climática. Destaques incluem discussões sobre estratégias de comunicação para inspirar ação climática imediata, a importância de bens públicos digitais, os impactos na saúde dos jovens, além de sessões explorando os cenários atuais e futuros das mudanças climáticas na saúde mental²⁰¹.

A Rotary International ressalta a importância da [Conferência sobre Alterações Climáticas - #COP28](#), que ocorre em Dubai. A organização participa da conferência trazendo temáticas importantes para a saúde global, como a crise climática e a saúde das mulheres e crianças; ecologia da paz; consequências para a saúde das mudanças climáticas, além de questões relativas ao financiamento, uso dos recursos naturais e a transição energética, entre outras²⁰².

A FIND destacou o início da [COP 28](#), onde o primeiro Dia da Saúde será em 3 de dezembro. A organização chamou a atenção para identificar os impactos na saúde da mudança climática e escalar medidas de adaptação para fortalecer os sistemas de saúde resilientes ao clima²⁰³.

Dia Mundial da Aids

A FIND destacou pelo Dia Mundial da luta contra o [HIV](#) que as comunidades afetadas estão na vanguarda do progresso na resposta ao HIV, facilitando o contato com serviços de saúde pública para fortalecer a confiança, inovação e construção de confiança com os provedores²⁰⁴.

²⁰⁰ The Global Fund. Twitter [Internet]. Climate change is affecting the foundations of human health and well-being. It represents a profound threat to the #GlobalGoals of [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1729893096228331525?s=20>

²⁰¹ WellcomeTrust. WellcomeTrust [Internet]. COP28; nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: https://wellcome.org/what-we-do/climate-and-health/cop28?utm_source=twitter&utm_medium=o-wellcome

²⁰² Rotary International. [Internet]. We have our first pavilion at [@COP28_UAE](#).; nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://www.rotary.ae/copy-of-cop28-uae>.

²⁰³ FIND. Twitter [Internet]. Today marks the start of [@COP28_UAE](#) ! The first-ever Health Day will be on 3 December. We must be ready to [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1730225681777168443?s=20>

²⁰⁴ FIND. Twitter [Internet]. Today is #WorldAIDSDay Communities affected by #HIV are at the forefront of progress in HIV response. They connect people with [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1730514386706436349?s=20>

A FIND salientou que as [mulheres](#) vivendo com HIV são 6 vezes mais propensas a desenvolver câncer cervical, tornando especialmente crítico o acesso a exames regulares de câncer do colo do útero²⁰⁵.

No Dia Mundial da Luta contra o [HIV](#) o Global Fund reconheceu a participação de comunidades, ativistas e governos que resultaram em avanços extraordinários em países onde a organização tem investimentos, registrando queda de até 70% nas mortes devidas ao HIV²⁰⁶.

No Dia Mundial da luta contra o [HIV](#), o Global Fund reconheceu que ainda é uma ameaça à saúde pública, pelo que convocou a redobrar o compromisso de enfrentar as desigualdades que alimentam a epidemia.²⁰⁷

No Dia Mundial da luta contra o [HIV](#) o Global Fund destacou a importância das organizações lideradas pela comunidade na luta para promover a igualdade de gênero, os direitos humanos e desafiar leis, políticas e práticas prejudiciais e discriminatórias que impedem as pessoas de acessar serviços que salvam vidas²⁰⁸.

Dia Mundial da Criança

O Global Fund destacou, no [Dia Mundial da Criança](#), que uma criança morre por causa de malária a cada minuto, ressaltando a necessidade de maiores esforços²⁰⁹.

Dia Mundial do Diabetes

A Rotary International destacou as ações dos diversos clubes em todo o mundo na luta contra o diabetes, desde atividades de sensibilização em países como a França, até a disponibilidade de exames diagnósticos em países em desenvolvimento como o Haiti. Estas ações marcam o [#DiaMundialdoDiabetes](#).²¹⁰

²⁰⁵ FIND. Twitter [Internet]. Did you know women living with #HIV are 6 times more likely to develop #CervicalCancer? This fact makes it especially [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1730599866257076434?s=20>

²⁰⁶ The Global Fund. Twitter [Internet]. Efforts by communities, activists, governments & global health partners have resulted in extraordinary progress in the fight against HIV. In [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1730225304302481876?s=20>

²⁰⁷ The Global Fund. Twitter [Internet]. Today is #WorldAIDSDay. It's time to get back on track to end AIDS as a public health threat once and [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1730466814805618921?s=20>

²⁰⁸ The Global Fund. Twitter [Internet]. Community-led organizations are powerful leaders in the fight to promote gender equality, human rights, and challenge harmful and discriminatory laws [Tweet]; 1 dez 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1730497019502887236?s=20>

²⁰⁹ The Global Fund. Twitter [Internet]. Today is #WorldChildrensDay. While the world has made incredible progress in the fight to defeat malaria, a child still dies [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1726558149719605587?s=20>

²¹⁰ Rotary International. [Internet]. On World Diabetes Day, we applaud Rotary clubs worldwide; [Twitter]; nov 2023. [citado 01 dez 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/media>.

Semana Mundial de Conscientização

Durante a [Semana Mundial de Conscientização](#), a FIND destacou a estratégia da instituição voltada para desenvolvimentos que melhorem o acesso aos testes para infecções no primeiro nível de atenção²¹¹.

A FIND destacou a organização do [Jantar Diagnóstico 2023](#), onde será discutido o papel dos testes diagnósticos nos sistemas de saúde sustentáveis²¹².

Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero

Abs Organization for woman and child (ADO) conclamou a união de todos contra a [violência de gênero](#), indicando que é um caminho que deve ser trilhado na luta por um mundo mais seguro e igualitário para mulheres²¹³.

Riscos de cozinhar com gás

A European Public Health Association (EPHA) ressaltou o risco à saúde relacionado a [cozinhar a gás](#) e conclamou a sociedade a assinar o [manifesto](#) que tem a intenção de sensibilizar os governos dos países europeus a abordar a questão nas políticas públicas, com vistas a estabelecer limites de emissão de dióxido de nitrogênio em cozinhas, dar suporte para a transição para aparelhos elétricos reduzindo os custos e promovendo educação para profissionais da saúde e consumidores sobre os perigos de cozinhar com gás²¹⁴.

Ameaças emergentes

A GAVI, the Vaccine Alliance apresentou relatos de [um aumento de doenças semelhantes à pneumonia que afetam principalmente crianças no norte da China](#). Segundo o relatório, as autoridades de saúde chinesas disseram que o surto se deve a uma série de patógenos respiratórios²¹⁵. Não há indicação de que a situação atual na China seja uma nova pandemia, mas, de acordo com a GAVI, devemos sempre identificar e prestar atenção aos grupos de pneumonia não diagnosticados. Os sistemas de alerta precoce são um importante facilitador para uma melhor oportunidade de prevenir a próxima pandemia.

One Health

A European Public Health Association (EPHA) alertou sobre a necessidade de lidar com a Resistência Antimicrobiana (AMR) a partir da abordagem [#OneHealth](#), na perspectiva de criar

²¹¹ FIND. Twitter [Internet]. It's World #AMR Awareness Week! Our AMR strategy focuses on preventing further development of AMR by increasing access to #testing [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1726597966192894019?s=20>

²¹² FIND. Twitter [Internet]. THREAD: The time has finally arrived for #DxDinner2023! Tune in and learn about the role of #diagnostics in sustainable health [Tweet]; 28 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1729515431017218434?s=20>

²¹³ Abs Organization for woman and child (ADO). We must all stand together against violence against women. [Twitter]. nov 2023. [citado 02 dez 2023]. Disponível em: https://twitter.com/abs_child/status/1728742975864455348.

²¹⁴ European Public Health Association [Internet]. Gas cooking generates pollution above guideline levels, directly harming our health. [Twitter]. Nov 2023. [citado em 01 dez 2023]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1726964824486342681.

²¹⁵ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. How worried should we be about the pneumonia outbreak in China?. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-worried-should-we-be-about-pneumonia-outbreak-china>
Acesso em 02 dez 2023.

um futuro mais saudável na União Europeia. Para fundamentar esta iniciativa, o Grupo do Interesses do Parlamento Europeu para AMR teceu considerações sobre o assunto no artigo intitulado [“Ensuring a One Health approach to tackle AMR at the EU level”](#), configurando-se um compromisso dos deputados europeus na luta contra as ameaças à vida que representa a AMR. A EPHA trouxe postagens sobre a importância de [ações colaborativas](#) com vistas à saúde dos animais, dos humanos e do meio ambiente²¹⁶.

Insegurança alimentar

A GAVI, the Vaccine Alliance apontou o problema da desnutrição, em especial [na forma de emaciação grave e edema](#) e como isto deve ser entendido enquanto um problema complexo de saúde infantil que requer tratamento nutricional e médico especializado²¹⁷. Ações relativas à nutrição especializada e cuidados médicos devem ser melhor coordenados. Ademais, a combinação de ações políticas e financeiras que fortaleçam os programas de nutrição nos sistemas de saúde e alcancem mais crianças com emaciação e edema que necessitam de tratamento significará que mais crianças sobreviverão. Novas orientações globais sobre a melhor forma de prevenir e gerir a desnutrição aguda ajudarão a melhorar os cuidados prestados a estas crianças.

Vacina contra a Malária

Segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, uma nova atualização do combate contra a malária está em curso²¹⁸. [A aprovação de duas vacinas contra a doença \(a vacina RTS,S/AS01 em 2021 e a vacina R21/Matrix-MTM em 2023\)](#), ajudará a controlar e, eventualmente, a erradicar, a doença que causa mais de 600.000 mortes anualmente. Estas duas vacinas são ferramentas novas, mas, de acordo com a aliança, devem ser utilizadas em conjunto com as outras medidas já existentes, que incluem mosquiteiros e a administração de antimaláricos a crianças com maior risco de malária em épocas específicas ao longo do ano.

O Global Fund destacou a chegada de mais de trezentas mil doses da [vacina RTS,S](#) contra a malária para Camarões e a promessa de futuras entregas para outras nações africanas mais afetadas pela malária²¹⁹.

Cúpula Mundial Bio 2023

²¹⁶ European Public Health Association. [Twitter]. The health of animals, humans and the environment depends on collaborative action! nov 2023. (citado 01 dez 2023). Disponível em https://twitter.com/EPHA_EU/status/1727975461328736417.

²¹⁷ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Wasting and edema — severe forms of malnutrition — affect millions of children worldwide as food insecurity grows. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/wasting-and-edema-severe-forms-malnutrition-affect-millions-children-worldwide-food> Acesso em 02 dez 2023.

²¹⁸ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Malaria: two groundbreaking vaccines developed, now for access and rollout. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/malaria-two-groundbreaking-vaccines-have-been-developed-access-and-rollout-are>. Acesso em 02 dez. 2023.

²¹⁹ The Global Fund. Twitter [Internet]. "Today's announcement is welcome news as malaria remains a primary cause of childhood illness & death in sub-Saharan Africa... This [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1727323859207213300?s=20>

A FIND destacou durante a [Cúpula Mundial Bio 2023](#), organizada pelo Ministério de Saúde e Bem-Estar da Coreia e a OMS, serão discutidos temas relacionados à bioindústria, preparação contra pandemias e capacidade diagnóstica²²⁰.

Procedimentos e testes diagnósticos

Foi enfatizado o [Acordo de Colaboração](#) assinado entre FIND e Rwanda Biomedical Center para acelerar a inovação diagnóstica, fortalecer a fabricação regional e aumentar as capacidades de vigilância de doenças²²¹.

A FIND enfatizou a [Missão de 100 Dias](#), com o objetivo de desenvolver testes seguros, eficazes e acessíveis em 100 dias após uma ameaça de pandemia. Também foi elaborado um relatório sobre como tornar essa missão uma realidade²²².

Saúde Digital

O Global Fund ressaltou, em razão de [desastres naturais](#) como o Ciclone Freddy, que afetou comunidades de Malawi e prejudicou o sistema de saúde, a necessidade de aprimorar o investimento para digitalizar os dados de saúde e construir sistemas de saúde sustentáveis e resilientes²²³.

Pesquisa e desenvolvimento

Bill e Melinda Gates Foundation divulgou artigo referenciando o [desenvolvimento do chatbot Kem](#). Este foi criado pela mDoc, uma empresa tecnológica de saúde nigeriana, para atender pessoas com condições crônicas de saúde. O desenvolvimento dessa inteligência artificial faz parte de 50 outras iniciativas de desenvolvimento da fundação que tem como objetivo abordar disparidades em saúde global. A CEO da mDoc, Nneka Mobisson, ressaltou que a participação da comunidade no desenvolvimento da IA está sendo essencial para garantir relevância cultural e equidade ao projeto.²²⁴

A Wellcome Trust celebrou um marco significativo com o UK Biobank, revelando [o maior conjunto de dados de sequenciamento completo do genoma de todo o mundo](#) a partir de seus 500.000 participantes. Segundo a organização, trata-se de um recurso sem precedentes para os pesquisadores. Os participantes, que se voluntariaram há 15 anos, foram submetidos a vários

²²⁰ FIND. Twitter [Internet]. Today and tomorrow the #WorldBioSummit2023 will be hosted by @MOHW_eng and @WHO ! The summit will discuss a range of topics [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1726521847150260511?s=20>

²²¹ FIND. Twitter [Internet]. A Collaboration Agreement has been signed between FIND and @RwandaRbc to accelerate diagnostic innovation, strengthen regional manufacturing, and boost disease [Tweet]; 29 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1729887052639215754?s=20>

²²² FIND. Twitter [Internet]. The 100 Days Mission aims to have safe, effective, and affordable tests within 100 days of a pandemic threat. We [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1730255421464539634?s=20>

²²³ The Global Fund. Twitter [Internet]. "We must adapt our public health system to a changing climate." In the wake of Cyclone Freddy's devastating floods, Minister [Tweet]; 22 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1727356374026269007?s=20>

²²⁴ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Out of grief, a daughter's mission to transform healthcare; nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/nneka-mobisson-mdoc-healthcare>

testes de sangue, saliva, ocular, além de fornecer dados sobre seu estilo de vida, contribuindo para o que hoje se tornou uma biblioteca viva de informações sobre saúde. Afirma ainda que tem capacitado os pesquisadores para descobertas mais rápidas de medicamentos, medicina personalizada e identificação de variantes genéticas causadoras de doenças.²²⁵

Financiamento da saúde

O Global Fund destacou que, juntamente com o [Banco Mundial](#), trabalharão para fortalecer os sistemas de saúde nos países do Sul Global. As duas organizações também trabalharão nas prioridades climáticas e de saúde para reduzir a carga de malária, HIV/AIDS e tuberculose por meio de sistemas de saúde mais fortes, incluindo melhor acesso aos serviços primários de saúde para as populações mais vulneráveis²²⁶.

O Global Fund comentou que trabalha com auditores para garantir o maior impacto e transparência para as [doações](#). Na Conferência das Instituições Superiores de Auditoria, compartilham as melhores práticas para fortalecer a gestão financeira pública²²⁷.

EVENTOS

A DNDi, Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Fiocruz, co-organizaram um evento que foi realizado em 28 de novembro, na Fiocruz, no Rio de Janeiro, com a presença de ministros da saúde de países de América Latina, especialistas na área de P&D e representantes da sociedade civil e de pacientes para uma conversa aberta sobre avanços e desafios na luta contra [doenças negligenciadas](#).

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou, no dia 01 de dezembro, um debate sobre o [impacto da habitação e do padrão de vida nas experiências dos idosos](#)²²⁸.

O Global Health Centre irá promover no dia 04 de dezembro de 2023 a discussão em formato híbrido, intitulada [“Psychedelics: medical miracle or illicit drug?”](#), objetivando debater o tema da governança do uso de psicodélicos, em conexão com a saúde mental²²⁹.

No dia 08 de dezembro a Aliança Internacional de Organizações de Pacientes comemorou o [Dia Anual de Solidariedade ao Paciente](#) que esse ano tem como tema: "Pacientes especialistas - a voz indispensável". Para o evento, convidam os participantes a compartilharem

²²⁵ X. X [Internet]. WellcomeTrust; nov 2023 [citado 1 dez 2023]. Disponível em:

<https://twitter.com/wellcometrust/status/1730169094328942931>

²²⁶ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. World Bank and Global Fund: Stronger Collaboration to Tackle the Impact of Climate Change on Health; 30 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2023/2023-11-22-world-bank-global-fund-stronger-collaboration-climate-change-health/>.

²²⁷ The Global Fund. Twitter [Internet]. In the fight to save lives, every dollar counts. @GlobalFund works with auditors to ensure greatest impact & transparency for [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 2 dez 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1729875347360055792?s=20>

²²⁸ [1] IFA - International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. Housing and living standard impacts on older adults' experiences [Tweet]; 30 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1730227073313063408>.

²²⁹ Global Health Centre [Twitter]. Psychedelics: medical miracle or illicit drug?; 23 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: https://twitter.com/GVAGrad_GHC/status/1727615322671206676/photo/1.

suas opiniões sobre quem é um paciente especialista - quais habilidades e recursos fazem dele um paciente especialista²³⁰.

A Greenpeace promoveu o webinar "[Alternative Futures](#)" para discutir os desafios de construir uma sociedade focada no que é melhor para a comunidade²³¹.

A InterAcademy Partnership informou que coordena dois [eventos paralelos na COP 28](#) abordando as questões de mudanças climáticas e saúde. O primeiro, intitulado 'Clima e Saúde: Como as políticas podem abordar os impactos na saúde das mudanças climáticas e da poluição do ar?' concentra-se na continuação do projeto 'Mudanças Climáticas e Saúde' com a Save the Children. O segundo evento, 'O Papel das Academias no Aconselhamento de Políticas Climáticas', explorará como as academias nacionais em diferentes partes do mundo aconselham os governos sobre questões relacionadas às mudanças climáticas²³².

Conclusão

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público continuam defendendo os direitos humanos e a saúde com um bem público universal. O conflito Israel-Hamas segue sem uma solução de paz à vista, enquanto as organizações clamam por um cessar-fogo imediato, que significa a interrupção imediata do assassinato de milhões de palestinos, com destaque para crianças, mulheres e recém-nascidos. A crise climática também ganha destaque nesse último informe do ano, com a denúncia de mortes e descumprimento de acordos resultantes da priorização do lucro sobre a vida, mesmo que isso signifique o comprometimento de um colapso socioeconômico-ambiental. De toda forma, as organizações seguem não só denunciando, mas apontando caminhos de mudanças para um rumo em que ninguém seja deixado para trás, evidenciando uma agenda comum de temas de interesse. Por outro lado, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado continuam focando em temas orientados por interesses corporativos. Além dos já mencionados, há muitos outros temas destacados pelas OSC de interesse privado, relacionados a vacinas, produção de conhecimento, incorporação de tecnologias e análises de cenário, que podem beneficiar as populações, mas o farão bem mais para as empresas a que estão ligadas.

²³⁰ PATIENT Solidarity Day 2023 | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15648>. Acesso em: 30 nov. 2023.

²³¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. o you wonder if it's possible to live in a society focused on what is best for the community? If [Tweet]; 20 nov 2023 [citado 30 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1726595291795890476?s=20>

²³² InterAcademy Partnership [Internet]. Climate and Health: IAP at the COP28; 27 nov 2023 [citado em 30 nov 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/climate-and-health-iap-cop28>

As organizações da sociedade civil em 2023: Lutando para salvar os cacos do mundo

**Ana Carol Vaquera, Diana Rivas,
Jesús Escarcina, Laurenice Pires,
Marciglei Morais, Mateus Brito,
Matheus Silveira, Patrícia Carpio,
Renan Oliveira, Tatiana Medrado e Luis
Eugênio de Souza**

Ao longo do ano de 2023, foram acompanhadas 60 Organizações da Sociedade Civil (OSC) com atuação na arena da saúde global, sendo 52 de interesse público e oito de interesse privado. O acompanhamento dos posicionamentos das OSC foi realizado por meio da consulta e leitura das postagens em seus sítios eletrônicos oficiais e perfis oficiais no Twitter, relativos a temas relevantes da saúde global.

Dentre os temas abordados pelas OSC, destacam-se a defesa da equidade em saúde e a necessidade de se passar da retórica à ação, sendo a ação mais importante o enfrentamento da pobreza e das desigualdades em saúde por meio de políticas públicas.

Os impactos da crise climática na saúde das populações também receberam muita atenção das OSC, especialmente no que diz respeito à necessidade de garantia da justiça climática e ao respeito aos direitos dos povos indígenas. O financiamento equitativo das iniciativas de mitigação da crise e a urgência da transição energética foram pontos de destaque dentro do tema da crise climática.

Outra questão destacada, em 2023, foi a crise migratória, motivada por questões climáticas, conflitos políticos ou guerras em diversas regiões do globo. Atenção especial foi dada à crescente necessidade de buscar a garantia de cidadania para os migrantes e refugiados. O aumento vertiginoso do número de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar a nível global também foi objeto de denúncia das organizações da sociedade civil, que ressaltaram a urgência de garantir alimentação saudável e a segurança hídrica em países do Sul Global.

O ano de 2023 foi marcado pela escalada de conflitos armados e aumento das tensões geopolíticas, com destaque para a guerra na Ucrânia, os conflitos no Sudão, na Somália, no Congo, no Iêmen e na Síria. A partir de outubro, a guerra entre Israel e Hamas, que destruiu a Gaza, tornou-se objeto frequente de manifestação da sociedade civil, exigindo o fim da violência ou, ao menos, o respeito às normas internacionais e a garantia da ajuda humanitária. As OSC reconhecem que todos esses conflitos violentos representam desafios enormes para os órgãos multilaterais e para a diplomacia mundial. Também salientam que têm sido graves as repercussões dos conflitos nas condições sanitárias das populações destas regiões, conflagrando crises humanitárias que se interseccionam com outras crises globais como a climática e a migratória. As organizações são incansáveis na denúncia das graves e reiteradas violações aos direitos humanos, aos acordos internacionais e ao direito internacional.

Além das crises e dos conflitos globais, as fragilidades nas condições de trabalho no setor da saúde também foram objetos de manifestações e denúncias das OSC, que apontaram para a necessidade de avançar, no nível global, com ações que visem melhores condições de trabalho em saúde, em especial para as mulheres, que embora representem a maior parte da força de

trabalho em saúde, se encontram no grupo com piores condições salariais e menos poder de decisão. Acompanhando as manifestações sobre as condições de trabalho, as OSC reiteraram a importância do fortalecimento dos sistemas de saúde e do alcance da cobertura universal da saúde.

As inovações tecnológicas foram outro tema muito frequente, incluindo a inteligência artificial e a saúde digital. A perspectiva predominante, nas manifestações sobre esse tema, foi a da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos acerca dos impactos, dos riscos e das potencialidades do uso das tecnologias digitais na saúde das populações, bem como o cuidado para que estas inovações não acabem por aprofundar as desigualdades existentes.

Em 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional, referente à pandemia da Covid-19. Contudo, a busca pela equidade no acesso, na distribuição e na produção de imunizantes, testes e medicamentos, de modo geral, foi motivo de continuidade da discussão sobre a pandemia no âmbito das OSC. Nessa questão, incluiu-se a discussão sobre as características desejáveis de um acordo ou tratado pandêmico, em debate no âmbito da OMS. As organizações da sociedade civil se manifestaram pela inclusão no acordo ou tratado de compromisso, por parte de todos os países, com a distribuição equitativa de tecnologias desenvolvidas para enfrentar as futuras pandemias.

Outros temas relevantes para a saúde global foram objetos dos posicionamentos das organizações: saúde mental, saúde das pessoas idosas, doenças crônicas não transmissíveis, doenças negligenciadas e as infecciosas como o HIV/AIDS, malária e tuberculose. Por fim, marcaram os posicionamentos das OSC, no ano de 2023, o apelo global por equidade de gênero, saúde da mulher, justiça sexual e reprodutiva, com olhar especial para as trabalhadoras da saúde, mulheres de países do Sul Global, bem como aquelas mais atingidas pelos cenários de crises globais, como nas zonas de conflito armado e de migração.

A figura abaixo mostra os temas presentes nos posicionamentos das OSC, de acordo com a frequência em que cada um foi registrado.

Figura 1. Principais termos presentes nos posicionamentos das OSC em 2023



Fonte: elaboração própria.

O ano de 2023 foi ainda marcado pela realização de eventos importantes no âmbito da arena da saúde global, com destaque para a 76ª Assembleia Mundial de Saúde da Organização Mundial da Saúde em Genebra, a Conferência Global de Impacto da Vacina em Madri, o 17º

Congresso Mundial de Saúde Pública em Roma, a 78ª Assembleia Geral da Organização das Nações que avaliou o progresso (ou a falta de) referente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e a 28ª Conferência das Partes sobre as Mudanças Climáticas, realizada em Dubai e que, pela primeira vez na história, contou com um espaço reservado para as discussões acerca da saúde global.

Em mais um ano, observa-se o papel central das Organizações da Sociedade Civil como atores políticos estratégicos na defesa dos direitos humanos e da saúde como um bem público e universal. Elas têm defendido veementemente a urgência de superação dos acordos retóricos por sua pronta implementação como atitude política essencial para que milhões de vidas sejam preservadas, no mais alto nível possível de saúde para todos. As OSC demonstraram, em 2023, que é preciso “reinventar a roda”, fazendo-a girar no sentido da co-construção de modelos de desenvolvimento comprometidos com o bem-viver, onde a justiça social, o respeito à diversidade, a solidariedade, a inclusão social e a igualdade de direitos sejam o sul direcionador das iniciativas globais de saúde.

O que deveríamos ter aprendido com 2023

What we should have learned from 2023

Rafaela Venturella De Negri

Armando Antônio De Negri Filho

Abstract. *In this inform, the last of 2023, we review our published documents from this last year in an attempt to build a map of the initiatives explored in these last months. We do so by exploring the three main fields quoted: public health, climate and economic justice. We bring here events to illustrate the chosen fields and to show their connections. "What we should have learned from 2023" is a last reminder of the goals and mechanisms we should take with us into the new year.*

Keywords: *Economic Justice. Climate change and Health. Public Health. Decolonial Health. Health Workers.*

Resumo. Neste informe, o último de 2023, revisamos nossos documentos publicados ao longo do último ano na tentativa de construir um mapa das iniciativas expostas nos últimos meses, através dos três principais campos citados: saúde pública, clima e justiça econômica. Trazemos aqui eventos para ilustrar os campos escolhidos e mostrar suas conexões. "O que deveríamos ter aprendido com 2023" é um último lembrete dos objetivos e mecanismos que deveríamos levar conosco para o novo ano.

Palavras-chave: Justiça Econômica. Mudança climática e Saúde. Saúde Pública. Saúde Decolonial. Trabalhadores da Saúde.

Produzimos cerca de 18 informes esse ano. Mais de 50 fontes - tirando as repetições - mais de 10 relatórios internacionais analisados, acompanhamento de movimentos sociais e de manifestos e manifestantes políticos de 3 continentes. Este informe - o último de 2023 - irá se dedicar a construir uma retrospectiva a partir dos 3 pontos mais mencionados: Saúde - com a escassez da saúde como realidade global, junto do primeiro abstrato do Pandemic Treaty, as ações das indústrias farmacêuticas e os movimentos sociais de resposta a um cenário inaceitável; Clima - com 365 dias marcados por eventos extremos e respostas brandas frente a uma realidade perturbadora; e Justiça Econômica - com seu guarda-chuva de dívida externa e suas crises, propostas de reformas fiscais a nível global e a necessidade de reestruturar o trabalhador como o centro tomador de decisões. O elo em comum entre os três campos seja talvez o de fato mais citado entre todos os tópicos: a financeirização da esfera social dos direitos humanos, políticos e civis. A manutenção aparentemente hegemônica do neoliberalismo como sistema global que subjuga a democracia e faz refém os minorizados. Com isso, a divisão proposta acima é proposta tal apenas como linha - como a de Teseu, dada pela filha do Rei - organizativa, para guiar a discussão dentro do labirinto do capitalismo que insiste em, numa ordem compartimental para despistar resistências, separar assuntos profundamente conectados.

SAÚDE

O tema mais ligado à saúde nos nossos informes foi, infelizmente, a constante tentativa e construção política de desconstrução da saúde como bem e direito público. Vemos denúncias constantes de “escassez de saúde”, com a intencional desestabilização da infraestrutura dos sistemas de saúde, com lógicas de desassistência programada, inefetividade e falta de tudo - leitos, medicamentos e trabalhadores da saúde.

O caso dos trabalhadores da saúde é cruel. Aparecendo na maioria esmagadora dos informes como assunto pontual ou dentro de outras pautas, o burn out constante sofrido pelos trabalhadores da área do cuidado ao redor do mundo é constante. O People’s health dispatch foi nosso principal ponto de checagem para acompanhar as lutas, protestos, manifestações e reportagens. Nenhum país foi poupado - Sul ou Norte Global - viram seus trabalhadores irem à rua pedindo a mudança da lógica do mínimo, defendendo um sistema de saúde fortalecido para que assim tenham a possibilidade de realizar seus trabalhos de forma digna, criando uma mudança da desassistência programada que compõem o arcabouço do burnout e do cansaço extremo dos médicos, enfermeiras, profissionais de limpeza e técnicos. E para além da crueldade da lógica de falta que atinge pessoas dos dois lados - pacientes e profissionais - temos a insuficiência instrumentalizada, num movimento de retro criação, para servir como base teórica para as tentativas de privatização. Porque, se a saúde pública não funciona mesmo, por que não privatizar para melhorar o serviço? Aqui entra outro campo que foi pauta batida: a financeirização da saúde através de uma dialética da comercialização de bens públicos e de direitos; se a saúde pública não está boa - e não está boa porque é sistematicamente enfraquecida - privatizamos, mas se privatizamos, algo que era público se torna pago, e com isso só tem acesso quem pode pagar. Essa lógica neoliberal entra também como bengala para campanhas de austeridade fiscal de “recuperação” econômica - a mil após o “fim” da pandemia de COVID-19, rapidamente esquecendo que foram esses mesmos sistemas de saúde e seguridade social que aguentaram os trancos - ao proporem cortes no setor das políticas públicas de seguridade social.

Essa lógica foi apresentada também por um artigo que compartilhamos na nosso segundo informe de setembro: Capitalism as a SDH - com a identificação da lógica e do sistema capitalista como um importante aspecto da Determinação Social da Saúde - DSS - uma vez que é o mapa organizativo da nossa realidade e estrutura acessos - Capital Social - a todas áreas da existência social e psicológica. A ideia de privatização não é um privilégio do Sul Global, uma vez que por muitas vezes acompanhamos trabalhadores da saúde da Itália e Reino Unido - tendo sido o National Health System britânico exemplo para o nosso Sistema Único de Saúde - tomando as ruas como modo de defender seus sistemas de saúde públicos - e constantemente desmontados.

A indústria farmacêutica e hospitalar é talvez um grande exemplo da lógica de financeirização da saúde e da comercialização de direitos, fazendo nem questão de esconder sua constante busca por lucro e levando populações a racionarem medicamentos de uso contínuo e retendo pacientes cujas famílias não podem pagar os custos da internação privatizada - ou, em outros casos, os expulsando do hospital - e, numa lógica macro, criando barreiras legais para a produção justa e o barateamento de fármacos e relaxamento das leis de propriedade intelectual, como foi feito com a nova proposta legal entre Reino Unido e Índia, grande produtora de genéricos e cujas leis tentam flexibilizar o acesso aos medicamentos genéricos. O trecho a seguir foi retirado de um de nossos informes, mais precisamente o segundo informe de Agosto:

“Começamos este informe trazendo o documento escrito por mais de 50 organizações civis internacionais e enviado ao Secretary of State for Business and Trade Department for Business and Trade do Reino Unido, numa tentativa organizada de barrar um novo estilo de importações entre o Reino Unido e a Índia; um novo contrato que iria pôr em perigo a produção de medicamentos genéricos no segundo país citado, comprometendo o acesso à saúde de milhares de pessoas. A Índia, como epicentro da produção de medicamentos genéricos, tenta encontrar equilíbrio entre propriedade intelectual e acesso a medicamentos e tratamentos, se comprometendo a preencher - ainda que parcialmente - o vácuo econômico que afasta os empobrecidos da plena saúde. As mudanças propostas pelo novo acordo envolvem 4 campos: A “Extensão do prazo da patente”, estendendo o tempo de validade das patentes, dificultando a introdução de medicamentos genéricos de preços mais baixos; a “Exclusividade de dados”, que resultaria no atraso do registro oficial de medicamentos genéricos e assim, atrasaria sua circulação e possibilidade de venda; a “Redução da barreira do exame de patentes de medicamentos”, permitindo mudanças em patentes de medicamentos já existentes, causando o prolongamento de monopólios, atrasando a fabricação e aprovação de genéricos; e a “Remoção de oposições de patentes pré-concessão”, a anulação de um mecanismo democrático da lei indiana que permite a qualquer um com provas contestar monopólios e patentes. As mudanças não afetariam somente a Índia e seus cidadãos, mas todos países em desenvolvimento cujo acesso aos medicamentos depende da preservação e possibilidade de compra de genéricos, junto das populações empobrecidas do mundo todo; como veremos no trecho do documento destacado a seguir, esta não é o primeiro movimento “anti-saúde global” do Reino Unido, que rejeitou inúmeras tentativas de criar equidade na produção e distribuição de vacinas durante a pandemia de COVID-19.”

O documento-manifesto atesta uma tentativa de diálogo. Ainda não se teve mais informações sobre as mudanças propostas.

Nessa mesma linha, no segundo informe de março, publicamos um relatório da Anistia Internacional que se dedicou a analisar o papel da indústria farmacêutica e dos Estados nesses - que já somam - 5 anos de pandemia de COVID-19. O relatório “Desigualdade de proporções epidêmicas: As falhas do Estado e das farmacêuticas que não devem ser repetidas” identifica 4 mudanças necessárias para que os Estados e as indústrias não cometam os mesmos erros: garantir acesso justo a produtos de saúde (em especial vacinas), refazer as regras do comércio global, priorizando igualdade e não propriedade intelectual, antecipar o financiamento público e a transferência de tecnologia e, por fim, colocar as pessoas e suas necessidades como mais importantes do que a lógica do lucro. Sete meses depois, em Outubro, saíria o primeiro rascunho do documento mencionado em muitas entradas do relatório de Março: o Acordo Pandêmico para a “prevenção, preparação e resposta”, iniciativa mobilizada pelo Coronavírus como um modo de nos prepararmos globalmente para os próximos agentes infecciosos. Avaliado como “longo em forma e curto em conteúdo”, o rascunho inicial deixa a desejar em praticamente tudo, propondo atividades num aparente vácuo político que não considera as desigualdades estruturais do acesso à saúde e os jogos políticos que minaram as tentativas de equalizar a arena internacional.

Muitos dos pontos trazidos acima já tinham sido mencionados num artigo publicado em Maio, e incluído em nosso segundo informe do mesmo mês, pelo The Lancet, mostrando como a saúde ainda é um projeto colonial de controle, dentro do Norte para os empobrecidos e como regra para o Sul Global.

“Lançado pelo The Lancet e escrito por Richard Horton, o artigo do último dia 20 destaca os arcaísmos e armadilhas que a ideia de saúde global carrega em si e como as políticas levem em si um significado oculto, sendo lembranças constantes do controle e da desigualdade.

“A saúde global tornou-se moda fora de moda. O caso contra a saúde global é forte. A saúde global é a invenção de uma elite em grande parte branca e rica residente em países de alto rendimento e de língua inglesa. A disciplina afirma-se preocupar com a saúde dos indivíduos que vivem em ambientes de baixa e média renda. Mas os recursos – humanos, infra-estruturais e financeiros – que sustentam a saúde global estão principalmente concentrados em aqueles países já repletos de poder e dinheiro. A pesquisa de “helicópteros” não é incomum. A contribuição de cientistas e financiadores de pesquisas para avanços sustentáveis em cuidados de saúde nos países de sua alegada preocupação é mínima. Mais frequentemente, a relação entre o Ocidente e a ciência médica e os países em que trabalham é extrativa. As instituições globais de saúde são, em sua maioria, dirigidas por homens com educação ocidental. As agências globais de saúde são apenas superficialmente organizações dos Estados-membros. Na verdade, a influência está com as nações que fornecem os maiores recursos.”

As organizações civis responderam. Mesmo num ano que aparentemente se esqueceu tudo que foi aprendido em 2020, a saúde continuou ocupando e mobilizando a sociedade civil e suas pautas. Desde a Quinta Assembleia Social pela Saúde dos Povos - ASP5 - na Colômbia, ao mapeamento das iniciativas da saúde no Brasil, a eventos de discussões teóricas da realidade neoliberal como, em Julho, no painel Against health for all: 30 years of health financierization. Abaixo o que publicamos à época:

“O evento mencionado traça um paralelo da financeirização em suas origens, no relatório de 1993 do Banco Mundial intitulado *Investing in Health* e que introduziu características como “efetividade econômica”, criando uma política e uma lógica de “quanto dinheiro temos disponível para saúde” e não de “quanto dinheiro a saúde precisa”, o que viria a criar a desassistência estrutural que tantas vezes já exploramos nos informes, junto da ideia de que parceria com a indústria privada - ou até mesmo a privatização completa - seria uma alternativa interessante, caindo novamente nos abismos das armadilhas neoliberais. A desculpa escolhida é a fácil alocação de recursos e a facilidade que a indústria privada teria em ser mais “eficaz e com bom custo-benefício”, ignorando o fato principal de que uma indústria irá se dedicar ao lucro e não ao desenvolvimento social ou à garantia de direitos, o que logo é provado - às custas de todo marketing otimista ao redor das parceiras público-privadas - por pesquisas publicadas sobre o tema.”

Durante todo o ano vimos a mobilização de grupos feministas conquistarem o direito a ou a deslegalização do aborto em vários países, concretizando a garantia de direito sob seus corpos para as pessoas com útero e representando a solificação dos direitos humanos e políticos e, mais recentemente, vimos verdadeiras demonstrações de solidariedade internacional com as atividades de diversos grupos pró saúde global pela defesa da Palestina, como, por exemplo, o grupo *Health workers 4 palestine*, uma organização médica dos EUA que nos concedeu uma entrevista que está ao final desse informe.

CLIMA

Como lembrou o diretor da OMS durante sua fala na COP28: a busca pela saúde global deve estar atrelada às políticas climáticas. Avaliamos isso como uma política que necessita ser dupla: em primeiro lugar, atrelar as políticas públicas dos dois campos - se é que podemos considerar dois campos separados - precisa considerar como as alterações climáticas e seus

eventos extremos ou crônicos afetam a saúde da população global - secas, fome, temperaturas extremas, etc - e como afetam as economias dos países em zonas mais atingidas, diminuindo a possibilidade de investimento nas áreas de seguridade - austeridade. Num segundo momento, é vital entender como o corpo e a natureza são concebidos em nosso sistema internacional: a mesma mais valia que super explora os corpos também explora o sistema terra; ou seja, a idealização de uma nova relação com a natureza - necessária para a proteção da mesma e para frear o desequilíbrio climático - passa por uma reavaliação do nosso modo de produção sistêmico.

Num movimento contrário à reavaliação proposta, já começamos o ano falando sobre a aprovação do Willow Project pelo governo dos Estados Unidos em Março, o projeto de extração de petróleo e gás natural que, estima-se, irá liberar 260 milhões métricos de gás carbônico na atmosfera durante os próximos 30 anos, contribuindo diretamente para o aquecimento global, também tornando milhares de hectares de vida selvagem - como ursos polares e renas - do Alasca em indústrias de extração e refinamento. O tema foi presente em Março e Abril, mas atualmente é difícil saber exatamente como está o projeto, não tendo notícias na mídia hegemônica. Porém, o que podemos dizer é - como também mencionado em informes ao longo desse ano - a exploração de novos habitats abre a possibilidade para o surgimento de novos patógenos, o que, por sua vez, abre espaço para o surgimento de novas pandemias e\ou doenças infecciosas.

O resto do ano, infelizmente, foi um misto de ação e reação. Com tentativas de multinacionais e de governos neoliberais de explorarem recursos naturais seguidas por mobilizações civis de descontentamento em meio a novos estudos que mostram como a realidade cada vez maior de fome, seca e desertificação aumenta a insegurança alimentar global e provoca conflitos e situações de desastre humanitário. Em Junho falamos sobre o povo de Jujuy na Argentina e a tentativa de pseudo legalização das explorações de lítio e água, com uma falsa votação popular aprovando a realocação dos povos tradicionais para assim viabilizar o extrativismo local, o que gerou um levante popular de resistência; o mesmo aconteceu em um povoado Francês de Sainte-Soline, onde os residentes se negaram a aceitar o uso de seus reservatórios de água pelo latifúndio local.

E num prelúdio do futuro das superexploração naturais, cidadãos da Guiana Francesa de Martinique Guadeloupe travaram uma batalha contra a irresponsabilidade da indústria de latifúndio de bananas que devido as décadas de plantio causou um envenenamento por clordecona. Essas realidades traduzem muito bem um dos temas presentes no nosso segundo informe de Outubro: o imperialismo climático, o tema de uma publicação do Progressive International que segue abaixo:

“O século XIX assistiu a muitos desses conflitos na expansão colonial para outras terras, na tentativa de estabelecer o controle sobre o território físico com as vantagens que o acompanham. As guerras no final do século XX estavam intimamente relacionadas com o controle de fontes de energia como o petróleo. O século XXI poderá testemunhar guerras crescentes pela água. Cada vez mais, a mudança resultante de rupturas antropogênicas no metabolismo do Sistema Terrestre tem vindo a definir uma esfera de luta pela influência, controle e apropriação que é agora um aspecto importante do imperialismo contemporâneo.

Esta característica particular do capitalismo global de hoje e a sua associação não apenas com o capitalismo, mas também com o imperialismo, está a tornar-se cada vez mais evidente em: (1) como os países centrais e as elites são capazes de produzir e consumir com base num

modo de vida imperialista, gerando um aumento global de emissões de carbono com pegadas ecológicas crescentes; (2) as formas enganosas e debilitantes como as alterações climáticas são abordadas nas negociações internacionais; (3) as operações financeiras globais que aumentam as emissões de carbono, mas não disponibilizam o financiamento necessário para estratégias de mitigação eficazes; (4) os monopólios privatizados do conhecimento que impedem a maior parte da humanidade de ter acesso a tecnologias críticas necessárias para enfrentar o desafio climático; e (5) as mudanças nos requisitos tecnológicos tanto para a mitigação como para a adaptação, que dão origem a novas apropriações de recursos naturais destinadas especialmente a minerais estratégicos, juntamente com novas formas de competição extrativista entre as principais potências.”

Alguns dias antes, em nosso primeiro informe do mesmo mês, foi incluído um artigo que carrega em si algumas respostas possíveis para sairmos dessa realidade controlada pela lógica neoliberal do colonialismo moderno: uma reforma climática liderada pelos trabalhadores:

“Em artigo publicado pelo Tribune em Setembro, *“We Need a Worker-led Fight Against Climate Change”*, nos é mostrado algo bem óbvio, entretanto, frequentemente olvidado: a transição para uma “economia verde” deve respeitar os direitos dos trabalhadores.

“Em última análise, as políticas que combatem as alterações climáticas devem ser implementadas no interesse das pessoas cujos meios de subsistência serão afetados por elas. A descarbonização irá impulsionar uma das mudanças económicas de maior alcance das próximas décadas, mas embora a desindustrialização tenha sido impulsionada à custa dos trabalhadores e das suas comunidades, desta vez, os interesses dos trabalhadores devem ser de suma importância. A oportunidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária é boa demais para ser desperdiçada.”

E em Setembro publicamos, felizes, uma iniciativa que junta justiça climática, justiça económica e iniciativas de responsabilização, com a segunda sendo a ponte de mudança para a primeira, através da proposta final da primeira Cúpula Africana pelo Clima:

“A primeira Cúpula Africana pelo Clima foi concluída em 6 de Setembro em Nairobi, Quênia, com a adoção de uma declaração conjunta dos Chefes de Estado e de Governo. A Declaração de Nairobi define as expectativas do continente em relação aos países mais responsáveis pelas emissões que provocam as alterações climáticas e a sua aspiração de desempenhar um papel fundamental no processo de descarbonização da economia global.”

JUSTIÇA ECONÔMICA

Com a menção da Declaração de Nairobi, entramos em nosso último bloco temático: a justiça económica. O tema que foi talvez o plano de fundo de todos movimentos que acompanhamos e de todas notícias que trouxemos.

A crise da Dívida Externa e a necessidade de teorizar e aplicar uma Reforma Fiscal a nível global foram pautas recorrentes, sendo personalizadas pelo relatório trazido em Julho, *“Dívida Mundial: um fardo crescente para a prosperidade global”* publicado pela UNCTAD. O mecanismo United Nations Conference on Trade and Development e seu relatório atestaram o óbvio: a dívida externa massacra as possibilidades de desenvolvimento dos países menos ricos, enfraquecendo suas instituições de Estado e precarizando a vida de seus cidadãos. Após isso, outro artigo muito interessante, apresentando a *“the debt fossil fuel trap”* que traduzimos como a armadilha da dívida dos combustíveis fósseis que obriga os países empobrecidos a ficarem

imóveis na posição de exportadores de combustíveis fósseis como maneira de pagar sua dívida: a necessidade de constantemente quitarem seus empréstimos torna impossível uma transição para uma indústria menos nociva para o sistema terra.

Na tentativa de formalizar a armadilha cruel da dívida, o Sri Lanka, através de um grupo de 82 sindicatos redigiu uma carta endereçada ao Conselho Executivo do IMF, na qual critica seu programa de reestruturação da Dívida no mundo e no Sri Lanka pós COVID-19, categorizando as iniciativas como um “ataque ao sistema de seguridade social e aos trabalhadores”, num mundo onde ainda estão se recuperando dos desgastes pandêmicos, criticando como as instituições financeiras “recorrem à divisão de ônus e fazem os países empobrecidos pagarem pelos erros neoliberais cometidos vez após outra - como a WTO fez em 2008, ao chamar os países em desenvolvimento para “colaborar” com a reconstrução do sistema econômico internacional após a crise causada por especulações descontroladas dos países ricos e seus sistemas financeiros.”

Ainda adicionamos a data:

“ O documento The State of Tax Justice e seus dados vão nesta mesma direção, marcando a necessidade de construir uma política de Tax Justice - uma convenção de impostos sob as Nações Unidas, como proposto - capaz de barrar a evasão de impostos. O relatório mostra que, caso nada seja feito, 4,8 trilhões de dólares mundiais serão perdidos para paraísos fiscais nos próximos dez anos, quantias exorbitantes “legalmente” sonegadas por grandes empresas multinacionais e personalidades de “super ricos”.

As demonstrações de insatisfação continuaram, quando seis dias antes dos encontros anuais da Cúpula das Instituições Econômicas Internacionais os integrantes da campanha chamada *End Austerity - Campaign for the People and the Planet* publicaram a “Marrakesh Declaration to End Austerity”. A declaração oficializa uma série de desacordos, sinalizando a dessatisfação do Sul Global com os rumos das instituições econômicas e seus pilares imperialistas e anti-democráticos.

O documento foi colocado na sua íntegra em nosso informe de Outubro.

“Especificamente, nós, as organizações da sociedade civil, sindicatos e acadêmicos abaixo assinados, exigimos que os governos, os Ministérios das Finanças, o FMI, o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais:

1. Parem de cortar orçamentos tão necessários para a proteção social, educação, saúde, transportes públicos, habitação e outros programas sociais;
2. Acabar com cortes ou limites máximos na massa salarial, em particular no número e salários de professores, assistentes sociais e de saúde, bem como de funcionários públicos a nível local;
3. Parem de reduzir os subsídios que apoiam as famílias;
4. Impedir as reformas das pensões e da segurança social que resultam em benefícios mais baixos e evitar reduzir as contribuições dos empregadores para a segurança social (“carga fiscal”) para garantir que os sistemas sejam equitativos e sustentáveis;
5. Acabar com as reformas de flexibilização laboral;

6. Acabar com as privatizações e as parcerias público-privadas em áreas socialmente relevantes, muitas vezes disfarçadas como “reformas das empresas estatais”;

7. Acabar com a adesão a abordagens que priorizam o financiamento privado, como a abordagem Cascade do Banco Mundial, que aprofunda a falsa solução de financiamento da dependência macroeconômica e financeira dos intervenientes empresariais e do capital privado;

8. Impedir quaisquer outros cortes orçamentais ou reformas com impactos sociais negativos, especialmente nas mulheres.”

A declaração ecoa também no movimento de Contra cúpula FMI - Global Counter Social Movements Summit World Bank and International Monetary Fund - uma série de encontros paralelos a acontecerem em Marrakech durante as reuniões oficiais das instituições, a fim de construir uma agenda paralela de objetivos e meios:

“A ação e seu manifesto destacam como o IMF e o WB são instituições profundamente não democráticas, coloniais e como suas ferramentas neo imperialistas servem apenas aos países mais ricos, marginalizando os países do sul e os países periféricos do próprio norte, ignorando os avisos do desequilíbrio climático sob uma capa de altruísmo e falso desejo de cooperação, enquanto enriquecem com a propagação e manutenção de uma estrutura que se sustenta da pobreza mundial.”

Mais recentemente, dias atrás (2 de Dezembro), também durante os encontros da COP28, a Especialista Independente das Nações Unidas em dívida e direitos humanos, a Professora Attiya Waris submeteu um documento a Conferência das Partes no qual, entre outras coisas, enfatiza a construção de um novo objetivo para as finanças climáticas, junto de mais transparência e a criação de um mecanismo de revisão periódica, encoraja as Instituições Financeiras e de crédito Internacionais a concederem “moratórias, reestruturações e cancelamentos” para as dívidas externas que massacram países em desenvolvimento (Cairo initiative), a especialista também encoraja a tributação progressiva e equitativa e a reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional. O documento pode ser lido [aqui](#) e vale a pena a leitura.

Iniciativas não faltaram e com certeza não faltarão também em 2024, e como fechamento, publicamos aqui entrevista realizada semana passada com membros organizadores do movimento Health Workers 4 Palestine, num lembrete final - até 2024 - de como, se as explorações, injustiças e desigualdades são sistêmicas, a resposta também deve ser. A nossa solidariedade a Palestina - e ao Congo, e ao Haiti, e a Síria e a tantos outros - deve ser acompanhada de uma noção de entendimento macro e micro. Micro em reconhecer o sofrimento do povo palestino, macro em reconhecer como as políticas de terror aplicadas a Gaza são um ampliação - em violência e em teoria - das políticas coloniais e neoimperialistas que sustentam o capital moderno, explorando povos e matando o sistema terra.

1. Em primeiro lugar, você poderia nos contar mais sobre como surgiu o movimento Health Workers 4 Palestine?

Esta rede específica surgiu de um grupo informal de profissionais de saúde que tentaram no passado aumentar a consciência dos profissionais de saúde sobre as atrocidades ocorridas sob o regime do apartheid israelita. Estávamos particularmente concentrados nas questões de saúde e cuidados de saúde que nos ligam material e politicamente aos palestinos. Enfrentamos uma censura substancial nas nossas instituições e por parte de editores e revistas

médicas. Em 2021, um dos nossos coordenadores fundadores contribuiu para um artigo expressando solidariedade com os palestinos na *Scientific American*, que foi prontamente retirado porque “saiu do escopo”. Este é apenas o exemplo mais dramático e público desta censura que encontramos antes de 7 de outubro de 2023.

Voltamos a contatar-nos depois de 7 de Outubro para escrever uma carta aberta condenando a violência colonial em Gaza e apelando às instituições médicas para retirarem o apoio ao apartheid israelita. Nos beneficiamos de ter uma pequena rede de profissionais de saúde sobre o apartheid israelita no passado e, por isso, utilizamos a carta como uma forma de ajudar as pessoas a quebrar o isolamento e a censura que tinham enfrentado antes. Os profissionais de saúde nos EUA e no estrangeiro tinham um forte desejo por este tipo de ligação e, por isso, rapidamente obtivemos milhares de assinaturas. Temos novos interesses todos os dias e conectamos profissionais de saúde comprometidos com uma Palestina livre com seus colegas para que possamos defender isso juntos. Os grupos locais dentro da nossa rede enfrentam lutas diferentes nos seus ambientes políticos únicos. Os grupos locais lideram e aprendemos uns com os outros e coordenamos esforços através da rede nacional.

2. Este ano foi uma espécie de ponto de inflexão para os trabalhadores da saúde em todo o mundo: assistimos a muitas greves gerais, cenários de esgotamento, movimentos de fuga de cérebros e organizações de trabalhadores da saúde a usar a sua voz e os seus sindicatos para falar sobre a realidade da saúde e dos sistemas de saúde em todo o mundo. Como vocês, como organização pró-segurança social e pró-paz e equidade, analisariam 2023?

Temos muita diversidade em nossa rede em termos de perspectiva política e experiências de organização. Existem defensores, organizadores, agitadores, artistas, curandeiros do movimento e profissionais de saúde revolucionários. Da perspectiva dos organizadores sindicais e da classe trabalhadora do nosso movimento que se concentram na saúde, e dado o facto de estarmos sediados nos Estados Unidos, existem algumas características do nosso terreno que é crucial ter em conta.

Os trabalhadores da saúde são da classe trabalhadora, mas a nossa consciência disto e a nossa expressão política desse facto objectivo variam. Nos Estados Unidos, há uma onda crescente de mão-de-obra e as vitórias sindicais de atendentes domiciliares, enfermeiros e médicos residentes têm sido uma parte importante disso. Tem havido trabalho para pressionar os sindicatos a dizerem a palavra “cessar-fogo”, com vitórias importantes nesta frente do CIR, NNU e SEIU. Tem sido uma luta árdua mesmo para esta modesta procura. Alguns profissionais de saúde norte-americanos também podem estar cientes, por exemplo, de que o NHS na Grã-Bretanha, que é fortemente sindicalizado, está sob constante ataque e ameaça de privatização. Isto mostra-nos que precisamos de estar envolvidos como líderes dos nossos sindicatos, mas também precisamos de nos juntar a lutas mais amplas para além dos muros dos nossos hospitais e clínicas. A luta em torno da Palestina destaca a necessidade de ligação entre múltiplas lutas.

Enquanto profissionais de saúde que testemunham as atrocidades cometidas contra os nossos colegas na Palestina, podemos ver uma contradição de princípio: Joe Biden e a classe dominante americana estão a gastar milhares de milhões de dólares para ajudar Israel a matar crianças e a bombardear hospitais. Ao mesmo tempo, estão a cortar o acesso ao Medicaid, o sistema de seguro público, a milhões de pessoas, sendo que 10 milhões já perderam o seguro este ano. Existem 140 milhões de pessoas pobres na América, embora muitas não se qualifiquem para o seguro público. Mesmo que seja a primeira vez que muitos tomam conhecimento da

ocupação, não é difícil para estas pessoas verem a depravação dos crimes de guerra de Israel, porque são financiados por um sistema que não lhes oferece absolutamente nada.

O Movimento Jovem da Palestina e o Exército Não-Violento Medicaid são apenas dois dos muitos grupos que estão a abordar o momento a partir desta perspectiva do internacionalismo da saúde. Também conhecemos e admiramos o trabalho do MST no Brasil. Esperamos que o nosso trabalho possa energizar e complementar o trabalho destas organizações. Por sua vez, esperamos que os profissionais de saúde da nossa rede possam tornar-se líderes mais fortes na defesa dos direitos humanos nos nossos locais de trabalho e fora deles.

3. Neste último ano, nós, como informantes dos movimentos e ações da sociedade social em direção e em torno da saúde pública, estivemos centrados e atraídos para três assuntos principais que se relacionam diretamente com a Palestina e como este conflito se comporta: determinação social e comercial da saúde - DSS - relacionada com questões sociais a desigualdade, as muitas tentativas de privatização e subsequente comercialização da saúde e as organizações multinacionais por trás disso; as alterações climáticas e a forma como estão a criar novos desafios para a consecução da saúde pública global; conflitos e como estes criam um espaço de excepcionalismo que impede o acesso a todas as operações básicas de segurança social e, finalmente, a reforma fiscal global numa tentativa de financiar as mudanças necessárias. As questões seguintes explorarão como estes aspectos se ligam à Palestina.

Temos assistido a uma intensa mobilização em todo o mundo para travar as tentativas de privatização da saúde – sendo o Reino Unido e a Itália excelentes exemplos. Esta normalização do não acesso às necessidades básicas e a normalização destes direitos como “coisas que você pode ou não pode comprar e, portanto, pode ou não ter acesso”. Podemos fazer um paralelo entre esta realidade e a realidade que temos visto em Gaza nas últimas décadas? Quer dizer, podemos dizer que isto piorou desde a escalada do conflito, mas ao povo da Palestina estão a ser negados os seus direitos - saúde, educação, liberdade, para citar alguns - por mais tempo através de uma normalização dos direitos como privilégios de alguns.

Sim, absolutamente. Concordamos que existe uma ligação profunda entre a dizimação dos sistemas de saúde no Norte Global - especialmente aqueles que servem os pobres, e a expropriação de sociedades inteiras no Sul Global. Ouvimos revolucionários palestinos e os seus aliados dizerem que “a Palestina pode libertar-nos”. Isto é verdade num sentido político e ideológico: a bravura do povo palestino normal que luta para sobreviver face à repressão brutal inspira-nos a apoiá-lo. Isto também é verdade no sentido político-económico: a sua luta está materialmente ligada à economia de guerra internacional, que priva a maioria das suas necessidades básicas. O governo israelita mata rotineiramente palestinos vulneráveis do ponto de vista médico, ao negar sistematicamente cuidados especializados através de um sistema de autorização médica, defendendo o apartheid médico em nome da securitização regional. Coloque as pessoas em primeiro lugar! A PA, outra organização dos pobres e despossuídos nos EUA, cantou canções sobre um cessar-fogo em Gaza, fora do Hospital Hahnemann, na Filadélfia. Este hospital atendeu a população pobre da cidade por mais de um século antes de ser comprado e vendido por um ganancioso incorporador imobiliário.

4. As forças israelitas têm estado – mais uma vez, muito antes de 7 de Outubro – a utilizar táticas associadas à destruição da natureza. Secar fontes de água com cimento, queimar oliveiras, queimar terras para que não possam mais ser utilizadas para a agricultura. Esta tática de guerra e terror fala com o atual desequilíbrio climático e as suas mudanças, numa altura em

que os alimentos e a água estão a ficar ainda mais escassos. Juntamente com isso, podemos ver os milhares de milhões a serem ganhos pela máquina de guerra – uma indústria cujo orçamento anual seria mais do que suficiente para lidar com novas formas de enfrentar as alterações climáticas. Poderemos dizer que estas táticas terroristas refletem a forma como o nosso sistema liberal trata a Terra e a forma como os conflitos e a máquina de guerra comercial exploram o clima e os trabalhadores em todo o mundo?

Não vimos profissionais de saúde organizados no terreno fazerem esta ligação nos EUA, embora, claro, seja outro componente fundamental do terreno. Reconhecemos a ligação política e econômica entre a devastação do ambiente e a economia de guerra americana. É imperativo que percebamos as ligações entre a luta palestina e Standing Rock, um marco da luta indígena nos Estados Unidos. Isto ajuda-nos a ver claramente a ligação entre o genocídio indígena e as lutas pela terra em nome do petróleo e dos interesses imperiais.

A ênfase nos cuidados de saúde é a ligação mais intuitiva para os profissionais de saúde porque os profissionais de saúde palestinos são uma secção visivelmente heróica da sociedade palestina. Esperamos que as lutas daqueles que trabalham na terra possam ajudar a tornar esta ligação real, porque a nossa sobrevivência depende, claro, do reconhecimento da forma como as catástrofes climáticas determinarão fundamentalmente a forma das nossas lutas políticas. Não podemos alcançar uma libertação significativa se não cuidarmos da terra e dos administradores indígenas da terra.

5. Um dos principais temas discutidos e levantados durante 2023 pelos movimentos internacionais da sociedade civil foi a extremamente necessária reforma tributária. Propostas que envolvem a criação de um imposto global dedicado ao crescimento da equidade, à solidificação dos direitos humanos e ao desenvolvimento, numa tentativa de promover um mundo melhor através da justiça social, climática e econômica. Qual seria a sua opinião como profissionais de saúde que defendem a Palestina neste assunto? Como podem os trabalhadores de todo o mundo exercer pressão para que isto aconteça e que aspectos precisam estar presentes para que este novo “manifesto fiscal” seja verdadeiramente pró-trabalhadores e pró-justiça?

Tal como acontece com o clima, estabelecer essas ligações com características enraizadas da nossa economia mundial capitalista é crucialmente importante, mas só poderemos conseguir movimento nestas questões se esta compreensão estiver incorporada na organização. Existem muitos fatores no terreno da organização e do ativismo nos Estados Unidos que nos limitam neste aspecto, mas também existem pontos fortes e potenciais. Embora muitos possam afirmar e compreender a ligação entre estas questões, há algo de especial na luta palestina que está a animar as pessoas em todo o mundo, incluindo as pessoas comuns nos Estados Unidos, muitas das quais estão a acordar para a realidade da situação pela primeira vez - nós comemoramos isso! Devemos realçar as ligações que são mais aparentes, a fim de ajudar as pessoas a manterem os seus compromissos nesta luta e na luta mais ampla necessária para libertar todas as pessoas pobres, despossuídas e colonizadas. Podemos construir estes entendimentos nas nossas organizações ao longo do tempo, e também em coligações.

Voices do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul

Voices of the Global South: UNOSSC, G-77, NAM and South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *In the last report of 2023, I offer a brief history and summary of the main activities of the Global South Organizations. Beginning with the appointment of the new UNOSSC director, who has been working tirelessly to promote and publicize the work of the United Nations Office for South-South Cooperation, identifying actions and partnerships at the highest possible level, including meetings with Heads of State and Government, as well as Heads of Mission, to fulfil the UNOSSC agenda. She attended all relevant UN conferences and took part in numerous meetings, events, and gatherings. The G-77 during Cuba's presidency did not miss an opportunity to highlight global inequalities, the economic slowdown exacerbated by the Covid-19 pandemic, and climate change as key factors in the current crises. From the start, they emphasized the importance of science and technology for development by organizing a summit in Havana that drew more than 130 dignitaries. They discussed the terms of the Global Digital Compact and the Summit of the Future for 2024 and they never stopped promoting the SDGs. The G-77 ends its mandate by reiterating the need for changes in the global economic order and financial architecture, and insisting that the countries of the South act creatively, with their own programs and their exchange of experiences. Together with the NAM, they reactivated the Coordination Committee of the G-77 and the Non-Aligned Movement, which returns to the scene, with the Ugandan presidency of both the G-77 and the Non-Aligned Movement in 2024. The MNA has reiterated its total commitment to multilateralism, solidarity, technology transfer, training and financing for developing countries and remains committed to defending peace. One of the most important initiatives of the year was the establishment of the Non-Aligned Youth Network, which has been very active and committed to creating national chapters and networks of young people capable of acting on the international stage. As for the South Centre, being an independent political thinker and research group, was at the forefront of discussions on intellectual property, patent processes, and the TRIPS agreement. They were always challenging the status quo in discussions about pandemic prevention, preparation, and response. They have published numerous research articles and policy briefs, as well as participated in multilateral forums on topics of interest to developing countries.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Neste último informe de 2023, faço um histórico e um sumário das principais atividades das Organizações do Sul-Global. A começar pela nomeação da nova diretora do UNOSSC que vem trabalhando com enorme disposição de impulsionar e divulgar o trabalho do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, identificando ações e parcerias no mais alto nível possível, incluindo reuniões com Chefes de Estado e de Governo e Chefes de missões, para cumprir a agenda do UNOSSC. Participou de diversas reuniões, eventos e encontros e esteve presente em todas as conferências relevantes da ONU. O G-77 na presidência de Cuba não perdeu a oportunidade de ressaltar as desigualdades do mundo, a desaceleração econômica acentuada pela pandemia do Covid-19 e as mudanças climáticas, como fatores importantes das crises atuais. Desde o início, destacaram a importância da Ciência e Tecnologia para o

Desenvolvimento promovendo uma Cúpula sobre o tema que reuniu em Havana, mais de 130 dignatários. Discutiram os termos do Pacto Digital Global e da Cúpula do Futuro de 2024 e nunca deixaram de impulsionar os ODS. O G-77 termina o ano reiterando a necessidade de mudanças na ordem econômica e na arquitetura financeira global, decididos de que os países do Sul atuem de forma criativa, com seus próprios programas e troca de experiências. Juntamente com o MNA, reativaram o Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados, que volta à cena, com a presidência de Uganda tanto no G-77 quanto no Movimento dos não-alinhados em 2024. O MNA tem reiterado seu total compromisso com o multilateralismo solidariedade, transferência de tecnologia, capacitação e financiamento para os países em desenvolvimento e segue empenhado em defender a paz. Uma das iniciativas mais importantes do ano foi o estabelecimento da Rede Jovem dos não alinhados que tem sido bastante ativa e empenhada em criar capítulos nacionais e redes de jovens capacitados a atuar no cenário internacional. O Centro Sul, sendo um grupo de reflexão política e pesquisa independente, esteve durante todo o ano de 2023 à frente das discussões sobre propriedade intelectual, processo de patentes e o acordo TRIPS. Foram bastante ativos nas discussões sobre a prevenção, preparação e resposta a pandemias e estavam sempre prontos a desafiar o status quo. Publicaram diversos artigos de pesquisa e resumos de políticas e discutiram temas de interesse para os países em desenvolvimento em fóruns multilaterais.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Histórico

Em 1974, a AGNU aprovou a criação de uma Unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Em 1978, foi realizada em Buenos Aires a Conferência de Alto Nível para promover e implementar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento que adotou um plano de ação que ficou conhecido como BAPA.

O BAPA ressaltava a cooperação técnica como um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes, ressaltou os princípios das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu recomendações para o financiamento nacional, regional, inter-regional e global. Neste cenário, a cooperação Sul-Sul começou a tomar forma no cenário mundial.

Como desdobramento do BAPA, foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul dentro da Organização das Nações Unidas e em 2012, essa unidade se transformou-se no Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) definindo a Cooperação Sul-Sul como o processo de troca de conhecimentos e recursos políticos, econômicos, sociais, ambientais ou técnicos entre os países do Sul Global

Atualmente, o UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos. Hoje também é conhecida como Cooperação multilateral.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento e seus benefícios vêm crescendo bastante.

Em suma, o UNOSSC promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC no ano de 2023

O UNOSSC tem facilitado conexões, compartilhado conhecimentos e melhores práticas, colaborado com redes de parceiros, e tem exercido sua influência e solidariedade internacional apoiando governos e incentivando a todos a responderem conjuntamente aos desafios atuais.

Depois de quase 3 anos de interinidade, o ano de 2023 começou com a nomeação da nova diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, uma profissional da área de desenvolvimento sustentável com mais de 25 anos de experiência em liderança dentro do PNUD.

A Diretora começou bastante ativa, alinhando o UNOSSC com os acontecimentos globais, identificando ações e parcerias no mais alto nível possível, incluindo Chefes de Estado e de Governo, para cumprir a agenda do UNOSSC. Reuniu-se com inúmeros embaixadores e chefes de missões para discutir e impulsionar a Cooperação Sul-Sul no mais alto nível e participou ainda de diversas reuniões, eventos, encontros e conferências.

Durante o *High Level Political Forum* (HLPF) de 2023, a diretora apresentou um manual produzido pelo UNOSSC, com orientações passo a passo, baseado em boas práticas e exemplos, sobre a integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular para os países apresentarem suas Revisões Voluntárias Nacionais durante o HLPF. Durante o Fórum, a diretora abordou o tema de como a integração das perspectivas de Cooperação Sul-Sul e Triangular na preparação das Revisões Voluntárias Nacionais podem acelerar o impacto dos ODS. Em tempo, as Revisões Nacionais Voluntárias facilitam o compartilhamento de experiências, incluindo sucessos, desafios e lições aprendidas, com vistas a acelerar a implementação da Agenda 2030.

Outro exemplo, digno de nota foi a participação do UNOSSC no Fórum para Financiamento (FfD 2023) do ECOSOC. Este Fórum oferece uma plataforma para diálogo inclusivo e multissetorial para enfrentar os atuais desafios globais e promover políticas para financiar prioridades de desenvolvimento sustentável de longo prazo, de acordo com seu mandato estabelecido na Agenda de Ação de Adis Abeba.

No entanto, o destaque mais importante do UNOSSC, este ano, foi a 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul realizada de 30 de maio a 2 de junho de 2023, cujo tema foi *“Acelerar a recuperação da pandemia da doença do coronavírus (Covid-19) e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e triangular”*.

Este Comitê, é o principal órgão de formulação de políticas sobre Cooperação Sul-Sul no sistema das Nações Unidas. É um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e se reúne a cada dois anos para:

- 1) Revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA);
- 2) Revisar a nova Estratégia para a Cooperação Sul-Sul;
- 3) Revisar o documento Final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul;
- 4) Revisar o documento Final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA + 40).

Durante o período, entre a 20ª sessão do Comitê e a 21ª sessão, o mundo viveu a pandemia do Covid-19, experimentou ainda alterações climáticas sérias, está sendo expectador da guerra na Ucrânia e mais recentemente vive o desastre humanitário na Faixa de Gaza.

O período da pandemia do Covid-19 foi testemunha do aumento da dívida dos países e consequente desaceleração econômica mundial. Este fato, restringiu a Cooperação Sul-Sul, mas também impulsionou os países em desenvolvimento e seus parceiros a se engajarem em iniciativas Sul-Sul robustas para a recuperação da pandemia, enfrentar a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul destacou a necessidade de maiores investimentos em saúde, educação, digitalização, tecnologias sustentáveis e melhor governança. Importante também desenvolver sistemas monetários e financeiros adequados e aumentar as capacidades produtivas dos países.

Ressaltou que a África e as entidades das Nações Unidas utilizaram da Cooperação Sul-Sul como forma de ampliar o acesso às vacinas e outros medicamentos contra o Covid-19 no continente.

A cooperação Sul-Sul também foi uma característica importantes dos Países Árabes para a recuperação do Covid-19, contribuindo para o desenvolvimento, assistência humanitária, construção da paz e apoio às políticas e programas humanitários que beneficiem os migrantes.

A região da Ásia e do Pacífico avançou com a Cooperação Sul-Sul por meio de múltiplas parcerias institucionais promovendo a integração sub-regional e regional para a recuperação socioeconômica pós pandemia, impulsionando o comércio e investimento, proteção ambiental, segurança marítima e inúmeras alianças colaborativas. Além disso, muitos países da região assinaram acordos para regular melhor suas vastas populações migrantes.

Na América Latina e Caribe houve fortalecimento de mecanismos institucionais para melhor gerir a cooperação Sul-Sul. A região também desenvolveu metodologias para medir a eficácia e o impacto dos programas de cooperação Sul-Sul e alavancaram outras iniciativas de cooperação Sul-Sul na prestação de serviços sociais, entre outras ações para acelerar a recuperação da pandemia.

Já os países desenvolvidos reforçaram compromissos de cooperação triangular por meio de recursos financeiros e conhecimento técnico para apoiar uma ampla gama de atividades para alcançar os ODS.

As organizações do setor privado e da sociedade civil reforçaram o diálogo para melhorar políticas e estratégias para facilitar o comércio e o desenvolvimento do setor privado para pequenas e médias e grandes empresas, contribuindo para uma Cooperação Sul-Sul eficaz.

Na corrida para 2030, a Cooperação Sul-Sul e Triangular tem sido um importante catalisador para ajudar os países do Sul a dar um salto em sua jornada de desenvolvimento.

Considerando-se que o multilateralismo vem crescendo, deve-se aproveitar esta oportunidade para construir redes; apoiar a formulação de políticas, facilitar a troca de conhecimentos e melhores práticas, apoiar projetos por meio dos fundos fiduciários gerenciados pelo UNOSSC e aumentar a conscientização de todos para defender o papel catalisador da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O UNOSSC desenvolveu diretrizes e módulos de treinamento para apoiar a integração da cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional e regional em coordenação com as Equipes Nacionais da ONU, o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento e as comissões regionais da ONU.

Este ano, o UNOSSC destacou que a era da cooperação unidirecional é coisa do passado, pois os países do Sul estão se envolvendo em modelos de aprendizagem colaborativa para compartilhar soluções sustentáveis e econômicas para enfrentar os desafios de desenvolvimento e os esforços de Cooperação Sul-Sul e Triangular devem alcançar um desenvolvimento ambientalmente sustentável e inclusivo por meio da colaboração em áreas transversais.

Grupo do G-77 + China

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Desde os preparativos para a UNCTAD I, que os países em desenvolvimento, que eram membros das Nações Unidas à época, já formavam um grupo coeso e sua união foi uma característica marcante na Conferência. Estes países em desenvolvimento compartilhavam o mesmo interesse, acreditavam na união e na solidariedade entre si e emergiram no final como uma força ainda maior. Ao ser publicada, a “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete” teve um significado histórico com repercussão em primeira página de vários jornais como “o fenômeno mais importante do pós-guerra”.

O impacto desta declaração e a união destes 77 países foi tão grande que a UNCTAD que era para ser uma única conferência marcou o início de uma nova era na evolução da cooperação internacional no campo do comércio e desenvolvimento, com importância fundamental para

apoiar os países em desenvolvimento a terem acesso aos benefícios de uma economia globalizada de forma mais justa e eficaz.

Mas esta conferência foi também uma oportunidade para que os países em desenvolvimento estabelecessem o Grupo dos 77 dentro das Nações Unidas para expressar sua preocupação com as questões relacionadas com o comércio e desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)²³³, Nairóbi (UNEP)²³⁴, Paris (UNESCO)²³⁵, Roma (FAO/IFAD)²³⁶, Viena (UNIDO)²³⁷ e Washington ((G-24)²³⁸.

Em 2023, a presidência do G-77 estava a cargo da República de Cuba e no próximo ano, 2024 a presidência estará a cargo de Uganda.

Destaques do G-77 + China no ano de 2023

Deve-se destacar que a presidência pró-tempore de Cuba no G-77 foi marcada por declarações contundentes e o Grupo nunca perdeu a oportunidade de ressaltar a desigualdade do mundo, a desaceleração econômica acentuada pela pandemia do Covid-19 e as mudanças climáticas, como fatores importantes das crises atuais.

Levando sempre em consideração que a previsão de crescimento global para 2023 era inferior a 3%, o G-77 e a China enfatizaram em todas as suas declarações que os preços dos alimentos, combustíveis e outras commodities estavam muito altos e o aumento das taxas de juros dificultou os fluxos de investimento estrangeiro direto e desvalorizou as moedas dos países em desenvolvimento. Isso contribuiu para o aumento da dívida dos países e suas capacidades de receber empréstimos nos mercados internacionais.

O Grupo destacou sempre a importância de recuperar simultaneamente as perdas e danos causados pelos impactos climáticos; a necessidade dos países se adaptarem à estas mudanças para evitarem maiores impactos no futuro e, desta forma, contribuir para as metas globais de mitigação e perda da biodiversidade. Sempre ressaltaram a necessidade da transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável e atingirem seus ODS.

A voz do G-77 e da China sempre foi para acelerar uma recuperação pós pandemia que fosse inclusiva e resiliente, que respeitasse o acesso universal a vacinas, medicamentos e tratamentos para o Covid-19. Reforçaram a necessidade de construir e fortalecer sistemas de saúde, além de reformar a arquitetura financeira internacional para facilitar o acesso ao

²³³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

²³⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

²³⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

²³⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

²³⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

²³⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

financiamento concessional para os países em desenvolvimento. Nunca deixaram de encorajar a eliminação de fluxos financeiros ilícitos e de investir em infraestrutura sustentável e resiliente.

Durante a Cúpula dos BRICS na África do Sul, afirmaram que o G-77 e os BRICS têm a oportunidade de gerar uma transformação histórica e a possibilidade de agir para mudar a ordem mundial injusta. Consideraram que esta não é uma opção, mas a única alternativa possível e, para tal, tanto o G-77 quanto os BRICS devem trabalhar neste sentido para garantir um futuro melhor para as gerações futuras.

Destacaram desde o início de seu mandato a importância da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e sempre que possível contribuiram para as discussões sobre o Pacto Digital Global para diminuir a divisão digital, melhorar a cooperação digital multilateral e expandir o papel das tecnologias digitais como facilitadores e aceleradores da Agenda 2030 e dos ODS.

Para tal, organizaram uma Cúpula "**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação**" que foi realizada em Havana na véspera da abertura da 78ª Assembleia geral da ONU, em setembro. Com a presença do Secretário Geral da ONU e mais de 130 países, a cúpula reuniu chefes de Estado, líderes mundiais e diversas organizações internacionais com o objetivo de discutir a injusta ordem econômica internacional que tem agravado a marginalização socioeconômica, técnica e científica de muitos países, com graves consequências para os países do Sul Global.

O anfitrião e presidente de Cuba e do G-77 deixou claro que a Cúpula ocorreu no momento em que a humanidade atingiu um potencial científico-técnico sem precedentes, e que se houvesse igualdade, equidade e justiça entre os países, se poderia garantir padrões de vida digna, confortável e sustentável para quase todos os habitantes do planeta. Neste momento da história em que o multilateralismo tende a se consolidar, a ciência e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento das nações e o cumprimento dos ODS e que considerando a quarta revolução industrial, deve-se aproveitar o momento para construir um século XXI sem exclusão, promovendo uma política de inovação robusta em cada país.

Outro ponto destacado pelo G-77, durante todo o ano, tem sido a luta para mudar a atual ordem financeira internacional injusta e insustentável que está perto de celebrar 50 anos e que começou depois da Declaração e Programa de Ação sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional ter sido aprovada em 1974.

Os efeitos da pandemia do Covid-19 seguem presentes no mundo e apesar de haver sinais de recuperação e um retorno gradual à vida normal nos países desenvolvidos, o Sul Global continua fortemente impactado, enfrentando uma escassez de suprimentos médicos, incluindo vacinas e a grande dificuldade financeira, além da dívida exacerbada pela pandemia, contribui para o desequilíbrio da ordem econômica internacional. O aumento dos preços dos alimentos e a barreira tecnológica que impactam o acesso à educação de qualidade e sistemas de saúde sustentáveis, são ainda mais presentes nestes países.

Portanto, não é razoável, e mais importante, não é justo que os países mais pobres gastem agora quatro vezes mais pagando dívidas com credores ricos do que com a saúde de sua população. Até o Banco Mundial indicou que, pela primeira vez em 25 anos, a pobreza extrema aumentou ao mesmo tempo em que a riqueza extrema também aumentou dramaticamente, com a pandemia.

Durante a 47ª sessão de Ministros de Relações Exteriores do G-77 que foi realizada durante a AGNU em setembro de 2023, foram considerados os desafios monumentais que hoje pairam sobre o Sul Global e, portanto, é mais urgente do que nunca que os países tenham uma reflexão construtiva do momento atual, alinhem suas ideias e alcancem o consenso, para que possam seguir adiante unidos. A 47ª sessão de Ministros de Relações Exteriores do G-77 também será lembrada pela reativação do **Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC)** depois de 9 anos interrompido, que volta à cena, com a presidência de Uganda tanto do G-77 como do Movimento dos não-alinhados em 2024.

Considerando os feitos do G-77 e da China no ano de 2023, desde as negociações para o Acordo definitivo sobre a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Marinha fora da Jurisdição Nacional; a Revisão Intercalar do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres até à Cúpula dos ODS e os preparativos para a Cúpula do Futuro, o G-77 e a China conseguiram se articular estrategicamente na defesa das posições dos países de seu grupo ressaltando sempre as reivindicações legítimas dos povos dos países do Sul.

Termina-se o ano reiterando, diversas vezes, a necessidade de mudanças na ordem econômica mundial e na arquitetura financeira global e declarações de “em vez de esperar ajuda do Norte é preciso que os países atuem de forma criativa, criando seus próprios programas e compartilhamento de capacidades e sucessos”.

Durante todo o tempo, o Norte acomodou o mundo aos seus interesses em detrimento do resto do mundo, cabe agora ao Sul mudar as regras do jogo e por isso, o G-77 está convocando uma Cúpula de Líderes do G-77 e da China, que terá lugar no dia 2 de dezembro de 2023, no contexto da COP28, em Dubai.

Movimento dos Não Alinhados

Neste último informe do ano de 2023, fazemos uma pequena revisão histórica do MNA, assim como sua atuação durante este ano, lembrando que o MNA é um fórum político que foi criado em 1961 em Belgrado, na antiga Iugoslávia, hoje Sérvia, como uma coligação de países que buscavam permanecer independente ou neutro e sem tomar partido na Guerra Fria.

Os membros fundadores (Índia, Gana, Egito, Indonésia e Iugoslávia) propunham uma união de respeito e cooperação entre os países em desenvolvimento e no cenário da Guerra Fria. Os países argumentavam que não queriam ser obrigados a se aliar com uma das duas super potências antagônicas e que deveriam sim, se unir e apoiar a auto determinação nacional contra qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo ou imperialismo.

O objetivo do MNA era garantir a independência nacional, a soberania, a integridade territorial e a segurança dos países em sua luta contra todas as formas de agressão estrangeira, ocupação, dominação, interferência ou hegemonia.

Como condição para fazer parte do movimento, o país não poderia ter assinado nenhum acordo militar multilateral com uma das grandes super potências. No entanto, a ideia de não alinhamento não significa que um país deveria remanescer passivo ou mesmo neutro na esfera da política internacional.

Ao contrário da (ONU) ou da OEA, o MNA não possui constituição formal ou secretariado permanente. Todos os membros do MNA têm igual peso dentro de sua organização e as posições do movimento são alcançadas por consenso na Conferência de Cúpulas de Chefes de

Estado ou de Governo, que geralmente se reúne a cada três anos, quando elege o novo presidente.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada Cúpula de Estado ou de Governo. No entanto, os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA ficou a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente do país na ONU.

Em 2024, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA, mais precisamente durante a 3ª Cúpula do Sul a ser realizada de 20 a 23 de janeiro em Kampala. Lembrando que a 1ª Cúpula do Sul foi realizada em Cuba no ano 2000 e a 2ª Cúpula do Sul foi realizada em 2005 no Catar.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da Iugoslávia, o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética nos anos 1990, tudo levava a crer que seria o fim do MNA, pois o movimento se tornaria praticamente irrelevante. No entanto, essa percepção foi passageira e hoje, o mundo está mais fragmentado do que nunca e as alianças são bem mais relevantes, reforçando a ideia do não alinhamento.

Atualmente, o MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Durante a pandemia do Covid-19, o MNA desempenhou um papel fundamental na mobilização e fortalecimento dos esforços globais para lidar com o impacto da pandemia, entre outras coisas, convocando uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU em resposta à pandemia de Covid-19 e iniciou uma resolução opcional garantindo equidade, acesso acessível, oportuno e universal para todos os países em resposta à pandemia de Covid-19; pelo conselho de direitos humanos e pela Assembleia Geral da ONU, bem como estabeleceu uma Força-Tarefa em resposta ao Covid-19 e proporcionou o lançamento do banco de dados de necessidades médicas e humanitárias dos Estados Membros do MNA em resposta à Covid-19. Este banco de dados foi utilizado pela OMS ao avaliar as necessidades dos países membros do MNA em relação ao Covid.

Desde então, o MNA vem reivindicando o acesso acessível, oportuno, equitativo e universal de todos os países às vacinas e insumos para combater a Covid-19 e vêm reafirmando sua posição em relação ao progresso social e desenvolvimento econômico de seus membros chamando a atenção para os desafios globais que requerem uma resposta global.

Ao mesmo tempo, o MNA tem reiterado seu total compromisso com o multilateralismo solidariedade, transferência de tecnologia, capacitação e financiamento para os países em desenvolvimento, em todos os seus pronunciamentos.

O MNA segue empenhado em defender a paz e a prosperidade, defendendo o fortalecimento dos três pilares das Nações Unidas, que são fundamentais para a Agenda 2030 e para alcançar uma ordem mundial equitativa e inclusiva.

Uma das iniciativas mais importantes do Azerbaijão, como presidente do MNA foi o estabelecimento da Rede Jovem dos não alinhados que tem sido bastante ativa.

O movimento jovem tem se apresentado em diversos fóruns, eventos e conferências, garantindo que os jovens estejam engajados de forma significativa nos assuntos globais. O movimento tem se empenhado em criar capítulos nacionais e redes de jovens e estão sempre discutindo temas atuais, especialmente no que se refere à capacitação de seus membros, tais como acesso à tecnologia digital e construção de resiliência de mulheres, jovens e meninas, destacando o dia Internacional de meninas em TIC e pediram mais bolsas de estudo para encorajar mulheres e meninas a seguirem carreiras em ciência e tecnologia.

Reuniram-se com a União Pan-Africana da Juventude para discutir a expansão do Movimento Jovem para os Conselhos Nacionais da Juventude no continente africano e estiveram ativamente presentes e organizaram a 1ª cúpula de inovação dos BRICS com o objetivo de apoiar e capacitar jovens empreendedores destes países e que somente nesta primeira edição recebeu mais de 40 projetos.

Em outro momento ajudaram a organizar um evento paralelo para o Fórum da Juventude do ECOSOC de 2023 sobre a recuperação do Covid-19 e perspectivas do Movimento Jovem dos Não Alinhados. E promoveram a capacitação de jovens para serem líderes no futuro com uma simulação de reunião ministerial dos MNA e um acampamento de verão.

Com a mudança de presidência pro-tempore do MNA em 2024, aguardaremos para ver como será o Movimento Jovem dos não-alinhados, nos próximos anos.

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Com um grupo forte de pesquisadores e analistas estão sempre prontos a destacar os assuntos polêmicos e de maior interesse para os países do Sul Global.

Durante todo o ano de 2023 estiveram à frente das discussões sobre políticas de Propriedade Intelectual e processo de patentes e o acordo TRIPS.

Ao mesmo tempo, o Centro Sul recebe apoio de embaixadores das missões permanentes da ONU para discutir temas de interesse para os países em desenvolvimento em fóruns multilaterais.

O Centro Sul esteve bastante ativo durante as reuniões para discutir a prevenção, preparação e resposta a pandemias, sempre prontos a desafiar o status quo. Em uma longa

publicação, estabeleceu a necessidade de fortalecer a OMS como ator principal da Saúde Global e em outra declaração, disse que existe um verdadeiro descompasso entre o que a OMS deveria e fazer e tem mandato para fazer e o que os países industrializados querem que a OMS faça.

Publicaram ainda durante o ano, diversas pesquisas e resumos de políticas instigantes como “De onde vem e para onde vai o dinheiro da saúde no mundo”.

Milei: sinais de moderação e clareza para não ingressar no BRICS

Milei: signs of moderation and clarity not to join BRICS

Claudia Hoirisch

Abstract: The newly elected Argentine president is abandoning his campaign speech with promises to close Argentina's Central Bank, dollarize the economy, cut off relations with Brazil and China. Little by little the president-elect, however, seems to catch up with reality. Now his Economy Minister, Luis Caputo, appointed by Mauricio Macri, states that dollarization may be possible in the long term, but does not guarantee that it will occur. Regarding Brazil and Mercosur, after criticizing the Brazilian president, Milei sent his future chancellor, Diana Mondino, to invite Lula to participate in his inauguration, which indicates a turnaround in relation to the initial contours of what Milei's foreign policy seemed to be. Brazil and Argentina have been historical partners since the 1980s and Brazil is the main destination for Argentine exports. Brazil and Argentina are fundamental today for Mercosur and essential for the regional intergovernmental organization to continue its integration process, eventually incorporating new partners and celebrating new trade agreements and cooperation with other countries and blocs, such as the European Union. Milei had also promised to sever diplomatic relations with China however is softening his tone after receiving a letter from Xi Jinping. In relation to these and the fulfilment of his other promises, Milei needs governability, which is more than winning elections. In other words, it is necessary to have a majority in Congress and Milei elected few deputies and senators. This means that he would not be able to pass a law that would remove Argentina from Mercosur. As for not joining the BRICS, it is foolish for Argentina not to accept the invitation to join the group. But let's hope that doesn't happen because Milei would only disrupt the group's functioning.

Keywords: Javier Milei. De-dollarization. Argentina-Brazil relations. Argentina-China relations. Mercosur. Argentina's entry into BRICS.

Resumo: O presidente argentino recém-eleito está abandonando o discurso de campanha como promessas de fechar o BC, dolarizar a economia, romper com o Brasil e China. Aos poucos, porém, parece tomar pé da realidade. Agora seu ministro da Economia, Luis Caputo, indicado por Mauricio Macri afirma que talvez a dolarização seja possível a longo prazo, mas não garante que ela ocorrerá. Com relação ao Brasil e ao Mercosul, após criticar o presidente brasileiro, Milei enviou a sua futura chanceler, Diana Mondino, para convidar Lula para participar de sua posse, o que indica uma reviravolta em relação aos contornos iniciais do que parecia ser a política externa de Milei. Brasil e Argentina são parceiros históricos desde os anos 80 e o Brasil é o principal destino das exportações argentinas. Brasil e Argentina são fundamentais hoje para o Mercosul e imprescindíveis para que a organização intergovernamental regional possa continuar o seu processo de integração, eventualmente incorporando novos parceiros e celebrando novos acordos comerciais com outros países e blocos, como a União Europeia. Milei também havia prometido romper relações diplomáticas com a China, mas está amaciando o tom após receber uma carta de Xi Jinping. Com relação a essas e à concretização das suas demais promessas, Milei necessita de governabilidade, que é mais do que ganhar as eleições. Ou seja, é preciso ter maioria no Congresso e Milei elegeu poucos deputados e senadores. Isso significa que ele não conseguiria aprovar uma lei que retirasse a Argentina do Mercosul. Quanto a não

adesão ao BRICS, é uma tolice a Argentina não aceitar o convite para entrar no grupo. Mas vamos torcer para que isso não aconteça porque Milei só iria atrapalhar o funcionamento do grupo.

Palavras-chave: Javier Milei. Desdolarização. Relação Argentina-Brasil. Relação Argentina-China. Mercosul. Ingresso da Argentina no BRICS.

Quem é Javier Milei e quem governará a Argentina de fato?

De acordo com a análise de José Luis Fiori e André Ferrari Haines²³⁹, o novo presidente da Argentina Javier Milei sempre foi um animador de programas televisivos, e menos um professor de economia. E foi nestes programas de televisão, que ele desenvolveu sua retórica contra tudo e contra todos, fazendo afirmações que escandalizavam a sociedade argentina, mas que foram conquistando o apoio de uma massa jovem, deslocada e desempregada da população cada vez mais desalentada com o estreitamento de suas oportunidades fora do mercado regulamentando de trabalho na Argentina. Milei se elegeu com o apoio de Mauricio Macri e Patricia Bullrich e este apoio só aconteceu depois de um acordo envolvendo a divisão de funções e cargos dentro do novo governo.

Para Fiori e Haines, o mais provável é que quem governe a Argentina seja Mauricio Macri junto com seu grupo de economistas e profissionais e sem apoio de nenhum dos 23 governadores provinciais da Argentina, e contando apenas com 35 deputados e 8 senadores, num Congresso Nacional de 257 deputados e 72 senadores.

Deste ponto de vista, descontados os arroubos de campanha (fechamento do Banco Central e dolarização), é de esperar que a política do novo presidente repita a política econômica e social do governo de Mauricio Macri entre 2015-2019, com um corte violento dos gastos públicos em educação, saúde e infraestruturas, aumento da tributação sobre os mais pobres e classes médias, e uma nova abertura e privatização da economia – com olho posto na mina dourada dos recursos naturais a serem explorados nas reservas de Vaca Muerta²⁴⁰, o segundo reservatório de gás de xisto do mundo e o quarto em petróleo não convencional.

Na visão de Fiori e Haines, o que o novo governo propõe é a entrega do controle das divisas do país nas mãos da classe agroexportadora, descendente direta da velha oligarquia pampeana que governou o país até a década de 1930. Antes, portanto, do surgimento do Estado de bem-estar social argentino – que é exatamente o que o novo presidente se propõe a desmontar de forma integral²⁴¹.

O que muito provavelmente deverá provocar, como em outros lugares e ocasiões, a falência de dezenas de pequenas e médias empresas, fortalecendo o predomínio do enriquecimento financeiro através da tutela dos programas de austeridade e o endividamento contínuo e crescente no FMI.

Com o inevitável aumento da miséria da maioria da população que terá que sobreviver sem os atuais subsídios governamentais para transporte público, saúde e educação.

²³⁹ <https://aterraeredonda.com.br/javier-milei-espalhafato-e-mesmice/>

²⁴⁰ Responsável pela metade da produção de hidrocarbonetos da Argentina.

²⁴¹ <https://aterraeredonda.com.br/javier-milei-espalhafato-e-mesmice/>

Em síntese, liberalismo antiestatal, mercantilização de tudo, inclusive dos órgãos humanos, individualismo radical inclusive na questão do seguro para a saúde e a velhice, e privatização definitiva do que foi reestatizado pelo governo de Alberto Fernandez²⁴².

Quase exatamente a mesma política do empresário direitista Mauricio Macri, entre 2015 e 2019. Neste sentido, nada de novo debaixo do sol.

Aliás, se o novo presidente aplicar integralmente o seu programa econômico, o mais provável é que não termine seu mandato, como já aconteceu com outros presidentes que foram obrigados a renunciar antes do fim dos seus mandatos, atropelados pela hiperinflação²⁴³.

Do ponto de vista geopolítico e da política externa, o que deveríamos esperar do novo presidente argentino é um alinhamento com os Estados Unidos, com críticas à China e à Rússia e gestos de provocação com relação ao governo brasileiro. Mas logo após sair o resultado da eleição, algumas contendas estão se apaziguando.

Proposta de dolarização da economia, rixas com a China e Brasil, desembarque do Mercosul e não adesão ao BRICS

Antes das eleições, Milei prometeu dolarizar a economia. Na opinião de Nogueira Batista Jr. a dolarização será difícil de implementar diante de uma possível hiperinflação. Isso porque quem dolariza perde autonomia monetária e flexibilidade cambial e monetária, subordina-se a política monetária do país emissor da moeda adotada, no caso os EUA, e perde flexibilidade para socorrer o sistema financeiro em momentos de crise financeira sistêmica²⁴⁴. Nogueira Batista Jr. especulou que o novo governo poderia primeiro buscar um ajuste fiscal antes de abordar questões como a dolarização. Na prática, a medida é complexa e dificilmente poderia ser feita de forma imediata porque, atualmente, a Argentina não tem reservas cambiais em dólares em volume suficiente.

Em sua campanha para a eleição, Milei, adotou um tom sugerindo que não faria negócios com a China devido às restrições do governo às liberdades individuais. Só que o presidente chinês, Xi Jinping, enviou uma carta para Milei parabenizando-o pelos resultados das eleições. Depois de lê-la, o futuro presidente da Argentina que assumirá o cargo em 10 de dezembro suavizou o tom das críticas feitas anteriormente à China e enviou à Xi Jinping os mais sinceros votos de bem-estar para o povo chinês.

A China é o segundo maior parceiro comercial da Argentina, depois do Brasil.

Em sua mensagem de congratulações ao líder sul-americano, Xi disse que atribui grande importância ao desenvolvimento das relações entre a China e a Argentina²⁴⁵. "Estou pronto para trabalhar com o presidente eleito Milei para dar continuidade à amizade entre a China e a Argentina, ajudar o desenvolvimento e a revitalização de nossos respectivos países por meio da cooperação e promover o desenvolvimento estável e de longo alcance das relações entre a China e a Argentina", disse Xi em sua mensagem a Milei. Xi acrescentou que ambos são grandes países em desenvolvimento e importantes países de mercados emergentes que têm apoiado firmemente um ao outro em questões que envolvem seus interesses fundamentais.

²⁴² <https://aterraeredonda.com.br/javier-milei-espalhafato-e-mesmice/>

²⁴³ <https://aterraeredonda.com.br/javier-milei-espalhafato-e-mesmice/>

²⁴⁴ <https://www.nogueirabatista.com.br/2023/11/21/consequencias-da-eleicao-de-milei/>

²⁴⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-muda-o-tom-e-agradece-a-xi-jinping-por-carta-parabenizando-eleicao-argentina/>

Após tensões entre o presidente eleito da Argentina e o presidente Lula, Milei convidou o presidente brasileiro para sua posse.

No documento de uma página, Milei expressou seu desejo de que Argentina e Brasil, grandes parceiros comerciais, continuem “compartilhando áreas de complementaridade”. E espera que ele e Lula compartilhem “uma etapa de trabalho frutífero e de construção de laços.”

Fontes do governo afirmam que o presidente não deverá comparecer à posse de Milei.

A despeito do que tenha dito sobre Lula ou a respeito das relações com o Brasil, Milei irá assumir uma Argentina com uma economia extremamente conectada à brasileira. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) do Brasil mostram que a Argentina é, há anos, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China (1º) e os Estados Unidos (2º).

Uma das consequências políticas para o Brasil é o reforço do Bolsonarismo no Brasil.

Em relação ao Mercosul, Nogueira Batista Jr. disse que em seu entendimento a Argentina não sairá do Mercosul porque isso poderia afetar a cadeia produtiva automotiva entre Brasil e Argentina. Há uma integração muito forte entre cadeias produtivas do Brasil e da Argentina, como no setor automotivo²⁴⁶.

O empresariado e a direita tradicional argentina não permitirão que o novo presidente vá muito além das suas fanfarras de campanha, rompendo relações com China ou com o Brasil e nem é provável que os argentinos se retirem do Mercosul.

Já em relação à incorporação da Argentina aos BRICS, o caso é diferente. Apesar da adesão da Argentina ao grupo ser uma parte central da estratégia do presidente brasileiro para a sua liderança na América do Sul e na América Latina, Milei insiste que irá aderir ao BRICS. Batista Jr. tem a percepção que "seria uma tolice a Argentina não aceitar o convite para entrar nos BRICS, torce para que não entrem porque Milei só iria atrapalhar"²⁴⁷.

Milei herdará um país em crise econômica, com uma inflação anual de três dígitos, reservas internacionais esgotadas e uma taxa de pobreza que ultrapassou 40%.

²⁴⁶ <https://www.brasil247.com/entrevistas/milei-so-iria-atrapalhar-os-brics-diz-paulo-nogueira-batista-junior>

²⁴⁷ https://www.brasil247.com/entrevistas/milei-so-iria-atrapalhar-os-brics-diz-paulo-nogueira-batista-junior#google_vignette

O ano de 2023 na América Latina: saúde, política e integração regional

El año de 2023 en Latinoamérica: salud, política e integración regional

Sebastian Tobar

Miryam Minayo

Samia de Brito

Resumen. En nuestro informe de diciembre repasamos los principales temas políticos, sanitarios y económicos de América Latina. También analizamos el papel de la CEPAL y la SEGIB en la COP28. Destacamos el lanzamiento del informe "Panorama Social de América Latina y el Caribe 2023: la inclusión laboral como eje central del desarrollo social inclusivo" de la CEPAL. Además, describimos las acciones llevadas a cabo por ORAS-CONHU sobre salud mental en la región andina; por SECOMISCA en el lanzamiento de la Política Regional de Salud 2023-2030 del SICA y por la OTCA que celebró la XIV Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores del Tratado de Cooperación Amazónica y finalmente, buscamos elementos para explicar el aumento de las tensiones entre Venezuela y Guyana en la región del Esequibo.

Palabras-clave: América Latina y el Caribe. Salud. Integración regional. Mercosur.

Resumo. No informe de dezembro, trouxemos uma retrospectiva sobre os principais assuntos relacionados a política, saúde e economia na América Latina. Discutimos também o papel da CEPAL e da SEGIB na COP28. Destacamos o lançamento do relatório "Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023: a inclusão laboral como eixo central para o desenvolvimento social inclusivo" pela CEPAL. Além disso, descrevemos ações realizadas pela ORAS-CONHU na temática de saúde mental na região andina; pela SECOMISCA no lançamento da Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030 e pela OTCA que realizou XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica e por fim, buscamos elementos para explicar o aumento de tensões entre Venezuela e Guiana na região de Esequibo.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Integração regional. Mercosul.

Retrospectiva latino-americana em 2023

Chegamos ao mês de dezembro e talvez valha a pena fazer uma retrospectiva da região num ano que passou muito rápido e repleto de acontecimentos a nível internacional.

Sem dúvida, a pose do presidente Lula e a afirmação do "Brasil está de volta" significou um forte protagonismo na região, que começou com uma importante atuação na **VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)**, que foi realizada no dia 24 de janeiro de 2023, com a presença de 15 chefes de Estado e de Governo e representantes de 33 Estados da América Latina e Caribe.

Na VII Cúpula, a Argentina transferiu a Presidência Pro Tempore para São Vicente e Granadinas e o retorno do Brasil a esta Comunidade previu uma revitalização da CELAC. No

entanto, talvez devido à fraca liderança de São Vicente e Granadinas, ou à existência de outros arranjos de governança multilateral, a CELAC não decolou durante 2023.

A presidência Argentina da CELAC impulsionou importantes temas na agenda da saúde, o que se refletiu na Declaração de Buenos Aires. Sob o título de estratégia de saúde, foi promovida a importância de coordenar as capacidades nacionais para melhor enfrentar os desafios de saúde atuais e futuros, promovendo uma abordagem de solidariedade e cooperação. Propôs-se garantir o acesso à saúde a grupos em situação de vulnerabilidade e/ou historicamente discriminados, como indígenas, afrodescendentes, mulheres, crianças, jovens, deficientes e pessoas com deficiência e falou-se em avançar a soberania sanitária através da postulação do “Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC²⁴⁸”, desenvolvido pela CEPAL. No entanto, os Ministros da Saúde da CELAC, tendo superado o contexto pandêmico da COVID-19, parecem não ter reconhecido a necessidade de se reunirem para continuar o trabalho nesta importante direção.

Da mesma forma, o ano de 2023 começou com uma série de processos eleitorais políticos, onde os países da região elegeram os seus presidentes e com considerável polarização na região. Mesmo com os resultados definitivos destes complexos processos eleitorais, ainda não sabemos como os alinhamentos geopolíticos e os processos de integração em curso na região serão impactados. O triunfo de Milei na Argentina, de Santiago Peña no Paraguai, de Daniel Noboa no Equador, somado à fujimorização do Governo do Peru, poderá sem dúvida provocar mudanças no equilíbrio da força regional da América do Sul, do Mercosul e que poderá impactar a CELAC e a OEA. Em particular, há duas questões sobre o MERCOSUL que merecem consideração, como a relação com o Brasil, especialmente com o presidente Lula, e a “Novela” ainda inacabada do Acordo do MERCOSUL com a União Europeia.

A saga dos processos eleitorais na região se repetirá durante 2024, com eleições em fevereiro: em El Salvador, em maio: em Panamá; em junho: em México, julho: em República Dominicana, outubro e novembro: Primeira e Segunda Rodada no Uruguai; e dezembro na República Bolivariana da Venezuela.

Como apontamos ao longo dos Cadernos CRIS durante 2023, a partir de estudos como o Latinobarómetro²⁴⁹, que levantam as opiniões dos cidadãos, observa-se que antes da pandemia o ponto mais baixo era observado em quase todos os indicadores de apoio ao sistema democrático, satisfação e confiança com as instituições político-eleitorais. O relatório Latinobarómetro fala de “***Recessão Democrática na América Latina***” que se expressa no baixo

²⁴⁸ O Plano define e prioriza sete linhas de ação: 1. fortalecer os mecanismos internacionais para a aquisição conjunta de vacinas e medicamentos essenciais; 2. utilizar mecanismos públicos de aquisição de medicamentos para o desenvolvimento e fortalecimento dos mercados regionais; 3. criar consórcios para o desenvolvimento e produção de vacinas; 4. implementar uma plataforma regional para ensaios clínicos; 5. aproveitar as flexibilidades regulamentares para aceder à propriedade intelectual; 6. fortalecer os mecanismos regulatórios de convergência e reconhecimento vigentes nos países; e 7. fortalecer os sistemas de saúde primários para o acesso universal às vacinas e a sua distribuição equitativa. Ver BUSS, P.; TOBAR, S. & MINAYO, M. Cúpula da CELAC reafirma aliança regional para enfrentar a pandemia e produzir vacinas. Rio de Janeiro: Bloco do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, set. 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Cupula-da-Celac-reafirma-alianca-regional-para-enfrentar-a-pandemia-e-produzir-vacinas-por-Paulo-Buss-Sebastian-Tobar-e-Miryam-Minayo>

²⁴⁹ O Latinobarómetro é um estudo de opinião pública que realiza anualmente cerca de 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos, representando mais de 600 milhões de habitantes. <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

apoio à democracia, no aumento da indiferença ao tipo de regime, na preferência e atitudes a favor do autoritarismo, no colapso da atuação dos governos e a imagem dos partidos políticos.

Nesse sentido, é importante refletir sobre o triunfo destes Presidentes na região, onde muitas vezes estes “extrema direita” chegam ao poder exigindo mudanças e votados pelos segmentos mais jovens da população, que parecem desencantados com as elites políticas²⁵⁰.

Mas nem tudo é apocalipse, temos também a expectativa de vitória ou consolidação da Frente Ampla nas eleições uruguaias até 2025²⁵¹ (Yamandú Orsi, prefeito de Canelones é o favorito da Frente) e no México onde Claudia Sheinbaum do Partido Movimento de Regeneração Nacional parece liderar as pesquisas de intenção de voto.

Neste cenário, observamos que do outro lado do Atlântico²⁵², também há algumas tendências para a direita ou extrema direita. A vitória de Geert Wilders na Holanda não é um fato surpreendente, mas uma tendência observada em todas as democracias ocidentais.

Outra questão em destaque em 2023 é a busca da Europa e dos Estado Unidos para recuperar um papel de liderança na região dado que a China que tem assumido um papel forte na América Latina. Num momento geopolítico em que a Europa olha para a América Latina procurando reconquistar a liderança e interessada nas possibilidades de abastecimento alimentar e energético, dificultadas pela guerra com a Ucrânia, foi organizada na República Dominicana a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado, impulsionando o lema: *“Juntos por uma Ibero-America Justa e Sustentavel”*.

Como observamos nos Cadernos, a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado aconteceu em um momento em que a Espanha assumiu a Presidência da UE e havia expectativas que seriam fortalecidas ações para estreitamento dos laços e estabelecimento de um círculo virtuoso e mutuamente benéfico.

²⁵⁰ O Latinobarómetro destaca a fraqueza das elites simbolizadas nos presidentes da república: 21 presidentes condenados por corrupção, 20 presidentes que não terminam o seu mandato, presidentes que forçam a sua permanência no poder violando as regras de reeleição. Um terço dos presidentes eleitos desde o início da transição transgrediram as regras da democracia. Valem mais os personalismos, que acabam ofuscando os partidos políticos. Esta fraqueza leva à atomização do sistema partidário e ao colapso da sua imagem e legitimidade.

O estudo também destaca o colapso do desempenho do governo refletido na baixa satisfação com a democracia. A pandemia aprofunda esta insatisfação e desta forma influencia a imagem da democracia.

²⁵¹ No Uruguai, 42% da população consultada votaria na Frente Ampla, 30% no Partido Nacional, 4% no Partido Colorado, 2% no Cabildo Abierto e 1% no Partido Independente. Ou seja, a oposição a Lacalle Pou está 12 pontos à frente do partido do governo. <https://www.lapoliticaonline.com/internacionales/uruguay-una-encuesta-ubica-a-la-oposicion-12-puntos-arriba-del-oficialismo-a-un-ano-las-elecciones/>

²⁵² A Itália é governada por Giorgia Meloni, do partido Irmãos da Itália, que pode ser descrito como de extrema direita; Viktor Orbán governa a Hungria desde 2010 e está na extrema direita; o Partido Finlandês entrou numa coligação governamental em Helsinki; Os Democratas Suecos são parceiros de facto do Governo de Estocolmo e em Espanha, o Vox é a terceira força política no Congresso e com representação nos governos autónomos de Aragão, Múrcia, Comunidade Valenciana, Castela e Leão e Extremadura. Na França, Marine Le Pen lidera as pesquisas sobre Emmanuel Macron nas eleições presidenciais de 2027. O governo de Netanyahu é uma coalizão de extrema direita, temperada pela guerra de Israel contra o Hamas. Para mais informação vide: FOIX, L (2023) *“La centralidad europea (y el “centrismo”), amenazados por los extremos”*. Disponível em: https://www.clarin.com/opinion/centralidad-europea-centrismo-amenazados-extremos_0_q2d5HhdOqE.html

As principais prioridades, que vem sendo trabalhadas na Ibero-América, tem sido:

1. **Carta Ibero-Americana do Meio Ambiente** que consolida a visão compartilhada diante dos desafios da mudança climática, da perda de biodiversidade e da poluição, e estabelece diretrizes para orientar a regulamentação e as políticas públicas nestas matérias.

2. **Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos Digitais** que coloca as pessoas no centro da transformação digital inclusiva, aborda as lacunas existentes e evita novas, e promove princípios que os Estados devem ter em mente ao implementar as legislações nacionais e implementar políticas públicas políticas.

3. **Estratégia para alcançar a segurança alimentar** que propõe, entre outras medidas, aumentar o comércio intrarregional e desenvolver cadeias produtivas mais resilientes, consolidar a agricultura familiar, ampliar o acesso a financiamentos para transformar os sistemas agroalimentares e fortalecer a infraestrutura digital rural.

4. **Comunicado Especial sobre Arquitetura Financeira Internacional** que sistematiza uma proposta de caminhar para um sistema financeiro internacional mais justo, inclusivo e flexível, que permita aos países ibero-americanos enfrentar melhor os processos.

Como pode se observar na COP28, os países da região têm interesse sobre a mudança climática, de fato os países do MERCOSUL vão negociar conjuntamente muito dos temas na referida região. Mais uma apreciação é que o guarda-chuva ibero-americano não conseguirá acolher uma posição diplomática comum. Uma questão que se coloca é se os valores, tradições e princípios compartilhados pela Comunidade Ibero Americana serão um amalgama que integrará seus membros, com oportunidades de articulação com a Europa, ou se as oportunidades comerciais e os interesses económicos com China serão prevalentes

Talvez, como no tango: "*Cuesta Bajo*" de Gardel e Lepera²⁵³, as Cimeiras Ibero-Americanas carreguem "*a vergonha de ter sido e a dor de não mais ser*" no sentido de que, embora continuem a realizar-se, promovem Cartas, Estratégias e iniciativas como o Registro de Redes de Cooperação e tentam formular documentos ou iniciativas, não têm o poder de modelar comportamentos e liderar aos países da região, assim como não possuem financiamento para sua implementação.

Embora UE considerava a América Latina e o Caribe como uma região mais "*euro_compatível*", a larga "novela" das negociações entre a UE e o MERCOSUL brinda uma evidência de que ninguém está interessado em assinar acordos que possam prejudicar a suas indústrias ou suas economias.

As cláusulas ambientais do Acordo MERCOSUL/UE têm sido colocadas como um dos impedimentos para o avanço, argumentando o desmatamento do Amazonas e seu impacto para a mudança climática e o meio ambiente. No entanto, a União Europeia continua salvaguardando seu mercado agrícola, tornando-o altamente protegido para os produtos agrícolas do Mercosul.

O Brasil tem manifestado preocupação pelo seu Complexo Produtivo Industrial da Saúde e como o Acordo MERCOSUL/UE pode funcionar como uma camisa de força para o seu desenvolvimento.

²⁵³ <https://gardelradio.com/cuesta-abajo-carlos-gardel-letra-tango/>

Quando parecia que ia ser alcançado um acordo entre as partes²⁵⁴, tendo em vista a futura cimeira desta quinta-feira, 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, Brasil, o chanceler argentino²⁵⁵ afirmou que: *"O MERCOSUL – UE acordo iniciado em 2019 tem um impacto negativo na indústria do MERCOSUL, sem reportar benefícios para suas exportações agrícolas, que são limitadas por cotas muito restritivas e sujeitas a regulamentações ambientais unilaterais que as expõem a vulnerabilidades futuras."*

Nesse sentido, Santiago Cafiero afirmou que o Pacto Verde, que a UE estabeleceu em 2019, logo após o início da busca por um acordo com o Mercosul, *"hoje já acarreta custos e restrições mais elevados para as exportações de alimentos e outros produtos do MERCOSUL"*.

Mesmo assim, o Chanceler Argentino diminuiu o tom dizendo que *"Continuaremos trabalhando para conseguir as incorporações necessárias para que as lacunas e assimetrias entre os dois blocos não só não aumentem, cristalizando o MERCOSUL como fornecedor de matérias-primas, mas sejam reduzidas na formação de cadeias de valor equilibradas"*, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, tinha declarado em Setembro passado que se o acordo não fosse assinado até 6 de Dezembro, não continuaria as negociações com a UE quando o seu país assumisse a presidência pro tempore do bloco latino-americano. Santiago Peña afirmou²⁵⁶: *"Se não fechar, não continuarei no próximo semestre"*, assinalando que as negociações entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE) morreriam, justamente quando o Paraguai recebe do Brasil a transferência da presidência pro tempore do bloco, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Embora o Acordo MERCOSUL/UE não pareça prosperar, na próxima Cúpula de Presidentes será assinado entre **MERCOSUL e a República de Singapura o Acordo de Livre Comércio**²⁵⁷ no qual reafirmam o seu compromisso de continuar a fortalecer e diversificar as suas relações comerciais e de investimento, o compromisso de continuar a fortalecer e diversificar as suas relações comerciais e de investimento.

O Acordo visa a melhoria da competitividade das suas empresas nos mercados globais e as condições de concorrência leal através do alcance de objetivos como: promover o desenvolvimento econômico e social, criar novas oportunidades de emprego, melhorar os padrões de vida e garantir elevados níveis de saúde e segurança e de proteção ambiental.

²⁵⁴ Nas últimas horas, os presidentes da Espanha, Pedro Sánchez, e do Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva, concordaram em dar um último "empurrão político" para que a UE e o Mercosul possam finalmente fechar o acordo. Foi em Dubai, onde ambos participam da Conferência das Partes (COP28) sobre mudanças climáticas. Porém, também a partir daí, falou o presidente francês, Emmanuel Macron, que se manifestou contra o acordo, considerando que: *"não faz bem a ninguém"*. <https://www.elpais.com.uy/mundo/argentina/argentina-en-la-recta-final-tranca-el-acuerdo-entre-union-europea-mercosur>

²⁵⁵ <https://www.lanacion.com.ar/politica/argentina-no-firmara-el-acuerdo-del-mercosur-con-la-union-europea-en-la-cumbre-de-esta-semana-nid03122023/>

²⁵⁶ <https://www.france24.com/es/programas/econom%C3%ADa/20230926-paraguay-dice-que-no-negociar%C3%A1-con-la-ue-el-acuerdo-de-mercosur-en-su-presidencia-del-bloque>

²⁵⁷ <https://www.mercosur.int/acuerdo-mercosur-singapur/#:~:text=El%20MERCOSUR%20y%20la%20Rep%C3%ABlica,relaciones%20comerciales%20y%20de%20inversi%C3%B3n.>

Além disso, nas últimas semanas, o MERCOSUL ampliou seus estados membros: a Bolívia foi aceita como membro pleno do Mercosul²⁵⁸, depois que o Senado do Brasil²⁵⁹, último obstáculo que faltava para o governo do presidente Luis Arce, aprovou nas últimas horas a entrada no bloco que também compõem: Argentina, Uruguai e Paraguai.

Finalmente, se no lado político-comercial a Cúpula do dia 7 de dezembro ainda encontra incertezas, no âmbito da saúde, os Ministros da Saúde do MERCOSUL já têm uma agenda definida. Neste sentido, os Ministros enfatizam o compromisso com o acesso universal, equitativo e integral à saúde e a importância de ações concertadas para fortalecer as capacidades nacionais e regionais para a produção de insumos, medicamentos, vacinas e outras tecnologias de saúde em busca de auto-realização e suficiência regional²⁶⁰.

Da mesma forma, foi reconhecida a importância da ação proativa e coordenada dos Estados Partes e Estados Associados do Mercosul nas esferas multilaterais da saúde, com base em uma visão comum de promoção da equidade, da solidariedade e do acesso integral à saúde. A coordenação foi destacada nas negociações em curso no âmbito do Órgão de Negociação Intergovernamental da OMS (INB) para desenvolver um instrumento internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias, bem como no Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR).

Entre os aspectos destacados está a importância da coordenação das ações de vigilância em saúde, e neste contexto foi comemorado o lançamento do primeiro Boletim Epidemiológico do Mercosul, que tem como objetivo compartilhar informações epidemiológicas sobre doenças e ocorrências relevantes para a saúde pública entre os Estados Partes do Mercosul, para apoiar estratégias de ação integradas.

Foi enfatizada a vontade de aprofundar as ações de cooperação em saúde na fronteira e comemorados os resultados do projeto “Promovendo Fronteiras Saudáveis e Seguras do Mercosul”, realizado com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que tem permitido avançar na abordagem epidemiológica conjunta. atividades de vigilância; vacinação na fronteira; estabelecimento de redes de urgência e emergência; e desenvolvimento de um plano de contingência para preparação e resposta a emergências de saúde pública.

Por fim, reconheceu-se a importância da ação concertada entre os Estados Partes na implementação do Plano Operacional da Estratégia do Mercosul sobre Mudanças Climáticas e Saúde, especialmente ações para adaptar os sistemas nacionais de saúde aos efeitos das mudanças climáticas, com ênfase na vulnerabilidade, riscos e resiliência de sistemas, bem como a coordenação na participação na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), em Dubai.

²⁵⁸ <https://www.ambito.com/mundo/bolivia-se-incorporo-como-miembro-pleno-del-mercosur-es-un-hito-historico-n5887872#:~:text=Bolivia%20fue%20incorporada%20como%20miembro%20pleno%20del%20Mercosur&text=Bolivia%20fue%20aceptado%20como%20miembro,la%20Argentina%2C%20Uruguay%20y%20Paraguay.>

²⁵⁹ <https://www.poder360.com.br/congresso/senado-aprova-entrada-da-bolivia-no-mercosul/>

²⁶⁰ Como atividades preparatórias para a criação do texto do comunicado foi realizado o primeiro “Curso de Produção e Desenvolvimento de Vacinas para Estados Partes e Associados do Mercosul”, organizado pela FIOCRUZ em aliança estratégica com Butantán e OPAS.

Acordo Mercosul - UE na COP-28²⁶¹ 262 263

Ainda sob a presidência pro tempore brasileira, o presidente Lula se reuniu com o seu homônimo francês em Dubai, no âmbito 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28), para conversar sobre o Acordo UE -Mercosul.

No entanto, as divergências persistem entre os líderes. Macron expressou que o acordo atual é contraditório às ações do Brasil e da França, criticando sua falta de consideração pela biodiversidade e clima. Ele descreveu o acordo como antiquado, focado no desmantelamento de tarifas, e enfatizou a necessidade de regras de descarbonização equiparáveis às da UE no Mercosul.

O presidente francês rejeitou a proposta do acordo na forma atual, questionando a ideia de criar um mercado em processo de descarbonização na França enquanto permitia a importação de produtos do Mercosul com emissões mais altas. Em suas palavras: Não posso pedir aos nossos agricultores, aos nossos industriais na França e em toda a Europa, que se esforcem para descarbonizar e, ao mesmo tempo, dizer que estou eliminando todas as tarifas para introduzir produtos que não seguem essas regras”.

O presidente brasileiro, por sua vez, lembrou que sempre foi mais desafiador chegar a um acordo com a França, pois o país é mais protecionista e afirmou que “se não houver acordo, paciência. Não será por falta de vontade. Se não se concretizar, não será por falta de vontade dos sul-americanos, mas pelo protecionismo dos europeus”. Lula lembrou ainda que o país já não é colonizado, é independente. Ele expressou o desejo de ser tratado com o respeito de nações independentes que têm produtos para oferecer, enfatizando que os itens disponíveis têm um preço. A sua expectativa é alcançar um equilíbrio justo nas negociações. Em caso de falta de acordo, ele ressaltou a importância de esclarecer responsabilidades, deixando claro quem é o culpado pela ausência de um entendimento.

As declarações de Macron ressaltam as complexidades e desafios subjacentes nas negociações comerciais entre os blocos e destacam a importância das questões ambientais na ratificação do acordo. Mas, se a posição francesa já representava um desafio praticamente intransponível para que o acordo fosse fechado na próxima cúpula do Mercosul, em 7 de dezembro, os esforços da presidência pro tempore brasileira receberam a pá de cal com a declaração do ainda presidente argentino. Alberto Fernandez comunicou ao Brasil que não terá condições de assumir novos compromissos nas negociações e que pretende deixar as decisões pendentes para Milei. Por tanto, o Mercosul e a União Europeia desistiram de fechar um acordo de livre comércio na próxima semana.

Paraguai já havia avisado: “hasta la vista UE”²⁶⁴

O Paraguai parece já estar cumprindo a sua promessa. Santiago Peña, consolidou sua perspectiva de redirecionar o foco comercial do Mercosul para os Emirados Árabes Unidos,

²⁶¹ <https://ladiaria.com.uy/mundo/articulo/2023/12/lula-sobre-el-tratado-entre-el-mercosur-y-la-ue-si-no-hay-acuerdo-paciencia/>

²⁶² <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/emmanuel-macron-critico-el-acuerdo-mercosur-ue-y-le-envio-un-mensaje-a-javier-milei-nid02122023/>

²⁶³ <https://euroefe.euractiv.es/section/latinoamerica/news/lula-dice-que-el-mercosur-y-la-union-europea-pueden-terminar-sin-un-acuerdo/>

²⁶⁴ <https://www.lapoliticaonline.com/paraguay/politica-py/pena-busca-cerrar-con-emiratos-en-mercosur-y-reemplazar-a-la-union-europea/>

Singapura e outras nações asiáticas durante sua visita a Dubai, no contexto da COP28. Durante sua reunião com o líder emiradense, Mohamed bin Zayed Al Nahyan, foram discutidas questões relacionadas ao fortalecimento das relações bilaterais, integração, projetos sustentáveis e futuros investimentos em infraestrutura e tecnologia.

Essa abordagem de Peña é uma resposta à falta de acordo com a União Europeia, refletindo sua decisão de priorizar novos mercados e impulsionar tratados com nações como as do Golfo, Singapura, Coreia do Sul, Japão e Índia. O presidente paraguaio havia pressionado Lula da Silva para concluir o acordo com a UE antes da cúpula do Mercosul em dezembro. No entanto, caso não haja avanços, Peña indicou sua disposição de renunciar ao acordo com a Europa durante sua presidência pro tempore no Mercosul, buscando parcerias alternativas.

O contexto é de grande complexidade das negociações globais e de busca por alternativas diante e fortalecimento de parcerias estratégicas com nações fora do escopo tradicional do Mercosul.

CEPAL na COP 28²⁶⁵

Durante a COP 28, o Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), José Manuel Salazar-Xirinachs, destacou a oportunidade histórica que os líderes mundiais enfrentam para transformar os modelos de desenvolvimento em direção a uma maior produtividade, inclusão e sustentabilidade. Ele participou de um evento paralelo sobre o papel dos parlamentares latino-americanos e caribenhos na construção de um desenvolvimento verde e inclusivo, ressaltando a extrema vulnerabilidade da região às mudanças climáticas.

O Secretário enfatizou o papel crucial da América Latina e do Caribe na descarbonização global, destacando a importância da ciência, inovação e tecnologia. Ele ressaltou a necessidade de construir acordos para um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável, dando ênfase a princípios como transparência e justiça ambiental. Ele mencionou o Acordo de Escazú, que entrou em vigor em 2021, como um marco na proteção dos direitos humanos dos defensores do meio ambiente.

Durante sua fala, José Manuel Salazar-Xirinachs destacou que a América Latina e o Caribe contribuem relativamente pouco para as mudanças climáticas, sendo responsáveis por menos de 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. No entanto, ressaltou que a região é extremamente vulnerável ao aquecimento global. Essa vulnerabilidade se deve a duas razões principais. Por um lado, a região está geograficamente situada em uma zona exposta a fenômenos meteorológicos extremos causados pelas mudanças climáticas. Por outro lado, os países da região têm menos recursos disponíveis para se adaptar às novas condições climáticas.

Salazar-Xirinachs ressaltou que a proposta da CEPAL, denominada “Grande Impulso para a Sustentabilidade”, busca coordenar políticas para mobilizar investimentos estratégicos em áreas como eletromobilidade, transição energética e economia circular. Essas políticas, de acordo com estimativas, podem aumentar o PIB em 5,2% até 2030, lideradas por um impulso de investimento de 8,5%, aceleração na criação de empregos de 3,4%, salários médios 8% mais altos e uma redução de 35% nas emissões de gases de efeito estufa.

Por fim, ele elogiou o Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa (OPCC) como uma plataforma para o diálogo interparlamentar, valorizando a assinatura de uma

²⁶⁵ <https://www.cepal.org/es/noticias/jose-manuel-salazar-xirinachs-la-cop28-tenemos-oportunidad-historica-transformar-modelos>

Declaração Conjunta na COP28 que expressará a voz comum dos legisladores comprometidos com um modelo de desenvolvimento verde, sustentável, inclusivo e justo.

CEPAL: Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023²⁶⁶

O relatório “Panorama Social da América Latina e do Caribe 2023: a inclusão laboral como eixo central para o desenvolvimento social inclusivo” revela mudanças significativas na situação econômica e social da América Latina.

Em 2022, a pobreza diminuiu para 29% da população, atingindo 181 milhões de pessoas, uma redução de 1,2 pontos percentuais desde o início da pandemia. A pobreza extrema, afetando 70 milhões de pessoas, manteve-se em níveis semelhantes a 2019, situando-se em 11,2%. Apesar desses avanços, a CEPAL alerta para o baixo crescimento econômico projetado para 2023, com uma estimativa de 1,7%, inferior aos 3,8% registrados em 2022 e possivelmente descendo para 1,5% em 2024.

O Secretário Executivo da CEPAL destacou que a redução da pobreza não é motivo de celebração, uma vez que mais de 180 milhões de pessoas na região ainda não têm renda suficiente para cobrir suas necessidades básicas. A incidência da pobreza é mais elevada entre mulheres, população indígena e residentes em zonas rurais, atingindo preocupantes 42,5% na população infantil e adolescente.

O relatório também revela que a criação de empregos entre 2014 e 2023 foi a mais baixa desde a década de 1950, com uma queda de 8,2% em 2020 durante a pandemia, a única registrada nos últimos 70 anos. Aproximadamente metade das pessoas ocupadas na região tem empregos informais, enquanto um em cada cinco vive em situação de pobreza. Além disso, 40% recebem salários inferiores ao salário-mínimo e metade não contribui para sistemas de pensões.

Embora haja alguma melhoria em certos aspectos dos mercados de trabalho entre 2020 e 2022, a CEPAL destaca que a região enfrenta uma crise em câmera lenta em termos de inclusão laboral. A inserção no trabalho remunerado é essencial, mas é necessário acesso a empregos produtivos e bem remunerados, com proteção social, especialmente para mulheres e jovens.

Quanto à desigualdade de renda, embora tenha diminuído em 2022 em comparação com 2019, ainda é elevada. Na América Latina, o décimo de renda mais alto recebe rendimentos 21 vezes superiores ao décimo de menor renda. Em 2021, a riqueza de apenas 105 pessoas representou quase 9% do PIB regional. Salazar-Xirinachs destaca que a região está presa em uma dupla armadilha estrutural de baixo crescimento e altos níveis de pobreza e desigualdade. Ele enfatiza a necessidade de passar da inserção laboral para a inclusão laboral para alcançar um desenvolvimento social inclusivo, destacando o vínculo entre políticas de desenvolvimento produtivo, trabalhista e de proteção social.

No âmbito laboral, o relatório destaca disparidades significativas entre homens e mulheres na América Latina. Em 2022, a taxa de participação no mercado de trabalho dos homens foi de 74,5%, enquanto a das mulheres ficou em apenas 51,9%, gerando uma lacuna de 22,6 pontos percentuais. Além disso, as mulheres enfrentaram taxas de desemprego mais altas, registrando 8,6% em comparação com os 5,8% dos homens no mesmo período.

²⁶⁶ <https://www.cepal.org/es/comunicados/pobreza-america-latina-volvio-niveles-prepandemia-2022-informo-la-cepal-llamado-urgente>

A CEPAL identifica a carga de trabalho de cuidados como a principal barreira para a inclusão laboral das mulheres. A taxa de participação das mulheres em lares com crianças foi de 61,6%, inferior aos 73,5% em lares sem crianças, destacando a influência das responsabilidades de cuidado na participação laboral das mulheres.

É salientado que o trabalho doméstico é uma das principais fontes de emprego para as mulheres na América Latina, mas, apesar de sua contribuição significativa, o rendimento médio das trabalhadoras domésticas é a metade do que recebem as mulheres empregadas em outros setores.

O relatório também aborda o aumento da presença de migrantes nos mercados de trabalho da região. Embora contribuam para as economias e sociedades dos países de destino, os migrantes enfrentam maiores dificuldades para sua inclusão laboral devido às condições precárias e instáveis de trabalho, agravadas por sua situação de irregularidade.

Finalmente, em relação aos gastos sociais do governo central, o relatório aponta que aumentaram em resposta à pandemia, atingindo o pico em 2020, mas têm diminuído desde então. A heterogeneidade nos níveis de gastos sociais entre países e sub-regiões é evidente, com três países superando 14,5% do PIB, enquanto cinco estão abaixo de 10% do PIB. O desafio apresentado é manter um crescimento sustentado dos gastos públicos sociais para garantir a sustentabilidade financeira das políticas de inclusão laboral, concluindo assim o relatório da CEPAL.

SEGIB na COP 28²⁶⁷

No mês de março de 2023, na XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado, realizada na República Dominicana, foi aprovada a Carta Ambiental Ibero-Americana. Este acordo político reflete as visões dos países ibero-americanos diante dos desafios ambientais, incluindo as alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição. A carta reafirma o compromisso da região com acordos internacionais e reconhece sua importância estratégica em biodiversidade e serviços ecossistêmicos globais.

Os países ibero-americanos concordaram em emitir uma declaração especial²⁶⁸ na COP 28i, marcando a primeira vez que a Comunidade Ibero-Americana se pronuncia perante a COP com uma voz coletiva. A declaração destaca a importância do multilateralismo e cooperação internacional para enfrentar os desafios globais das alterações climáticas, reafirmando os compromissos climáticos e apelando à aceleração dos esforços para cumprir os objetivos da Convenção e do Acordo de Paris.

A declaração aborda também os desafios específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento, incluindo vulnerabilidades, desafios financeiros e impactos fiscais. Há um apelo à mobilização de recursos para cumprir os compromissos financeiros dos países desenvolvidos e operacionalizar o Fundo para Perdas e Danos, com ênfase na América Latina e no Caribe.

A Iberoamérica destaca a prioridade dada à agenda de adaptação, ligada às perdas e danos causados pela crescente intensidade de fenômenos extremos. Os países esperam a definição de uma meta global de adaptação nas negociações em Dubai. A declaração insta à

²⁶⁷ <https://www.segib.org/jorge-andres-osorio-iberoamerica-unida-ante-la-cop-28/>

²⁶⁸ <https://www.segib.org/?document=carta-medioambiental-iberoamericana-compromiso-con-las-proximas-generaciones-iberoamericanas>

aceleração da ação e ao aumento da ambição nas futuras Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), aproveitando o balanço global sobre a implementação do Acordo de Paris que será realizado no âmbito da COP 28.

Através dessa declaração conjunta, a Comunidade Ibero-Americana reitera seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, resiliente e de baixas emissões, destacando os desafios, prioridades e características únicas da região nesse caminho.

ORAS-CONHU e OIM realizaram o “II Congresso Internacional de Saúde Mental através do Curso da Vida”²⁶⁹

O Congresso Internacional de Saúde Mental através do Curso da Vida, realizado na sede da Comunidade Andina, teve como objetivo compartilhar experiências exitosas e medidas implementadas por instituições e países que podem ser promovidas para alcance de uma melhoria na saúde mental. O evento deu foco aos grupos que apresentam maiores riscos de sofrer com transtornos da saúde mental como crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e migrantes.

Na abertura, a secretária executiva da ORAS-CONHU, Maria del Carmen Dávila, afirmou que uma em quatro pessoas no mundo padece de algum transtorno psicológico. E adicionou que grande parte dessas pessoas não tem acesso aos tratamentos ou cuidados já que esses são caros, inadequados ou escassos. Por isso, a secretária sinalizou que é necessário trabalhar para alcançar justiça em saúde.

Maria del Carmem Dávila ainda recordou que os investimentos em saúde mental são baixos dentro do orçamento em saúde e adicionou que os ministros da saúde andinos emitiram a Resolução XXXIX REMSAA 548 na qual se comprometeram a fortalecer os serviços de saúde mental e incrementas os investimentos em saúde mental.

A OIM, representada pelo coordenador da Unidade de Migração e Saúde da Organização Internacional para as Migrações, Jorge Martín, indicou que a organização assiste a população migrante e refugiada. Segundo ele, “OIM promove uma migração segura, ordenada e regular, mas isso não seria possível se não há saúde mental. Vivemos em tempos muito complexos e é evidente trabalharmos juntos pela saúde mental”.

A OMS, representada pela diretora do Programa Subregional para América do Sul, Maria Dolores Rosales, adicionou que é necessário seguir trabalhando de forma conjunta nas políticas regionais que permitam a saúde e o bem-estar psicossocial.

O evento contou com expositores nacionais e internacionais dos EUA, Canadá, Costa Rica, Suriname, Brasil, Uruguay e Espanha.

SECOMISCA realiza o lançamento oficial da Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030²⁷⁰

No dia 30 de novembro, a Secretaria Executiva do COMISCA apresentou oficialmente a Política Regional de Saúde do SICA 2023-2030 a representantes do setor de saúde, secretarias executivas do SICA e sócios cooperantes.

²⁶⁹ <https://www.orasconhu.org/es/region-de-las-americas-y-espana-intercambian-experiencias-exitosas-en-manejo-de-salud-mental>

²⁷⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-lanzamiento-oficial-de-la-politica-regional-de-salud-del-sica-2023-2030_1_133314.html

A Política Regional de Saúde do Sistema de Integração Centroamericana (PRSS) tem como objetivo constituir-se como marco orientador para uma abordagem regional da Determinação Social da Saúde e a equidade em saúde através do trabalho intersetorial e fortalecimento da governança regional e nacional a fim de melhorar a saúde das populações e sua capacidade de alcançar o potencial máximo em saúde.

A PRSS foi aprovada pelo Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana no dia 23 de setembro de 2023 em reunião extraordinária. O documento foi resultado de consultas virtuais e oficinas presenciais para identificar, definir e validar 6 prioridades políticas com suas respectivas 37 linhas de ação que articulam os esforços regionais em matéria de saúde, considerando desafios pós-Covid e levando em consideração a importância da Agenda 2030.

XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica ²⁷¹²⁷²

No dia 23/11, foi realizada na sede da OTCA a XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica. No encontro, Ministros das Relações Exteriores e altos representantes dos oito países amazônicos aprovaram 29 resoluções.

A reunião foi presidida pelo Ministro brasileiro, Mauro Vieira, que destacou avanço pós Cúpula da Amazônia em planos para a região amazônica. Segundo Vieira, “Trata-se de iniciativas a favor do desenvolvimento sustentável, da promoção de saúde, da luta contra a exploração ilegal da madeira e dos recursos econômicos, da promoção da ciência e da tecnologia e da melhoria das condições de vida das famílias que vivem na floresta”.

Em seu discurso, a secretária da OTCA, Alexandra Moreira, ressaltou a importância de fortalecer a identidade amazônica como base para busca de soluções nas esferas ambiental, social, econômica e cultural.

Finalmente, Marina Silva, ministra brasileira do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, afirmou que o diálogo e o fortalecimento da cooperação regional é uma prioridade para o governo brasileiro. Afirmou que “Queremos avançar na construção de uma agenda objetiva com instrumentos claros voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta”.

Participaram do evento os Ministros das Relações Exteriores do Suriname, da Venezuela e os Embaixadores do Equador, do Peru e a Vice-ministra de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia.

Como produto da Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA foi emitida a Declaração de Brasília. O documento entre outros assuntos destacou

1. A reativação das Comissões Especiais em nível ministerial na Organização, incluindo as de Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Saúde; Educação; Assuntos Indígenas; Transporte, Infraestrutura e Comunicações e Turismo e a criação da Comissão de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços;
2. Primeira Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento;

²⁷¹<http://otca.org/pt/xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-aprova-29-resolucoes/>

²⁷² Leia a Declaração de Brasília -XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica em: <http://otca.org/pt/declaracao-de-brasilia-xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>

3. A importância de fortalecer a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Acordo de Paris;

4. Preocupação com a grave seca na Amazônia, agravada pelo fenômeno El Niño. Formação de um grupo de trabalho na XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores a desenvolver, prioritariamente, uma Estratégia Amazônica de Gestão de Risco de Desastres frente ao fenômeno El Niño.

Questão entre Venezuela e Guiana: disputa pela região de Esequibo^{273,274,275}

O governo venezuelano convocou para o dia 03/12 um referendo que busca um apoio social sobre a posição frente a Esequibo, território oficialmente guianense.

Esequibo é uma região historicamente discutida entre os dois países e data da colonização do continente americano. No período de fundação da Capitania Geral da Venezuela, Esequibo fez parte do território da Venezuela, continuando assim mesmo depois da Independência da Venezuela frente ao Império Espanhol. No entanto, o Reino Unido firmou um pacto com os Países Baixos para adquirir um território ao lado da Venezuela. Em fins do século XIX, o Laudo Arbitral de Paris deu parecer favorável ao Reino Unido e o território ficou oficialmente incorporado a, então, Guiana Inglesa. No entanto, no século XX, um advogado parte da defesa venezuelana denunciou fraude no julgamento e que os juízes haviam sido parciais em favor do Reino Unido. Essa denúncia fez com que a Venezuela declarasse o laudo “nulo e írrito”.

Antes da concessão da independência à Guiana (1966), o Reino Unido pactuou com a Venezuela o Acordo de Genebra que reconhecia a reclamação da Venezuela e que buscava encontrar soluções satisfatórias para resolver a disputa. Nos anos posteriores a independência da Guiana, não houve saída para o litígio territorial, a pesar de iniciativas de bons ofícios lideradas pela ONU. No período do governo Chavez, o conflito esmoreceu devido as boas relações entre o líder bolivariano e o governo guianense.

No entanto, a região de Esequibo ganha nova visibilidade a partir do ano de 2015, dado ao descobrimento de jazidas de petróleo na região pela multinacional ExxonMobil. Além de petróleo, a região também é rica em reservas de ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita, alumínio e outros minerais. É importante recordar que, concomitantemente, em 2015 se aprofundou a crise econômica e política na Venezuela.

A temática volta com importância na agenda do presidente Maduro pela importância econômica, mas também político dado que se aproxima as eleições nacionais em que Maduro deve disputar com a rival eleita, Maria Corina Machado. O momento de buscar “união nacional” e legitimidade pode favorecer a imagem do governo. Além do mais, a temática tem forte apelo nacionalista e renova ressentimentos contra potências imperialistas.

No referendo do dia 03/12, o governo venezuelano consultou os venezuelanos sobre os direitos do país sobre Esequibo. O referendo foi composto por 5 perguntas que trazia temas como o rechaço ao laudo arbitral de Paris de 1899, apoio ao Acordo de Genebra de 1966, oposição aos pareceres da Corte Internacional de Justiça que discutiam a temática, oposição a

²⁷³ <https://www.bbc.com/mundo/articles/cpwp6zz89l6o>

²⁷⁴ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/12/01/corte-de-haia-da-vitoria-a-guiana-contrareferendo-promovido-por-venezuela.htm>

²⁷⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye223n456go>

decisão da Guiana de decisão unilateral pela definição do mar territorial e apoio a um plano de outorga de cidadania venezuelana para as populações da região.

Apesar de a Corte Internacional de Justiça ²⁷⁶ emitir decisão, no dia 01/12, contrária ao intento de Maduro, a população venezuelana, segundo o Conselho Nacional Eleitoral, decidiu apoiar o governo em seu pleito. Em resposta aos resultados do referendo, Maduro afirmou que “o povo venezuelano falou alto e claro e esta vitória pertence a todo o povo da Venezuela sem discriminação”.

Do lado de Georgetown, Irfaan Ali respondeu a Maduro afirmando que “[...] nada do que digam, nenhuma quantidade de propaganda ou mentira gerará medo em meu coração ou no coração de qualquer guianês”. O presidente Irfaan Ali já havia afirmado anteriormente “que ninguém comenta nem um só erro. O Esequibo é nosso, cada centímetro quadrado”.

As tensões já estavam acaloradas antes mesmo do resultado, em fins de novembro, o vice-presidente Bharrat Jagdeo já havia dado declarações sobre a possibilidade de estabelecimentos de bases militares estrangeiras em território guianês em meio a uma visita dos EUA ao país. O próprio presidente Irfaan Ali já havia afirmado “que ninguém comenta nem um só erro. O Esequibo é nosso, cada centímetro quadrado”. No mesmo período, o ministro da Defesa da Venezuela, General Vladimir Padrino Lopez, fez um apelo para a “ir ao combate”.

O conflito já chama atenção e movimenta iniciativas pelo lado brasileiro, vizinho da região. Nos últimos dias, o Brasil já reforçou a presença militar e diplomática para a região de Roraima. Em novembro, o presidente Lula já havia conversado com o presidente guianês sobre o tema e o assessor-especial para assuntos internacionais, Celso Amorim, se reuniu com Nicolas Maduro para discutir o tema e expressar a preocupação com a tensão e a necessidade de uma resolução pacífica.

²⁷⁶ O governo venezuelano não aceita a competência da CIJ no assunto, somente reconhece o Acordo de Genebra como instrumento jurídico válido.

3ª Conferência Internacional de Saúde Pública em África
3rd International Conference on Public Health in Africa (CPHIA2023)

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report presents the 3rd Conference on Public Health in Africa, which this year was organised by the African Union and Africa CDC in collaboration with the Zambian Ministry of Health and its National Institute of Public Health and took place from 27 to 30 November in the capital Lusaka, under the slogan "Overcoming barriers and repositioning Africa in Global Health", with nine (9) themes spread over plenary sessions, various parallel sessions, abstracts and dozens of official side events. It also features cooperation actions between SADC and the European Union in the field of peace and security in the region, the IKS is promoting industrial development in SADC, and the regional organisation has launched a new evaluation framework for sexual and reproductive health and rights and set up the BESS Consortium to accelerate the energy transition in Africa. Finally, AGIA received more than \$175 million to boost green infrastructure in the region.*

Keywords: *African Union. Africa CDC. Global health. COP28. Development.*

Resumo: Este Informe repercute a 3ª Conferência sobre Saúde Pública em África que este ano foi organizada pela União Africana e o CDC África em colaboração com o Ministério da Saúde da Zâmbia e seu Instituto Nacional de Saúde Pública e decorreu de 27 a 30 de novembro na capital Lusaca, sob o lema "Vencer barreiras e reposicionar a África na Saúde Global", com nove (9) temas distribuídos pelas sessões plenárias, diversas sessões paralelas, resumos (*abstracts*) e dezenas de eventos paralelos oficiais. Igualmente, traz ações de cooperação entre a SADC e a União Europeia no domínio da paz e segurança na região, do IKS na promoção do desenvolvimento industrial na SADC, tendo essa organização regional lançado um novo marco de avaliação para saúde e direitos sexuais e reprodutivos e constituído o Consórcio BESS para acelerar a transição energética em África. Por fim, a AGIA recebeu mais de US\$ 175 milhões para impulsionar infraestruturas verdes na região.

CDC África – 3ª Conferência Internacional Anual sobre Saúde Pública em África (CPHIA 2023), Lusaca, 27 a 30 de novembro

A Conferência Internacional Anual sobre Saúde Pública em África (CPHIA) é organizada pelos CDC África e proporciona uma plataforma para os líderes de todo o continente refletirem sobre as lições aprendidas na saúde e na ciência, e alinharem-se num caminho a seguir para a criação de sistemas de saúde mais resilientes.

Imagem 1: Audiência no Mulungushi International Conference Centre, Kenneth Kaunda Wing, em Lusaca



Fonte: Michael Gwarisa, HealthTimes, 2023

A CPHIA 2023 é a terceira edição cuja primeira foi realizada virtualmente em 2021 e presencialmente em Kigali, no Ruanda, em 2022.

Este ano, a CPHIA foi organizada pela União Africana e o CDC África em colaboração com o Ministério da Saúde da Zâmbia e seu Instituto Nacional de Saúde Pública (ZNPPI, *Zâmbia National Public Health Institute*) e decorreu de 27 a 30 de novembro na capital Lusaca, sob o lema “Vencer barreiras e reposicionar a África na Saúde Global” – lema esse desdobrado em nove (9) temas (*Tracks*) distribuídos pelas sessões plenárias, diversas sessões paralelas, resumos (*abstracts*) e dezenas de eventos paralelos oficiais.

Com base na experiência da [CPHIA 2022](#), a CPHIA 2023 mostrou como o continente está a derrubar barreiras, reafirmando África como uma potência na ciência e inovação, geradora de novos conhecimentos, produtos de saúde e progresso exemplar.



À medida que os países africanos aceleram a concretização de uma Nova Ordem de Saúde Pública, estratégia continental definida pelo CDC África, acredite-se que as CPHIA ajudem o desenvolvimento de uma África mais saudável e próspera tanto para o continente quanto para o mundo.

A CPHIA 2023 contou com a participação de representantes de instituições acadêmicas e governamentais, organizações nacionais, regionais, comunitárias e religiosas, empresas do setor privado, pesquisadores e profissionais de saúde da linha da frente.

Em resumo, a CPHIA teve 5 100 presenças, 90 países, 45 sessões distribuídas pelos 9 temas (*tracks*) e 97 eventos paralelos presenciais que fizeram desta conferência o evento com a maior participação desde 2021 acompanhado remotamente por cerca de 10 000 profissionais de saúde.

O Diretor-Geral da OMS foi galardoado pelo reconhecimento do seu papel crucial na criação do CDC África. O Diretor-Geral anunciou na sessão de encerramento que a 4ª CPHIA 2024 será realizada em Marrocos.

Imagem 2: O Diretor-Geral da OMS homenageado pelo CDC África e testemunhado pelo Presidente da Zâmbia, Primeira-Ministra da Namíbia e pela Diretora Regional da OMS para a África.



Fonte: CDC África, 2023.

Discurso de abertura do Diretor – Geral do CDC África na Pré-conferência da juventude africana

A seguir e na íntegra, reproduzimos esse.

Senhoras e senhores, estimados delegados, ilustres convidados e, mais importante ainda, os vibrantes e dinâmicos líderes jovens de África,

É com grande prazer que estou hoje diante de vós na abertura da Pré-Conferência da Juventude, à margem da 3ª Conferência Internacional Anual sobre Saúde Pública em África. Esta reunião marca uma ocasião importante — uma celebração da liderança juvenil, da inovação e do compromisso com a construção de uma África mais segura e saudável.

Ao embarcarmos nesta Pré-Conferência da Juventude sem precedentes, estamos a testemunhar um desenvolvimento histórico na governação da saúde pública no continente africano. Esta conferência, organizada sob o tema “Liderança juvenil para uma África mais segura e saudável”, sublinha o papel fundamental que a juventude deve desempenhar na definição da segurança sanitária do nosso continente.

Os jovens, que constituem cerca de 65% da população de África, são reconhecidos ao longo da história pelo seu entusiasmo, inovação e energia. Ainda assim, o envolvimento real dos jovens em processos críticos de tomada de decisão precisa de melhorar, apesar deste reconhecimento. As consequências da pandemia da Covid-19 aumentaram a urgência de mudanças. Além de promover o envolvimento, a Pré-Conferência da Juventude 2023 pretende ver a semente que impulsiona a juventude vibrante de África para papéis de liderança na saúde pública.

Excelências, estimados delegados juvenis, Senhoras e Senhores,

Estamos aqui porque reconhecemos que uma África mais segura e saudável vai além da ausência de guerra e das disparidades socioeconómicas difusas. Trata-se de alcançar um estado de completo bem-estar físico, mental e social, conforme exemplificado pelos desafios colocados pela pandemia da Covid-19. A pandemia tem sido dura, enfatizando a necessidade de uma infraestrutura de saúde robusta e de sistemas de saúde resilientes.

Face a estes desafios, o CDC África, em alinhamento com a Nova Ordem de Saúde Pública para África, lançou a Equipa Consultiva Juvenil para a Saúde (YAT4H, Youth Advisory Team for Health) e organizou esta Pré-Conferência para amplificar as vozes e perspectivas dos jovens promotores de mudanças. Isto não é apenas um reconhecimento do seu potencial, mas um reconhecimento da sua capacidade de impulsionar mudanças transformadoras.

A pandemia da Covid-19 destacou o poder das iniciativas lideradas por jovens, como a Iniciativa Bingwa de Vacinação contra a Covid-19 da União Africana. Os jovens africanos assumiram o comando, liderando iniciativas populares que contribuíram para o aumento das taxas de vacinação em todo o continente. Os seus esforços para enfrentar não só os desafios da distribuição de vacinas, mas também a infodemia mais ampla de informações falsas demonstraram o tremendo poder dos jovens na definição da agenda de saúde de África. Os jovens africanos também estiveram na vanguarda da inovação e do desenvolvimento de novas soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades durante a pandemia. Bingwa não se trata apenas de defender a vacinação, mas promove um sentimento de apropriação, capacitação e um compromisso coletivo com a saúde pública.

Tenho o prazer de anunciar que a Pré-Conferência da Juventude deste ano e a principal Conferência Internacional Anual contarão com uma impressionante variedade de apresentações de posters de jovens africanos notáveis. Estas apresentações mostrarão a engenhosidade e a pesquisa inovadora dos nossos líderes emergentes, tanto na vanguarda da Pré-Conferência da Juventude como nas discussões mais amplas no CPHIA. Esta plataforma proporciona uma oportunidade inestimável para estas mentes jovens partilharem as suas descobertas, inovações e conhecimentos, promovendo a troca de conhecimentos e a colaboração que contribuirão, sem dúvida, para o avanço dos cuidados de saúde em África. E esta plataforma oferece uma oportunidade para as gerações mais velhas ouvirem e aprenderem com os nossos jovens. O compromisso de mostrar as conquistas dos nossos jovens sublinha a nossa crença

no poder transformador que os jovens profissionais detêm na definição do futuro da saúde pública no continente.

Ao celebrarmos as conquistas dos jovens líderes, devemos também reconhecer os desafios que temos pela frente. “Participação significativa” não significa apenas ter um lugar à mesa, mas é atribuir aos jovens responsabilidades genuínas de tomada de decisões. Devemos cultivar ecossistemas que permitam aos jovens iniciarem, nutrir e liderar as suas próprias plataformas, promovendo uma cultura de verdadeira liderança juvenil.

Além disso, devemos reconhecer o vasto espectro de experiências juvenis. Devemos reconhecer e enfrentar os desafios únicos enfrentados por subconjuntos individuais deste grupo demográfico, incluindo mulheres jovens, pessoas com deficiência, populações migrantes e outros grupos marginalizados. Somente abraçando esta diversidade poderemos realmente progredir.

A revolução digital, embora promissora, apresenta o seu próprio conjunto de barreiras. A falta de acesso a fontes de financiamento diversas e locais, a representação limitada e a necessidade de desenvolvimento de competências são desafios que devemos superar para garantir o crescimento sustentável dos jovens inovadores e investigadores. Um dos pilares fundamentais da Nova Ordem de Saúde Pública é o compromisso de aumentar os recursos internos para a segurança sanitária. Portanto, ao mobilizar a angariação de fundos e alocar recursos de forma eficaz, aspiramos superar estas barreiras persistentes. A Nova Ordem de Saúde Pública reconhece que a promoção de um ambiente propício à inovação requer não apenas apoio financeiro, mas também uma abordagem abrangente ao desenvolvimento de competências e à representação equitativa.

Excelências, estimados delegados juvenis, Senhoras e Senhores,

A África precisa de modelos e inspirações que possam servir como luzes orientadoras para a nossa juventude. Eles exemplificam os valores, virtudes e conquistas que os jovens aspiram em suas próprias vidas. Os modelos são exemplos vivos do que pode ser alcançado através da dedicação, perseverança e compromisso com valores positivos.

Hoje, desejo estender o meu reconhecimento a dois indivíduos notáveis, as nossas ilustres Primeiras - Damas, que agraciam esta ocasião com a sua presença e exemplificam os ideais que os nossos jovens africanos podem admirar e imitar.

Em primeiro lugar, permitam-me estender o nosso sincero agradecimento à Senhora Mutinta Hichilema, a Primeira-Dama da Zâmbia, pelo seu compromisso inabalável com as causas humanitárias e pelo seu envolvimento ativo em programas de desenvolvimento comunitário em toda a Zâmbia. A dedicação de Madame Mutinta Hichilema em melhorar a vida dos seus concidadãos é louvável. Ela também atua como Embaixadora da Campanha “Mais que uma Mãe” da Fundação Merck, destacando o papel vital das mulheres na sociedade além da maternidade. A sua defesa da tolerância religiosa e da harmonia inter-religiosa na Zâmbia é outro testemunho do seu compromisso com a unidade e a compreensão entre pessoas de diferentes religiões. As suas iniciativas destinadas a promover a coesão social e o desenvolvimento nacional refletem a sua profunda preocupação pelo bem-estar da sua nação.

A nossa segunda convidada de honra é a estimada Primeira-Dama da Namíbia, Monica Geingos, uma figura de notável influência e liderança. Nomeadamente, ela atua atualmente como Presidente da Organização das Primeiras-Damas Africanas para o Desenvolvimento (OAFLAD, Organisation of African First Ladies for Development), uma função que sublinha o seu compromisso em promover o desenvolvimento socioeconómico do nosso continente. A senhora Geingos também ocupa a posição distinta de ser a Advogada Especial da ONUSIDA para Mulheres Jovens e Raparigas Adolescentes, onde os seus esforços incansáveis promovem a saúde e os direitos dos jovens. O seu envolvimento na Fundação Virchow para a Saúde Global e no Conselho Consultivo Global da WomenLift demonstra ainda mais a sua dedicação à saúde pública global e ao empoderamento das mulheres na liderança.

A senhora Geingos ganhou reconhecimento internacional, sendo classificada entre as “100 Africanas Mais Reputadas” e uma das “100 Mulheres Africanas Mais Influentes” por várias organizações e publicações internacionais. O facto de ter recebido duas vezes os prémios Dususu pelo seu trabalho sobre

a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes é um testemunho das suas contribuições impactantes nesta área crucial.

Tive o privilégio de conhecer pessoalmente a senhora Geingos durante a minha estada na Namíbia, onde observei em primeira mão as suas notáveis qualidades. Ela traz uma vasta experiência para suas funções, com mais de duas décadas no setor financeiro, tendo ocupado cargos seniores em mercados de capitais, finanças corporativas e private equity. A sua dedicação e realizações foram reconhecidas com Honras Nacionais atribuídas pelo Ex-Presidente Pohamba, reconhecendo a sua notável contribuição para o desenvolvimento socioeconómico da Namíbia.

Excelências, estimados delegados juvenis, Senhoras e Senhores,

Em conclusão, a energia, a inovação e o empenho dos jovens são indispensáveis para alcançar uma África mais segura e saudável. A Pré-Conferência da Juventude é um apelo à ação para que os jovens africanos assumam a posição de arquitetos para o futuro da saúde do continente. Ao reconhecer e capacitar todas vós, podemos guiar África para um amanhã que não só seja mais seguro e saudável, mas também onde a juventude desempenhe um papel central na definição do destino do nosso amado continente.

Quero aproveitar esta oportunidade para estender a minha gratidão aos meus colegas do CDC África e a todos os parceiros como MCF, GIZ e outros que contribuíram para a organização deste evento.

Estou ansioso para testemunhar o impacto incrível que, sem dúvida, surgirá das discussões e iniciativas desta Pré-Conferência da Juventude. Juntos, vamos construir uma África mais saudável e segura para todos.

Intervenção do Diretor-Geral do CDC África na abertura da 3ª Conferência sobre Saúde Pública em África 2023

O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, ladeado pelo Presidente da Zâmbia, pelo Diretor-Geral da OMS e pela Diretora Regional da OMS AFRO, fez um discurso que podemos considerar um roteiro completo desta 3ª Conferência. Pela importância de que se reveste este discurso, reproduzimo-lo a seguir na íntegra.

Sua Excelência o Presidente Hakainde Hichilema, Presidente da Zâmbia; Sua Excelência Saara Kuugongelwa-Amadhila, Primeira-Ministra da Namíbia; Dr.ª Sylvia Masebo, Ministra da Saúde da Zâmbia; Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS; Prof.ª Margaret Gyapong, Diretora do Instituto de Pesquisa em Saúde, Universidade de Saúde e Ciências Afins (UHAS) e Copresidente do CPHIA 2023; Distintos convidados, senhoras e senhores:

Estou hoje diante de vós com um profundo sentimento de honra e privilégio quando nos reunimos para a 3ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África.

Gostaria de estender a minha sincera gratidão ao nosso anfitrião, o Governo da Zâmbia, que foi um excelente parceiro na definição da conferência deste ano.

O tema deste ano sublinha uma verdade fundamental: que a saúde não é apenas uma questão de ciência médica, mas também de política, equidade e cooperação global.

Romper barreiras exige que pensemos além dos limites dos modelos tradicionais de saúde. Convida-nos a aproveitar o poder da tecnologia, a abraçar os princípios de equidade e justiça social e a promover colaborações robustas que ultrapassem fronteiras e disciplinas. Exige um esforço concertado para amplificar as vozes dos mais vulneráveis entre nós.

Desafia-nos a olhar para as barreiras que há muito impedem o progresso de África na saúde pública e apela-nos a redefinir a nossa posição na arquitetura global de saúde. Juntos, podemos lutar contra as barreiras que têm impedido o nosso progresso durante demasiado tempo e podemos forjar uma nova ordem de saúde pública para África – uma ordem que seja resiliente, equitativa e capaz de enfrentar os desafios do futuro.

Esta conferência é significativa, um marco às vésperas do aniversário de um ano do CDC África como agência autônoma da União Africana.

O CDC África foi criado como uma instituição de saúde pública de excelência do continente, guiada pela liderança visionária dos Chefes de Estado e de governo africanos, e sob esta gestão, emergiu como um farol de esperança e progresso, trabalhando incansavelmente para melhorar a saúde e o bem-estar do povo africano. Ao reunirmo-nos aqui hoje, não só celebramos este marco notável, mas também reconhecemos os nossos Chefes de Estado e de Governo pela sua notável liderança.

Os líderes africanos, incluindo o Presidente Hichilema – aqui presente, o Presidente Ramaphosa, o Presidente Ruto e outros, manifestaram a necessidade de mudanças na arquitetura financeira global. O tema deste ano desafia-nos a todos a avaliar as barreiras de longa data que têm impedido o progresso de África na saúde pública. Exorta-nos a reavaliar a nossa posição dentro da arquitetura global da saúde.

Sob a orientação de Sua Excelência, Presidente Hichilema, que atua como nosso defensor dos Centros de Operações de Emergência de Saúde Pública (COESP), o CDC África fez progressos significativos. O número de países com COESP funcionais aumentará de 12 para 32.

A sua liderança serve como um modelo notável e inspiração para todos nós no seu compromisso inabalável na sua abordagem orientada para resultados. Como prova da sua liderança excepcional, o Presidente decidiu atribuir terrenos e apoio financeiro para a construção da sede do Centro de Coordenação da África Austral do CDC.

Sob a liderança dos nossos Chefes de Estado e de Governo e com o apoio de Sua Excelência Moussa Faki, Presidente da União Africana, eu, na minha função de Diretor-Geral do CDC África, dediquei-me totalmente à realização de uma Nova Ordem de Saúde Pública para África. Esta visão visa redefinir o panorama dos cuidados de saúde do nosso continente. Serve como nosso plano abrangente para uma nova era, onde o bem-estar e a prosperidade de cada africano sejam salvaguardados, preservados e melhorados.

Pretendemos concretizar esta visão ousada e remodelar o panorama dos cuidados de saúde do nosso continente através de uma forte ênfase nos 5Cs: Comunidade, Conectividade, Capacidade, Colaboração e Clima.

A comunidade

As comunidades são a base sobre a qual será construída uma África mais saudável.

É perturbador notar que 38 dos 40 países com as taxas de mortalidade materna mais elevadas estão em África.

Isto demonstra a necessidade premente de reforçar a resiliência das nossas comunidades. Para conseguir isso, precisamos gerir a crise iminente com uma enorme carência em profissionais de saúde comunitários que África enfrenta. Esta carência pode piorar se os profissionais de saúde comunitários existentes continuarem a não ser remunerados e a encontrarem falta de padronização.

Portanto, o CDC África está a promover a agenda de 2 milhões de Trabalhadores Comunitários de Saúde remunerados e integrados no continente até 2030. Esta iniciativa concertada colocará as comunidades na vanguarda dos nossos esforços.

O clima

Em média, África regista 2 novos surtos por semana, totalizando mais de 100 surtos por ano. 75% destes surtos são de origem zoonótica e agravados pelas alterações climáticas.

Neste momento, temos 18 países afetados pela cólera, com mais de 4.000 mortes. Temos vários países da África Ocidental afetados pela dengue. As inundações em vários países, incluindo a Líbia, o terramoto em Marrocos e uma série de outras catástrofes naturais mostram a ligação entre as alterações climáticas e a saúde em África.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, o continente perde 5-15% do seu PIB anualmente devido aos impactos das alterações climáticas.

Portanto, o CDC África está empenhado em apoiar os países africanos na adopção de uma abordagem abrangente de Uma Saúde para enfrentar estes desafios relacionados com o clima.

A conectividade

A conectividade inadequada em África está a conduzir à subnotificação de surtos. A rápida evolução da tecnologia digital oferece-nos uma oportunidade sem precedentes para remodelar a forma como conduzimos o nosso trabalho.

Ao aproveitar os avanços digitais, incluindo a inteligência artificial, podemos melhorar a nossa capacidade de detectar ameaças emergentes, otimizar a alocação de recursos e, em última análise, melhorar o bem-estar das nossas comunidades.

A conectividade permitir-nos-á colmatar lacunas geográficas e criar uma rede de intercâmbio de conhecimentos e informações. Também nos capacitará para enfrentar os desafios de saúde pública com maior eficiência e eficácia.

As capacidades

Menos de 10% dos países africanos são capazes de responder a um grande surto com pessoal de saúde qualificado.

A África necessita de 6.000 epidemiologistas de campo, mas atualmente temos apenas 1.900. Além disso, o continente precisa de 25 000 epidemiologistas na linha da frente, mas atualmente temos apenas 5 000.

o CDC África introduziu numerosos programas e iniciativas, como o Africa Volunteers Health Corps, Kofi Annan e o Programa de Formação em Epidemiologia de Campo, para colmatar esta lacuna.

A dependência excessiva das importações de produtos essenciais de saúde é também motivo de grande preocupação. Menos de 1% das vacinas, 5% dos diagnósticos e 30% dos medicamentos utilizados em África são atualmente fabricados em África. Este desequilíbrio sublinha a necessidade urgente de fortalecer as nossas capacidades de produção para aumentar a autossuficiência e reduzir a vulnerabilidade a interrupções no fornecimento.

Assim, o CDC África defende uma agenda ambiciosa que visa garantir que, até 2040, um mínimo de 60% das vacinas e medicamentos utilizados em África sejam fabricados no continente.

Como devo dizer, a produção local é a segunda independência de África, porque irá mitigar a nossa dependência de fontes externas, construir a nossa segurança sanitária, promover a inovação local e liderar a criação de emprego, o crescimento económico, a paz e a segurança.

A colaboração

A colaboração é o principal motor do progresso e da inovação em todos os esforços humanos. O nível de colaboração que alcançámos é possível graças ao apoio das nossas comunidades, Estados-Membros, doadores de fundos e diversos parceiros. Agradecemos a todos eles.

Hoje, tenho o prazer de anunciar um desenvolvimento significativo na nossa parceria com a Fundação Mastercard, “Salvando Vidas e Meios de Subsistência”, onde estamos avançando para a Fase II para melhor apoiar os países a estarem bem preparados para a próxima pandemia. Esta parceria, nessa segunda fase, alargará o seu alcance e impacto para além das respostas imediatas aos cuidados de saúde, para cultivar um ecossistema de cuidados de saúde sustentável e reforçar a capacidade do CDC África.

É essencial reconhecer que nenhuma entidade isolada, seja uma agência governamental, um prestador de cuidados de saúde, uma ONG ou uma instituição académica, pode enfrentar eficazmente os diversos desafios que enfrentamos isoladamente. No nosso mundo interligado, a colaboração, onde reunimos os nossos conhecimentos e trabalhamos coletivamente, é a chave para salvaguardar e melhorar

a saúde da população. Juntos, através de diferentes intervenientes, setores e geografias, podemos realizar muito mais do que isoladamente.

Excelências, senhoras e senhores,

No fim de semana, organizamos a Pré-Conferência Juvenil 2023, reunindo mentes e vozes jovens. Como nos lembrou ontem a Primeira-Dama da Namíbia, a energia, a vitalidade e o potencial que os nossos jovens trazem para o nosso continente são verdadeiramente o nosso bem mais valioso. Para além de encorajar a participação ativa, acreditamos que a Pré-Conferência da Juventude 2023 plantou as sementes para impulsionar a juventude vibrante de África a intervenções-chave na saúde pública.

Estamos também profundamente empenhados em promover a equidade de género, encarando-a como um princípio fundamental profundamente enraizado na nossa missão. Acreditamos firmemente que a equidade de género não é apenas uma questão de justiça social, mas também um motor fundamental da prosperidade e do bem-estar social geral. Como prova do nosso compromisso, comprometo-me a trabalhar ativamente no sentido de aumentar a representação das mulheres nas mesas de tomada de decisão, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na definição do nosso futuro coletivo.

Excelências, senhoras e senhores,

Ao concluir as minhas observações, agradeço sinceramente, Excelências, pelas suas extraordinárias contribuições para a saúde pública. Liderança é essencial. Requer visão, coragem e um profundo sentido de responsabilidade para dar prioridade à saúde e ao bem-estar do povo de uma nação.

Ao embarcarmos nesta jornada transformadora, lembremo-nos das palavras de Nelson Mandela, que disse uma vez: “Parece sempre impossível até que seja feito”. Deixemos que esta conferência seja o veículo onde transformamos o impossível em alcançável. Que seja a plataforma onde unimos o nosso conhecimento coletivo, paixão e determinação para traçar um rumo a uma África mais saudável e mais equitativa.

Nos próximos dias, encorajo cada um de vós a envolver-se em discussões ponderadas e espirituosas, a desafiar o status quo e a criar soluções inovadoras que transcendam fronteiras. Não deixemos pedra sobre pedra na nossa busca para reposicionar África como uma força formidável no panorama global da saúde. Este é o espírito que nos guia.

O 2º Simpósio Anual de Diplomacia da Saúde em África

O 2.º Simpósio Anual de Diplomacia Africana da Saúde realizou-se no dia de abertura da CPHIA2023, reunindo líderes, diplomatas e entidades *multi-stakeholders*, para refletir sobre as principais questões relacionadas com o estado das negociações de alto nível em curso sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR, *Pandemic Prevention, Preparedness and Response*), a Posição Comum Africana sobre várias agendas, e também rever as principais iniciativas continentais sobre diplomacia da saúde em África e apresentar recomendações e estratégias para o caminho a seguir. O primeiro Curso de Liderança Africana sobre Diplomacia da Saúde Global foi lançado oficialmente durante o evento. Este curso é fundamental para melhorar a liderança e as habilidades de diplomacia da saúde global em todo o continente africano, desenvolver ferramentas e estruturas com paradigmas atualizados da diplomacia da saúde pós-Covid-19 e também desenvolver recursos baseados em evidências para fortalecer as habilidades em diplomacia da saúde, relevantes para o continente africano.

O primeiro Simpósio sobre Diplomacia da Saúde foi realizado na CPHIA2023 tendo como tema central *The role of health diplomacy in the realization of the New Public Health Order in Africa*. Os objetivos da sessão foram: (a) avaliar o progresso histórico e a situação da diplomacia da saúde; (b) iniciar uma reflexão sobre o papel potencial da diplomacia da saúde no sucesso da Nova Ordem de Saúde Pública em África; (c) identificar as principais agendas prioritárias em relação ao discurso

diplomático existente que afetarão África a curto e a longo prazos; e (d) compreender a posição africana nas negociações globais em curso sobre o Tratado Pandêmico e a emenda do RSI (IHR, *International Health Regulation*).

Declaração Conjunta sobre o CDC África e o Novo Plano de Ação Conjunta com os Estados Unidos

Em 28 de novembro, à margem da 3ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África, em Lusaca, o CDC África e o governo dos EUA anunciaram um Plano de Ação Conjunto para promover uma visão partilhada e fortalecer sistemas de saúde pública e proporcionar mais ganhos de saúde em África.

O Plano de Ação Conjunto descreve as principais atividades entre o CDC África e o Governo dos EUA para alcançar os objetivos identificados no Memorando de Cooperação para Promover a Parceria de Saúde Pública, assinado pelo Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki, e pelo Secretário de Estado Antony Blinken, em março de 2022.

O Plano de Ação Conjunto representa um passo significativo em direção a uma colaboração mais forte e profunda entre o CDC África e os EUA, com base nos investimentos e parcerias em saúde tanto do CDC África como dos EUA em toda o continente. Também facilitará o fortalecimento institucional, o intercâmbio de especialistas e a partilha de conhecimentos em apoio à Agenda 2063 da União Africana e ao Plano Estratégico do CDC África 2023-2027. Além disso, promoverá sistemas de saúde integrados, reforçará a capacidade de resposta a emergências de saúde pública, melhorará os sistemas clínicos e laboratoriais e expandirá a inovação e a produção local de produtos de saúde.

O CDC África e o Governo dos EUA pretendem convocar reuniões regulares de peritos técnicos em Adis Abeba e Washington para operacionalizar, rever e atualizar este Plano para apoiar as necessidades partilhadas de saúde pública e os requisitos de segurança sanitária global.

O CDC dos EUA anuncia investimento de 2,5 milhões de dólares em capacidade laboratorial avançada na Zâmbia

O Governo dos Estados Unidos, através do seu CDC, em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Pública da Zâmbia (ZNPPI), anunciou no dia 27 de novembro um investimento de 2,5 milhões de dólares para ajudar a estabelecer um Laboratório Integrado de Genômica de Agentes Patogénicos na Zâmbia. Como parte de uma visão partilhada mais ampla para combater as ameaças à saúde pública, este novo laboratório ajudará a detectar e responder a vírus e bactérias de toda a África Austral.

O anúncio foi feito na 3ª Conferência Internacional Anual sobre Saúde Pública em África (CPHIA), coorganizada pela Zâmbia, o ZNPPI e o CDC África. O Laboratório Integrado de Genômica de Agentes Patogénicos na Zâmbia faz parte de um esforço mais amplo para melhorar a capacidade laboratorial na região de 10 países da África Austral a partir de 2024. O investimento catalítico de 2,5 milhões de dólares do CDC dos EUA e o fornecimento de apoio técnico intensivo baseiam-se em mais de 20 anos de parceria na Zâmbia para promover a vigilância de doenças.

O compromisso de fazer avançar a colaboração em matéria de vigilância genômica de agentes patogénicos na África Austral aumentará significativamente a capacidade de vigilância rápida e precisa dos agentes patogénicos, contribuindo para respostas proativas e baseadas em dados concretos no domínio da saúde pública.

O Diretor Adjunto Principal do CDC dos EUA, Dr. Nirav D. Shah, que participou na CPHIA, referiu que o trabalho do CDC em genômica de agentes patogénicos, particularmente em África e com o ZNPHI, irá expandir as capacidades existentes de genômica e bioinformática para a preparação de doenças respiratórias.

"A genômica, juntamente com a bioinformática, são os processos através dos quais obtemos sequências genéticas de vírus e outros agentes patogénicos, a fim de monitorizar a forma como se deslocam através das populações e de um lugar para outro e se permanecem ou não sensíveis a medicamentos ou vacinas. O estabelecimento de um Laboratório Integrado de Genômica de Agentes Patogénicos na Zâmbia baseia-se na capacidade do Consórcio de Vigilância Genômica da Zâmbia (ZGSC, *Zambia Genomic Surveillance Consortium*), que é composto pelo ZNPHI, por parceiros do Ministério da Saúde e por uma rede de sete (7) laboratórios de sequenciação em todo o país, que foi originalmente criado para aumentar a vigilância genômica do SARS-CoV-2", afirmou o Dr. Nirav Shah.

O Diretor do ZNPHI, Professor Roma Chilengi, fez eco do valor que os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) contribuem para a segurança nacional. "Os INSP são instituições de base científica que promovem a saúde através da realização e coordenação de funções e programas de saúde pública para prevenir, detectar e responder a ameaças à saúde pública."

Programa Pan-Africano de Saúde na COP28

Evento paralelo: para consensos entre Ministros africanos da Saúde e do Ambiente sobre uma abordagem unificada para propostas à COP28 e traçar um rumo comum de ação pós-COP28

Nota Conceptual

Contexto

As alterações climáticas constituem uma grande ameaça para a saúde mundial, com as populações mais vulneráveis a sofrerem o maior impacto. Aqueles que menos contribuem para o problema sofrem frequentemente as consequências mais graves. O relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, *Intergovernmental Panel on Climate Change*) de 2023 advertiu que as alterações climáticas afetam a saúde física e mental e podem agravar as crises humanitárias. Cerca de 824 milhões de pessoas em todo o mundo estão subnutridas, entre as quais 58,7 milhões de crianças em África. Além disso, milhões de pessoas em África não dispõem de água e saneamento básico, o que conduz a uma mortalidade infantil significativa devido à diarreia. Além disso, 58% das doenças infecciosas a nível mundial foram intensificadas pelas alterações climáticas. Este facto tem efeitos em cadeia na saúde pública, na economia, no ambiente e na educação. Prevê-se que a situação se agrave com o aumento das temperaturas globais, ameaçando os progressos no sentido dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Cobertura Universal de Saúde.

A histórica [Declaração de Libreville sobre Ambiente e Saúde em África](#) (2008) apelou a uma ação multissetorial em matéria de ambiente e saúde. Iniciativas como o Acordo de Paris e de Parceria de Marraquexe para a Ação Climática Global, de 2015, começaram a integrar a saúde na política climática, enquanto o artigo 4.1.f da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, *United Nations Convention Framework on Climate Change*) articula claramente o compromisso das Partes de considerar as implicações para a saúde pública das políticas e estratégias de atenuação e adaptação. No entanto, de um modo geral, o sector da saúde permanece à margem dos debates sobre as alterações climáticas. A Cimeira Africana sobre o Clima, realizada no Quénia em setembro de 2023 foi uma excelente plataforma para explorar a relação entre as alterações climáticas

e desenvolvimento em África, mas não reconheceu a saúde como um sector-chave que é afetado pelas alterações climáticas.

Estão a ser envidados muitos esforços para integrar a saúde no discurso formal da UNFCCC e para ganhar força política nonexo entre as alterações climáticas e a saúde. Antes da Cimeira Africana sobre o Clima, a Amref (*African Medical and Research Foundation*), a OMS, PACJA (*Pan African Climate Justice Alliance*) e AFIDEP (*The African Institute for Development Policy*), em conjunto com o Grupo Africano de Negociadores (AGN, *The Africa Group of Negotiators*) e representantes governamentais, reuniram-se no Malawi para articular a Posição Comum Pan-Africana sobre Clima e Saúde. Esta posição unificada cristalizou-se desde então em argumentos-chave para os Ministros da Saúde e delegados da saúde durante as deliberações na COP28. Para além disso, um consórcio de organizações que trabalham em conjunto com o Grupo Africano de Apoio aos Peritos Negociadores (AGNES, *Africa Group of Negotiators Experts Support*) realizou um simpósio de 25 a 27 de outubro para elaborar um roteiro estratégico para as apresentações africanas sobre clima e saúde nas negociações da COP 28 da UNFCCC. A partir desta reunião, foram desenvolvidas declarações de negociação, destinadas a serem apresentadas no *Global Stock Take* (GST), Perdas e Danos (L&D, *Loss and Damage*) e adaptação.

Por iniciativa da Presidência da COP28, o primeiro Dia da Saúde na Conferência das Partes será celebrado em 3 de dezembro. A Presidência da COP28, a OMS, o Wellcome Trust, a Fundação Rockefeller e o Fundo Global mobilizaram a participação da liderança do sector da saúde de muitas regiões do mundo. Espera-se que os Ministros da Saúde se juntem às delegações da COP28 de Burkina Faso, Cabo Verde, República Centro-Africana, Egipto, Etiópia, Guiné Conacri, Costa do Marfim, Quénia, Libéria, Madagáscar, Malawi, Marrocos, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia e Uganda.

A sua presença na COP constitui uma oportunidade para forjar uma narrativa comum sobre a saúde e o clima em África, para obter o apoio dos Ministros do Ambiente para fazer avançar a agenda da saúde para a corrente principal das negociações sobre o clima, e para procurar o apoio dos parceiros doadores para uma ação acelerada em matéria de adaptação às alterações climáticas, atenuação e reforço da resiliência.

É neste contexto que os Escritórios Regionais da OMS para África e o Mediterrâneo Oriental, o CDC África e a Amref Health Africa, com o apoio do *Wellcome Trust*, da Fundação Rockefeller e do Fundo Mundial, estão a organizar três eventos centrados em África nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, no âmbito do programa do Dia da Saúde em África.

Objetivos

- Criar consensos entre os Ministros da Saúde em África sobre as principais propostas e a posição comum a ser apresentada durante as várias sessões da COP28
- Colaborar com o Grupo Africano de Negociadores e líderes políticos para levar adiante as principais propostas nos diferentes grupos de trabalho de negociação na COP28
- Traçar um rumo comum para a ação sobre o clima e a saúde após a COP28.

Resultados esperados

- Abordagem unificada e colaboração entre os Ministros da Saúde africanos na apresentação de temas de saúde relacionados com o clima, em conformidade com os objetivos globais de saúde de África nas sessões e grupos de trabalho da COP28
- Abordagem estratégica dos negociadores africanos para a apresentação dos principais pontos de negociação os grupos de trabalho GST, L&D e adaptação durante as negociações da COP 28.
- Ministros da Saúde informados sobre as ações previstas nas diferentes sessões entre a COP28 e a COP29 para fazer avançar a agenda da saúde nas negociações sobre o clima.

Pan African Dinner event – to prepare for Regional Roundtable on COP28 Health Day | Saturday, 2 December 2023 | 5:45 pm - 9 pm

Time	Activity	Speakers	Moderator/ lead
5:45 pm – 6:00 pm	Arrival and registration, drinks served	Maggie Rarieya, Vania Kibui	
6:15 pm – 6:35 pm	Opening Remarks	<ul style="list-style-type: none"> • Jean Kaseya, DG Africa CDC • Ahmed Al-Mandhari, RD EMRO • Joseph Caboré, DPM AFRO • Peter Sands, Exec Dir, GF 	Githinji Gitahi
6:35 pm – 6:40 pm	Brief introduction highlighting the purpose of the working dinner		
6:40 pm – 6:50 pm	Overview of the topics to be discussed over dinner	<ul style="list-style-type: none"> • George Wamukoya & Martin Muchangi 	
6:50 pm - 7:05 pm	Dinner Served		All
7:05 pm - 7:45 pm	<p>Facilitated working dinner</p> <p>Attendees sit in linguistic groups to discuss assigned topics. Environment Ministers and Negotiators to serve as resource persons and guide the framing of health sector asks and commitments in different areas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • capacity building needs • early warning and prediction of climate sensitive diseases • research to inform climate and health policies • implementing adaptation and mitigation in health (water and sanitation, One Health, air pollution and clean energy, waste management, etc.) 		AFRO, EMRO, Amref teams
7:45 pm - 8:20 pm	Reporting Back	A representative from each table shares the main points of their discussion with the larger group	Desti Lakew/Adelheid Onyango/Maha El-Adawy
8:20 pm - 8:40 pm	Closing Remarks	Reflections on the evening's discussions and insights, with a focus on the next steps	Githinji Gitahi
8:40 pm - 9:00 pm	Networking	Informal mix and mingle, guest leave at their own pleasure	Maggie Rarieya, Vania Kibui

AFRO/EMRO Regional Consultation Round Table| Sunday, 3 December 2023

Time	Activity	Session flow	Speakers	Moderator/ lead
11:15 am - 11:30 am	Opening Remarks	Brief Speeches	<ul style="list-style-type: none"> • Ahmed Al Mandhari, Regional Director, EMRO • Joseph Caboré, Director, Programme Management • Jean Kaseya, Director, Africa CDC • Peter sands, Executive Director, Global Fund 	Dr Githinji Gitahi GCEO, Amref
11:30 am - 12:00 pm	Submission of key priorities on CxH by Ministers of Health	Each Minister present to read a written submission on country commitments on CxH for their countries	Ministers/ Ministerial Representatives	Adelheid Onyango
12:00 pm –12:10 pm	World Bank Financial Intervention		Dr Tamer Rabie	Desta Lakew
12:10 pm – 12:30 pm	Key interventions by the donor organizations and foundations	US-EPA, GF, RF, WT, BMGF, WB/G,	Various Speakers	Desta Lakew
12:30 pm – 12:40 pm	Strategy Synthesis	Reflections on the forum's proceedings	Dr Githinji Gitahi	Desta Lakew
12:40 pm – 12:45 pm	Closing Remarks and Vote of Thanks	Gratitude to participants, organizers, and everyone involved.		Maha El-Adawy

Driving the climate and health agenda in Africa post-COP28: Priority actions and funding opportunities

Monday, 4 December 2023, Mozambique Pavilion 13:30-14.45

Time	Activity	Session flow	Speakers	Moderator/ lead
1:30 pm - 1:45 pm	Opening Remarks	Brief Speeches	<ul style="list-style-type: none"> • Ivete Maibasse, Minister of Land and Environment • Jean KASEYA, Africa CDC Director General • Ahmed Al Mandhari, Regional Director, EMRO 	Duncan Selbie, President IANPHI
1:45 pm - 1:55 pm	Brief on the proposed entry opportunity for the health sector into UNFCCC process between COP28 and COP29	Overview of the potential entry points	George Wamukoya Team Leader, Africa Group of Negotiators Experts Support (AGNES)	Duncan Selbie, President IANPHI
1:55 pm - 2:10 pm	Q&A	Pop up format	Interventions from different corners with a roving mic	
2:15 pm - 2:35 pm	Panel discussion	Interactive with moderator	<ul style="list-style-type: none"> • Ilesh Jani, Mozambique Deputy Minister of Health • Ahmed E. Ogwel OUMA, Africa CDC Deputy Director General • Peter SANDS, Executive Director of Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria • Alan DANGOUR, Director of Climate and Health, Wellcome Trust • Veronica Galmez Marquez, Deputy Director, Division of Mitigation and Adaptation, GCF 	Duncan Selbie, President IANPHI
2:35 pm- 2:45 pm	Wrap up, closing remarks and vote of thanks	Summary of key points, gratitude to participants, organizers, and everyone involved.	<ul style="list-style-type: none"> • Joseph Caboré, WHO AFRO Director, Programme Management • Ivete Maibasse, Minister of Land and Environment, Mozambique 	Duncan Selbie, President IANPHI

É notória a presença do Governo de Moçambique representado pela Ministra do Ambiente, Ivete Maibasse e do Vice-Ministro da Saúde, Dr. Ilesh Jani, entre vários outros painelistas convidados. A Ministra da Saúde de Cabo Verde também marcou presença na COP28 acompanhada pela Presidente do INSP, Dr.ª Maria da Luz. As duas participaram anteriormente na 3ª Conferência sobre Saúde Pública em África juntamente com o Ministro da Saúde de São Tomé e Príncipe.

SADC e UE reafirmam compromisso com a paz e segurança na região²⁷⁷

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Europeia (UE) reafirmaram o seu compromisso com a paz e segurança na região, durante a 5ª reunião do Comité Directivo do Programa de Apoio à Paz e Segurança na Região da SADC (SPSS), realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 24 de novembro de 2023.

Imagem 3: Participantes da reunião sobre cooperação SADC-UE



Fonte: SADC, 2023

O Programa SPSS, financiado pela UE, visa fortalecer a arquitetura de paz e segurança da SADC nas áreas de prevenção e resolução de conflitos, e segurança pública e humana. Por outro lado, a reunião do CPS avaliou o progresso alcançado pelo Programa SPSS desde a sua criação, em 2018. O CPS observou que o Programa registou progressos significativos no reforço da arquitetura de paz da SADC, o que motivou a UE a reafirmar os seus compromissos de apoiar iniciativas de paz e segurança como parte da Cooperação SADC-UE.

A Alta Comissária da Zâmbia para a África do Sul, Sra. Mazuba Monze, na sua qualidade de Presidente do 5º CPS, citou várias realizações do Programa SPSS, nomeadamente:

- Reforço da capacidade de assistência eleitoral na SADC;
- Reforço da capacidade em matéria de prevenção, gestão e resolução de conflitos;
- Capacitação dos Estados Membros da SADC para defender e melhorar a segurança e proteção transfronteiriças; e
- Reforço da capacidade dos Estados Membros da SADC para abordar a prevalência da violência sexual e baseada no género.

A Sra. Monze destacou que o Programa estava na sua fase de encerramento e que a União Europeia (UE) e a SADC estavam no processo de discutir um potencial programa sucessor do SPSS. Ela expressou ainda o apreço da Região à UE, pelo seu apoio aos esforços em curso da SADC para a consolidação da paz e da segurança na Região da SADC.

²⁷⁷ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-eu-reaffirm-their-commitment-towards-safeguarding-peace-and-security-sadc>

A UE reforçou adicionalmente a necessidade de uma compreensão mais profunda dos principais fatores de conflito na Região, a fim de desenvolver soluções sustentáveis para a paz e segurança regionais. Por sua vez, o Chefe de Cooperação da Delegação da UE no Botswana e na SADC, Sr. Clement Boutillier, disse que a paz e a segurança continuam a ser uma das principais prioridades da Cooperação SADC-UE, tomando conhecimento da natureza complexa e transnacional dos conflitos em todo o mundo que exigem para respostas globais concertadas.

O Sr. Boutillier acrescentou que, com base nos sucessos e nas lições aprendidas com a implementação do Programa SPSS, a futura Cooperação SADC-UE sobre a paz e a segurança na Região, centrar-se-á na abordagem das causas profundas do conflito, incluindo as desigualdades sociais, a exclusão e a pobreza, que são potenciais impulsionadores de conflitos na região.

O Sr. Wazha Omphile, Oficial de Gestão de Projetos, em representação do Director de Política, Planeamento e Mobilização de Recursos (PPRM) no Secretariado da SADC, sublinhou a importância do fortalecimento da paz, segurança e governação. “Estes são facilitadores e pilares fundamentais para a integração regional e o desenvolvimento sustentável que são necessários para concretizar as prioridades encapsuladas na Visão 2050 da SADC e no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, disse ele.

O Coordenador do Programa SPSS, Dr. Kondwani Chirambo, apresentou algumas das principais realizações que foram alcançadas pelo Programa SPSS durante a vida do Programa. Estas conquistas foram obtidas através das quatro Áreas de Resultados Chave do Programa SPSS resumidas abaixo:

- Reforço da capacidade de assistência eleitoral na SADC;
- Capacidade reforçada na SADC para prevenção, gestão e resolução de conflitos (sensíveis ao género);
- Capacidade reforçada dos Estados Membros da SADC para defender e melhorar a segurança e proteção transfronteiriças; e
- Capacidade reforçada da SADC para abordar a prevalência da violência sexual e baseada no género.

A 5ª reunião do CPS contou com a presença de representantes dos Estados-Membros da Troika do Órgão da SADC, nomeadamente, República da Zâmbia (Presidente do Órgão), República Unida da Tanzânia (Presidente entrante do Órgão) e República da Namíbia (Presidente cessante do Órgão), Delegação da UE no Botswana e na SADC, GIZ e representantes de Direções e Unidades no Secretariado da SADC.

SADC apela aos Estados-Membros para aproveitar o conhecimento indígena para impulsionar o desenvolvimento industrial²⁷⁸

Os Estados-Membros da SADC foram chamados a reconhecer e aproveitar o poder do conhecimento indígena para impulsionar o desenvolvimento industrial, na abertura do Sexto Workshop de Política Regional da SADC sobre Sistemas de Conhecimento Indígenas (IKS). O workshop, realizado em Joanesburgo, África do Sul, de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2023, reuniu representantes governamentais, académicos, detentores de conhecimento indígena e outras partes interessadas para discutir como o IKS pode ser usado para melhorar as cadeias de valor agro-processamento e farmacêutica.

²⁷⁸<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-member-states-called-upon-harness-power-indigenous-knowledge-unlock-new>

A Ministra da Educação da República do Malawi, Madalitso Kambauwa Wirima, que discursou na abertura do workshop, destacou a importância do IKS como um recurso valioso para o desenvolvimento sustentável. Ela disse que o IKS, enraizado nas práticas tradicionais e no engenho local, oferece uma série de soluções que podem ajudar a região a enfrentar os desafios globais, como a mudança climática e a pobreza.

A Sra. Anneline Morgan, Oficial Sênior do Programa para Ciência, Tecnologia e Inovação no Secretariado da SADC, disse que o workshop é uma oportunidade para os Estados-Membros da SADC compartilharem experiências e melhores práticas sobre como integrar o IKS ao desenvolvimento industrial. Ela destacou que o Protocolo da SADC sobre Ciência, Tecnologia e Inovação de 2008 reconhece a importância do IKS e do desenvolvimento de políticas e estratégias para promover o seu uso.

Hlalanathi Fundzo, Chefe da Transformação Rural da AUDA-NEPAD, disse que a combinação do conhecimento indígena com a ciência pode ajudar a garantir a segurança alimentar e nutricional e impulsionar o desenvolvimento econômico. Ele citou exemplos de como o IKS tem sido usado para melhorar a produtividade agrícola, desenvolver novos produtos farmacêuticos e criar empregos.

O workshop terminou com a adoção de uma declaração que reafirma o compromisso dos Estados-Membros da SADC com o desenvolvimento e uso do IKS. A declaração também destaca a necessidade de promover a cooperação regional e a participação dos detentores de conhecimento indígena no processo de desenvolvimento de políticas e estratégias de IKS.

SADC lança 2º Marco de Avaliação para acelerar a obtenção de saúde e direitos sexuais e reprodutivos²⁷⁹

A SADC lançou o seu 2º Marco de Avaliação sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SRHR), em Luanda, Angola, em 28 de novembro de 2023. O marco de pontuação da SADC sobre SDR é uma ferramenta estratégica de alto nível para acompanhar o progresso alcançado a nível político, para alcançar os resultados da Estratégia de SDR para a Região da SADC 2019-2030. Utiliza como base os objetivos e metas dos ODS, que aspiram que os Estados-Membros realizem progressos significativos na consecução das metas.

O lançamento do 2º Marco de Avaliação da SDR da SADC proporcionou uma oportunidade para destacar os progressos alcançados, as barreiras, os desafios, as prioridades e as estratégias sobre a SDR na região.

As principais conclusões do marco de pontuação são as seguintes:

- Houve progressos significativos na região em relação à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente na redução da mortalidade materna e neonatal, no aumento do acesso a contraceptivos e na redução da violência baseada no género.
- No entanto, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, nomeadamente a necessidade de garantir o acesso universal a serviços de SDR de qualidade, a necessidade de abordar as barreiras legais e políticas que impedem a SDR, e a necessidade de construir a resiliência dos sistemas de saúde para enfrentar futuras pandemias e outros desafios.

²⁷⁹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-launches-2nd-milestone-scorecard-sexual-and-reproductive-health-and-rights>

Os participantes do lançamento do marco de pontuação concordaram que é necessário um esforço concertado para acelerar a obtenção de saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas na região da SADC. Eles identificaram cinco áreas principais de ação necessárias:

- Garantir que a SDSR seja incorporada no pacote nacional de serviços essenciais e na lista de medicamentos, e como parte dos nossos pacotes de benefícios de Cobertura Universal de Saúde (UHC).
- Promover conversas abertas e francas sobre o impacto que as barreiras legais e políticas colocam na SDSR.
- Construir a resiliência dos nossos sistemas de saúde para resistir a futuras pandemias, ao impacto das alterações climáticas, aos conflitos e a outros choques humanitários.
- Envolver as comunidades na liderança dos esforços para promover e proteger a SDSR.
- Adotar uma mentalidade digital para melhorar a qualidade dos cuidados através de sistemas de dados responsivos aos clientes.

O lançamento do 2º Marco de Avaliação da SDSR da SADC é um passo importante para a região na sua jornada para alcançar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas.

Consórcio BESS: Países africanos se unem para acelerar a transição energética

Vários países africanos, incluindo Burkina Faso, Egito, Gana, Quênia, Malawi, Mauritânia, Moçambique, Nigéria e Togo, manifestaram formalmente interesse em aderir ao Consórcio de Sistemas de Armazenamento de Energia de Bateria (BESS), lançado na COP28. O Consórcio, uma iniciativa de parceria multissetorial do Conselho de Liderança Global, tem como objetivo acelerar a transição energética em África através do desenvolvimento de soluções avançadas de armazenamento de energia.

Imagem 4: Audiência da COP28 com o Dr. Akinwumi Adesina, Presidente do BAD, em destaque.



Fonte: BAD in ecos da COP28, 2023.

A adesão ao Consórcio compromete os membros a participar nos esforços para alcançar compromissos de armazenamento de energia de 5 GW até o final de 2024. Isto, por sua vez, fornecerá um roteiro para alcançar 400 GW de energia renovável até 2030.

O Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a *Agence Française de*

Développement (AFD), Africa50 e Masdar são parceiros de recursos do Consórcio BESS. Esses parceiros fornecerão apoio técnico e financeiro aos países membros, ajudando-os a preparar projetos, melhorar o ambiente regulamentar e desbloquear o investimento privado e público.

O Presidente do Malawi, Dr. Lazarus Chakwera, disse que o país está “comprometido em manter um caminho de geração de energia renovável para um futuro sustentável”. Ele acredita que o Consórcio BESS é “fundamental para tornar o nosso caminho de baixo carbono uma realidade”.

O Ministro do Petróleo, Minas e Energia da Mauritânia, Nany Ould Chrougha, expressou satisfação pela adesão do seu país ao Consórcio. Ele acredita que a necessidade de armazenamento em baterias é “fundamental para o país, que já registra 40% de dependência de energias renováveis”.

O Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Dr. Akinwumi Adesina, disse que o Banco está “orgulhoso de estar na vanguarda desta jornada transformadora”. Ele destacou as sinergias entre o Consórcio BESS e a iniciativa emblemática do Banco, *Desert to Power*.

Dr. Rajiv J. Shah, presidente da Fundação Rockefeller e copresidente do Conselho de Liderança Global, disse que

“sem capacidade de armazenamento suficiente, os países não serão capazes de adicionar energia renovável às suas redes na escala necessária para reduzir as emissões e criar oportunidades económicas”. Ele acredita que o Consórcio BESS é “um exemplo do tipo de ação grande e ousada necessária para quebrar as barreiras que impedem tantas pessoas e comunidades de aderirem às transformações climáticas em curso”.

Barbados, Belize e Índia também aderiram ao Consórcio BESS. A Primeira-Ministra de Barbados, Mia Mottley, disse que o país está “comprometido em desempenhar um papel de liderança na promoção de resultados concretos em matéria de clima e financiamento climático”.

O Conselho de Liderança Global é uma coligação de líderes globais de alto nível reunida pela Aliança Energética Global para as Pessoas e o Planeta. Inclui líderes de bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento, agências internacionais, ONG, executivos empresariais e representantes governamentais.

AGIA recebe mais de US\$ 175 milhões para acelerar a transição verde de África²⁸⁰

A Aliança para Infraestruturas Verdes em África (AGIA) recebeu mais de US\$ 175 milhões de instituições globais e africanas, juntamente com os governos da Alemanha, França e Japão e entidades filantrópicas. O compromisso inicial histórico ajudará a AGIA a atingir o seu primeiro valor próximo de 500 milhões de dólares em preparação de projetos em fase inicial e capital misto de desenvolvimento.

A AGIA é uma parceria da Comissão da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento, da Africa50 e de outros parceiros. Trabalha para desbloquear até 10 mil milhões de dólares de capital privado para projetos de infraestruturas verdes e para galvanizar a ação global para acelerar a transição justa e equitativa de África para Net-Zero. A AGIA foi lançada há um ano na COP27 em Sharm El Sheikh, Egito. A iniciativa visa colmatar a lacuna no

²⁸⁰ <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/cop28-global-and-african-partners-pledge-175m-alliance-green-infrastructure-africa-agma-66513>

financiamento da preparação e desenvolvimento de projetos de infraestruturas verdes em África.

Os novos compromissos anunciados na COP28 incluem: 26 milhões de euros da Alemanha; 10 milhões de dólares do Japão; 20 milhões de euros da França; 40 milhões de dólares do Banco Africano de Desenvolvimento; 40 milhões de dólares do BADEA

Esses compromissos ajudarão a AGIA a apoiar projetos transformadores de infraestruturas verdes em África, como: Geração de energia renovável; Eficiência energética; Transporte sustentável; e Gestão de recursos hídricos

A AGIA é uma iniciativa importante para a transição verde de África. O compromisso inicial de mais de US\$ 175 milhões é um sinal positivo da crescente ambição global para ajudar África a alcançar as suas metas climáticas.

A Europa em retrospectiva e perspectiva

Europe in retrospect and perspective

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

O ano europeu de 2023 teve seu cenário político dominado pela guerra na Ucrânia, que pautou a agenda, mudando prioridades e configurações geopolíticas no continente. Os exemplos mais concretos são a ampliação da Otan, que recebeu a Finlândia e está prestes a receber a Suécia; e o processo de alargamento da União Europeia. Com menor concretude, a guerra aprofundou crises europeias já em curso, como a energética, de segurança e alimentar, que, aliadas à expansão chinesa, levaram a Europa a redescobrir suas ex-colônias para buscar se abastecer de energia e matérias-primas. Neste bojo, e apoiadas pela eleição de Lula e pela presidência rotativa da Espanha, as relações entre UE e Celac, foram resgatadas após 8 anos de silêncio. A reaproximação e o contexto aparentemente favorável, no entanto, não foram suficientes para garantir o sucesso do Acordo UE-Mercosul. Outro problema que se tornou um grande desafio e tema frequente na Europa foi o crescimento dos movimentos migratórios, que afeta mais diretamente a Itália, apesar de ser um problema europeu. A crise climática se manifesta intensamente no continente, com ondas de calor, incêndios, enchentes, enquanto a área da saúde vive os desafios de uma grave crise na força de trabalho e escassez de medicamentos, apesar do fim da emergência sanitária da Covid-19.

Todos estes eventos, permanecerão no cenário europeu de 2024, trazendo uma agenda intensa e desafiadora. No âmbito da União Europeia, a presidência rotativa do Conselho da UE será assumida pela Bélgica, no primeiro semestre e pela Hungria, no segundo. À Bélgica, caberá conduzir as eleições para o Parlamento Europeu, que acontecerão em seu mandato. Já [a presidência Húngara, de Viktor Orbán, é fonte de preocupações para o Parlamento](#), que tem dúvidas a respeito da capacidade de liderança do Conselho por um governo considerado autocrático e populista, que se afasta dos valores democráticos.

O ano de 2024 já começou para o Parlamento Europeu, que apelou ao Conselho Europeu para encontrar uma solução que impeça o governo de Viktor Orbán, de liderar as reuniões ministeriais, de dialogar com as instituições para aprovar a legislações e de representar diplomaticamente o bloco. A preocupação é que a qualidade do trabalho legislativo possa ser afetada sob a liderança de um regime iliberal, que está em contencioso com as instituições europeias, e que assumirá um mês após as eleições parlamentares. Os eurodeputados consideram que algumas posturas de Viktor Orbán (e seu governo) o tornam inadequado para o cargo, como a promessa de manutenção de laços com o presidente russo, Vladimir Putin e a prática de vetos e ameaças de veto em votações que devem ser aprovadas por consenso. A presidência do Conselho da UE confere a um país a prerrogativa de definir a ordem de trabalhos, organizar reuniões ministeriais, dirigir negociações, redigir textos de compromisso, marcar votações sobre dossiês importantes e falar em nome de todos os Estados-membros perante o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia.

A guerra na Ucrânia completou um ano em fevereiro de 2023 e tudo indica que fará o segundo aniversário em 2024. As partes beligerantes (e as que estão na guerra por procuração), não mencionam a hipótese de uma negociação diplomática para a paz. Não há espaço para se abordar a suspensão das hostilidades, nem para a criação de um espaço de diálogo. Brasil e

China apresentaram sugestões para o diálogo e a mediação, mas não tiveram sucesso. Apenas agora no final do ano, os primeiros sinais de esgotamento são sentidos. Primeiro, com o impasse no Congresso estadunidense para aprovação do orçamento, que ameaçou diretamente o apoio militar à Ucrânia e, indiretamente, o sistema de segurança europeu, terceirizado para a Otan. Depois, com a dificuldade europeia em cumprir com a promessa de fornecer um milhão de cartuchos para a artilharia ucraniana.

Com a guerra se estendendo e sem um horizonte de término, o alargamento da União Europeia voltou a ser pauta do bloco, agora com status de prioridade. O pontapé inicial no processo de preparação que visa o leste europeu, foi dado na [Cúpula Informal do Conselho Europeu, em Granada](#), com a aprovação da [Declaração de Granada](#), que reconhece a necessidade de adequação tanto pelo bloco como pelos países candidatos, que devem “intensificar os seus esforços de reforma, nomeadamente no domínio do Estado de direito”, além de prever definição de ambições a longo prazo e as formas de alcançá-las. O alargamento é tido como “um investimento geoestratégico na paz, na segurança, na estabilidade e na prosperidade”.

No tocante a este processo de alargamento do bloco, muitos são os desafios a serem transpostos, principalmente aqueles relativos à orçamento e finanças. Serão demandados importantes ajustes em mecanismos do bloco e internamente, nos países candidatos, muito mais pobres do que os Estados-Membros da UE e que, portanto, provavelmente receberiam a maior parte dos fundos de coesão e agrícolas da UE no futuro se os critérios de atribuição não forem alterados. Aventa-se a possibilidade de promover uma integração gradual, permitindo que os países candidatos adiram às políticas e programas da UE à medida em que concluem as etapas, até que se tornem membros de pelo direito. Outro ponto a ser revisto é o processo decisório, pois o uso continuado da unanimidade em determinados tópicos pode tornar a UE mais lenta em sua tomada de decisões.

Outra importante consequência da guerra na Ucrânia é a expansão da Otan, que já recebeu a Finlândia e deve receber a Suécia, que mudaram suas históricas posições de neutralidade em matéria de segurança. Foi o mais rápido processo de adesão registrado na história, e só não foi mais rápido, porque Turquia e Hungria se opuseram. A Finlândia compartilha mais de 1.300 quilômetros de fronteira com a Rússia e está construindo um muro com mais de 200 quilômetros e 3 metros de altura, para reforçar sua segurança. A Suécia recebeu sinal verde da Turquia para sua adesão à aliança, e aguarda o parlamento turco concluir a ratificação, para que sua adesão complete o cerco da Otan à Rússia no Mar Báltico.

Trata-se de um paradoxo, se pensarmos que a motivação da invasão russa à Ucrânia foi justamente a expansão da Aliança Atlântico-militar, que acontece desde os tempos da Guerra Fria, aumentando as fronteiras com a Rússia. A iminente entrada da Ucrânia no bloco, teria sido a gota d'água que desencadeou a invasão, num inimaginável transbordamento. A Ucrânia segue fora do radar de adesão ao Tratado do Atlântico Norte, sem apoio dos EUA.

Ainda falando sobre a guerra na Ucrânia, voltamos à explosão dos gasodutos Nord Stream I e II, que seguem sem um esclarecimento oficial. Em excelente artigo, o jornalista investigativo estadunidense [Seymour Hersh, argumentou que navios da marinha americana, com o apoio da Noruega](#), teriam colocado em junho, os explosivos que explodiram 3 meses

depois²⁸¹. [A suspeita de que os EUA sejam os responsáveis pelos ataques que destruíram 3 dos 4 gasodutos Nord Stream](#), que fornecia gás da Rússia para a Alemanha e partes da Europa, foi comentada por Jeffrey Sachs, [que palestrou a convite da Missão Russa na ONU, durante uma sessão do Conselho de Segurança que abordava a destruição do gasoduto](#).

É impressionante, mas até aqui, pouco se sabe oficialmente sobre a sabotagem dos gasodutos russos Nord Stream, e o pior, [o Conselho de Segurança da ONU rejeitou pedido russo de investigação do ocorrido](#). A resolução russa pedia a criação de uma "comissão de investigação internacional independente" sobre a sabotagem dos gasodutos submarinos Nord Stream, em setembro do ano passado. O texto teve 3 votos favoráveis, vindos da Rússia, China e Brasil, enquanto os outros doze países se abstiveram. O pedido, demandava uma investigação internacional exaustiva, transparente e imparcial sobre todos os aspectos da sabotagem dos gasodutos Nord Stream 1 e 2, assim como a identificação dos autores, os mandantes, organizadores e cúmplices. As investigações estão sendo feitas por Suécia, Alemanha e Dinamarca. Membros do Conselho rejeitaram a ideia, porque confiam nos países investigadores e porque consideram que a Rússia tenta desviar a atenção sobre a invasão da Ucrânia.

A crise migratória é outro drama vivido pelo continente. As chegadas de imigrantes à Itália aumentaram exponencialmente, assim como as tristes mortes e naufrágios no Mediterrâneo. A Itália é a principal porta de entrada da rota do Mediterrâneo e enfrenta o maior fluxo migratório desde 2017. Apenas neste ano, mais de 900 pessoas morreram tentando cruzar o Mediterrâneo e mais de 45.000 conseguiram chegar. A primeira-ministra Giorgia Meloni vem apelando por uma intervenção da União Europeia e por mais solidariedade no enfrentamento

²⁸¹ Dois dos gasodutos, que compunham o Nord Stream 1, vinham fornecendo gás russo barato para Alemanha e grande parte da Europa Ocidental por mais de 10 anos. Um segundo par de gasodutos, o Nord Stream 2, teve sua construção recém-concluída, mas não chegou a operar. Hersh diz que “Joseph Biden viu os gasodutos como um veículo para Vladimir Putin transformar o gás natural em armas para suas ambições políticas e territoriais”. Ele prossegue, afirmando que “a decisão de Biden de sabotar os gasodutos ocorreu após mais de nove meses de debates altamente secretos dentro da comunidade de segurança nacional de Washington sobre a melhor forma de atingir esse objetivo. Durante grande parte desse tempo, a questão não se missão deveria ser feita, mas como realizá-la sem deixar nenhuma pista clara de quem é o responsável.” Ele não para por aí e, no decorrer do texto, descreve com detalhes, as negociações e parcerias estabelecidas para a execução do plano, em especial com a Noruega, que ele afirma ter sido um parceiro chave.

Para Hersh, o Nord Stream 1 sempre foi visto por Washington e seus parceiros anti-russos da OTAN como uma ameaça ao domínio ocidental. Afinal, os lucros da Gazprom foram compartilhados com o governo russo, e as receitas estatais de gás e petróleo, em alguns anos, foram estimadas em [não menos que 45%](#) do orçamento anual da Rússia, segundo ele. Se o Nord Stream 1, já assegurava gás barato para a Europa - diminuindo sua dependência externa dos EUA -, e uma bela fonte de renda para Putin, o Nord Stream 2, dobraria a quantidade de gás barato disponível para a Alemanha e a Europa Ocidental, além de fornecer gás suficiente para mais de 50% do consumo anual da Alemanha.

Em suas palavras, a oposição ao explodiu na véspera da posse de Biden, em janeiro de 2021, quando os republicanos do Senado, levantaram repetidamente a ameaça política do gás natural russo barato durante a audiência de confirmação de Blinken como Secretário de Estado. Blinken teria afirmado que Biden enfrentaria os alemães “Eu conheço sua forte convicção de que esta é uma má ideia, o Nord Stream 2”, disse ele. “Eu sei que ele quer que usemos todas as ferramentas persuasivas que temos para convencer nossos amigos e parceiros, incluindo a Alemanha, a não seguir em frente com isso.” Hersh prossegue explicando que, enquanto a Europa permanecesse dependente dos gasodutos de gás natural barato, Washington temia que países como a Alemanha, relutassem em fornecer à Ucrânia o dinheiro e as armas necessárias para derrotar a Rússia.

aos fluxos migratórios. Seu governo tem defendido uma maior ação da Europa para evitar a saída de migrantes dos países de origem.

Os Estados-membros prometiam apertar o cerco à migração, com mais vigilância nas fronteiras, quando o tema da migração voltou com força à agenda, com o trágico naufrágio na Grécia. Considerada a maior tragédia da história do Mediterrâneo, vitimou cerca de 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, vindas da Síria, Egito, territórios palestinos e Paquistão. [Autoridades europeias foram acusadas de omissão](#), por organizações de apoio a migrantes e refugiados, em especial a guarda costeira grega e a Frontex, Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. Os críticos afirmam que ambas deveriam ter intervindo mais cedo. Segundo a Organização Internacional das Migrações (OIM), a rota do norte de África para Itália, através do Mediterrâneo central, é a mais mortífera do mundo, com mais de 17.000 mortes e desaparecimentos registrados, desde 2014.

Atualmente, cada país costeiro ou insular é responsável por sua zona de busca e salvamento no mar mediterrâneo, onde é obrigado a iniciar operações de salvamento de barcos em perigo. O estado é responsável não só pelo resgate, como pelo desembarque e processamento de possíveis pedidos de asilo, o que levanta suspeitas de que as guardas costeiras esperem ao máximo para agir. A União Europeia tem competências limitadas nesse tipo de operação. A agência de fronteira externa do bloco, a Frontex, fornece ajuda por meio de vigilância aérea e pode ajudar em um resgate se ordenada pela autoridade nacional responsável, mas não pode realizar um resgate de forma independente. A situação poderia melhorar se as missões de resgate no Mediterrâneo estivessem sob responsabilidade da UE, mas a reforma da política migratória da UE não traz tal previsão. Um serviço europeu de busca e salvamento marítimo não foi aprovado no Parlamento Europeu.

[Estima-se que ONGs realizem 10% das operações de resgate no Mediterrâneo Central e há pouca cooperação entre os serviços nacionais de guarda costeira e ONGs](#) que atuam no resgate de imigrantes que tentam a vida na Europa. Para piorar o cenário, alguns governos são acusados de tentar reduzir ou mesmo proibir suas operações. A Itália, por exemplo, obriga as ONGs a atracar seus navios após um único resgate e atribui portos de desembarque muito distantes dos locais onde acontecem os resgates. O Ministério do Interior da Itália diz que o trabalho das ONGs constitui um "fator de atração" que incentiva contrabandistas e migrantes a zarpar.

Uma política de migração comum, negociada sob um "Novo pacto de migração e asilo" divide os líderes da UE. A Polônia e a Hungria têm bloqueado o debate, por [discordarem da política de reassentamento de imigrantes que está prevista no novo pacto](#), que está baseada num conceito de [solidariedade, obrigatória por uma de duas vias](#): participar recolocação de 30 mil migrantes por ano ou uma contribuição para um fundo de 660 milhões de euros destinado a financiar a política migratória.

Em paralelo às negociações por um novo pacto de migração e asilo, foi assinado um [Memorando de Entendimento sobre uma parceria estratégica e global entre a Tunísia e a União Europeia](#), uma declaração de intenções políticas para melhorar as relações bilaterais e enfrentar os desafios comuns de uma forma "estratégica e abrangente". Com texto não vinculativo, apresenta planos de ação que serão gradualmente desenvolvidos, transformados em instrumentos jurídicos e aprovados pelos Estados-membros antes de serem implementados. Os planos estão divididos em cinco pilares temáticos: estabilidade macroeconômica, economia e comércio, transição ecológica, contatos interpessoais e migração. Apesar de polêmico, a

Comissão Europeia afirmou que pretende que o acordo de migração com a Tunísia se torne um modelo para acordos semelhantes com outros países do Norte de África.

Uma das polêmicas que gira em torno do acordo é o fato do governo da Tunísia, ser repetidamente acusado - incluindo pelo Parlamento Europeu, de reprimir a liberdade de expressão, a independência judicial e a sociedade civil. Os eurodeputados, por sua vez, não veem resultados imediatos e [afirmaram que o número de migrantes que entram na Europa a partir da Tunísia, aumentou desde que o acordo foi assinado](#). A Comissão Europeia foi criticada por não ter reconhecido as evidências apresentadas por ativistas e agências da ONU sobre casos de tratamento abusivo contra os migrantes, por parte das autoridades tunisinas, incluindo expulsões ilegais, ódio racial e violações dos direitos humanos.

Em outra crítica, um relatório publicado pela Oxfam revela que 6 das 16 ações de migração financiadas pela UE no Níger, na Líbia e na Tunísia, no valor total de 667 milhões de euros, violam potencialmente as regras de ajuda estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). [As conclusões da Oxfam sugerem que a UE está desviando sua ajuda ao desenvolvimento para uma estratégia interna de dissuasão da migração](#), pondo em causa os direitos humanos e o bem-estar. A ONG afirma ainda que é cada vez mais complexo acompanhar os múltiplos mecanismos financeiros da UE para conter os fluxos migratórios da África para a Europa. O relatório apela ao Parlamento para que responsabilize o executivo do bloco pelas suas ações em matéria de migração, alertando para o fato de a crescente preocupação da UE com os fluxos migratórios estar a eclipsar uma ajuda crucial ao desenvolvimento na África. A Oxfam afirma ainda que a UE está perdendo oportunidades de abrir rotas migratórias seguras e de aproveitar as vantagens da migração para o desenvolvimento.

A guerra, as crises e a excessiva dependência da Europa, parecem ter feito o continente se voltar para a América Latina. O novo governo Lula também parece colaborar para o estreitamento das relações entre os continentes. Neste âmbito está a aproximação entre UE e Celac e a retomada das negociações com vistas ao Acordo de Livre Comércio entre UE e Mercosul. Logo no início de seu mandato, Lula recebeu o primeiro-ministro alemão Olaf Scholz. A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen também esteve por aqui. No sentido contrário, Lula esteve diversas vezes em continente europeu, com destaque para a visita à Portugal, onde 13 acordos foram assinados e à Alemanha com 15 acordos assinados.

Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, esteve na Argentina para o encontro da Celac quando foi anunciada a [cimeira entre UE e Celac](#), após um hiato de 8 anos. A histórica cimeira, aconteceu em Luxemburgo na Bélgica, a convite da presidência espanhola, reunindo 60 chefes de Estado, 33 da Celac e 27 da UE. As edições anteriores do encontro entre as duas comunidades de países aconteceu em [2013](#) e em [2015](#).

Na agenda, predominaram os temas comerciais, e a guerra da Ucrânia. Sobre a mesa de negociações, possibilidades e desafios se colocaram em áreas como o desenvolvimento humano e as transições ecológica e digital. Atualmente, a UE é o terceiro maior sócio da região, perdendo para os EUA e a China em matéria de comércio, mas sendo campeã no quesito investimento estrangeiro. No tocante à guerra, tanto EUA como Europa buscaram apoio na arena internacional, tentando que os países adotassem uma postura condenatória à invasão. Contudo, os países latino-americanos e caribenhos, veem na Rússia um importante parceiro comercial e aparentemente não veem vantagem em assumir tal postura. Além disso, faz tempo que países da região adotam uma abordagem de neutralidade em suas políticas externas.

No encontro, os países reafirmaram e renovaram os votos de sua parceria histórica, assentada em valores e interesses comuns e em laços económicos, sociais e culturais sólidos. Uma das decisões adotadas, foi a de que o encontro aconteça bianualmente. A [Declaração Final](#) abarca temas como: cooperação multilateral; paz e a segurança mundiais; comércio e investimento; esforços de luta contra as alterações climáticas; justiça e segurança para os cidadãos e mais alguns outros como a transformação digital. Há notável predominância dos temas ambientais e a agenda de política externa da União Europeia está bem manifestada no documento. Contudo, é possível observar conteúdos claramente ligados a pautas latino-americanas e, principalmente, a ausência de condenação à invasão da Ucrânia.

A escravidão é abordada, mas não a reparação. No décimo parágrafo, os países expressam o seu “reconhecimento de que a escravatura e o tráfico de escravos, nomeadamente o tráfico transatlântico de escravos, foram tragédias atroz na história da Humanidade, não apenas pela sua barbárie odiosa mas também em termos da sua magnitude, natureza organizada e sobretudo devido à negação da essência das vítimas, e de que a escravatura e o tráfico de escravos são um crime contra a Humanidade”. O embargo econômico, comercial e financeiro imposto contra Cuba, bem como seu enquadramento como país terrorista, foram objeto do parágrafo 11 da Declaração Final.

O Acordo UE-Mercosul não saiu do papel. As [partes desistiram da assinatura](#) antes da posse de Javier Milei, presidente eleito da Argentina, francamente opositor não só ao Acordo, como ao Mercosul. No entanto, o discurso é de que as tratativas serão mantidas para um novo acordo. Muitos são os contrários ao acordo, como os franceses e o próprio presidente Emmanuel Macron, para quem [o acordo não é bom para ninguém](#), pois ele não poderia pedir aos agricultores e às indústrias francesas que façam esforços para reduzir a emissão de carbono, enquanto são removidas tarifas para importar produtos que não aplicam as mesmas regras.

Os próprios ambientalistas europeus não acreditam que as cláusulas propostas seriam capazes de frear o desmatamento no Brasil. [Ambientalistas brasileiros concordam](#) e tudo leva a crer que a proteção ambiental vem mascarar o protecionismo comercial. Sim, os cidadãos europeus querem nossos alimentos e commodities baratos, mas não quando concorrem com produtores locais, como os franceses, que tem agricultura e pecuária fortemente subsidiadas. O acordo também vem sendo criticado pela falta de transparência nas negociações, e pela não participação da sociedade civil. Além disso, em nome da guerra e a despeito da proteção ambiental, os europeus estão voltando a queimar carvão e correndo risco de financiar um novo acidente nuclear.

A questão comercial das compras governamentais também abalou as negociações do Acordo UE-Mercosul, uma vez que o Brasil não está disposto a abrir suas licitações para a concorrência de empresas estrangeiras. A proposta do Acordo de Compras Governamentais da OMC, previa a abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras participarem de licitações públicas, nas mesmas condições de companhias locais, em bases não discriminatórias. Aderindo ao Acordo, o Brasil se comprometeria a abrir suas licitações para empresas estrangeiras. Para a presidência de Lula, as compras governamentais são um veículo para estímulo à indústria nacional em diferentes setores, como o da saúde. Tal Acordo, colocaria em xeque o projeto brasileiro do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), por exemplo. No setor da saúde, além de comprometer a estratégia do CEIS, tal concorrência aumentaria a vulnerabilidade do SUS e a nossa dependência de fornecedores estrangeiros.

Antes da desistência das Partes, [o parlamento francês havia aprovado – por ampla maioria –, um veto ao Acordo UE Mercosul](#), cuja resolução não tinha poder de lei, mas comprometia os planos de conclusão do pacto comercial até o fim do ano. O texto da resolução foi proposto por parlamentares de diferentes grupos políticos da oposição, que vão desde a esquerda ecológica aos conservadores. Dentre as razões para se opor ao acordo estão motivações protecionistas, dado que os produtores franceses enfrentariam uma concorrência considerada desleal, uma vez que são obrigados a cumprir requisitos sanitários e ambientais exigidos na UE, diferentemente dos importados, além dos possíveis danos ambientais. O uso de pesticidas e antibióticos proibidos na UE nos quatro países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – também foi tema de votação. Os franceses acreditam que o acordo facilitaria a entrada de produtos alimentícios tratados com pesticidas e medicamentos veterinários proibidos pela regulamentação local no mercado europeu.

Ainda que a resolução francesa não tenha poder de lei, ela demonstra que, politicamente, o país terá dificuldade em aderir ao tratado. Para que a parceria Mercosul-União Europeia entre em vigor, todos os parlamentos do bloco econômico precisam ratificá-lo, inclusive o francês. Para viabilizar um futuro acordo, os parlamentares exigem que os envolvidos cumpram o Acordo de Paris e as normas sanitárias e ambientais da União Europeia. Na visão do parlamento francês, caso o Acordo de Paris seja violado, a parceria intercontinental deveria ser suspensa.

É clara a [intenção europeia de atrelar a pauta ambiental à comercial](#). Em entrevista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, José Manuel Albares declarou: “Se considerarmos os diferentes acordos comerciais que temos vindo a discutir com os diferentes países da América Latina, há muitos anos, a melhor forma de garantir que as normas ambientais são respeitadas na América Latina é avançar, assinar e ratificar esses acordos.” “Se queremos que a América Latina vire as costas à Europa e procure outros parceiros que não partilham a mesma preocupação com o ambiente, então temos de os pôr de lado”, disse, ainda, numa conferência de imprensa.

Adentrando no campo da saúde, o cenário para a Europa é desafiador. O continente enfrenta uma grave crise na força de trabalho em saúde e cuidado, escassez de medicamentos, recorde nas mortes por tuberculose e aumento nos casos de sarampo. As boas notícias ficam por conta do controle do surto de Mpox e da erradicação da Malária em dois países.

O ano mal começara, quando [profissionais da saúde pública da Inglaterra fazem maior greve da história do setor](#). De enfermeiras a motoristas de ambulância, os profissionais da saúde pública inglesa fizeram a maior greve de sua história. [Além disso](#), o Serviço Nacional de Saúde (NHS) está imerso em uma profunda crise devido às políticas de austeridade e às consequências da pandemia e em 6 de fevereiro viveu a maior greve desde a sua criação em 1948. Outro alerta relevante é a [possibilidade de colapso de sistema de saúde alemão](#), considerado um dos mais caros do mundo. A falta de profissionais de saúde, como cuidadores e enfermeiros, é apontada como uma das principais causas, aliada à mudança demográfica na Alemanha. Com mais de 40 mil postos de trabalho abertos, o país busca profissionais no exterior, inclusive no Brasil. Até 2030, o país vai precisar de até 300 mil profissionais de enfermagem. A idade média dos profissionais do sistema de saúde é considerada alta, 51 anos, e não há pessoas em formação suficientes para suprir a demanda. Com baixos salários, baixo reconhecimento e alta carga de trabalho, a carreira não é atrativa.

O assunto foi tratado em reunião regional de alto nível da OMS/Europa sobre Saúde e Cuidados com a Força de Trabalho na Europa: Hora de Agir, que propôs um plano de ações políticas para desarmar a bomba-relógio que é a situação dos profissionais de saúde do continente. A [Declaração de Bucareste](#), fruto do encontro, surge no contexto de uma grave crise, que afeta os profissionais de saúde em toda a Região, em cenário de greves recorrentes e incapacidade de reter e atrair profissionais de saúde. No documento os participantes referendam o [Relatório sobre Saúde e Força de Trabalho na Europa: Hora de Agir](#), produzido pela OMS Europa em 2022, que identifica os principais desafios da força de trabalho enfrentados pelos sistemas nacionais de saúde, que incluem: escassez, distribuição desigual, insuficiências no desenvolvimento de habilidades, envelhecimento da força de trabalho, mudanças nos mercados, e problemas de mobilidade e migração de trabalhadores cada vez mais complexos.

Neste contexto, a declaração apela por medidas que possam ser ampliadas e fortalecidas com todas as partes interessadas em atenção contínua. O documento sugere uma série de ações políticas que promovam: aumento da oferta de profissionais; melhoria na retenção e recrutamento dos profissionais; otimização do desempenho da força de trabalho; melhoria no planejamento estratégico da força de trabalho; e investimento público maior e mais inteligente em educação, desenvolvimento e proteção;

[“A crise da força de trabalho em saúde na Europa não é mais uma ameaça iminente – é aqui e agora](#). Provedores de saúde e trabalhadores em toda a nossa região estão clamando por ajuda e apoio”, disse o Dr. Hans Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa. Ele prossegue alertando para o esgotamento dos profissionais de saúde, que além de cansados, estão sobrecarregados e muitas vezes mal pagos. “Nossos sistemas de saúde estão lutando para retê-los e atrair a próxima geração de profissionais de saúde”, complementa.

A crise que afeta os profissionais de saúde é mais uma para a lista de crises que a Europa vem enfrentando nos últimos anos. É tida como uma bomba-relógio pelo Relatório da OMS Europa e não será resolvida por uma declaração que apela à vontade de governos. A Organização se dedica à identificação do problema e de possíveis soluções, mas tem capacidade limitada para influenciar os países a adotarem as recomendações. As ações, se e quando adotadas, serão caracterizadas pela fragmentação. É mais uma crise que afeta as populações mais necessitadas.

Outro problema que a Europa vem enfrentando é a [escassez de remédios, que está por trás da iminente desaparecimento de farmácias comunitárias na Alemanha](#), onde mais de 120 farmácias fecharam suas portas para sempre apenas nos primeiros três meses do ano, segundo dados da Associação Federal de Farmacêuticos Alemães (ABDA). De acordo com o banco de dados nacional oficial da PharmNet.Bund, que monitora o fornecimento de medicamentos na Alemanha, mais de 400 medicamentos estão listados como não disponíveis no país. Essa escassez custa tempo e dinheiro às farmácias comunitárias, que precisam procurar maneiras alternativas de atender seus pacientes.

[A escassez de medicamentos é um problema que atinge muitos países do bloco europeu](#). Antibióticos e antipiréticos, em particular, não são encontrados em muitas farmácias. Stella Kyriakides, a Comissária Europeia para a Saúde, diz que uma lista comunitária de medicamentos críticos no bloco está sendo feita, para se tentar monitorar os medicamentos essenciais escassos e resolver as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento. Este cenário contrasta com o movimento europeu de fortalecimento da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e de criação de uma nova Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias,

a HERA. Esta última, conforme informou a comissária, ainda está avaliando quais são os medicamentos que precisam ser garantidos e a forma do bloco ser avisado com antecedência a potenciais faltas. Segundo ela, quando tudo isto estiver em vigor, a UE estará em condições de saber onde estão as criticidades de fornecimento.

A pandemia demonstrou a importância de cadeias de abastecimento fortes baseadas na UE para a disponibilidade de medicamentos e produtos de saúde estratégicos para proteger a saúde dos cidadãos europeus. Em resposta, o [projeto Autonomia Estratégica Aberta \(OSA\) procura garantir a autonomia estratégica nesta área, através de recomendações sobre questões-chave como a disponibilidade e produção de Ingredientes Farmacêuticos Ativos \(IFA\)](#). A presidência espanhola trabalha num projeto que [propõe um acordo para garantir que as cadeias de abastecimento de medicamentos sejam diversificadas e seguras para a satisfação das necessidades europeias](#). O pacote de reformas visa um mercado único de medicamentos onde todos os cidadãos e pacientes da UE, tenham acesso aos medicamentos que necessitam. O objetivo é reduzir a escassez de medicamentos e garantir que os produtos de saúde estejam disponíveis para todos os cidadãos europeus.

Recentemente, a Comissão Europeia se debruçou sobre o problema da [escassez de medicamentos nas farmácias europeias, que se agrava com a aproximação do inverno](#). Para lidar com a situação, a Comissão propôs medidas, incluindo um mecanismo de solidariedade. Dentre as propostas para evitar rupturas no fornecimento, estão:

- Criar uma lista de medicamentos críticos aos quais se deve prestar mais atenção;
- Fazer contratos públicos conjuntos para o próximo inverno relativos a antibióticos e tratamentos para vírus respiratórios; e
- Criar um mecanismo voluntário de solidariedade europeia. 21/23

No dia mundial da tuberculose, 24 de março, o diretor-regional da OMS Europa, Hans Kluge, fez uma declaração reconhecendo que acabar com a tuberculose permanece um assunto inacabado, apesar do continente ter as condições de fazê-lo. Ele comenta que já se passaram 5 anos desde a primeira Reunião de Alto Nível da ONU sobre TB, de onde surgiram metas ambiciosas que deveriam ter sido alcançadas no ano passado, mas cujo progresso tem sido desanimador – por muitas razões. [Kluge lamenta a realidade sombria trazida pelo Relatório Global de Tuberculose para 2022, que atesta o aumento da mortalidade por tuberculose na região europeia em 2021](#) em comparação com 2020, e a queda da curva de incidência, que estagnou pela primeira vez em 20 anos. Em sua opinião, a fragmentação das ações é um dos motivadores deste quadro. Ele reconhece a necessidade de melhorar o acesso, envolver todas as plataformas de prestação de serviços, investir em serviços baseados na comunidade e fortalecer a conexão com a atenção primária à saúde.

A região europeia da OMS registrou diminuição nos casos de Mpox e aumento no número de casos de sarampo. Ao todo, 17 países da região relataram a doença neste ano, sendo mais de 900 casos apenas entre janeiro e fevereiro. O aumento de casos de sarampo na região, pode estar associado à interrupção das campanhas de vacinação durante a pandemia de Covid-19. Em 2021, um recorde de quase 40 milhões de crianças no mundo perderam uma dose da vacina contra o sarampo: 25 milhões de crianças perderam a primeira dose e outras 14,7 milhões, a segunda dose. Na região europeia, o impacto da pandemia de Covid-19 na cobertura vacinal variou amplamente entre os países e dentro deles. Alguns conseguiram realizar atividades de recuperação entre uma onda e outra, mantendo níveis desejáveis de cobertura.

Outros viram a imunização de rotina interrompida ou adiada por um período considerável em parcelas significativas de suas populações.

[Quanto ao Mpox, cujo surto atípico na região da OMS Europa completou 1 ano em maio de 2023, registrou-se uma redução sustentada de casos](#), após um rápido aumento e pico de número de casos em meados de julho de 2022. Embora as razões para a mudança de cenário sejam desconhecidas, é provável que uma combinação de fatores tenha ajudado a controlar melhor a transmissão de doenças, incluindo: melhor detecção de casos com gestão clínica e de saúde pública associada; aquisição de imunidade natural e vacinal; e mudança de comportamento das comunidades afetadas após campanhas de conscientização pública.

Notícia relevante foi a certificação, pela OMS, de [eliminação da malária nos territórios do Azerbaijão e do Tadjiquistão](#), após um século de esforços para erradicar a doença. A certificação da eliminação da malária é o reconhecimento oficial pela OMS do status de um país livre da malária. Ela é concedida quando um país demonstra – com evidências rigorosas e confiáveis – que a cadeia de transmissão da malária indígena por mosquitos *Anopheles* foi interrompida em todo o território por pelo menos três anos consecutivos. O país candidato à certificação “*malaria-free*” também deve demonstrar a capacidade de impedir o restabelecimento da transmissão. O Diretor Regional da OMS para a Europa, Hans Kluge, comemorou a conquista, dizendo que “a Região Europeia da OMS está agora a dois passos de se tornar a primeira região do mundo totalmente livre de malária”.

A Europa, bastião das pautas ambientais, sente intensamente os efeitos das mudanças climáticas, sob o calor do verão mais quente já registrado no continente. Em agosto, enquanto o fogo queimava a Espanha e a Grécia, enchentes atingiam o sudoeste da Alemanha. Espanha, Itália e Grécia experimentaram temperaturas recordes, com ondas de calor superiores a 40º e em algumas vezes, [superiores a 50º](#). Além do calor, a Grécia viveu a tragédia do pior incêndio florestal da história da União Europeia. Os incêndios que se acumularam no norte da Grécia, destruíram reservas naturais e meios de subsistência.

Também em decorrência das mudanças climáticas, [pela primeira vez, Paris fumegou ruas contra o mosquito Aedes](#). Foram duas operações pontuais ao redor de casas de pessoas que contraíram a dengue. Ruas foram fechadas e as pessoas foram convidadas a permanecer em suas casas, enquanto profissionais de controle de pragas pulverizavam inseticidas em árvores, espaços verdes e outras áreas de reprodução de mosquitos. As operações foram realizadas para reduzir o risco de transmissão da dengue após a detecção de um caso. Tais cenas, comuns em cidades tropicais, ainda que sem a mesma organização, se tornam cada vez mais comuns na Europa à medida que o *Aedes albopictus*, se espalha na região. Nativo do sudeste asiático, O mosquito-tigre-asiático, pode transmitir os vírus da [dengue](#), chikungunya e Zika. A estratégia sanitária é tentar impedir o desenvolvimento de uma cadeia de transmissão na região. Se um mosquito-tigre-asiático picar alguém que foi infectado no exterior, ele se torna portador do vírus. O mosquito já está estabelecido na França, Alemanha e Suíça. Andrea Ammon, diretora do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDPC) da UE, disse em junho que, se a propagação do *Aedes albopictus* continuar, "podemos esperar ver mais casos e possivelmente mortes" por doenças transmitidas por mosquitos.

Apesar disso, em nome da guerra e da crise energética que com ela se aprofunda, países retrocedem em suas pautas e voltam a queimar carvão.

Considerações finais

O ano de 2024 promete ser desafiador para a Europa, que vem sendo neutralizada pelos EUA e caminha para ser um apêndice do imperialismo estadunidense. Ameaçada pelas guerras e pela expansão da China, tenta se voltar para suas ex-colônias, mas encontra um cenário bem diferente, com países mais firmes em suas posições políticas e negociais. O Acordo UE-Mercosul não naufragou sozinho, tendo sido acompanhado pelo fracasso do Acordo de Livre Comércio entre UE e Austrália, que desistiu do pacto em função das condições protecionistas e desfavoráveis que lhe foram ofertadas.

A palavra de ordem na União Europeia tem sido “cadeia de valor”. Este é o novo mantra: a ideia de acompanhamento de um produto desde a sua concepção até a chegada ao cliente, para evitar escassez e desabastecimento. O livre comércio já não é suficiente. É preciso garantir o abastecimento de insumos estratégicos, ao continente cuja história recente vem sendo marcada pela dependência em setores como energia, alimentação e segurança.

Quanto à migração, os Estados-membros da UE prometem apertar o cerco, com mais vigilância nas fronteiras. É lamentável que a abordagem seja, de novo, protecionista. Evitar que as pessoas saiam dos seus países, não tende a resolver o problema. Quais as causas dos movimentos migratórios? Evitar a saída dos migrantes, deveria envolver melhores condições de vida, para que estas pessoas não precisem fugir de seus locais...

A (re)aproximação da UE dos países da América Latina parece ter entrado para a agenda independentemente do caminho político das presidências rotativas do Conselho da EU. Um sinal disto foi a apresentação por parte da Comissão Europeia, previamente à Cimeira Celac UE, de uma [nova agenda para as relações da UE com a América Latina e o Caribe](#) (ALC) que traz concretude ao interesse europeu de intensificar a cooperação birregional. Apesar dos países membros da Celac terem demonstrado certo grau de unidade na Cimeira de julho, o fórum não apresenta grau de institucionalização que lhe permita negociar conjuntamente, então a expectativa é de que as relações se deem de maneira bilateral entre a UE e os diferentes países da região. Apesar das possibilidades que se abrem com o incremento da cooperação ibero-americana, os interesses ainda são díspares, e a cada dia ficam mais claras as intenções protecionistas mascaradas de medidas ambientais.

Finalmente, lamento pela nova guerra entre Israel e Hamas, e pela incapacidade diplomática da União Europeia buscar uma trégua neste episódio. Após 3 reuniões dedicadas ao tema, apenas as pausas humanitárias foram objeto de resolução. É triste, muito triste constatar, mas a guerra movimenta a economia e gera lucro aos mais ricos, enquanto leva horror, desespero, flagelo e muito sofrimento às populações.

A agressiva e desumana guerra Israel-Hamas não fazia parte das listas de riscos para 2023 – nem para a próxima década!

The aggressive and inhumane Israel-Hamas war was not on the risk lists for 2023 – nor for the next decade!

Lucia Marques

Resumo: Tomando como ponto de partida a guerra **Israel-Hamas**, **Marques** analisa o aprofundamento do fosso entre o Norte e o Sul Global e a evolução das interferências geopolíticas nos debates globais. A analista resgata e traz para o debate os relatórios de riscos para 2023 que não viam perigo nas consequências das ações de permanente ocupação e desrespeito aos direitos humanos de Israel sobre a população palestina. Que não viam como riscos as desrupções socioeconômicas, de saúde - e de vida - nos Territórios Palestinos Ocupados, por um Israel cada vez mais agressivo. A cegueira e surdez do mundo para a ocupação dos Territórios Palestinos por Israel²⁸², que dura mais de 70 anos, deu no que deu. Finalizamos 2023 com uma guerra cruel – uma guerra podia ter sido evitada pois não eclodiu da noite para o dia - que já envolve números superlativos de mortos e feridos, mas que, por enquanto, não envolve outros Estados regionais nem grandes potência. Mas até quando? Essa guerra reflete o crescimento de conflitos e de violência no mundo, envolvendo, principalmente, extremismos, radicalismos, fobias e limpezas étnicas.

A paz é muito mais do que a ausência de violência. A Paz Positiva descreve as atitudes, estruturas e instituições que sustentam sociedades pacíficas. **A paz é um determinante estrutural da saúde. E a saúde e o conjunto dos seus determinantes podem ser uma ponte para a Paz.** A saúde tem poder de convocação, sendo muitas vezes vista como um bem comum por todas as partes num conflito; as iniciativas de saúde podem, portanto, servir como ponto de partida para aproximar as pessoas. Sabemos que as fragilidades - instabilidades política e econômica, governos fracos, falta de opção e de oportunidades, pobreza, inexistência de identidade e de sentimento de pertencimento - abrem caminho para a violência, disputas e extremismos. Atacar as causas dessas fragilidades é um bom caminho. Mas produzir armas e vendê-las é bom para algumas poucas e poderosas economias.

Palavras chaves: Paz e Saúde, riscos, violência e conflitos, Norte e Sul Global

Abstract: *Taking the Israel-Hamas war as a starting point, Marques analyzes the deepening gap between the Global North and South and the evolution of geopolitical interference in global debates. The analyst rescues and brings to debate the risk reports for 2023 that saw no danger in the consequences of Israel's actions of permanent occupation and disrespect for human rights on the Palestinian population. Who did not see the socioeconomic, health - and life - disruptions in the Occupied Palestinian Territories as risks, caused by an increasingly aggressive Israel. The world's blindness and deafness to Israel's occupation of the Palestinian Territories, which has lasted more than 70 years, has resulted in what has happened. We end 2023 with a cruel war –*

²⁸² Entenda u pouco mais sobre a questão palestina e o sionismo em “Faixa de Gaza 2021: um meteorito no céu do futuro”, artigo de José Luís Fiori, disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609816-faixa-de-gaza-2021-um-meteorito-no-ceu-do-futuro>

a war could have been avoided as it did not break out overnight – which already involves superlative numbers of deaths and injuries, but which, for now, does not involve other regional states or major powers. But until when? This war reflects the growth of conflicts and violence in the world, involving extremism, radicalism, phobias and ethnic cleansing.

Peace is much more than the absence of violence. Positive Peace describes the attitudes, structures and institutions that sustain peaceful societies. Peace is a structural determinant of health. And health and all its determinants can be a bridge to Peace. Health has the power to convene and it is often seen as a common good by all parties to a conflict; Health initiatives can therefore serve as a starting point to bring people together. We know that weaknesses - political and economic instability, weak governments, lack of options and opportunities, poverty, lack of identity and sense of belonging - pave the way for violence, disputes, and extremism. Attacking the causes of these weaknesses is an effective way. But producing weapons and selling them is good for a few powerful economies.

Keywords: *Peace and Health, risks, violence and conflicts, Global North and South*

*Pessoas que não começaram a guerra, nem foram responsáveis por ela, são as que mais sofrem por causa dela*²⁸³

O [Relatório de Riscos de 2023](#), divulgado durante o [Fórum Econômico de Davos](#), na segunda quinzena de janeiro de 2023, apontava um conjunto de riscos globais para 2023 – a policrise: pandemia, mudanças climáticas, catástrofes naturais, recessões e inflação alta, pressões sobre a segurança alimentar e energética, além de tensões geopolíticas, ameaças à democracia, agravamento da desigualdade, pobreza e fome, que convergiam para moldar um período incerto e turbulento. O documento apontava que a próxima década seria marcada por crises ambientais e sociais, impulsionadas por tendência geopolíticas.²⁸⁴ As desrupções socioeconômicas, de saúde - e de vida - nos Territórios Palestinos Ocupados, por um Israel cada vez mais agressivo, não eram vistas como risco.²⁸⁵

No mesmo período, o *The Economist* publicou a edição especial [The World Ahead 2023](#) na qual apontou 10 cenários e tendências que deveriam ser acompanhadas. Embora apontasse que a tensão da divisão do mundo em função da guerra russo-ucraniana pudesse fazer explodir conflitos regionais, principalmente onde já existiam tensões,²⁸⁶ o documento também não viu risco nas consequências das ações de permanente ocupação e desrespeito aos direitos humanos

²⁸³ Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, em [discurso](#) da abertura da Assembleia Mundial da Saúde de 2022. Lei mais em Marque, L. **Asia Pacífico e Oriente Médio na Assembleia Mundial da Saúde**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 10-2022, p. 134-144](#).

²⁸⁴ [Estes são os maiores riscos que o mundo enfrenta | Fórum Econômico Mundial \(weforum.org\) Fórum de Davos](#)

²⁸⁵ O que nos faz refletir sobre o quanto de pensamento e visão ocidentocentristas esses relatórios estão impregnados.

²⁸⁶ Na ocasião, o relatório apontava para o risco da China fazer movimento em direção a Taiwan, para o aumento das tensões entre China e Índia no Himalaia e para o risco da Turquia tentar capturar uma ilha grega no mar Egeu.

de Israel sobre a população palestina. Pelo contrário, considerou os Acordos de Abraão²⁸⁷ um sinal positivo de mudança na geopolítica.

A preocupação que dominava o cenário, principalmente entre os países desenvolvidos, era a guerra na Ucrânia e seu efeito *Doppler*. Ou, sob a ótica americana, os movimentos da China em ralação à Taiwan e no Mar Meridional da China. O que nos leva a refletir sobre o quanto de pensamento e visão ocidentocentristas esses relatórios estão impregnados. O quão prevalece o interesse em testar e vender armas.

A cegueira e surdez do mundo para a ocupação dos Territórios Palestinos por Israel²⁸⁸, que dura mais de 70 anos, deu no que deu. Finalizamos 2023 com uma guerra cruel – uma guerra não evitada - que já envolve números superlativos de mortos e feridos, mas que, por enquanto, não envolve outros Estados regionais nem grandes potências. Mas até quando? Sem um cessar-fogo permanente não acontecer logo, por quanto tempo os países árabes conseguirão segurar o Irã, maior rival de Israel? Se Irã entrar na guerra... o maior aliado de Israel, EUA, já está pronto para responder.... Esse é um risco concreto.

Essa guerra reflete o crescimento de conflitos e de violência no mundo, envolvendo, principalmente, extremismos, radicalismos, fobias e limpezas étnicas. Essa guerra, que não estava na lista de riscos, embora não tenha eclodido da noite para dia, fez aumentar o fosso entre o Ocidente e o resto do mundo. A rivalidade entre as grandes potências ganhou novos players mundiais e regionais com poderes assertivos ao longo de 2023.

A divisão entre o Norte global e o Sul global, que começou a ganhar visibilidade em 2022, com a Guerra na Ucrânia,²⁸⁹ vem aumentando e se refletindo cada vez mais nos fóruns e debates globais. Consequências do apartheid das vacinas, das sanções aplicadas, inviabilizando economia e desenvolvimento, e das pressões sobre a guerra quente na Ucrânia e sobre a guerra fria contra a China. Em maio de 2022, a agenda da 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que teve como tema *Saúde para Paz. Paz para Saúde*, refletiu o universo de cenários desafiadores para a saúde global – que permaneceram em 2023 e devem permanecer na próxima década. Na ocasião, os embates e divergências acabaram politizando o fórum em vários momentos e refletiram as divisões entre o oriente e o ocidente, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ainda em 2022, durante a UNGA77 (77ª Assembleia Geral da ONU) a divisão foi registrada através de uma [declaração política](#) de vários países:²⁹⁰

“expressamos rejeição categórica às práticas coloniais e neocoloniais nas relações internacionais, que incluem, entre outras, tentativas de exercer dominação racial, cultural, econômica, social e política, inclusive por meio de exploração e discriminação, ocupação estrangeira e políticas de apartheid, interferência externa, bem como por meio de outras

²⁸⁷ Marques, L. **Israel X Palestina: Conflito que dura mais de 70 anos e o mundo nunca fez nada**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 18-2023. P. 199-206.](#)

²⁸⁸ Entenda um pouco mais sobre a questão palestina e o sionismo em “Faixa de Gaza 2021: um meteorito no céu do futuro”, artigo de José Luís Fiori, disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609816-faixa-de-gaza-2021-um-meteorito-no-ceu-do-futuro>

²⁸⁹ Não porque sejam a favor da guerra, mas por serem contra a condução do Ocidente, especialmente da América.

²⁹⁰ Marques, L. **O centro do mundo se deslocando para a Ásia**. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3-203, p. 183-192.](#)

práticas destinadas a promover concepções supremacistas perversas e alcançar a subjugação dos outros.”

E o exemplo mais grave dessa divisão aconteceu nesta [UNGA78](#) (16 a 22 de setembro de 2023), quando 11 países, cansados de não serem ouvidos e de sofrerem sanções, declararam que não apoiarão a adoção de declarações políticas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPPR), cobertura universal de saúde e tuberculose (TB),²⁹¹ quebrando a tradição da aprovação por consenso.

Na sua [carta](#) ao presidente da UNGA78, Dennis Francis, datada de domingo, 17 de setembro, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Coreia do Norte, Eritreia, Irã, Nicarágua, Rússia, Síria, Venezuela e Zimbábue alegaram que as suas objeções tinham sido ignoradas ou postas de lado em várias fases do desenvolvimento das declarações de saúde e desenvolvimento sustentável. Os representantes se referiam à retirada das versões finais do parágrafo que apelava aos países para se absterem “de promulgar e aplicar quaisquer medidas unilaterais, econômicas, financeiras ou comerciais que não estivessem em conformidade com o direito internacional:

“as negociações não foram conduzidas de uma forma verdadeiramente inclusiva, justa e equilibrada”, incluindo o projeto de resultado da Cimeira dos ODS que foi “reaberto com o objetivo de acomodar exclusivamente as prioridades de algumas delegações de países desenvolvidos” enquanto “nada foi feito refletir e acomodar as preocupações legítimas das delegações dos países em desenvolvimento que, além disso, quebraram repetidamente o silêncio, incluindo o Grupo dos 77 e a China”.²⁹²

Como se pode ver, o atual conflito entre Israel e o Hamas se insere em um quadro mais amplo, complexo e que traz crises em profusão e que desencadeia comportamentos distintos nos países integrantes do **Norte** e do **Sul Global**. “Já está claro que há uma sedimentação dos blocos e, enquanto o Norte parece mais próximo de uma perspectiva israelense, sem comprar completamente o pacote em alguns casos, o Sul Global parece mais inclinado a uma visão palestina, não do grupo terrorista Hamas, mas do país palestino”, como escreve o Frei Jacir de Freitas Farias.²⁹³

As guerras em curso no mundo, somadas aos efeitos da **pandemia de Covid-19**, que demonstraram “um festival de **nacionalismo sanitário**”, estão reconfigurando a geopolítica internacional porque países emergentes passaram a reivindicar uma ordem internacional diferente. Um exemplo da nova reconfiguração é o novo BRICS+6²⁹⁴ ou a reconfigurada Organização para Cooperação de Xangai - OCX.²⁹⁵

Os países desenvolvidos estão sendo cobrados pela falta de empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios e pelo apartheid das vacinas contra covid-19. E a guerra Israel-Hamas vem aprofundando esse fosso, quando países que detêm poder, como os EUA, emitem

²⁹¹ <https://healthpolicy-watch.news/russia-and-allies-refuse-to-support-un-declarations-of-health/>

²⁹² <https://healthpolicy-watch.news/russia-and-allies-refuse-to-support-un-declarations-of-health/>

²⁹³ Frei Jacir de Freitas Faria, [conflito entre Israel e o Hamas](#)

²⁹⁴ Marques, L. **A “selva” está se tornando independente do “jardim”**: outras reflexões sobre o BRICS+6. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 15-2023, p. 243-248.](#)

²⁹⁵ Marques, L. **Fortalecimento do novo Global Globe e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2023, p.149-160.](#)

declarações carregadas de parcialidades. O discurso de direito de defesa não mais se aplica. A morte de mais de 15 mil civis não pode mais ser justificada como legítima defesa.

Embora a guerra nos territórios palestinos ocupados ocupe as mídias no momento, outras guerras e conflitos acontecem no mundo, a maioria deles sem receber a devida atenção.

Como a guerra Israel-Hamas em Gaza agrava crise global de conflitos em proliferação

A violência sem precedentes vista na guerra contínua entre Israel e o Hamas custou a vida de mais de 15.000 civis, destruiu quase todo o norte de Gaza e deslocou 1,7 milhão de palestinos dentro de Gaza, bem como meio milhão de israelenses, principalmente ao longo da fronteira com o Líbano. O Comitê dos Direitos da Criança da ONU marcou solenemente o [Dia Mundial da Criança](#), em 20 de novembro, pedindo um cessar-fogo em Gaza e reiterando que milhares de crianças estão morrendo em conflitos armados em muitas partes do mundo, incluindo na Ucrânia, Afeganistão, Iêmen, Síria, Mianmar, Haiti, Sudão, Mali, Níger, Burkina Faso, República Democrática do Congo e Somália.

Com novas guerras começando, as mais velhas entrando em seu 10º ano ou mais, e ainda outras se intensificando, o derramamento de sangue em Gaza pode ser indicativo do que alguns analistas e observadores veem como um período de aumento da violência em todo o mundo, como apontado no relatório do [Índice Global de Paz 2023](#), do [Instituto de Economia e Paz \(IEP\)](#).²⁹⁶

O ano atual testemunhou um aumento da violência e das guerras na Europa, África e Ásia, de acordo com o relatório do IEP, que aponta várias tendências preocupantes. Nos últimos 15 anos o mundo se tornou menos pacífico, registrando aumento da violência na África Subsaariana, Europa e Ásia-Pacífico e deteriorações na paz em 95 dos 163 países analisados no relatório do IEP.

Medir a paz a nível global e nacional permite avaliar os fatores sociais, políticos e econômicos que criam a paz e, assim, pensar em soluções mais permanentes ou mais capazes de criar paz. Como lembrou o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, durante debate no Conselho de Segurança, nove dos 10 países com os indicadores mais baixos de Desenvolvimento Humano experimentaram conflitos ou violência nos últimos 10 anos.²⁹⁷

O [Instituto de Economia e Paz \(IEP\)](#), grupo de reflexão global, com sede em Sidney, Austrália, que propõe mudança de paradigmas para uma paz positiva, lançou recentemente quatro relatórios: [Índice Global de Paz 2023](#), [Índice Global de Terrorismo](#), [Índice de Percepção de Segurança](#) e [Relatório de Ameaças Ecológicas 2023](#). Este último, analisa o risco ecológico, a resiliência social e a paz para 228 países e territórios, 3.638 distritos administrativos e 250 cidades, avaliando a sua capacidade de gerir os seus desafios entre agora e 2050. O Índice Global de Paz classifica 163 países de acordo com os seus níveis de paz.

O IEP analisa índices e dados e aponta causas e o custo econômico da violência, apresenta análise do risco e da fragilidade a nível nacional com a finalidade de mostrar que a paz é uma medida positiva, tangível e alcançável do bem-estar e desenvolvimento humano.

As ameaças ecológicas têm maior impacto nos conflitos em regiões como o Sahel, que enfrentam grandes deficiências na governança e no Estado de direito, elevados níveis de

²⁹⁶ [How Israel-Hamas war in Gaza compounds global crisis of proliferating conflicts \(arabnews.com\)](https://www.arabnews.com/story/2023/11/1823672)

²⁹⁷ <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823672>

pobreza e elevada variabilidade climática. O relatório aponta os riscos e possíveis causas de conflitos. Segundo os índices do relatório, um aumento de 25% na insegurança alimentar, aumenta o risco de conflito em 36%. Além disso, o mesmo aumento do risco hídrico e das catástrofes naturais aumenta o risco de conflito em 18% e 21%, respectivamente. O impacto no risco de conflito é maior em áreas com histórico de conflito, falta de resiliência e instituições fracas. As oscilações geopolíticas e intervenções externas contribuem para a piora dos cenários.

Interessante observar o relatório sobre percepção de segurança, que olhou principalmente para questões como alimentos e água, crimes violentos, condições climáticas adversas, **saúde mental** e segurança no local de trabalho. O ranking surpreende.

RANK	COUNTRY	SCORE	RANK	COUNTRY	SCORE	RANK	COUNTRY	SCORE
1	Uzbekistan	0.072	22	Japan	0.145	43	United States of America	0.187
2	United Arab Emirates	0.073	23	Israel	0.146	44	Kosovo	0.190
3	Saudi Arabia	0.093	24	United Kingdom	0.148	45	Paraguay	0.191
4	Norway	0.098	25	Jordan	0.154	=45	Serbia	0.191
5	Estonia	0.100	26	Kyrgyz Republic	0.155	47	Bulgaria	0.192
6	Singapore	0.101	27	Netherlands	0.156	48	Germany	0.194
7	Iceland	0.109	=27	Romania	0.156	=48	Russia	0.194
8	Sweden	0.111	29	Australia	0.159	50	South Korea	0.195
9	China	0.113	=29	Pakistan	0.159	=50	Slovakia	0.195
10	Denmark	0.116	31	Ireland	0.161	52	France	0.197
11	Lithuania	0.119	=31	Egypt	0.161	=52	Cyprus	0.197
12	Hungary	0.123	33	Canada	0.163	54	Nicaragua	0.199
13	Armenia	0.127	34	New Zealand	0.164	55	Laos	0.203
14	Kazakhstan	0.128	35	Malta	0.166	=55	Lebanon	0.203
15	Taiwan	0.129	36	Finland	0.167	57	Sri Lanka	0.206
=15	Czech Republic	0.129	37	Croatia	0.172	58	Uruguay	0.210
17	Tajikistan	0.130	38	Thailand	0.174	59	Austria	0.211
18	Belgium	0.132	39	El Salvador	0.175	60	Panama	0.213
19	Latvia	0.135	40	Albania	0.176	61	Algeria	0.214
20	Hong Kong	0.136	41	Slovenia	0.183	62	Bosnia and Herzegovina	0.215
21	Georgia	0.138	42	Switzerland	0.184	63	Poland	0.218
64	North Macedonia	0.219	85	Dominican Republic	0.282	106	Zimbabwe	0.371
65	Ukraine	0.221	86	Tanzania	0.283	107	South Africa	0.373
66	Tunisia	0.222	87	Greece	0.287	108	Uganda	0.381
67	Malaysia	0.224	88	Iraq	0.292	109	Namibia	0.382
68	Mongolia	0.225	=88	Colombia	0.292	110	Zambia	0.396
69	Moldova	0.239	90	Mexico	0.299	=110	Burkina Faso	0.396
70	Spain	0.240	91	Ecuador	0.300	112	Philippines	0.397
71	Vietnam	0.241	92	Venezuela	0.302	=112	Afghanistan	0.397
=71	Myanmar	0.241	93	Mauritius	0.303	114	Cameroon	0.403
73	Costa Rica	0.244	=93	Peru	0.303	115	Brazil	0.416
=73	Nepal	0.244	95	Togo	0.306	116	Gabon	0.426
75	Iran	0.248	96	Jamaica	0.308	117	Mozambique	0.436
76	Honduras	0.250	97	India	0.320	118	Republic of the Congo	0.451
77	Italy	0.258	98	Bolivia	0.333	119	Guinea	0.467
78	Chile	0.265	99	Côte d'Ivoire	0.339	120	Sierra Leone	0.502
79	Bangladesh	0.267	100	Morocco	0.341	121	Mali	0.587
80	Argentina	0.268	101	Kenya	0.358			
=80	Portugal	0.268	102	Benin	0.362			
82	Indonesia	0.270	103	Senegal	0.364			
83	Cambodia	0.274	104	Nigeria	0.367			
84	Turkey	0.275	105	Ghana	0.369			

Fonte: [SAFETY PERCEPTIONS INDEX 2023 páginas 4 e 5](#)

O relatório **Índice Global de Terrorismo 2023** aponta o crescimento do Terrorismo, principalmente na África. A região do Sahel, na África Subsaariana, é agora o principal epicentro

do terrorismo, sendo o Sahel responsável por mais mortes por terrorismo em 2022 do que o Sul da Ásia e o Médio Oriente e Norte de África (MENA) juntos.²⁹⁸

O relatório mapeia os 20 grupos terroristas em atuação no mundo (página 12 do relatório). Ao relacionar os 10 países mais afetados pelo Terrorismo (Afeganistão²⁹⁹, Burkina Faso, Somália, Mali, Síria, Paquistão, Iraque, Nigéria, Myanmar e Níger), o documento sinaliza o conjunto de fatores críticos que facilitam a dominação dos grupos terroristas: extrema pobreza, estresses hídricos e energéticos, insegurança alimentar, ausência de políticas públicas, governos fracos, rivalidades, entre outros.

E a pandemia exacerbou problemas estruturais de desigualdades e de pobreza, abrindo espaço para os grupos terroristas extremistas e fundamentalistas, como Al Qaeda e ISIS,³⁰⁰ ampliarem seu poder e influência e lucrarem com dificuldades e crises, explorando ódio e queixas sociais, inspirando atores. A perda de território no Oriente Médio levou-os para a África e alguns países do sul asiático, onde a dura realidade ajuda a fomentar os movimentos jihadistas.³⁰¹ Instabilidade política e econômica, falta de opção e de oportunidades, pobreza, inexistência de identidade e de pertencimento são fragilidades que facilitam a cooptação de indivíduos ou grupos, principalmente uma parcela da população jovem indignada com a desigualdade

Conflitos armados ao redor do mundo

O observatório [Rule of Law in Armed Conflict Online Portal](#) (RULAC), da Geneva Academy, com sede em Genebra, monitora as situações de 110 conflitos armados ou violência armada sob o ponto de vista do direito internacional humanitário. Alguns desses conflitos estão nas mídias, outros não. Alguns envolvem governos e grupos armados, grupos que lutam entre si, ou envolvem potências e outros Estados nacionais regionais. Alguns são recentes, outros já duram mais de 50 anos. Em informes anteriores já tivemos oportunidade de destacar alguns dos mais importantes na atualidade (Marques, L. Informe 4 - [2022, p. 154-162](#) e Informe 19 - [2023, p.34-43](#)).

Destes, 45 estão na Região MENA (Oriente Médio e Norte da África) - [Chipre](#), [Egipto](#), [Iraque](#), [Israel](#), [Israel](#), [Líbia](#), [Marrocos](#), [Palestina](#), [Síria](#), [Turquia](#), [Iémen](#) e [Sahara Ocidental](#). A guerra mais longa e mais complexa para um acordo de paz acontece na [Síria](#), envolvendo governo, grupos paramilitares e potências regionais e intervenções externas. A África vem em segundo lugar no número de conflitos armados por região, com mais de 35 conflitos armados não internacionais ([Burkina Faso](#), [Camarões](#), [República Centro-Africana \(RCA\)](#), [República Democrática do Congo](#), [Etiópia](#), [Mali](#), [Moçambique](#), [Nigéria](#), [Senegal](#), [Somália](#), [Sudão do Sul](#) e [Sudão](#)). A Ásia é palco de 19 conflitos armados não internacionais, principalmente no

²⁹⁸ [Índice Global de Terrorismo](#) - estudo abrangente que analisa o impacto do terrorismo em 163 países, o que abrange 99,7 por cento da população mundial.

²⁹⁹ O documento sinaliza queda do terrorismo no Afeganistão, depois da ocupação do Talibã, que não consta entre os 20 grupos terroristas em atuação hoje.

³⁰⁰ Nascido da Al-Qaeda, inicialmente Estado Islâmico no Iraque e no Levante (EI), também conhecido como Isis ou Daesh.

³⁰¹ Jihad, em árabe, significa *esforço* ou *luta*. No islã, pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma luta armada contra os infiéis. Os jihadistas acreditam que a luta violenta é necessária para erradicar os adversários do islão e impor a Lei Islâmica, a Sharia.

[Afeganistão](#), [na Índia](#), [em Mianmar](#), [no Paquistão](#) e [nas Filipinas](#); 2 conflitos armados internacionais – entre a [Índia e o Paquistão](#), e entre a [Índia e a China](#).

A região do Sahel, na África Subsaariana, é atualmente o principal epicentro do terrorismo, sendo o Sahel responsável por mais mortes por terrorismo em 2022 do que o Sul da Ásia e o Oriente Médio e Norte de África (MENA) juntos, com aponta o relatório o Índice Global de Terrorismo (GTI), elaborado pelo Instituto de Economia e Paz.³⁰²

Considerações finais

A paz é muito mais do que a ausência de violência. A Paz Positiva descreve as atitudes, estruturas e instituições que sustentam sociedades pacíficas. **A paz é um determinante estrutural da saúde. E a saúde e o conjunto dos seus determinantes podem ser uma ponte para a Paz.** A saúde tem poder de convocação, sendo muitas vezes vista como um bem comum por todas as partes num conflito; as iniciativas de saúde podem, portanto, servir como ponto de partida para aproximar as pessoas.

Em maio de 2022, a agenda da 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que teve como tema *Saúde para Paz. Paz para Saúde*, refletiu o universo de cenários desafiadores para a saúde global – que permaneceram em 2023 e devem permanecer na próxima década. A [Iniciativa Saúde Global para a Paz](#) reúne arcabouços que vão desde intervenções humanitárias à construção de diálogos.

Neste fim de novembro, os Seminários Avançados Saúde Global e Diplomacia da Saúde trouxeram o tema [Guerra, e saúde como ponte para a paz](#). O evento reuniu o diretor regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Mediterrâneo Oriental (OMS-EMRO), Ahmed Al Mandhari, que abordou justamente o papel da saúde nos conflitos e como ela pode amenizar sofrimentos. O médico na Cisjordânia, Mustafa Barghouti, contou sobre a situação do sistema de saúde na Palestina atualmente, em meio ao conflito na Faixa de Gaza. A diretora-adjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). O chefe da Divisão de Saúde Global, do Ministério das Relações Exteriores, Igor Barbosa, trouxe a visão do Brasil sobre a saúde nos processos de estabilização e paz. A Introdução e mediação ficou com Paulo Buss, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz e organizador dos Cadernos CRIS Fiocruz, que conformam o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

O debate converge com a discussão no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, no dia 20/11, na sessão convocada pela China, presidente rotativa do conselho este mês, que teve como tema “Promover a Sustentação da Paz através do Desenvolvimento Comum”. É consenso que investir em desenvolvimento hoje significa investir em um amanhã mais pacífico.³⁰³

Construir a paz significa garantir segurança alimentar, acesso à educação, serviços de saúde, proteção social e dignidade para todos. Também significa fortalecer a resiliência a choques climáticos e investir em adaptação - o caos climático e a degradação ambiental são multiplicadores de crises.

³⁰² [Índice Global de Terrorismo](#) - estudo abrangente que analisa o impacto do terrorismo em 163 países, o que abrange 99,7 por cento da população mundial. Na página 12, os 20 principais grupos terroristas em atuação.

³⁰³ <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823672>

O Chefe das Nações Unidas, Antonio Guterres,³⁰⁴ apresentou em julho deste ano, suas propostas para uma Nova Agenda para a Paz, que estabelece uma visão para a prevenção de conflitos e sustentação da paz em uma época de tensões crescentes e proliferação de conflitos, através de cinco prioridades (Estratégias de prevenção, atualização das Operações de Paz, aumento da mediação e da coesão social para preservar a paz, medidas para impedir que novas tecnologias sejam usadas de forma destrutiva e a reforma do Conselho de Segurança e outras estruturas de governança internacional) e 12 propostas, entre elas **a reforma do Conselho de Segurança**. Guterres enfatizou que é preciso “torná-lo mais justo e representativo, e democratizar seus procedimentos.

Sabemos que a melhoria da governança internacional está no cerne da construção de um futuro de desenvolvimento comum para todos. Sabemos que os avanços no combate às mudanças climáticas na região passam primeiro pela necessidade de estabilidade e de redução da violência e do terrorismo. Sabemos da interconectividade entre os 17 ODSs e que a estagnação e o retrocesso no cumprimento da agenda 2030 tem sérias implicações para a paz e segurança. Sabemos que as desigualdades e falta de oportunidades, trabalhos decentes e de liberdade podem “gerar frustração e levantar o espectro da violência e da instabilidade e que instituições fracas e corrupção podem aumentar o risco de conflitos. Sabemos que as fragilidades (instabilidade política e econômica, governos fracos, falta de opção e de oportunidades, pobreza, inexistência de identidade e de sentimento de pertencimento) abrem caminho para a violência, disputas e extremismos.

Atacar as causas dessas fragilidades é um bom caminho. Mas produzir armas e vendê-las é bom para algumas poucas e poderosas economias.

³⁰⁴ [Nova Agenda para a Paz da ONU quer conter fragmentação e novas ameaças | ONU News](#)

Kissinger está morto

Kissinger is dead

André Costa Lobato

Abstract. *Henry Kissinger (1923-2023) has died. The rare case of a friend of China and foe of the global south. His death comes at what appears to be the turning point in the policy of rapprochement with China that he personified.*

Keywords *China-EUA relations, EUA and China relations with the world*

Resumo. Morreu Henry Kissinger (1923-2023). O raro caso de um amigo da China e inimigo do sul global. Sua morte ocorre no que parece ser a inflexão da política de aproximação com a China que ele personificou.

Palavras-chave: Relações China-EUA, relações China EUA com o mundo

Morreu Henry Kissinger (1923-2023) na última quarta-feira, dia 29 de novembro. O raro caso de um amigo da China e inimigo do sul global. Sua morte ocorre no que parece ser a inflexão da política de aproximação com a China que ele personificou. E o anti-comunismo que ele apoiou de forma sanguinária e genocida dá frutos: uma direita repaginada que ameaça a própria globalização do capital, esmaga partidos progressistas em todo o mundo e fortalece as barricadas ideológicas anti-China.

Diante da subida de tom de Washington com Pequim, ele visitou a China no meio deste ano e manteve o ponto que marca sua realpolitik: grandes poderes devem ser respeitados, o resto é resto. Problemas surgem quando grandes poderes contestam o sistema vigente. Que é exatamente o que está acontecendo, com EUA e China apontando dedos um para o outro.

No Ocidente, Kissinger é visto como o gênio da diplomacia que concedeu à Pequim o direito de existir como capital internacional da China, em detrimento de Taipei. Mais isolada, a Moscou soviética tombou. As democracias do Sul global foram violentadas e subjugadas, o Consenso de Washington se instalou em quase todo o mundo. A China se transformou na fábrica do mundo unipolar estadunidense. Mesmo assim, o ex-secretário de Estado é criticado pela violência de suas ações. O Financial Times diz que o bombardeio no Camboja “pode ser considerado um crime de guerra”³⁰⁵.

Não é comum que o jornal do capital financeiro internacional chame um secretário de Estado da Casa Branca de criminoso de guerra.

Outra narrativa possível é de que o reconhecimento de Pequim era inevitável, os EUA estiveram entre os últimos a fazê-lo e o que plano de Kissinger era bem próximo do que queriam

³⁰⁵ Henry Kissinger, US diplomat, 1923-2023. (n.d.). Financial Times. Retrieved December 3, 2023, from <https://www.ft.com/content/2b4390c3-cd9f-41ec-b5df-a03843c1dcd8>

os chineses para modernizarem a economia nacional. Nos quarenta anos de reforma e abertura, o país puxou a expansão do PIB global, ampliou o acesso a bens materiais de todo o mundo e entrou numa nova fase de complexidade econômica. A China foi o único país em desenvolvimento que conseguiu se industrializar. Para Kissinger, lembra o *Global Times* em seu obituário, Xi Jinping disse: "Nunca esquecemos nossos velhos amigos, nem suas contribuições históricas para promover o crescimento das relações China-EUA e melhorar a amizade entre os dois povos"³⁰⁶.

Não é comum que o secretário-geral de um partido comunista chame um secretário de Estado da Casa Branca de velho amigo.

Se o plano epitomado por Kissinger também previa uma dissolução do governo socialista chinês, ele, até agora, fracassou. O aumento da pressão geopolítica contra a China encontra um partido que reafirma o marxismo, centraliza liderança e promove a multipolaridade na ordem internacional.

Curiosamente, durante muito tempo, a China carregou nas costas uma boa parte do peso do sucesso da globalização neoliberal. Seus produtos baratos, sua lucrativa urbanização e a melhora da qualidade de vida de sua população legitimaram estatisticamente a propaganda neoliberal: o socialismo é um fracasso, o capitalismo, não. Pequim pós-Mao se absteve da luta ideológica, enquanto a Casa Branca ficou famosa por operar, muitas vezes com sucesso, revoluções coloridas que terminavam com governos amigos tomando o poder.

Entretanto, o Consenso de Washington foi enterrado na própria capital dos EUA: o escancaramento da política industrial como estratégia de competição, o fim da liderança da superioridade institucional das democracias liberais, enfim, o ressurgimento da economia política como economia, e não como sociologia. O território das ideias, então, se aproxima do marxismo chinês. Fica cada vez mais difícil para os "Chicago boys" defenestrarem a política industrial.

Em uma de suas últimas entrevistas antes de morrer, Kissinger disse que "se a China dominar o mundo não vai ser por conquista, mas por performance. Se não quisermos que ocorra, o que eu não quero, então eu diria que falha em nossa relação seria falha em nossas capacidades. Se formos fortes e tivermos propósitos, então acho que a coexistência é possível"³⁰⁷.

Sem dúvidas, algum novo Kissinger poderia fazer bem para as relações entre China e Estados Unidos. Mas dificilmente faria bem para o resto do mundo.

³⁰⁶ *Global Times*. (n.d.). Henry Kissinger dies at 100; key figure in China-US icebreaking in 1972. *Globaltimes.Cn*. Retrieved December 3, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202311/1302752.shtml>

³⁰⁷ Watch: Henry Kissinger's last major TV interview (2023, November 30)

O engajamento dos EUA na COP28: equilibrando a retórica com as realidades na liderança climática

Guto Galvão

Sumario: O engajamento dos EUA na COP28 tratou de equilibrar a retórica com a realidade e buscou manter a liderança na crise climática.

Summary: The U.S. engagement at COP28 was about balancing rhetoric with reality and sought to maintain leadership on the climate crisis.

Keywords: COP28, USA

A 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), em Dubai, marca uma conjuntura crucial para os Estados Unidos em sua jornada rumo à liderança climática. Enquanto a comunidade global lida com uma crise climática crescente, os EUA se encontram em uma encruzilhada, navegando no delicado equilíbrio entre ações ambiciosas e desafios persistentes.

Iniciativas positivas e reivindicações de liderança

- Abordagem de todo o governo e da sociedade: A delegação dos EUA, composta por representantes de mais de 20 departamentos e agências, ressalta seu compromisso de enfrentar a crise climática de forma abrangente. Essa abordagem colaborativa visa aproveitar a expertise e os recursos de diversos setores, promovendo soluções de impacto.

- Centro dos EUA na COP28: um espaço dedicado que mostra a liderança dos EUA na ação climática, o Centro dos EUA serve como uma plataforma para destacar a inovação, a tecnologia e as parcerias americanas no enfrentamento dos desafios climáticos por meio de eventos e iniciativas.

- Foco renovado no financiamento climático: O compromisso dos EUA de dobrar o financiamento climático para nações em desenvolvimento até 2024 é promissor para apoiar países vulneráveis na implementação de planos de ação climática robustos.

- Ênfase nonexo climático com questões críticas: A delegação dos EUA aborda ativamente a natureza interconectada das mudanças climáticas com questões globais críticas, como conflitos, segurança alimentar e saúde global. Esta abordagem holística reconhece os intrincados desafios colocados pela crise climática.

- Discurso da vice-presidente Harris: A vice-presidente Harris, em seu discurso na COP28, delineou um espectro de iniciativas dos EUA para reduzir as emissões e investir em energia renovável. Esse compromisso público busca reforçar os EUA como um ator chave na ação climática global.

Desafios e preocupações

- Produção recorde de petróleo e gás: Apesar das alegações de liderança climática, os EUA continuam a experimentar uma produção recorde de combustíveis fósseis, levantando preocupações sobre seu compromisso com as metas climáticas.

- Divisões políticas domésticas: A profunda polarização política dentro dos EUA pode impedir a implementação de políticas climáticas de longo prazo. A ausência de apoio bipartidário põe em risco a viabilidade de uma ação climática ambiciosa diante de mudanças políticas.

- Falta de metas concretas de redução de emissões: Embora os EUA tenham delineado várias iniciativas, a ausência de metas claras e mensuráveis de redução de emissões levanta dúvidas sobre a eficácia de sua abordagem atual.

- Atender às necessidades das nações vulneráveis: Apesar do aumento das promessas de financiamento climático, persistem preocupações sobre a adequação e acessibilidade desse financiamento para as nações que enfrentam o impacto dos impactos climáticos.

Olhando para o futuro

A COP28 representa um momento crítico para os EUA solidificarem sua posição como líder global do clima. Embora os EUA tenham demonstrado compromisso por meio de iniciativas e declarações, traduzir esses esforços em resultados tangíveis, mensuráveis e equitativos é essencial para realizar suas aspirações de liderança climática. Os próximos anos revelarão se as promessas feitas na COP28 evoluem para um progresso genuíno ou se permanecem gestos simbólicos no caminho para um futuro sustentável.

A 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28) marca uma mudança notável no discurso global sobre as mudanças climáticas, com os Estados Unidos dando um passo crucial ao reconhecer a intrincada ligação entre as mudanças climáticas e a saúde pública. Esse reconhecimento, evidente nas atividades e declarações da delegação dos EUA, oferece uma oportunidade promissora para avançar nos objetivos ambientais e de saúde pública.

Um foco na saúde e no clima entrelaçados

- Iniciativa de Saúde Global e Mudança Climática da USAID: Esta iniciativa aloca recursos para reforçar a resiliência em comunidades vulneráveis e melhorar os sistemas de saúde, permitindo melhores respostas aos impactos de saúde relacionados ao clima.

- Participação ativa em eventos focados em saúde: A delegação dos EUA está ativamente engajada em eventos e discussões centrados em saúde e clima, incluindo iniciativas como "Mais de 40 milhões de profissionais de saúde exigem saúde ousada e ação climática" e "AO VIVO da COP28: colocando a saúde no centro da agenda climática".

- Discurso da vice-presidente Harris: A vice-presidente Harris enfatizou a necessidade urgente de abordar as mudanças climáticas para proteger a saúde pública, especialmente em comunidades vulneráveis.

Enfrentando os desafios

- Financiamento limitado para a ação climática relacionada com a saúde: Apesar do aumento das promessas de financiamento climático, a alocação de financiamento específico para iniciativas relacionadas com a saúde ainda está por determinar.

- Falta de planos de implementação concretos: embora o reconhecimento dos impactos das mudanças climáticas na saúde seja fundamental, um plano claro delineando intervenções e políticas específicas para lidar com esses impactos ainda precisa ser concluído.

- Responder às necessidades das populações vulneráveis: Garantir o acesso equitativo aos recursos e serviços de saúde continua a ser um desafio significativo, particularmente para as comunidades marginalizadas desproporcionalmente afetadas pelos riscos para a saúde relacionados com o clima.

Um apelo à ação

A COP28 apresenta uma oportunidade significativa para os EUA alavancarem seu papel de liderança e contribuírem para a construção de um futuro mais saudável e sustentável. Para isso, as seguintes ações são imprescindíveis:

- Alocar financiamento adequado para a ação climática relacionada à saúde: investir em iniciativas que abordem os impactos das mudanças climáticas na saúde é crucial para proteger as populações vulneráveis e construir resiliência global.

- Desenvolver e implementar planos de ação concretos: traduzir o reconhecimento donexo saúde e clima em planos de ação concretos com intervenções específicas e mudanças políticas é crucial para alcançar resultados tangíveis.

- Priorizar a equidade e o acesso: Garantir o acesso equitativo a recursos e serviços de saúde é essencial para proteger a saúde de todas as populações, particularmente aquelas mais vulneráveis aos riscos de saúde relacionados ao clima.

Ao tomar medidas decisivas nessas frentes, os EUA podem ressaltar seu compromisso em abordar a interconexão das mudanças climáticas e da saúde, abrindo caminho para um futuro mais saudável e sustentável para todos.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luiza Lopes da Silva – Embaixadora e Diretora Adjunta da Agencia Brasileira de Cooperação

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Mário Moreira – Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Matheus dos Santos da Silveira - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **75** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

13 de dezembro – Saúde no G20

14 de dezembro (extra) – Saúde na COP 28

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 22/2023

Período de 23 de novembro a 06 de dezembro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 07 de dezembro 2023.

255 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.